

Apresentação

Este número dos *Cadernos de História da Ciência* apresenta vários artigos que abordam, sob diferentes ângulos a questão da Amazônia.

Por que a Amazônia? Como o artigo de Maria de Fátima Furtado e Myriam E. V. Calleffo demonstra o Instituto Butantan há várias décadas está na Amazônia Legal, seja através de inspeções sanitárias de interesse médico, expedições científicas para coleta de serpentes, contato com as instituições científicas INPA e Museu Paraense Emílio Goeldi, participação de resgate de herpetofauna nos enchimentos de reservatórios, entre outras.

Mais recentemente, após visita de pesquisadores do Butantan à região de Santarém e Belterra, teve início o projeto de implantação de uma Base Avançada nesta área, com ampla e progressiva participação de seus pesquisadores, motivados por:

- Rica biodiversidade da região, com a presença de diferentes biomas (floresta, cerrado e várzeas inundáveis) e, concomitantemente, de diferentes espécies de animais peçonhentos (há ali a presença dos quatro grupos de serpentes venenosas:- jararaca, cascavel, coral e surucucu)
- Alta incidência de acidentes por animais peçonhentos (serpentes, escorpiões, aranhas e araias)
- Presença de duas grandes Unidades de Conservação:- a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Arapiuns - Tapajós, com área total de aproximadamente 1.200.000 hectares (12.000 km²)
- Importante patrimônio histórico tanto em Santarém como em Belterra
- Presença de comunidades ribeirinhas tradicionais bem organizadas e comprometidas com políticas de preservação e desenvolvimento sustentável
- Área de intensa e progressiva antropização com a expansão da fronteira agrícola (soja e grãos) e exploração madeireira e implantação da Rodovia Cuiabá - Santarém que será, ao lado da Belém - Brasília, o mais importante eixo de ligação Centro - Sul e Amazônia.

Os outros artigos também se relacionam a este projeto Butantan Amazônia. A análise de Priscila Faulhaber de história da ciência, comparando as duas unidades de pesquisa IMANI/Unidade Nacional da Colômbia e o Museu Paraense Emílio Goeldi é especialmente importante porque o Butantan deverá ser mais uma unidade de “fronteira científica” na região e porque o MPEG é importante parceiro em nosso projeto. Lembra-nos também que a Amazônia ultrapassa o território nacional e deve ser visto neste contexto internacional.

O artigo sobre Fordlândia traz a experiência histórica da presença americana na Amazônia e de seu fracasso no município de Aveiro e que foi reproduzido com a transferência do projeto para Belterra, onde será instalada a Base do Butantan. Nosso projeto na região inclui o registro da história deste empreendimento e os pesquisadores do Lab. de História da Ciência já deram início a estes estudos.

A resenha de Samuel Frederico e Pablo Ibañez que analisa a tese de doutorado “Mobilização do trabalho na Amazônia:- o Oeste do Pará entre Grilos, Latifúndios, Cobiças e Tensões”, de M. C. A. Castro discorre sobre a questão central da mobilização do trabalho na região de Santarém. O trabalho do Butantan, tanto do ponto de vista dos estudos da biodiversidade e bioprospecção como, principalmente, das ações de difusão cultural, têm que levar em conta esta realidade de conflito resultado da expansão da fronteira agrícola e da questão fundiária.

As ações do Instituto Butantan na região, através da realização anual dos Seminários Butantan Amazônia e dezenas de oficinas com lideranças comunitárias, professores, alunos e profissionais de saúde já nos permite um conhecimento “por dentro” da região, não um conhecimento pontual e externo. Já sabemos que estamos em um território onde a “temperatura é amena e a moderação das chuvas periódicas tornam o seu clima um dos mais privilegiados da terra” Esta citação de Bates do artigo de Jerônimo Alves “Determinismo climático e salubridade amazônica na percepção de Bates e Wallace” é fundamental para se entender a posição no século XIX destes naturalistas, ingleses, mas “homens da Amazônia por adoção recíproca” no dizer do autor.

Por fim, a entrevista com Bertha K. Becker é uma lição de brasilidade, compromisso com a ciência e com a Amazônia. Para ela a “Amazônia é

a própria geopolítica”; suas propostas para o desenvolvimento da região são claras e apoiadas no conhecimento científico. Entre outras afirmações, “não quero que se destrua a Amazônia mas também não quero que ela seja imobilizada, que vire museu” e “é necessário progredir para conservar através de uma ciência e tecnologia adequada, capaz de utilizar os recursos sem destruí-los” O projeto Butantan na Amazônia se identifica totalmente com estas diretrizes.

À medida que nossos pesquisadores trabalham na região vamos descobrindo que a Amazônia não é um todo homogêneo, não é um “inferno verde” nem um “paraíso perdido”. E também que a Amazônia não é um problema, mas uma solução.

Otávio Mercadante
Diretor do Instituto Butantan

Olhares histórico-comparativos sobre dois institutos de pesquisa na Amazônia (Brasil e Colômbia)

A historical comparison between two research institutes in the Amazon (Brazil and Colombia)

Priscila Faulhaber¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é comparar duas unidades de pesquisa da Amazônia: Imani/Universidade Nacional da Colômbia e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Enfatiza-se, na história desses dois institutos, sua significação como centros na história da ciência na Amazônia. Parte, em uma antropologia da política científica, de indagações sobre relações entre campo científico e tradução. A análise focaliza as relações entre projetos nacionais e intervenção regional, em uma discussão sobre as definições de “fronteira científica” e os limites da autonomia científica. Diferentes disciplinas da biologia ou das ciências humanas têm alcances variados no campo científico, ainda que sejam complementares nos programas de pesquisa sobre processos desenvolvimento sustentável ou de proteção indigenista. Ambos os institutos desenvolvem programas de pesquisa e pós-graduação em um sistema onde predominam relações verticais determinadas pelos centros científicos “estabelecidos”, apesar da concepção de simetria cara a uma concepção dinâmica de difusão e tradução científica. Este trabalho, portanto, sublinha a especificidade dos institutos amazônicos como um local da pesquisa científica profissional.

Palavras-chave: história das instituições, política científica, instituições fronteiriças, identidade regional, construção nacional, interdependência conflituosa.

Abstract: *The purpose of this paper is to compare two research units in the Amazon: the Imani /UNAL (Colombia) and the Emilio Goeldi Museum/MCT. The paper covers the history of these two institutes, emphasizing their significance as a center piece in the Amazonian history of science. The analysis focuses the relations between local national projects and regional intervention, within a debate*

¹Pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCT(RJ). Pesquisadora Associada do Museu Goeldi/MCT (PA). Email:priscila@mast.br

on the meanings of “scientific frontier” and the limits of autonomous science. Different strains of biology or human science have different importance within the scientific field. Despite being complementary in scientific research conducted by both institutions into sustainable development or protectionism of indigenous peoples. Both institutions developed research and post graduation, within a system where vertical relationships determined by the “established” scientific centers predominate, despite the conception of apparent symmetry of a dynamic conception of diffusion and scientific tradition. Thus, this paper focuses on specific Amazonian institutions as a place of scientific professional research.

Keywords: *History of institutions, scientific policy, boundary institutions, regional identity, nation building, conflictual interdependency.*

Introdução

Este trabalho parte de uma comparação entre duas unidades de pesquisa na Amazônia: O **Instituto Amazónico de Investigaciones Imani**² - Sede de Letícia da Universidade Nacional da Colômbia (Unal) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), atualmente um instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)/Brasil. As duas instituições têm um lastro de mais de cento e trinta anos de pesquisas científicas.

Desde a sua fundação, estes institutos estiveram relacionados com estratégias científicas associadas com projetos de construção nacional, constituídos com relação a projetos científicos da Europa e da América do Norte. Nestes institutos, hoje instrumentos de intervenção da política científica em relação à Amazônia brasileira e colombiana, desenvolvem-se pesquisas relacionadas com a etnologia, a biologia e o meio ambiente.

A institucionalização da pesquisa científica na Amazônia é, nos dias de hoje, assunto estratégico. O interesse na Amazônia por parte da política científica nacional leva a uma intervenção no sentido de fixar pesquisadores, colocando-os em contato direto com os processos identitários regionais e fronteiriços: Torna-se relevante o problema da “fronteira científica”, em termos da significação da Amazônia para os projetos científicos nacionais, a cooperação científica internacional, a relação entre

² O termo Imani quer dizer “rio profundo” na língua Uitoto. O termo é usado para designar o Rio Amazonas na Colômbia, que no Estado do Amazonas brasileiro recebe a designação de Solimões.

diferentes disciplinas científicas como as ciências humanas e biológicas e a especificidade da etnologia (Faulhaber, 2005).

Bruno Latour (1999) indica que antes de fazer “ciência política”, trata-se de traçar “políticas científicas”, ou seja, qualificar a “fecundidade relativa das experiências coletivas”. O trabalho aqui apresentado se resume, antes, em indagações dentro da “antropologia da política científica”, no sentido do exame das estratégias científicas de unidades de pesquisa na Amazônia.

Os paradigmas científicos redefinem-se de acordo com os projetos nacionais em que se inserem. A significação da Amazônia para a política científica nacional e internacional faz com que se criem condições de descentralização científica com linhas de financiamentos a projetos formulados nos institutos amazônicos, em colaboração com institutos de diferentes latitudes. No entanto, o *habitus* colonial muitas vezes irá impregnar os vínculos entre tais unidades de pesquisa.

Campo científico, significação da Amazônia e autonomia científica

Cabe pensar o problema da significação da Amazônia enquanto fronteira científica a partir da discussão sobre as relações entre campo intelectual, campo científico e estratégia científica, dentro de uma reflexão mais geral sobre as vinculações entre política científica e campo político (Faulhaber, 2001). No exemplo da Universidade da Colômbia e do Imani tratam-se de instituições científicas em um Estado nacional convulsionado pelo conflito armado e pelo terror, dirigido atualmente por um governo conservador. No Museu Emílio Goeldi, na Amazônia brasileira, apesar da imagem idílica de cordialidade que caracteriza a cultura nacional, também se convive no cotidiano de pesquisa com uma situação de violência, visto que no Estado do Pará, onde esta instituição está instalada, registram-se altos índices de criminalidade urbana e conflitos armados envolvendo a luta pela terra em áreas rurais.

Embora o conhecimento científico seja socialmente enraizado, possui por sua vez regras próprias, relativamente autônomas em relação ao meio social. Ainda que não se possa isolar de seu meio social, coloca-se como estratégica a constituição de um lugar para prática científica isenta e de um campo de análise consistente com a especificidade gnosiológica. Esta

estratégia de busca de um lugar também parece valer para outras unidades de pesquisa diferentes das instituições aqui focalizadas. Mas o que temos em mente neste trabalho é a delimitação de um campo de problemas, de métodos e de teorias consideradas cientificamente pertinentes para instituições científicas nacionais - da Colômbia (UNC) e do Brasil (MCT) - que dispõem de unidades de pesquisa em uma Amazônia globalizada.

O enfoque das instituições científicas leva à análise das redes de interdependências entre instituições. Tais interdependências são produzidas por uma dinâmica de trocas simbólicas entre pessoas que agem dentro de estabelecimentos específicos e necessitam recursos usados por outros que estão fora desses estabelecimentos. Sendo assim, os pesquisadores inserem-se em uma dinâmica de apropriações culturais. Tal dinâmica, apropriação e exclusão no chamado campo científico envolve a constituição de grupos de especialistas que manejam um fundo específico de “representações simbólicas” (Elias, 1982). Tal dinâmica é compreendida em diferentes escalas (regional, nacional e internacional).

No campo científico como no campo político, as reivindicações de legitimidade sustentam-se na força relativa dos grupos cujos interesses elas exprimem. A estrutura do campo científico é definida pelo estado da relação de forças entre agentes e instituições, que protagonizam determinada luta pelo contrapeso da distribuição do capital específico que comanda as estratégias e as possibilidades objetivas. A posição que cada agente singular ocupa em um dado momento na estrutura do campo científico é objetivada nas instituições e incorporada nas disposições do conjunto de estratégias abertas a este agente a partir da posição por ele ocupada³. As transformações da estrutura do campo são o produto de estratégias de conservação ou subversão que encontram o princípio de sua orientação e de sua eficácia das propriedades da posição ocupada na estrutura por aqueles que acionam as referidas transformações (Bourdieu, 1976).

A luta pela legitimidade científica depende da estrutura de distribuição do capital (simbólico e político/econômico) de reconhecimento entre os participantes dessa luta. Nela se distinguem os agentes e instituições

³ As aspirações, ou melhor, as “ambições científicas” de cada instituição são constituídas de acordo com o seu capital de reconhecimento, mensurável em termos do tempo consagrado à pesquisa, o grau de risco assumido, a instituição de origem, a trajetória, a rede e o campo de relações em que se insere, o acesso editorial, os efeitos da produção, os títulos e distinções recebidos, e variáveis indicadores de produtividade.

“consolidados”, que dispõem de capital acumulado, e os agentes e instituições consideradas com não plenamente estabelecidos, ou “fronteiriços”. Estes possuem um capital importante; no entanto, ocupam posições de risco, uma vez que têm sua permanência no campo questionada, devem mobilizar todos os recursos a que têm acesso para garantir o seu lugar. E, sendo assim, são colocados sob “tutela”, uma vez que se encontram dependentes de apoio econômico e político até que possam ser considerados plenamente estabelecidos (Oliveira, 1991).

Cabe relativizar a oposição entre lugares “centrais” e “periféricos” (ou marginais), uma vez que as unidades de investigação da Amazônia são consideradas estratégicas pelos agentes e instituições dominantes, que também disputam sua permanência no campo científico. Sendo assim, caracterizarei a história do Imani e do Museu Goeldi como dois institutos regionais relacionados às políticas científicas nacionais da Colômbia e do Brasil, mostrando como as disciplinas científicas se constituem face à construção de “objetos fronteiriços”. Considero a especificidade das pesquisas da Amazônia com relação aos parâmetros de construção do compromisso profissional e a busca da autonomia, que é sempre relativa à medida que se insere da rede de interdependências que caracteriza o campo científico.

Procedimentos de pesquisa suscitados por estratégias de colaboração interinstitucional

O presente trabalho foi concebido a partir de uma sequência de passos visando estabelecer uma colaboração interinstitucional entre duas unidades de pesquisa que atuam na Amazônia: O Imani - Sede de Letícia da Universidade Nacional da Colômbia e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), atualmente um instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O distanciamento teórico visa uma sistematização de informações que foram assimiladas a partir de um olhar antropológico qualitativo, “de dentro”, uma vez que trabalho no Museu Goeldi desde 1984 e realizei pesquisas no Imani de 1998 a 2002, tendo travado relações de afinidade profissional com pesquisadores de ambas as instituições, voltando meu instrumental de exame etnográfico que desenvolvi como antropóloga para a análise comparativa de instituições científicas nas quais participo.

Sendo assim, este trabalho é elaborado a partir de depoimentos, mas não se resume a estes, buscando ir além das categorias “nativas” através de formulações conceituais e analíticas para desvendar o que está por trás das intenções dos pesquisadores e gestores de ambas instituições, nas quais a minha própria prática profissional está inserida, sendo que todo saber científico se insere em um conjunto de redes entre pesquisadores e instituições.

A idéia de tal colaboração institucional foi apresentada pela primeira vez em uma reunião no Museu Nacional, realizada no dia seguinte ao encerramento do Encontro de Pesquisadores “Os Ticunas Hoje”, em maio de 1998, promovido pelo projeto “Universo Ticuna. Território, Saúde e Meio Ambiente” (PPD/FINEP/MCT). Este encontro visava promover a discussão entre os pesquisadores em Ciências Humanas, notadamente Antropologia, que se ocupam dos índios Ticuna. Nessa ocasião, foram propostos por Augusto Oyuela, pesquisador do Imani, acordos institucionais de seu instituto com o Museu Nacional e o Museu Goeldi, motivando a realização da reunião. Observou-se aí a necessidade de institucionalização dos vínculos horizontais entre os institutos de investigação amazônica, buscando um redirecionamento e redefinição de prioridades e orientações de pesquisa a partir de problemáticas diretamente observáveis.

A partir daí, definiram-se os objetivos de meu projeto de pesquisa intitulado “Uma etnografia da antropologia sobre a fronteira amazônica”, em termos de um diálogo com os pesquisadores do Imani e com os pesquisadores que se dedicam a estudos Ticuna, estabelecido em algumas viagens ao alto Solimões e Letícia. Na primeira (setembro de 1998), foi realizado um levantamento de dez dias ao Imani, paralela a uma pesquisa de mesma duração na área Ticuna Évare II, no Brasil. Na segunda (novembro de 1998), foram realizadas entrevistas durante quinze dias com pesquisadores do Imani, bem como levantamento na Biblioteca do Banco da República de Colômbia e um inquérito no *resguardo* Ticuna colombiano Nazaret. Esses levantamentos em campo foram complementados com entrevistas no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no CEPPAC (Centro de estudos e Pesquisas da América Latina e Caribe) da Universidade Nacional de Brasília, no Encontro Internacional de Americanistas realizado em Varsóvia (julho de 2000), e em comunicações eletrônicas com pesquisadores afins. Entrevistas com o diretor do Imani, Carlos Zárate foram realizadas por ocasião de uma visita ao Museu Goeldi (22 e 23 de agosto de 2000). Havia

o interesse de viabilizar junto à direção do Museu (representada na época por Peter Toledo), um convênio entre o MCT e a Universidade Nacional da Colômbia, com aditivo para o Imani e o Museu Goeldi. Em fevereiro de 2002, ministrei um módulo em curso sobre mito e história coordenado pelo antropólogo Juan Álvaro Echeverri, durante minha estadia para pesquisa com os índios Ticuna do Brasil e da Colômbia.

Em março de 2009, retornando ao Imani, participamos de reunião na qual estiveram presentes o atual diretor do Imani, Dr. Carlos Zárate, o Dr. João Pacheco de Oliveira, do Museu Nacional, e professores da Universidade Estadual do Amazonas em Tefé e da Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant. Concluímos que, a despeito de interesses comuns, muito pouco foi concretizado, desde 1998 em termos de uma colaboração inter-institucional efetiva Sul-Sul. A tentativa de convênio entre o Museu Goeldi e o Imani não chegou a se concretizar e o convênio do Imani com o Museu Nacional, embora firmado, não saiu do papel.

Este texto consiste em uma construção analítica de indagações das entrevistas qualitativas realizadas em 1998, atualizada com a leitura de relatórios e publicações do Imani e do Museu Goeldi. Este interesse orientou a construção da problemática, a partir da qual serão formuladas, ao final, algumas reflexões sobre as conexões e as redes em que as pesquisas do IMANI e do MPEG estão inseridas, procurando-se estabelecer uma comparação das estratégias de pesquisa em unidades de investigação científica que se ocupam da fronteira amazônica. Parto do menos conhecido, o Imani, para a seguir expor o exame da minha própria instituição.

Estratégias científicas da Universidade Nacional de Colômbia e da sua sede amazônica de Letícia

A Universidade Nacional de Colômbia, desde 1867 (data de sua fundação), apresentou-se estreitamente vinculada com o projeto nacional⁴. Nasceu como uma Universidade Nacional, Pública e do Estado, no

⁴ A República da Grã Colômbia, constituída entre 1818 e 1830, abrangia os seguintes países: Venezuela, Equador e Nova Granada. O Museu de Bogotá (construído em 1824), como o Museu de História Natural e a Escola de Mineração de Santa Fé, eram um locais identitários nacionais para toda a Grã-Colômbia. Depois da separação, passaram a servir apenas a Nova Granada (que englobava Colômbia e Equador) e posteriormente, unicamente à Colômbia (Lopes, 1998:121).

cenário do radicalismo liberal, dentro do qual se propunha a inspeção pública e vigilância estatal da instrução pública, dada a baixa qualidade científica e acadêmica das universidades já existentes. Suas raízes se encontram na Expedição Corográfica (1850-1859), dirigida pelo geógrafo engenheiro militar e explorador Augustin Codazzi (1793-1859), organizada como o objetivo de elaborar mapas para se construir uma visão do país, tendo em sua oitava viagem, navegado até os rios Caquetá e Putumayo, na Amazônia colombiana. Codazzi, em sua geografia política, trata, entre outros assuntos regionais, do Caquetá, na Amazônia, além de tocar em temas etnográficos sobre as tribos indígenas (Restrepo, 1984). A Comissão Corográfica foi formada no âmbito de um projeto de expansão e construção da identidade nacional. Integrada em 1950, essa Comissão teve papel fundamental para a constituição de um projeto científico nacional no país. Manuel Ancízar, um dos primeiros expedicionários envolveu-se com a fundação da Universidade Nacional, em 1887, e foi seu primeiro Reitor (informações pessoais de Camilo Dominguez, em entrevista de 22/11/ 1999).

Antes da Constituição de 1886, a Colômbia encontrava-se dividida em uma série de regiões isoladas entre si, tanto do ponto de vista de sua infra-estrutura viária, como de seus aspectos sociais, culturais e políticos. As regiões eram dominadas pelo dirigismo político e econômico local, sem conexão com o nível central. O sistema federal instaurado pela constituição de Rio Negro de 1863 não se referia à construção de um processo democrático, mas ao fortalecimento político e militar das elites locais, que exploravam a sociedade regional e seus recursos naturais.

A Universidade Nacional atuou, primeiramente, em sedes dos centros políticos de regiões poderosas do país, como Bogotá, Medellín, Manizales e Palmira. Recentemente, sobretudo a partir dos últimos dez anos, passou a desenvolver estratégias de descentralização, formando sedes de fronteira (Arauca, San Andrés e Letícia), como institutos de pesquisa e ensino com o objetivo de viabilizar a efetivação de um programa universitário em âmbito nacional, e autônomo em relação ao governo. O Imani, Instituto de Investigações Amazônicas desta Universidade, se soma às outras sedes.

A importância estratégica de Letícia se explica por ter se constituído como capital do *Departamento de Amazonas*, com a incorporação do Trapézio Amazônico, a partir do tratado com o Peru em 1930, após um

longo período de conflito da Colômbia com este país. No apogeu da exploração da borracha, registraram-se deslocamentos de populações, sem uma política definida de povoamento. Destacam-se as análises da tradicional atividade econômica do extrativismo da borracha com a exploração da mão de obra indígena, bem como os estudos emergentes sobre a economia de subsistência em outras atividades, como a quina, a pesca, a horticultura e fruticultura. Letícia caracteriza-se, apesar das atividades de sobrevivência da população urbana, em sua maioria indígenas, pela dependência em relação a Bogotá, e pelo interesse geopolítico em termos de integração de fronteiras, o que explica, em parte, a grande presença militar. Todo o processo de ocupação se consubstanciou, no entanto, através de políticas fragmentárias, que resultaram em superposições de territórios (por ex., de diferentes etnias indígenas).

A Estação de Letícia foi fundada em dezembro de 1989, inicialmente como um pequeno centro para o apoio à pesquisa, ensino e extensão universitária na Amazônia. Através da política de integração de fronteiras, em 1994 o Conselho Universitário converteu a Estação Científica na Quinta Sede da Universidade, fundando em 15 de março de 1995 o Imani, idealizado pelo geógrafo Camilo Domingues como Instituto Amazônico de Investigações, como primeira unidade acadêmica da Sede. Em 1998, o Sistema Nacional Colombiano de Ciência e Tecnologia, com base em uma cuidadosa avaliação de seu componente humano e acadêmico, bem como de sua infraestrutura física e sua produtividade científica, classificou o Imani na categoria A, junto com outros 22 de um total de 106 centros, além de 234 grupos de pesquisa apresentados ⁵

As medidas de implantação da sede de Letícia representaram disposições para a produção e sistematização do conhecimento sobre a região amazônica, face à sua importância estratégica em termos espaciais e ambientais. O Imani representa, assim, um instrumento relacionado aos objetivos derivados das políticas de consolidação do Estado nacional nas regiões de integração fronteiriça. Esta política se define a partir da promulgação da nova Constituição Política (1991) e da Lei de Fronteiras (lei 191 de 23 de junho de 1995), as quais prescrevem programas de cooperação e integração com países vizinhos. A implementação constitucional

⁵ Segundo relatório de Atividades de 2000 da Sede Letícia da Unal (p.6).

integra as políticas de descentralização envolvendo a educação e a política nacional de ciência e tecnologia, que visa o fortalecimento da investigação científica nacional para a preservação da diversidade cultural e biológica. Em tal política, estabelecem-se planos de desenvolvimento governamental que enfatizam a Amazônia e seus problemas ambientais, como a identificação de ecossistemas estratégicos e problemas associados à relação da sociedade com a natureza.

Essa política é formada por princípios que se referem ao reconhecimento histórico e geográfico da especificidade regional amazônica, a necessidade de redefinir os modelos de desenvolvimento sustentável, o impulso do reconhecimento e integração do saber tradicional e local e ao papel da Universidade Nacional da Colômbia no fortalecimento da governabilidade destas regiões. Desses princípios derivam compromissos que envolvem ações e estratégias que condicionam a Universidade, suas sedes e institutos a readequar seu acervo instrumental e cognitivo para “adaptar-se” às condições locais e regionais. As dinâmicas de pesquisa e ensino, por sua vez, passam por uma adequação às problemáticas amazônicas, bem como de criação de condições de acesso às comunidades locais do conhecimento que nasceu nelas mesmas, mas que por diversas circunstâncias a ele estão alheias.

O Imani articula-se também às redes nacionais e internacionais de conhecimento, aos sistemas de informação, assim como a consolidação da experiência acadêmica e à formação contínua de seus docentes. A partir de 2005 foi desenvolvido, em um consórcio entre a Unal/Imani e a Organização Holandesa para Cooperação Internacional em Pós-Graduação, o programa de cooperação com metas de fortalecer o diálogo de saberes e a gestão ambiental amazônica para o desenvolvimento sustentável. O consórcio envolve ainda as seguintes instituições: *Tropenbos Internacional* (organização não-governamental), Universidade de Amsterdam, Universidade Livre, Universidade de Tilburg e Universidade de Wageningen. Entre os objetivos do consórcio constam o fortalecimento da capacidade institucional da Sede de Letícia da Universidade Nacional da Colômbia, em suas atividades de formação, investigação e extensão, assim como sua capacidade de gestão. O propósito final deste projeto é elevar a qualidade da educação superior, tomando como base o fortalecimento da pesquisa e formar recursos humanos capazes de enfrentar os desafios sócio-ambientais, culturais econômicos da região. Com esses objetivos, o consórcio tem apoiado a publicação de bi-

bliografia especializada sobre a região e promovido a atualização científica do corpo docente, além de possibilitar o acesso a cursos de pós-graduação no exterior para os estudantes egressos da sede de Letícia.

As propostas e experiências destes últimos se adequam à identificação dos principais problemas da região. Os últimos anos representaram uma maior institucionalização e presença do Estado na Amazônia que, apesar de representar 33% do território colombiano, antes não se configurava como um problema para as políticas públicas colombianas. A partir dos anos 1980, a presença do Estado se fez notar no reconhecimento dos resguardos indígenas e “terras de pretos”, bem como da criação de parques nacionais naturais, integrados ao Ministério do Meio Ambiente⁶.

Os estudos amazônicos na Colômbia voltam-se predominantemente a pesquisas sobre territorialidade indígena, biodiversidade e conservação. Esses estudos são em sua maioria bastante pontuais e fragmentados, sem constituir um conjunto concatenado em termos de estratégias integradas de investigação, dentro de uma política científica estruturada. Com suas sedes de fronteira, a Universidade Nacional visa a consolidar sua vocação integradora e firmar presença em todo o território nacional, ao mesmo tempo em que assume responsabilidades diretas com cada região. Baseia-se em uma visão de soberania nacional e territorial, como de uma visão de país um tanto quanto utópica. Entre as dificuldades da sua concretização, destacam-se o centralismo e concomitante fragilidade do Estado na Colômbia, bem como a insuficiência de recursos para as atividades acadêmicas. A legitimação da ação formadora e transformadora da Universidade se faz mediante a “adaptação a espaços sócio-culturais, econômicos e ambientais” - como a floresta e as áreas distantes dos centros metropolitanos - “ainda concebidos por muitos como marginais e pouco ou nada familiares ao âmbito da vida acadêmica e universitária” (Zárate, i.p.). Não obstante, a Universidade apresenta um projeto de autonomia em relação ao campo político, na situação de conflito estrutural colombiano, em termos da definição de estratégias acadêmicas determinadas por interesses científicos.

⁶ Muitas destas reflexões se arremataram em palestra proferida dia 23 de agosto de 2000 no Departamento de Ciências Humanas do Museu Goeldi, Carlos Zárate, Diretor do Imani, na qual discorreu sobre o desenvolvimento das pesquisas na Amazônia colombiana pelo Imani, sobre a presença a Universidade nas últimas décadas, das perspectivas dos trabalhos interdisciplinares e das implicações do conflito armado que cronicamente se manifesta em diferentes regiões do país.

O Conselho Nacional de Pesquisa da Colômbia (Colciências) que se estrutura em termos de uma representação baseada em avaliações de alto mérito científico, contou apenas ocasionalmente com conselheiros do Imani, como Augusto Oyuela e Santiago Duque. Com a formação de comissões regionais de ciência e tecnologia, bem como de comissões departamentais, a partir de 1990, registra-se um movimento de descentralização do Colciências, dentro de um processo de descentralização do Estado, que busca viabilizá-la mediante a integração da indústria, dos setores produtivos e organizações não governamentais⁷. Esse processo apresenta incoerências e efeitos perversos nas áreas de fronteira, como o enfraquecimento das entidades territoriais face ao abuso de poder dos caciques locais, que repercute no âmbito científico, em termos da precariedade e dificuldade do desenvolvimento dos projetos.

O Museu Goeldi e os institutos do MCT

O Museu Paraense de Etnografia e História Natural foi fundado em 1866, antes da proclamação da República pelo naturalista mineiro Domingos Soares Ferreira Penna⁸. Republicano, Ferreira Pena atuava como naturalista do Museu Nacional e inicialmente o Museu Paraense era um órgão de caráter regional, vinculado a uma Associação Filomática que não dispunha de orçamento próprio e portanto muito dependente dos recursos do governo do Estado do Pará. O renomado zoólogo suíço Emílio Goeldi dirigiu o Museu Paraense durante o apogeu da economia da borracha (1894-1907), contratando cientistas estrangeiros e colocando a instituição no cenário in-

⁷ Entre as Organizações não Governamentais que atuam na área, destaca-se: Consolidação Amazônica (Coama), que recebeu o prêmio Nobel alternativo em 1999, com um milhão de dólares para programas de educação. A Coama consiste em um agrupamento de fundações que fazem pesquisas com recursos da Comunidade Européia. Entre elas a Fundação Gaia, que realiza cartografia social entre os indígenas, criticada por privilegiar a visão indigenista; a Fundação Tropenbos, que trata de projetos relacionados com os bosques tropicais, além das Fundações Hiléya e Posto Rastrojo. Com a nova Constituição, foram criados institutos mistos, como o Instituto Sinchi, um desdobramento da antiga Corporação de Araracuara que, após a fundação do Ministério do Meio Ambiente, passou a atuar através do Instituto de Estudos Ambientais (Ideam), que não é o mesmo que o Instituto de Estudos Ambientais da Universidade Nacional (Idean). O Instituto Sinchi atualmente é o responsável pela Agenda 21 na Colômbia.

⁸ Sanjad (2005) examina detalhadamente a história da fundação do Museu Paraense, do ponto de vista da relevância desta instituição para a história das ciências naturais.

ternacional. Naquele momento, museus de História Natural, nos quais a etnografia e a antropologia ocupavam posições, transformaram-se em pontos de nacionalização das culturas locais, dentro do chamado processo civilizador, no qual os povos nativos eram submetidos ao batismo científico. Despojados de seus artefatos, transfigurados pela cultura do exotismo, esses povos eram incluídos nas espécies a serem inventariadas (Lopes & Podgorny, 2000). Esses museus, não obstante, participavam dos processos de invenção das identidades nacionais, explorando territórios, conferindo valor a objetos colecionados e legitimidade a políticas territoriais. Celebrizou-se, por exemplo, a participação de Emílio Goeldi, diretor do Museu Paraense de Etnografia e História Natural, na comissão que determinou as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa, firmando “a estampa nacional em territórios anteriormente desconhecidos”, durante o apogeu da exploração da borracha (Lopes & Podgorny, 2000). Proclamada a República, o Brasil se relacionava, com outros Estados Nacionais apesar do processo em curso de colonização territorial, no qual a Amazônia era uma região entre outras diferentes regiões nacionais, cuja condição fronteiriça implicava seu esquadramento por práticas de colonialismo interno.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) foi criado em 29 de outubro de 1952 e implantado em 27 de julho de 1954. Foi fundado como um braço amazônico do CNPq, como parte de estratégias de construção do Estado Nacional no Brasil, que implicaram um processo de nacionalização. Apresentou-se como uma instituição “pioneira” no sentido de tomar para si, do ponto de vista da política científica nacional, uma conjunção de projetos internacionais, estaduais e locais. Arthur Cezar Ferreira Reis, no seu relatório de 1956, define a Amazônia como “um mundo por descobrir e identificar”, “um espaço aberto à ousadia dos mais dispostos” (Ferreira Reis, 1956). Conferia-se assim à Amazônia brasileira o caráter de “fronteira científica”, ou seja, unidade sócio-territorial passível de incorporação em um projeto de Estado que a toma como desafio para o conhecimento. A esse caráter de fronteira científica se associava o caráter de “fronteira internacional”, uma vez que se apresentava como o denominador comum de diferentes projetos nacionais, bem como o caráter de “fronteira econômico-social” enquanto objeto de frentes de expansão e área a ser incorporada para propósitos nacionais, tais como desenvolvimento, integração e potência, esta última garantida sobretudo via expressão militar do poder nacional.

O Museu Goeldi foi até o ano 2000 um instituto de pesquisa do CNPq. Com a sua transferência para o MCT, estruturaram-se internamente ao MPEG três programas interdisciplinares de pesquisa sobre biodiversidade, manejo do meio ambiente e diversidade sócio-cultural. Coloca-se em questão a busca de alternativas à demanda exclusivamente técnico-científica, por laudos periciais, relatórios de impacto, avaliação de políticas públicas, ou outras demandas estritamente econômicas. Em 2009, o Museu Goeldi foi incluído no Centro de Pesquisas em Biodiversidade e Uso da Terra na Amazônia, um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia desenvolvido no âmbito do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia. Este Centro reúne os seguintes programas: Rede Geoma (Rede Temática em Modelagem Ambiental na Amazônia), Programa PPBIO (Programa de Pesquisa de Biodiversidade, do MCT do qual o MPEG é o coordenador para a Amazônia Oriental), bem como o Experimento LBA (Programa de Grande Escala da Biosfera - Atmosfera na Amazônia). Mantendo cooperação internacional com diversas instituições (Universidades de Cambridge, Lancaster, Queensland, American Museum of Natural History e Institut de Recherche pour le Developpement), congrega principalmente as áreas biológicas da instituição e tem como horizonte a atuação em áreas degradadas e atingidas por altos índices de desmatamento. A abordagem da ocupação humana visa a lidar com os problemas de conservação e degradação ambientais.

Os museus de maneira geral voltam-se às coleções como depositárias de artefatos naturais e sócio-culturais que despertam interesse público e mercadológico, envolvendo problemas relacionados ao patrimônio cultural, biológico ou genético. Com os editais de pesquisa baseados em critérios de mérito e produtividade, é possível dissociar a relevância científica das demandas econômicas e mercadológicas, no sentido de uma avaliação de prioridades a partir de uma perspectiva ética de pesquisa.

Verifica-se, no Brasil, um processo em curso de regionalização e estadualização das instituições científicas. Não cabe nos limites deste trabalho fazer um levantamento exaustivo de todas as instituições de ensino e pesquisa que têm sido implantadas na região. Com esse processo de regionalização, criam-se fundos de pesquisa voltados especificamente para os diferentes estados da Amazônia, tornando-se complementares aos editais nacionais lançados pelas agências nacionais de fomento que procuram resguardar recursos específicos para cada região e, em particular, para a Amazônia.

Restringimo-nos aqui nos institutos de pesquisa amazônicos do MCT. Este ministério passou a contar com mais um instituto amazônico com a criação, em maio de 1999, em Tefé, Amazonas, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) que tomou a forma de organização social. Sua fundação visou a consolidar e dar continuidade ao Projeto Mamirauá (PM) que representou um investimento deliberado na conjugação de trabalhos de extensão e formação de uma base científica sólida sobre os principais recursos econômicos do ecossistema na área focal do Projeto, na várzea do Médio Solimões, reconhecida pelo Decreto 12836 de 9 de março de 1990 (Sociedade Civil Mamirauá/CNPq/IPAAM, 1996). O PM foi estruturado inicialmente no “Programa do CNPq de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração, que consiste em apoiar pesquisa básica em ecossistemas representativos por períodos extensos, acumulando dados para futura comparação”⁹

O IDSM considera a relevância do conhecimento local sobre os recursos naturais como a pesca, exploração de madeira, caça e outros produtos, conhecimentos empregados nas relações sócio-econômicas da subsistência da população rural. Embora este não seja o único critério de avaliação da qualidade acadêmica, o conhecimento local é considerado como um aspecto indispensável da geração de conhecimento científico aplicado ao manejo das espécies e à reprodução social, que é construído pelas interseções do campo científico e do campo socioambiental (Moura, 2007).

Construção da região e intervenção na comparação de institutos amazônicos

A construção da região como objeto de análise e de intervenção para políticas nacionais e internacionais se insere na discussão sobre conhecimento e fronteira. Como artefato de intervenção, a região é hoje produto de representações sobre a natureza e a ocupação humana, ao mesmo tempo concreta e abstrata, específica e geral, arbitrária e contingente. Dentro de toda uma topologia social, a região abrange sub-regiões, construídas conforme agrupamentos sócio-culturais (índios, ribeirinhos, pretos, colonos) ou tipologias naturais e ambientais (províncias pesqueiras, minerais ou agriculturáveis) que caracterizam limites

⁹ Conforme relatório de 1996 da (Sociedade Civil Mamirauá/CNPq/IPAAM (pág. 3).

intra-regionais. Lugares com disposição similar de elementos e relações semelhantes entre si são aproximáveis umas às outras, enquanto lugares com relações ou elementos diferentes são agrupados separadamente. As heterogeneidades regionais criam fronteiras internas, sociais, resultantes do confronto entre mundos sociais divergentes.

No Brasil, desde meados do século XX, com a fundação do Inpa, tem-se olhado para a Amazônia de um ponto de vista desenvolvimentista, sendo que as políticas de preservação foram uma resposta a demandas sócio-ambientais relativamente recentes, nas duas últimas décadas do século XX. Na Colômbia, as políticas atuais com relação à Amazônia são também recentes, mais no sentido da preservação ambiental, verificando-se uma quase ausência de projetos desenvolvimentistas para a região. Daí decorre que proporcionalmente verifica-se apenas 39,6% da Amazônia brasileira sob proteção na forma de terras indígenas e unidades de conservação de vários tipos, contra 56% da Amazônia colombiana, conforme mapa produzido pela Raisg (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada) mapa que localiza áreas protegidas e territórios indígenas dos nove países amazônicos¹⁰.

A pesquisa científica se depara nos institutos amazônicos com problemas relacionados à exploração/aproveitamento de recursos em função de objetivos econômicos de Estado, o que implica a definição de fronteiras superpostas. Como ocorre com a identificação concomitante de terras indígenas, de unidades de preservação ambiental e de áreas de aproveitamento de recursos pesqueiros e madeireiros. Os institutos de pesquisa na Amazônia são unidades de intervenção que dispõem sobre a região, entendida como lugar de territorialização de políticas científicas, que interferem na organização institucional e repercutem na correlação entre as disciplinas científicas

As disciplinas

A comparação de instituições científicas como o Museu Goeldi e o Imani passa por uma análise de como as disciplinas são estruturadas de acordo com a demanda científica e em termos dos problemas postos pelo

¹⁰ Este mapa pode ser consultado eletronicamente em www.raisg.socioambiental.org

desenvolvimento. Verifica-se a distinção entre as metodologias das ciências biológicas e ciências humanas. Em programas mais voltados à análise da biodiversidade, prevalecem as ciências biológicas e, em programas sobre a diversidade sócio-cultural, as ciências humanas. A interdisciplinaridade é uma estratégia central quando se trata de projetos de manejo agrícola, pesqueiro ou florestal, quando a validade do conhecimento das populações não pode deixar de ser considerada. Nos próximos parágrafos serão expostas informações gerais sobre a organização institucional do Museu Goeldi e do Imani, no ponto de vista da estruturação disciplinar¹¹.

O Museu Goeldi é estruturado em quatro coordenações (departamentos de pesquisa), no qual são desenvolvidas linhas definidas de acordo com as prioridades de cada área, articulando pesquisa, sendo a pós-graduação ministrada em convênio com a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal Rural da Amazônia:

- **Botânica:** realiza pesquisas sobre a flora amazônica, visando à obtenção de subsídios para seu conhecimento e aproveitamento, seja preconizando a conservação de ecossistemas, seja auxiliando a comunidade na solução de problemas afetos à área e de interesse para a economia da região. Atua nas áreas de taxonomia e biosistemática, etnobotânica e botânica econômica, anatomia de madeira e de órgãos vegetativos e em estudos de biodiversidade, estrutura e dinâmica da floresta amazônica. Essas linhas mantêm diversas coleções, como o Herbário João Murça Pires, criado por Jacques Huber em 1895, que possui mais de 150.000 exsiccatas (plantas secas). Existem, ainda, as coleções de sementes, frutos, madeiras, pólen e cortes histológicos, com milhares de amostras.
- **Ciências da Terra:** desenvolve pesquisas relacionadas à evolução dos ecossistemas amazônicos. As linhas de pesquisa são relacionadas à paleontologia e paleo-ecologia em regiões tropicais, sedimentologia e estratigrafia, evolução de ecossistemas costeiros amazônicos, geologia do quaternário, bio-geoquímica, geo-arqueologia, pedologia e solos degradados. As pesquisas são de cunho predominantemente multidisciplinar, enfocando os processos de interação existentes entre os componentes bióticos e abióticos

¹¹ Consultar as páginas de acesso eletrônico às informações de ambas instituições: para o Museu Goeldi, <http://www.museu-goeldi.br>, e, para o Imani, <http://www.unal.edu.co/Imani>

através do tempo geológico na Amazônia. O acervo paleontológico da instituição conta com mais de 6.000 espécimes e o mineralógico, mais de 1.000 amostras.

- **Zoologia:** executa estudos que objetivam, além do inventário da fauna amazônica, a análise de sua distribuição geográfica, comportamento, relação com o ambiente e relação de parentesco entre as espécies, visando uma melhor compreensão da região amazônica e dando subsídios à elaboração de planos de conservação do meio ambiente e manejo de fauna. Nos laboratórios de mastozoologia, ornitologia, herpetologia, ictiologia e entomologia são estudados macacos, morcegos, roedores, aves, lagartos, cobras, anfíbios, peixes, crustáceos e diversos insetos. O acervo zoológico do Museu Goeldi é formado por coleções de vertebrados (incluindo exemplares em álcool), peles, esqueletos, ninhos, ovos e coleções menores de peças anatômicas, totalizando aproximadamente 150.000 espécimes, e coleções de invertebrados, com cerca de 1.070.000 exemplares, principalmente insetos, artrópodos e moluscos.
- **Ciências Humanas:** desenvolve estudos arqueológicos, antropológicos e linguísticos, que visam à ampliação dos conhecimentos sobre populações contemporâneas e pré-históricas da Amazônia. Em antropologia são desenvolvidas pesquisas sobre História e Antropologia do Conhecimento sobre a Amazônia, bem como sobre diferentes sociedades amazônicas. As coleções etnográficas e arqueológicas revelam a riqueza da experiência humana na Amazônia, tanto no passado quanto no presente. A coleção arqueológica reúne mais de 81.000 peças e fragmentos de cerâmica, artefatos líticos e outras evidências coletadas em vários sítios arqueológicos da região. O acervo etnográfico tem cerca de 14.000 peças, de diferentes origens geográficas (Brasil, África, Peru e Suriname) e constituição material que abrange todas as categorias artesanais. As maiores coleções referentes às culturas indígenas representam, na sua maioria, o resultado das pesquisas de campo de antropólogos do Museu ou que pela instituição passaram. A área de linguística dedica-se a descrever e analisar línguas indígenas. Os pesquisadores se envolvem com projetos de alfabetização e produção de material didático, promovendo ações de salvamento, considerando o perigo de extinção de línguas indígenas.

Já o Imani encontra-se estruturado em quatro linhas de pesquisa, a saber:

- **Ecossistemas, biodiversidade e conservação:** inclui estudos em processos ecológicos dos diferentes ambientes inseridos no ecossistema amazônico. Conta com dois laboratórios de pesquisa em limnologia, ecologia de sementes e extratos vegetais, além de um viveiro. Estes temas são desenvolvidos por dois grupos de trabalho: Limnologia Amazônica e Ecologia de Ecossistemas Terrestres Tropicais.
- **História e Culturas Amazônicas:** são desenvolvidos enfoques etnográficos, socioeconômicos e ambientais, para a abordagem dos processos de povoamento, a relação das populações humanas com o meio envolvente, as dinâmicas de configuração regional e sua relação com os contextos nacionais e globais ou os fenômenos de criação e transformação dos espaços fronteiriços. A linha privilegia a compreensão das concepções dos atores locais em temas como a reconstrução social e simbólica das sociedades amazônicas, o território, a noção de pessoa, a história local e regional e as redes sociais de interação. Estes temas são desenvolvidos em dois grupos de trabalho: povos e ambientes amazônicos e Etnologia e Lingüística amazônica.
- **Desenvolvimento regional na Amazônia:** abriga a discussão e reflexão acadêmica sobre os problemas associados ao desenvolvimento e sua incidência nos processos sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos da Amazônia contemporânea. Cobre uma ampla gama de campos de investigação, de disciplinas e de aproximações, tanto metodológicas como teóricas, entre as quais se destacam: teoria do desenvolvimento, processos de ocupação territorial contemporâneo, estudos de fronteira.
- **Educação, Pedagogia e Gênero na Amazônia:** criada em 2008, foi recentemente reconhecida pelo Colciências e ainda está em fase de implantação.

Comparações

Levantando alguns pontos para comparação entre o Imani e o Museu Goeldi, nota-se que o último tem uma estrutura departamental

que organiza as informações sobre as coleções que têm sido formadas desde os primeiros tempos da instituição, compartimentalizada de acordo com o enfoque disciplinar. As pesquisas da área biológica são dirigidas mais especificamente à sistematização taxonômica de espécies botânicas, zoológicas e minerais, enquanto os problemas sócio-culturais ficam a cargo das disciplinas da área de ciências humanas. Na área biológica muitas vezes evita-se considerar a ocupação humana, mesmo porque as etapas burocráticas para a obtenção de autorização para pesquisa “com humanos” dificultam o desenvolvimento das pesquisas e criam inadequações entre os cronogramas de liberação de recursos e a organização das atividades de pesquisa. No entanto, nos últimos anos as políticas de pesquisa têm incentivado programas interdisciplinares, o que tem acarretado a organização de programas transdepartamentais.

Por sua vez, as pesquisas no Imani recebem uma organização mais integrada no sentido de estruturar os pesquisadores da instituição em linhas interdisciplinares. No entanto, também se verifica uma compartimentalização semelhante ao MPEG. A abordagem na linha de pesquisa sobre ecossistemas, biodiversidade e conservação tem caráter mais biológico, enquanto na linha “História e Culturas Amazônicas” se concentra mais nas humanidades. Os estudos propriamente interdisciplinares se circunscrevem à linha desenvolvimento regional na Amazônia, que abriga proporcionalmente pesquisas das áreas biológicas e humanas.

No Imani, implantado a partir de um projeto de descentralização universitária e de perspectiva de institucionalização da vida pública, coloca-se como questão a substituição de cultivos, como forma de possibilitar a melhoria da qualidade de vida regional. Trata-se, assim, de saber se as populações transformariam seus hábitos tradicionais com a adoção de novos cultivos - o arroz e o feijão, por exemplo, em sua rotina de subsistência. Associada a estas questões está uma situação de “eterno conflito” entre guerrilheiros, narcotraficantes, paramilitares e o governo, que gera confrontos armados, os quais têm por consequência o desmatamento e a fragmentação das sociedades indígenas¹².

¹² Segundo afirmação do Diretor do Imani, Carlos Zárate, depoimento compulsado em matéria intitulada “Cresce tensão na Amazônia Colombiana. Crise econômica e guerrilha são os principais problemas da região”, em Diário do Pará, 24 de agosto de 2000, pág.6.

Trazendo a discussão para a pós-graduação, a mesma no Brasil encontra-se estruturada há mais tempo que na Colômbia. Só recentemente no Imani tem-se pensado sistematicamente em um programa de doutorado¹³, o que já se encontra implementado no convênio do Museu Goeldi com a UFPA, em diversas áreas, desde a última década do século XX, o que tem conduzido a uma maior consolidação da produção científica e dos canais de divulgação editorial no país. O intercâmbio mediante convênios permite que professores, pesquisadores e pós-graduados passem a ter acesso ao fluxo de publicações produzidas em todas as latitudes, permitindo que paradigmas exógenos sejam filtrados dentro de teorias adequadas às realidades observadas. A vinculação dos centros de pós-graduação às políticas públicas passou a condicionar o incentivo de estudos sobre política indigenista, contato interétnico e temas considerados estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico, como o é hoje a temática das fronteiras.

A partir de 2001 enfatizou-se mais a vocação universitária da Sede de Letícia, atendendo à demanda de uma maior presença da UNC na vida pública, e uma maior definição de vínculos com as outras instituições que atuam em Letícia. Se considerarmos o ensino universitário, e mesmo o de segundo grau, na Colômbia verifica-se grande rigor de um público consumidor de produção científica, dentro de um sistema ortodoxo de ensino no qual a pós-graduação constitui antes um instrumento de incremento científico que de formação profissional. Deve-se também considerar que quando os antropólogos não são “visitantes”, mas cidadãos em sociedades convulsionadas pela violência, cuja cultura do medo e do terror leva à busca de um lugar tranquilo, o pesquisador é impelido a “trabalhar em casa”. Com os altos índices de violência do Brasil essa situação também passa a ser uma verdade, embora a cultura brasileira valorize sobretudo a “vida na rua”, com todos os riscos que isso implica.

No caso dos dois institutos de pesquisa da Amazônia abordados por este trabalho, tem sido relevante construir problemas relacionados com o “desenvolvimento sustentável”, bem como a criação de unidades de conservação, tomadas na presente reflexão como artefatos sociais. Nos dois institutos são desenvolvidas pesquisas sobre preservação ambiental, outras intervenções em áreas degradadas, política indigenista.

¹³ Segundo consta no relatório de gestão de 2007-2008 da Sede Amazônia da Universidade Nacional de Colômbia, pág.8.

No Brasil estudos etnológicos fornecem subsídios para identificação e demarcação de áreas indígenas, e antropólogos atuam em equipes técnicas da Funai. Essas práticas de intervenção não se restringem à proteção indigenista e à preservação ambiental, mas também são enfocadas em estudos de natureza reflexiva, inseridos em linhas de interesse constituídas a partir de problemáticas comuns. No Museu Goeldi, a definição de linhas de pesquisa departamentais ou interdepartamentais está integrada à preocupação com a formação, análise e conservação de coleções, documentação e consolidação da biblioteca, e com a difusão e a editoração científica. Essas linhas de pesquisa não podem ser definidas estritamente em termos de determinações econômicas, nem o valor científico pode ser aferido segundo critérios de lucratividade imediata, ou conforme a demanda da mídia. Tanto a inovação científica e tecnológica em projetos piloto, quanto a tradição científica operacionalizada na edificação de projetos relevantes para a situação atual são faces dinâmicas e contraditórias do que já se fez e do que se faz na prática da ciência.

A comparação de Latour (1989), entre o “modelo de difusão” e o “modelo de tradução” é interessante para indicar os problemas respectivos sobre a forma de conceber os projetos de desenvolvimento sustentável¹⁴. Dentro de uma perspectiva de cristalização da ciência baseada em um modelo de difusão, os problemas sociais aparecem como causa das investigações sociológicas e a defesa da ecologia como causa das investigações em ciências naturais. As explicações dentro dos enfoques destas disciplinas se apresentam assimétricos. No modelo de tradução, pelo contrário, estes enfoques seriam simétricos em relação às suas explicações, visto que uma “ciência em ação” da sociedade tem por consequência “estados do coletivo” em transformação. Em contrapartida, uma “ciência em ação” da natureza tem por resultado “estados das coisas” em permanente transformação, conforme as “regras de método”,

¹⁴ Seguindo formulações de Latour, o exame da “ciência em ação” irá mostrar como a ciência opera dentro de uma rede de comprometimentos que se compõem e recompõem. O autor utiliza a palavra “tradução” para descrever esta recomposição de interesses, dentro de uma “translação” tão completa que “rende” a todas as outras investidas de tradução, alcançando assim um tipo de “hegemonia” (Latour, 1989: 189/193). Segundo este autor, a “ciência em ação” observa como a ação dos pesquisadores acarreta a construção social de fatos e artefatos.

propostas por Bruno Latour¹⁵. Dentro do modelo de tradução, não se trata de partir de uma dicotomia entre as duas esferas de conhecimento, mas de uma síntese dinâmica, baseada na tradução em uma relação de “realimentação” entre as disciplinas.

Os estudos tradicionais, de caráter acadêmico e museológico convencionais seguem pautados na compartimentalização disciplinar, condicionada, muitas vezes à disputa por recursos. As ciências humanas tomam objetos que envolvem a crítica social e mostram-se inadequadas a políticas que envolvam um retorno econômico imediato, enquanto as disciplinas da área biológica, que têm um retorno econômico mais palpável, consideram problemático considerar os problemas sociais. Mesmo não se levando em consideração a disputa por recursos, todavia, torna-se difícil compatibilizar linguagens de disciplinas que se constituíram com abordagens próprias, em universos excludentes em relação a outras disciplinas. No entanto, quando existem demandas por parte das políticas públicas, de programas de desenvolvimento, que abrem linhas de financiamento específicas, incentiva-se que, no processo de produção de conhecimentos dialogados, se rompam tais barreiras, construindo a realimentação interdisciplinar.

As diretrizes de financiamento são estabelecidas em um esquema vertical que expressa a regulação das controvérsias, com estratégias de aliança entre “consolidados” e “fronteiriços”, inscrevendo-se deste modo entre redes sociais e institucionais. Neste campo de envolvimento, observam-se relações de simetria e assimetria, um movimento em que os pontos fracos se tornam fortes e os fortes se tornam fracos, em que tais inversões possibilitam desencontros e reencontros. O *habitus* colonial, no entanto, leva à repetição de práticas coloniais (Kuper, 1996), como a busca da originalidade alhures, o culto ao exótico e as dificuldades de comparação entre povos que vivem em situação muito semelhante. A construção da hegemonia implica a legitimação de práticas de sujeição/dominação que levam a

¹⁵ Na sua segunda “regra de método”, exposta em seu livro *A ciência em ação* (1988) Latour toma a regulação das controvérsias na prática científica como causa das representações da natureza, e não o contrário, invertendo a proposição que busca em um determinado estado de natureza as causas da controvérsia científica. Levando adiante este raciocínio, formula sua terceira “regra de método”, na qual afirma que, como a regulação de uma controvérsia é a causa de uma representação estável da sociedade, não se deve partir da explicação do porque e do como se resolveu uma controvérsia a partir do “estado de sociedade” (Latour, 1988: 426).

caracterizar os institutos “fronteiriços” como institutos “tutelados”, uma vez que estes institutos encontram-se dependentes da tutela econômica e política e de definição de diretrizes formuladas por atores que pertencem a “centros consolidados”.

Conclusão

Olhando-se comparativamente para as pesquisas brasileiras e colombianas, nota-se que, em ambos os países, grande parte as pesquisas são norteadas por demandas externas. É ponto pacífico, no campo científico, que na Amazônia são encontradas valiosas fontes para a pesquisa científica. Nem sempre, contudo, os resultados produzidos em instituições fronteiriças são reconhecidos como universalmente válidos. Ademais, a demanda internacional para os pesquisadores desses países é basicamente a coleta de informações originais, re-editando-se nos dias atuais, a tradicional dicotomia entre “coletores” e “produtores” de ciência. Os autores “nativos” latino-americanos são considerados, sobretudo, fontes de informação - cujas pertinências teóricas são muitas vezes depreciadas - para as grandes sínteses produzidas nos países do “primeiro mundo”. Em grande parte esta dicotomia é também reproduzida internamente ao Brasil e à Colômbia, cujos campos científicos também apresentam diferenciação regional entre Sul/Sudeste *versus* Norte/Nordeste no Brasil, e Bogotá/Antióquia *versus* “províncias” na Colômbia.

Levando a comparação para um plano institucional, e retomando a discussão a partir de Bourdieu e Latour, verifica-se que existe uma realimentação entre “centros consolidados” e “centros fronteiriços”, pois uns não podem produzir independentemente dos outros. Esta oposição entre “consolidados” e “fronteiriços” parece mais adequada que as “dominantes” e “dominados ou entre “fortes” e “fracos”. Os “dominantes” podem depender dos “dominados” e o fortes podem ter pontos fracos e vice-e-versa. As relações de competição entre centros de uma mesma região, cidade ou universidade, leva a relativizar também a dicotomia entre “centrais” e “periféricos”, sendo preferível reter a polarização entre “consolidados” e “fronteiriços”, que se situam em lugares “estratégicos”. O afastamento de determinado agente desses lugares “estratégicos”, mesmo que caracterizáveis como “não consolidados”, pode ser fatal para a continuidade de seu

projeto criador, uma vez que perderá o contato com os agentes e instituições dominantes, mesmo que sediado em um lugar “central”.

A verticalidade das relações Norte/Sul condiciona as escolhas e as trajetórias dos representantes do campo intelectual nas universidades nacionais do último, configurando suas redes em termos de conjunções de interesses. A ciência se faz em um jogo de espelhos entre a demanda dos campos políticos locais e as determinações definidas a partir de instituições universitárias relacionadas diretamente com os centros de decisão política e econômica. As tentativas de articular os pesquisadores em redes muitas vezes se frustram quando a disputa por posições no campo de conflito pelo capital simbólico determina que a relação entre instituições apareça como relação entre indivíduos e a relação entre indivíduos pareça uma relação entre instituições, sendo necessário avaliar as trajetórias e as escolhas pessoais e institucionais, as relações entre as potencialidades individuais e a força de pressão institucional, com base no capital simbólico acumulado e com base nas políticas científicas.

Para finalizar, cabe perguntar: como desenvolver pesquisas sobre a fronteira amazônica em um espaço institucional específico, se o terreno comunicativo no qual se formulam os projetos está impregnado pela tutela das agências financiadoras, as quais, por reconhecerem que esta região apresenta interesses estratégicos, oferecem fundos de pesquisa dirigida, de acordo com políticas mais globais?

É uma questão que se coloca para o Imani, e também para o Museu Goeldi.

Referências bibliográficas

- Bourdieu P. Campo intelectual e projeto criador. In: Poullon J *et al* (orgs) *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp.105-146.
- Elias N. Scientific Establishments. In: Elias N, Martins H & Whitley R (eds) *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht, Boston and London, D. Reidel Publishing Company, 1982, pp. 3-70.
- Faulhaber P. No aniversário do Museu Goeldi. *Jornal da Ciência*, São Paulo, SBPC, 1999, ano XIV n° 423: 12.
- _____. Introdução. In: Faulhaber P & Toledo PM (eds) *Conhecimento e Fronteira. História da Ciência na Amazônia*. Belém, Museu Goeldi, 2001.

- _____. A história dos institutos de pesquisa na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, 2005; 19(54): 241-258.
- Ferraz Bezerra MG. O impacto da Política de C&T do Brasil no desempenho de um instituto de pesquisa básica na Amazônia: O caso do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Dissertação de Mestrado*. Belém, UFPA/ Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.
- Kuper A. *Anthropology and Anthropologists. The Modern British School*. London and New York, Routledge, 1996, 3ª edição.
- Hoyos NE. *Propuesta para la creación de um sistema de estímulos a los investigadores de Colombia*. Asociación Colombiana para el Avance de la Ciencia, Bogotá, 1990.
- Latour B. *La Science en action*. Paris, La Découverte, 1989.
- _____. *Politiques de la nature. Comment faire entre les sciences en démocratie*. Paris, Gallimard/ La Découverte, 1999.
- Lopes MM. A formação dos Museus Nacionais e a América Latina Independente. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 1998; 30:121-143.
- Lopes MM & Podgorny I. The Shaping of Latin American Museums of Natural History, 1850-1990. *Osiris*, 2000; 15: 108-118.
- Moura EAF. **Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá Estado do Amazonas, Brasil**. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- Oliveira JP. A Pesquisa Tutelada. *Ciência Hoje. Especial Amazônia*. Rio de Janeiro, SBPC, 1991:13.
- _____. Uma trajetória em antropologia (depoimento). O ofício do etnógrafo e a responsabilidade social do cientista. In: Oliveira, J.P. (org) *Ensaio em Antropologia Histórica*, 1999, pp. 211-263.
- Reichel E. Cognopiratería y tráfico del conocimiento. In: Useche Losada M. *Ciencias Sociales em la Amazonia Colombiana. Guerra, etnicidade y conocimiento*. Bogotá, Comisión Regional de Ciencia y Tecnología de la Amazonia/Sinchi/Colciencias, 1999, pp.143-202.
- Reis ACF. “O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Origens, objetivos e funcionamento. Sua contribuição para o desenvolvimento científico da Amazônia”. Relatório INPA. Manaus, AM 1956

Restrepo O. La Comisión Corográfica y las Ciencias Sociales. In: Arocha J & Friedmann N (org) *Un Siglo de Investigación Social. Antropología en Colombia*. Bogotá, Presencia, 1984, pp. 131- 158.

Sanjad N. A Coruja de Minerva: O Museu Paraense entre o Império e a República. 1866-1907. *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

Determinismo climático e salubridade amazônica na percepção de Bates e Wallace

Climatic determinism and Amazon salubrity in Bates and Wallace's perceptions.

José Jerônimo de Alencar Alves¹

Resumo: O interesse pela implicação do meio ambiente na vida do ser humano tornou-se efervescente nos dias de hoje. É um interesse renovado, pois ele era bastante acentuado antes da emergência do paradigma darwinista, claro que, com as características da época. O determinismo climático e outros temas que o Iluminismo colocou em evidência permaneciam no centro das discussões dos naturalistas quando Bates e Wallace residiram na Amazônia. Embora sejam mais conhecidos por suas contribuições, respectivamente, ao mimetismo dos insetos e à evolução das espécies, eles não deixaram de discutir as questões ambientais. Estas questões são analisadas pelo presente artigo, que aponta a experiência dos dois naturalistas na Amazônia como decisiva para aumentar suas dúvidas quanto ao determinismo climático e quanto à insalubridade dos trópicos. Desse modo, suas idéias são bem significativas de um contexto em que o velho paradigma fundado neste determinismo estava em crise.

Palavras-chave: história, ciência, ambiente, saúde, naturalistas.

Abstract: *The interest in knowing how the environment acts on mankind becomes important nowadays. There is a renewed interest that existed already before the Darwinian paradigm, however with the characteristics of the time. The climate determinism and other issues emphasized by the Illuminism was in evidence among the naturalists when Bates and Wallace lived in the Amazon. They were known by their research, respectively, on the insects' mimesis and the evolution of the species, but they researched also environmental issues. These issues are analyses in the present article that shows how the stay of those naturalists in the Amazonia was important to raise doubts concerning*

¹ Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Pará. Email: jeronimoalves@hotmail.com.

the climate determinism and the tropical insalubrities. Therefore their ideas were very significant of a context where the old climate determinism paradigm was in crisis.

Keywords: history, science, environment, health, naturalists.

Introdução

O interesse na relação entre meio ambiente e salubridade é crescente. Se, por um lado, a civilização moderna é louvada, pois suas conquistas científicas e tecnológicas teriam contribuído, até mesmo, para ampliar a longevidade da vida humana; por outro, tem sido alvo de severas críticas: a ciência no afã de dominar a natureza teria causado a destruição das florestas e poluído o ar, entre outros prejuízos ao meio ambiente. Esses “efeitos colaterais” da modernidade estariam colocando em risco a própria vida no planeta.

No decorrer do século XX, a destruição causada pelos artefatos nucleares, a emanção de gases químicos e outros efeitos danosos ao meio ambiente contribuíram de modo decisivo para abalar as ideias difundidas pelo positivismo, pelo darwinismo social e outras, que imputavam absoluta positividade aos efeitos da civilização moderna. A dúvida quanto à absoluta positividade da civilização, abriu espaço para questões que passaram a interrogar até que ponto a relação entre civilização e meio ambiente tem melhorado as condições de vida da população.

A perspectiva histórica é adequada para refletir sobre essa questão pois, para avaliar as opiniões sobre os efeitos da civilização em relação ao meio ambiente e as implicações deste para a vida da população de uma determinada localidade, é importante retornar no tempo para indagar como esse ambiente era percebido, quando nele o impacto da civilização ainda era incipiente. É claro que não é possível elucidar uma questão de tal amplitude nos limites desse trabalho, mas é possível contribuir para melhor compreendê-la. Para isso, pretendo analisar a relação entre meio ambiente e salubridade na Amazônia, na ótica de dois naturalistas Bates e Wallace, que residiram nesta região durante onze e quatro anos, respectivamente.

Os dois naturalistas, partindo juntos de Liverpool, em 1848, após uma viagem de 29 dias estavam diante da Amazônia. No dia 28 de abril

chegavam ao seu centro mais urbanizado, a cidade do Pará (onde hoje é Belém). É significativo dizer que residiram na Amazônia e não apenas viajaram por ela, pois a palavra viagem pode não ser suficiente para expressar a permanência duradoura e o íntimo contacto que tiveram com ela. Sua relação com a natureza e a população local não foi limitada pelos interesses de uma expedição de pesquisa, mas de quem ali habitou. Os dois naturalistas nasceram na Inglaterra, mas também foram homens da Amazônia por adoção recíproca.

Eles tornaram-se conhecidos sobretudo por seus trabalhos no campo da zoologia: o primeiro, pelas idéias que o conduziram à elaboração da lei que rege o mimetismo dos insetos e o segundo, pelas ideias que o conduziram à lei da seleção natural das espécies, que teria elaborado no mesmo tempo que Darwin, ou mesmo antes (Ferreira, 1990; Knight, 2001). Mas os estudos de ambos não se reduziram a esses aspectos. Como era de praxe entre os naturalistas, seus estudos foram bastante diversificados.

A primeira edição do livro de viagem de Wallace foi publicada em 1853 (Wallace, 1979) e a do livro de Bates em 1863 (Bates, 1979). Esses *livros de viagem*, naquele momento em que a ciência estava menos especializada, eram um caleidoscópio de imagens sobre a região. Além da zoologia, botânica, geologia, ou seja, das disciplinas constituintes da História Natural, incluíam estudos sobre as populações indígenas, a fisionomia das cidades e - o que é importante para esse artigo - as impressões sobre o meio ambiente e suas implicações na salubridade local.

A generalidade desses estudos pode ser caracterizada tomando como referência os dizeres de Latour (1994, p.20) sobre a Etnologia. Ao contrário dos demais campos modernos do conhecimento, diz ele, a Etnologia não restringe seu campo de ação a apenas uma das três instâncias que seguem: natureza, sociedade e discurso. A observação de uma nação indígena por um etnólogo abrange o corpo, a cultura e os relatos de seus componentes. Do mesmo modo, essas três instâncias eram atravessadas nos livros de viagem desses naturalistas.

A ótica desses naturalistas sobre a natureza e a cultura da Amazônia derivou da interação direta deles, com o “novo mundo” e também das imagens pré-concebidas a partir das leituras anteriores das obras de Humboldt, Spix, Martius e outros que já haviam retratado a Amazônia. Essas imagens pré-concebidas foram modificadas, mas não deixaram de influenciar as novas imagens formadas depois da observação direta. A

influência das condições prévias na formação de novas ideias são apontadas por Kuhn, Foucault e muitos estudiosos do conhecimento científico, embora os conceitos utilizados por eles possam ser diferentes. Para Kuhn (1987) esses condicionantes são os *paradigmas*, ou visão de mundo sedimentada na comunidade científica; para Foucault (1987), são as *epistémês*, ou visão de mundo sedimentada na sociedade da época. Assim, é importante retomar às ideias que circulavam na Europa, já que Bates e Wallace partiram delas para refletir sobre a natureza e a cultura do novo mundo, inclusive sobre o meio ambiente e suas implicações para os que nele habitavam.

Com o Iluminismo cresceu a concepção de que o meio ambiente era o determinante principal na constituição do ser humano. Montesquieu sustentava que os habitantes dos climas quentes são apáticos, predispostos à escravidão, à poligamia. Alguns naturalistas contribuíram para manter essa negatividade, outros para amenizá-las e até invertê-las, mas, no século XIX, a “determinação climática” continuava a fomentar as questões científicas. (Ventura, 1991; Albuquerque, 1999). Humboldt, que foi a principal referência para os naturalistas viajantes, antes de Darwin, não deixava de enfatizar que o caráter dos povos depende quase inteiramente da influência do clima, mas que o efeito dessa dependência continuava “muito pouco conhecido” (*apud* Kury, 2001, p. 867)

A concepção de que havia uma conduta moral compatível com a ordem da natureza tornou-se científica. Os desvios dessa conduta passaram a ser considerados desvios da ordem natural, frequentemente identificados como degenerações, vícios ou perversões, que incluíam desde os atentados contra a vida até a prática da poligamia e as “fraudes contra a procriação” (Foucault, 1984, p.37-49).

A preocupação com o efeito do ambiente nos seres humanos, no momento em que Bates e Wallace estiveram na Amazônia, continuava bastante expressiva. A Geografia Médica, a Climatologia Médica e outros campos do conhecimento que tratavam dessa questão estavam em destaque nos centros científicos (Edler, 2001). Estes campos do conhecimento contribuíam para difundir a ideia pela qual os miasmas, o clima e outros agentes ambientais eram os principais causadores das doenças. Neste aspecto, ainda não tinham perdido a prioridade para os micro-organismos, que ganharam visibilidade com ascensão da Microbiologia, nem para os agentes hereditários enfatizados pela Eugenia. (Alves, 1997; Marques, 1994)

A ênfase no meio ambiente como determinante primeiro das condições de vida do ser humano se ampliou com as viagens destinadas à descoberta e à colonização do novo mundo (Edler, 2001, p.6). A constatação de que havia imensos espaços geográficos desconhecidos e habitados por seres humanos de feições e comportamentos bem diferenciados daqueles de onde vinham os colonizadores, foi um fator determinante para interrogações sobre as causas dessas diferenças. Como os ambientes geográficos e meteorológicos eram bem diferentes daqueles da Europa, eles pareciam estar entre as principais causas das diferenças dos seres que neles habitavam.

Em um extremo, havia quem considerasse o ambiente nos trópicos favorável a uma constituição saudável de seus habitantes, em outro, parecia que ali não poderia haver mais do que indivíduos apáticos, com disposição para a escravidão e a perversão e, ainda, sem qualquer possibilidade de evolução (no sentido de tornar-se civilizado). Entretanto, a questão principal era saber até que ponto esses vícios seriam determinados pelo clima tropical. Esta questão continuava em aberto (Albuquerque, 1999). Como veremos, mais adiante, estava presente nas reflexões de Bates e Wallace.

Sendo homens de ciência, eles procuraram registrar a forma, a grandeza e a quantidade dos seres da floresta, com a maior objetividade possível mas, como era de praxe entre os naturalistas, não deixaram também de registrar as impressões sensíveis experimentadas no cotidiano das observações, de modo explícito e intencional. Assim, a sensação de prazer, bem estar ou desconforto que sentiam era sempre registrada, além das medidas de temperatura e dos possíveis efeitos desta, na salubridade local.

As impressões desses naturalistas eram de quem experimentava o contraste entre a vida na selva e o auge da civilização. Procedentes da Inglaterra conviveram com as fábricas, as ferrovias e outros elementos que representavam o auge da civilização moderna, por outro lado, vieram para a Amazônia, onde esses traços, embora já presentes, estavam longe de impregnar o cenário da região. Este cenário ainda era dominado pela selva e os seus constituintes. Sobre esse ambiente, ainda bastante permeado pelas tradições indígenas e pelas marcas da senzala, Bates e Wallace deixaram suas impressões que, inevitavelmente, eram influenciadas pelos valores adquiridos no ambiente urbano do qual eram procedentes.

Bates

Conforme a descrição de Bates, a cidade do Pará não passava de três ruas paralelas cortadas por algumas transversais menores. As ruas, em suas extremidades, se não terminavam no rio, eram praticamente invadidas pela floresta. Aí, Bates estabeleceu sua primeira residência e ponto de partida para as suas viagens para outros lugares da Amazônia, durante os 11 anos que passou na região, sempre dedicados aos estudos da História Natural.

Os estudos sobre o clima estavam presentes desde o início. Ao mesmo tempo em que ele observava que a temperatura do Pará oscilava entre $73^{\circ}F$ e $94^{\circ}F$ (que corresponde aproximadamente a $22,7^{\circ}C$ e $34^{\circ}C$) ele tecia considerações sobre as sensações dessa temperatura no seu próprio corpo.

“A temperatura é amena, o permanente frescor da vegetação, a frescura da estação da seca, quando o calor do sol é abrandado pelas fortes brisas marinhas, bem como a moderação das chuvas periódicas tornam o seu clima um dos mais privilegiados da terra, (Bates, 1971, p.23).”

Quanto ao efeito do clima sobre a população local, o que ele observou não foram corpos combalidos por doenças tropicais, nem com relação aos nativos, tão pouco em relação aos estrangeiros. Ele se surpreende em perceber que mesmo os residentes, há décadas, naquele local “pareciam tão corados e saudáveis como se nunca tivessem deixados sua terra natal”. Surpreendia-se, ainda, em observar que mulheres nativas: “pareciam conservar sua boa aparência e robustez mesmo quando já haviam deixado de ser jovem”. (Bates, 1971, p.23)

A surpresa diante do que observava mostra que a imagem que ele formara sobre as condições de vida na Amazônia, a partir de suas informações anteriores, não era tão otimista no que se refere às condições de vida na região. As surpresas pela contradição entre o que tinha apreendido sobre os efeitos do clima na população e as suas impressões locais, nos primeiros momentos de sua chegada, são bem expressas pelo comentário: “ficamos surpreendidos ao verificarmos que não havia risco em ficar a pessoa exposta ao ar da noite, nem em morar em terrenos pantanosos” (Bates, 1971, p.23). Tanto o ar da noite tropical como o que emanava dos pântanos pareciam oferecer qualquer risco para a população local como era concebido, inclusive pela da medicina da época.

Quanto à concepção de que o clima implicava na conduta moral dos indivíduos, Bates não deixou de opinar. Diante dos costumes e da miscigenação dos africanos, indígenas e europeus, que longe de sua pátria adotavam novas formas de conduta, Bates afinava-se aos juízos negativos. Tanto os amores clandestinos, como a poligamia e outras formas de relacionamentos diferentes da ordem moral dominante em sua pátria de origem, ele via como “relações sexuais insatisfatórias” e “promíscuas”. Entretanto, ele não imputava ao clima o agente responsável por esses “desvios da conduta natural”.

“Não posso admitir que esse estado de coisas seja uma decorrência obrigatória do clima e das instituições vigentes, pois já morei em pequenas cidades do interior do Brasil, onde o padrão e os hábitos de seus habitantes eram tão elevados quanto aos encontrados em lugares similares na Inglaterra (Bates, 1979, p.25).”

Por outro lado, o fato de considerar que esses “desvios” estavam declinando, mostrava que ele não era adepto da concepção que atribuía absoluta incompatibilidade entre o clima tropical e a “moral civilizada”. A explicação que dava para suas conclusões era baseada na cultura e não no meio ambiente. Essa conduta seria pelo menos em parte devido à “degradante posição em que sempre esteve relegada a mulher, no Brasil, conduta trazida pelos portugueses, que impediam que suas mulheres estudassem ou tivessem vida social. Só agora, as mulheres brasileiras estavam começando a sair dessa posição de inferioridade.” (Bates, 1979, 25)

A opinião de Bates sobre as boas condições de salubridade na entrada da Amazônia tende a se estender para o resto da região. Isto não quer dizer que ele tenha deixado de considerar algumas localidades como extremamente insalubres devido às formações geológicas e meteorológicas, como se pode ver por seu depoimento sobre a insalubridade de afluentes do Amazonas:

“Comecei a compreender, então porque os rios secundários do Amazonas eram tão insalubres, ao passo que sua corrente principal se mostrava praticamente livre dos males causados pela malária. A causa estava, sem dúvida, no vagaroso fluir das águas dos tributários, na estação da seca e na ausência do refrescante vento que sopra do leste e purifica o ar ao longo das margens do grande rio (Bates, 1979, p.167).”

Para Bates, entretanto, o clima da região era predominantemente salubre. Ele observava que na Amazônia “os lugares pantanosos e cheios

de mato eram geralmente mais saudáveis que os secos, devido à ausência de uma grande irradiação de calor do solo” (Bates, 1979, p.286). Desse modo contradizia uma concepção acentuada na medicina da época, pela qual os pântanos emanavam miasmas ou eflúvios malignos na atmosfera tornando as regiões em seu entorno extremamente insalubres.

Nem mesmo as epidemias que abalaram a região no momento em que ele nela se encontrava arrefeceram seu entusiasmo quanto à salubridade da região. Ele registra que, de 1850 a 1855, a província foi atacada por várias epidemias, desde a febre amarela até o surto de cólera, mas isso seria a exceção e não a regra pois, excluindo esse período, a salubridade da região era livre de endemias e portanto “extraordinária”. Nem mesmo esses contratempos, impediram que ele se pronunciasse sobre a atmosfera da cidade até mesmo com certo lirismo, ao afirmar que no Pará, “as noites de luar são particularmente belas; e a atmosfera é de um agradável frescor” (Bates, 1979, p.32)

Essas epidemias não mudaram a opinião de Bates sobre a salubridade da Província do Pará porque ele sabia que elas não eram particularidades dessa região, nem tinham nela se originado. Ele já se encontrava na região quando a imprensa anunciava seu efeito devastador na Europa e sua provável chegada na província a não ser que as autoridades locais tomassem sérias providências. Portanto, ele tinha conhecimento da procedência dessas doenças desde o início, quando estas chegaram com os demais produtos que vinham do “mundo civilizado”. Essas importações aumentavam neste momento em que a navegação a vapor se introduzia na região ampliando as relações com o exterior, sobretudo com os países da Europa (Daou, 2000).

Sua pesquisa e permanência na região fizeram com que ele questionasse as correntes de pensamento que consideravam o clima tropical completamente insalubre e desfavorável à saúde dos seus habitantes, sobretudo sendo comparado com o clima das regiões temperadas. No balanço geral, Bates concluía que a salubridade da região Amazônica em nada ficava a dever à Europa. Ele chegou a dizer que o clima dessa região era um dos mais privilegiados da Terra.

Wallace

Ao desembarcar no Pará, Wallace, como Bates, estava, pela primeira vez, diante de um lugar cuja natureza e cultura eram completamente dife-

renciadas daquela de sua origem. Naturalmente, sua primeira impressão era completamente condicionada pelos conceitos de ordem, ética e estética apreendidos, anteriormente, na Inglaterra. Ele exprime sua primeira impressão sobre a cidade como “verdadeiramente chocante” parecendo haver total ausência de asseio e ordem o que seria decorrente da apatia e indolência dos seus habitantes.

Essa impressão de falta de asseio e ordem, diz ele, desapareceu ao admitir que essas características “são decorrentes do clima”, porque “os amplos e altos cômodos, com pisos de tábuas, escasso mobiliário e meio dúzia de portas e janelas em cada um, podem parecer à primeira vista desconfortáveis, mas são absolutamente adequados para uma região tropical na qual seriam absolutamente insuportáveis os quartos cheios de tapetes, cortinas e almofadas” (Wallace, 1979, p.20). Nestes enunciados, Wallace recorria à explicação climática, não para reafirmar que o caráter dos habitantes era negativo e determinado pelo clima tropical. O ambiente revelaria apenas que os hábitos da população estavam em maior conformidade com os imperativos do clima. Tratava-se mais de uma adaptação cultural do que de um determinismo climático.

Como homem de ciência, Wallace media e registrava a temperatura local, concluindo que o clima do vale do Amazonas “destaca-se notavelmente pela uniformidade de sua temperatura e pela regularidade de suas precipitações” (Wallace, 1979, p. 262). Ao lado desses registros marcados pela intenção de objetividade, os juízos sensíveis permeiam suas descrições sobre a natureza, como ao considerar o clima geral que reina ao longo do Amazonas como um dos mais agradáveis do mundo (Wallace, 279, p. 262). Mas, qual era a opinião de Wallace sobre o efeito do clima sobre os habitantes locais?

Ele tinha conhecimento das opiniões, tanto negativas como positivas, sobre a salubridade dos trópicos. As opiniões positivas são bastante expressivas no livro de Willian Edwards (1847, p, 253), *A voyage up the River Amazon: including a residence at Pará*, que contribuiu para motivar a vinda de Wallace à Amazônia. Mesmo assim, como Bates, seu companheiro de viagem, ele se surpreendeu ao constatar que o ar das noites tropicais não prejudicava a saúde:

“Nas noites de luar, até as oito horas, as senhoras costumam caminhar pelas ruas, tanto na cidade como nos subúrbios, em roupas leves e sem cobrir a cabeça, enquanto que os brasileiros, em suas rocinhas, sentam-se do lado de fora das casas,

também de cabeças descobertas e em mangas de camisa, até 9 h, sem a menor preocupação com os ares da noite e o denso sereno dos trópicos, que nos acostumamos a considerar deveras nocivos a saúde. (Wallace, 1979, p.24)”

Por essas afirmações, era perfeitamente possível viver em um clima tropical, como o da Amazônia e gozar de boa saúde. Esse otimismo pode ser constatado pelos adjetivos que ele usa para qualificar os habitantes da região, inclusive os de sua nacionalidade: “o português trigueiro, o brasileiro robusto, o negro jovial e o índio de ar impassível e de físico atlético”. Mesmo o adjetivo pálido empregado para o americano, no contexto da frase, não parece constituir uma implicação climática e sim, uma opinião estética pré-concebida, pois corados seriam os ingleses, seus patrícios, também perfeitamente adaptados ao clima da região: “o inglês corado, que parece não estranhar esse clima tão diferente do de sua terra natal” (Wallace, 1979, p.20).

Wallace acrescenta que é “um erro vulgar transcrito de livro para livro, dizer-se que a exuberância da vegetação tropical sobrepuja qualquer esforço desenvolvido pelo homem”. Para ele, o que ocorre é exatamente o contrário: “Em nenhum lugar do mundo encontra o trabalhador, um clima e uma natureza tão favoráveis a seus propósitos” (Wallace, 1979, p.209).

Se nas expressões acima, Wallace é completamente otimista em relação à influência do clima na saúde humana, em outras, ele parece contradizer esse propósito. Embora, a convivência no interior das tribos não aculturadas seja considerada, por ele, pacífica, ordeira e, até mesmo, exemplar, seu julgamento muda para os índios aculturados, assim como para os mestiços e portugueses residentes na região. Estes parecem ser mais suscetíveis aos vícios que as virtudes da civilização, inclinando-se à bebida, ao jogo, à trapaça e à bandalheira de todo tipo (Wallace, 1979, p.234).

O clima seria um dos agentes responsáveis pelo “desenvolvimento dessa imoralidade”. Entre outros fatores, o clima tropical ofereceria “menos opções de prazer, lazer e ocupação do que o clima temperado” e seria responsável pela ausência de “longas noites hibernais fazendo com que a família se reúna em torno à chamejante lareira, promovendo o intercâmbio social e o divertimento doméstico” (Wallace, 1979, p.235).

As opiniões de Wallace derivam de duas ordens de fatores. Por um lado, fundamentam-se na observação direta, por exemplo: quando constata o consumo de bebidas alcoólicas e o hábito do jogo; por outro, suas

interpretações não deixam de derivar dos preceitos adquiridos anteriormente, o que é bastante claro no momento em que ele coloca a falta da reunião em torno da lareira como uma causa de problemas tropicais.

De qualquer modo o próprio Wallace coloca em dúvida suas afirmações sobre os efeitos do clima, pois ele afirma que, para determinar os efeitos do clima tropical sobre os seres humanos, seria necessário observar se outras regiões tropicais determinariam os mesmos efeitos. Ele aponta que já se tinha observado algumas similaridades entre os costumes dos índios amazônicos e os de outras nações primitivas. Em outras partes do mundo, há nações indígenas que têm as mesmas formas de malocas, zarabatanas, cestas e outros utensílios, assim como, a mesma forma de decapitar e mumificar a cabeça de seus inimigos. Entretanto, diz o naturalista, essas informações ainda são muito insuficientes para precisar se elas “revelariam alguma remota conexão entre essas nações” ou seriam “meras coincidências puramente acidentais, fruto da mesma necessidade atuando sobre pessoas submetidas a idênticas condições climatológicas e num mesmo estágio incipiente de civilização” (Wallace, 1979, p.313).

Notas finais

O debate sobre o determinismo climático continuava em pauta nas discussões científicas, quando Bates e Wallace vieram para a Amazônia. É o que se deduz de seus escritos, pois, neles, esse debate é bastante presente, mais do que o referente à evolução das espécies que só se tornou dominante no campo da História Natural, com a ascensão do darwinismo. Assim os dois naturalistas, já traziam na sua bagagem intelectual algumas concepções sobre o clima e suas implicações para o corpo e o caráter dos habitantes da região, concepções que, em parte, se modificaram com a experiência local.

Ao constatar que o corpo, tanto dos nativos como dos estrangeiros que residiam há muito tempo na região era saudável e que eles se expunham continuamente ao ar da noite sem problemas para a saúde, os naturalistas concluíram que o clima da Amazônia era muito mais saudável do que pensavam.

Quanto ao caráter, entretanto, sua avaliação é mais complexa. Às vezes, eles apontam os nativos como pacíficos e hospitaleiros, outras, como preguiçosos, promíscuos e portadores de outras atitudes que as teorias cli-

máticas deterministas costumavam considerar vícios decorrentes dos climas tropicais. Para eles, entretanto, essa explicação não era satisfatória. A ideia de que um determinado clima produzia sempre o mesmo efeito nos seus habitantes foi questionada por ambos. Como vimos anteriormente, Wallace afirmava não haver provas científicas suficientes para sustentar essa proposição, embora algumas semelhanças entre os costumes de habitantes das regiões tropicais já tivessem sido registradas; Bates afirmava que as regiões de clima quente não determinavam necessariamente esses vícios, pois já observara que eles não existiam em outras localidades de mesmo clima. Assim, o determinismo climático era questionado. Eles até admitem que o clima tropical favorecia a aquisição de alguns vícios, mas não que determinava, de modo absoluto, o caráter dos indivíduos.

É bastante significativo que, neste momento, o determinismo climático tenha sido questionado pelos dois naturalistas, pois o que eles questionavam, não era uma teoria qualquer. Era um dos pilares de um velho paradigma que estava em vésperas de ser destronado pela ascensão do darwinismo, para o qual Wallace teve participação decisiva.

Referências bibliográficas

- Albuquerque *et al.* Doenças Tropicais. Da ciência dos valores a valorização da ciência de determinação climática da patologia. *Ciência e Saúde Coletiva* 1999; 4(2):423-31.
- Alves JJ. A Ciência Pasteuriana e o Projeto Dominante de Higiene e Modernização na Primeira República. In: Dias *et al* (orgs) *Perspectivas em Epistemologia e História das Ciências*. Bahia, UFBA/UEFS, 181-93.
- Battes HW. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1979.
- Daou AM. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000; p. 12-6.
- Edwards W. *A voyage up the River Amazon: including a residence at Pará*. New York, Cornell University, 1991.
- Edler FC. De olho no Brasil: A Geografia Médica e a viagem de Aphonse Rendu. *História, Ciência e Saúde* 2001;8:925-43.
- Ferreira R. *Battes, Darwin, Wallace e a Teoria da Evolução*. Brasília/São Paulo, UNB/Edusp, 1990.
- Foucault M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

- _____. *História da Sexualidade*, Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- Knight DM. Travel and science in Brazil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 2001;8 (supl):809-22.
- Kuhn T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1987.
- Latour B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
- Kury L. Viajantes naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciência e Saúde* 2001, vol. VIII (suplemento).
- Marques VRB. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*, Campinas, Unicamp, 1994.
- Ventura R. *Estilo Tropical*. São Paulo, Cia das Letras, 1991; p. 19-29.
- Wallace AR. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.

A atuação do Instituto Butantan na Amazônia no século XX

The Instituto Butantan's performance in Amazon in 20th Century

Maria de Fátima Domingues Furtado¹
Myriam Elizabeth Velloso Calleffo²

Resumo: O Instituto Butantan possui um amplo histórico na Amazônia Legal durante sua trajetória. Apresentamos um panorama da participação da instituição na região, seja na ciência ou em serviços prestados a comunidades durante o século passado e o início do século XXI. Historicamente, o desempenho envolveu diversificadas ações: formação de recursos humanos, na forma de cursos e palestras sobre saúde pública, higiene e ofidismo; inspeções sanitárias; expedições científicas para coleta de serpentes em campo; auxílio em coleções zoológicas regionais; remessas de animais por fornecedores privados e institucionais (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA e Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG); auxílio à Força Armada Brasileira; participação em resgates de herpetofauna durante o processo de construção de barragens de usinas hidrelétricas. Estas atuações resultaram em publicações sobre a distribuição geográfica, biologia e descrições sistemáticas da fauna ofídica amazônica. Atualmente a Coleção Herpetológica “Alphonse Richard Hoge”, formada por coletas, permutas e doações, contém importante acervo de serpentes neotropicais da Amazônia, imprescindíveis para qualquer estudo a ser realizado sobre este grupo zoológico por pesquisadores nacionais e internacionais.

Palavras-chave: ofiologia, Instituto Butantan, expedições, Amazônia

Abstract: *The Butantan Institute has an extensive historical performance in the Amazon during its trajectory. We present a broad view of the institution's activities during the last century and the early century XXI. Historically the performance evolved diverse actions: human resources trainings, through courses and lectures about public health, hygiene and snake bites; sanitary inspections; scien-*

¹ Pesquisadora VI, Laboratório de Herpetologia (Venenos) - Instituto Butantan, São Paulo – fatifurta-do@butantan.gov.br

² Bióloga, Assistente de Pesquisa VI - Laboratório de Herpetologia (Recepção e Coleção) - Instituto Butantan, São Paulo – myevcallego@butantan.gov.br

tific expeditions to collect snakes in the field; collaboration in regional zoological collections; dispatch of animals by private and institutional providers (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA and Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG); assistance to the the Brazilian Armed Force; participation in rescues of herpetofauna during the process of hydroelectric barriers constructions. These works resulted in scientific articles about geographic distribution, biology and systematic descriptions of the Amazonian ophidian fauna. Nowadays the Herpetological Collection “Alphonse Richard Hoge”, formed by collections, exchanges and donations, comprises an important quantity of neotropical snakes of the Amazon, essential to national and international researchers to develop studies about this zoological group.

Key words: ophiology, Instituto Butantan, expeditions, Amazon

Introdução

O Decreto 878/A de 21 de fevereiro de 1901 transformou a Fazenda Butantan em instituição na área de Saúde Pública de nome *Instituto Serumtherapico* (Oliveira, 1980/81), pelo governo do Estado de São Paulo. No entanto, desde seus primórdios, caracterizou-se como um órgão de caráter nacional, atuando em diferentes regiões do país em ações governamentais e privadas envolvendo conhecimentos sobre serpentes e artrópodes peçonhentos. O reconhecimento nacional e internacional como instituição de saúde pública iniciou-se com o desenvolvimento de soros contra picadas de animais peçonhentos.

No interior do estado de São Paulo, entre o final do século XIX e início do século XX, com as grandes levas de imigrantes, principalmente europeus e depois japoneses, levaram ao aumento das populações rurais, paralelamente à derrubada das vegetações naturais para o cultivo das lavouras. Essas movimentações de pessoas e alterações dos ambientes favoreceram o encontro com as serpentes, tornando o ofidismo cada vez mais importante na área de saúde pública no Brasil.

Vital Brazil Mineiro de Campanha, primeiro diretor do Instituto Butantan, desenvolveu pesquisas pioneiras nos estudos sobre o ofidismo concomitantemente ao da peste bubônica, projetando a instituição internacionalmente, que se especializou nas pesquisas herpetológicas, bem

como na produção de soros antiofídicos. Por sua vez, o Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, criado na mesma época para atender as demandas de saúde pública, envolveu-se desde sua criação em 1900 em estudos de endemias no interior do país participando dos programas governamentais de ocupação de novas fronteiras.

Intensas campanhas antiofídicas foram deflagradas por Vital Brazil³ (1912) e Afrânio P. do Amaral⁴ (1930) por todo o território nacional, em trabalhos de conscientização da população quanto à identificação das serpentes causadoras de acidentes em humanos, sua forma de tratamento com a utilização dos antivenenos e a necessidade do Butantan em receber serpentes, pois através de seus venenos é que são elaborados os próprios antídotos.

Com isso, os estudos realizados na instituição difundiam-se por diferentes campos do conhecimento: higiene, bacteriologia, imunologia, fisiologia, ofidismo, escorpionismo e araneísmo. O Butantan, juntamente com outras instituições da época, dedicadas ao estudo das causas, modos de transmissão e cura de moléstias infecciosas, concentrava suas atividades no experimento realizado no laboratório e na aplicação da soroterapia. Desta forma, em poucos anos, tornou-se um dos maiores centros de pesquisa científica e de produção de vacinas e soros do Brasil.

Em 1928, um decreto desvinculou o Butantan do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, que passou a pertencer à Secretaria de Educação e Saúde Pública. Pouco depois, em 1931, o Instituto reafirmou sua atuação na medicina experimental no qual, pelo novo regimento, poderia se dedicar a realizar trabalhos científicos sobre animais venenosos; estudar questões referentes à patologia humana; preparar produtos biológicos necessários à defesa sanitária; vender produtos biológicos não utilizados pelas secretarias estaduais, criando recursos a serem utilizados nas atividades de pesquisa.

Pouco depois, segundo Ribeiro (2001), uma fase de crise institucional no Butantan se estendeu de 1938 até metade da década de 1950 quando, em 1948, o governo limitou as atividades produtivas à preparação de produtos de defesa sanitária e à pesquisa de animais peçonhentos. Este

³ O primeiro Diretor do Instituto Butantan nos períodos de 1901 a 1919 e 1924 a 1927 e o idealizador das campanhas antiofídicas.

⁴ Médico e cientista paraense, membro da ICZN (Comissão Internacional de Nomenclatura Zoológica) Diretor do IBu nos períodos de 1921, 1928 a 1938 e 1953 a 1956.

período pouco conhecido teve importância relevante na Herpetologia que recebeu impulso para as pesquisas nessa área, principalmente com estudos sobre distribuição geográfica e taxonomia de répteis, sobretudo cobras e lagartos, além de anfíbios. Até então as pesquisas sobre ofiologia, com estudos em morfologia, sistemática e taxonomia se desenvolveram com Vital Brazil e João Florêncio Gomes⁵, realizando intercâmbios com outras instituições e expedições científicas para averiguação e coleta de espécimes e de dados (Silva Jr, 1956). Afrânio do Amaral, baseado em experiências sobre ofídios neotropicais, contidos nas coleções norte-americanas e européias, dedicou-se à sistemática, publicando uma lista comentada dos ofídios do Brasil (Amaral, 1929; 1935/36).

A região amazônica atravessou a primeira metade do século XIX em completo isolamento, devido à falta de mão-de-obra, dificuldade de comunicação e transporte e escassa população. Somente em meados da década de 1910, a Amazônia passou a ter um papel importante com a exploração da borracha, que fez com que o Brasil se destacasse no mercado internacional. Posteriormente a coleta da castanha-do-pará para exportação teve uma grande expansão no início do século XX, além da pecuária, destacando-se a Ilha de Marajó, onde a criação de gado desenvolveu-se como herança dos missionários (Silva, 2000). Em 1938 os nipônicos introduziram a juta e os caboclos aprenderam as técnicas da produção dessa fibra utilizada em móveis e artesanatos e, nos anos 1940, no médio Tocantins, surgiu a garimpagem de diamantes e na década seguinte foram criados vários órgãos encarregados de fomentar o desenvolvimento local, fortalecer a economia e melhorar as condições de vida das populações.

Nas últimas décadas, a exploração de recursos naturais, como os minérios, vem causando graves danos ao ecossistema local. Com o crescimento do desmatamento, o agronegócio (principalmente da soja) e o ritmo acelerado do processo de ocupação e urbanização na região amazônica, a partir da década de 1970, houve a necessidade de se ampliar recursos para a população. A Amazônia é hoje uma floresta urbanizada que tem nos núcleos urbanos um de seus maiores problemas ambientais (SUDAM, 2009). A construção das rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e Transamazônica geraram grande degradação ambiental,

⁵ Sistemata, funcionário do IBu no período de 1912 a 1919.

intensificadas com as ocupações agrícolas e a formação de uma grande malha da rede de transportes (rodovias, hidrovias, ferrovias) para favorecer e baratear a exportação de produtos primários da região amazônica. Se até meados dos anos 1970 a economia brasileira impedia o avanço de várias rodovias, no início dos anos 1980 o Plano Rodoviário Nacional, traçado pelo Ministério dos Transportes, buscou o ordenamento na construção das estradas.

O Instituto Butantan apresenta um histórico de atuação em todo território nacional envolvendo expedições na área de saúde pública, viagens de coleta de serpentes em campo, auxílio em coleções zoológicas regionais, contato com fornecedores institucionais e privados de serpentes, envio de cobras por meio de cortesias por transportadoras do país, auxílio à Força Armada Brasileira, participação intensa em resgates de herpetofauna nos enchimentos dos reservatórios formados por construção de barragens de usinas hidrelétricas, capacitação técnica de pessoal, entre outros. Essas ações em sua maioria foram desenvolvidas pela Seção de Ofiologia, atualmente Laboratório de Herpetologia, em parceria com outros laboratórios do Instituto e outras instituições. Dessas participações na Amazônia Legal observa-se um panorama de publicações científicas diversas, cuja importância taxonômica zoológica reside na descrição de várias novas espécies. A coleção de serpentes do Instituto Butantan, atualmente Coleção Herpetológica “Alphonse Richard Hoge”⁶ abriga um grande acervo de serpentes peçonhentas e não peçonhentas, com ênfase em fauna neotropical, em sua maioria brasileira e de toda região amazônica, propiciando material científico de estudos para zoólogos e especialistas nacionais e internacionais na área de Herpetologia. Este acervo contém cerca de 77.000 espécimes conservados em álcool, catalogados e tombados na coleção principal, excluindo-se os anexos (Calleffo e Barbarini, 2007). O Instituto também conta com acervos textuais que caracterizam a entrada de serpentes no decorrer de mais de um século em seu cadastro de fornecedores, constituído por papetas catalogadas com registros pessoais dos fornecedores de animais, principalmente serpentes e dados a respeito do espécime doado.

⁶ Nome dado em homenagem ao herpetólogo que durante anos organizou e ampliou a coleção de serpentes do Instituto Butantan.

Considerando-se atualmente a riqueza biodiversa e a preocupação do homem com a Amazônia, o nosso objetivo é descrever a atuação do Butantan na região desde o início do século XX até os dias de hoje, destacando as principais ações e contribuições de pesquisadores que atuaram em áreas diversas no campo da saúde pública, higiene e ofidismo. Consideramos nas áreas de amostragem os territórios que englobam geopoliticamente a Amazônia Legal, com bioma de Floresta Tropical, além de outros tipos de vegetação na área de abrangência de nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão (Sudam, 2009).

Fontes consultadas

Para realização deste estudo foram utilizadas diversas fontes destacando-se como fontes primárias: os prontuários do arquivo de recursos humanos do Instituto Butantan, os relatórios anuais da diretoria, os livros-tombo da Coleção Herpetológica “Alphonse Richard Hoge”, os cadernos de campo das viagens e expedições de pesquisadores e anotações de funcionários e os registros de entrada do cadastro de fornecedores de animais. A maioria das fontes aqui consultadas são acervos documentais impressos e se encontram em processo de organização e catalogação.

Foram consultados prontuários de vários funcionários e diretores do Butantan, que contêm informações de caráter administrativo da vida pública dos consultados, com informações sobre cargo exercido, funções atribuídas, férias, afastamentos, projetos realizados. Essa consulta serviu principalmente para situar a época em que cada um dos consultados esteve ligado à instituição.

Os Relatórios Anuais (RAs) são documentos primários que contêm informações da gestão pública da instituição. A cada ano, aos chefes das unidades que compõem o organograma do Butantan, é solicitado um relatório das atividades desenvolvidas. Estes são encaminhados à instância superior, primeiramente à Direção Geral dos Serviços Sanitários (meados da década de 1920), depois Secretaria de Educação e Saúde (até finais da década de 1950), Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social (após a década de 1960) e Secretaria do Estado da

Saúde (atual). Cada documento contém informações detalhadas sobre os pesquisadores que compunham o quadro funcional, a produtividade laboratorial, as pesquisadas desenvolvidas, as publicações, além de uma avaliação sobre as dificuldades e o planejamento para os anos seguintes. Os RAs são a principal fonte primária conhecida e disponível à pesquisa do Instituto Butantan e se encontra acondicionado no Laboratório Especial de História da Ciência.

Os livros-tombo originais da Coleção Herpetológica “Alphonse Richard Hoge” são constituídos por uma coleção de documentos originais encadernados, não disponíveis a consulta pública (para isso, há livros-cópia em processo de digitalização). Desta fonte foram obtidos dados sobre o total de espécimes tombados por localidades nos estados que consideramos para a Amazônia Legal, exceto o Maranhão (quadro 1).

Os cadernos de campo das viagens e expedições ou anotações de funcionários que permaneceram na Seção de Herpetologia também se encontram encadernados e disponíveis para consultas, mediante solicitação prévia, nas dependências do Laboratório de Herpetologia.

Quanto aos registros de entrada do cadastro de fornecedores, as consultas pormenorizadas não foram possíveis devido ao acondicionamento inadequado dos mesmos. Os dados da coleção de serpentes⁷ são anteriores aos dos registros do cadastro que remontam desde 1907 e só estão informatizados a partir de 2001. Portanto, esses foram consultados manualmente para identificação das localidades de importância.

Além disso, informações orais foram obtidas por meio de relatos de pesquisadores e funcionários. Alguns documentos relevantes utilizados nas expedições científicas, trabalhos de campo e participações em resgates de fauna foram também analisados, tais como: adiantamentos e custeios de viagem, licenças para coleta de animais silvestres, lista de materiais utilizados nas campanhas, além de mapas, cartas geográficas, levantamentos, prospecções e anotações pessoais das áreas em estudo e notas de hotéis e despesas⁸.

⁷ O primeiro espécime tombado no livro tomo da Coleção de Serpentes data de 1901.

⁸ Em geral esses documentos ficam confinados aos próprios pesquisadores, chefes de seção ou Departamento de Pessoal.

Remessas de animais e permutas, comissões, expedições científicas e coletas até a década de 70 - estudos de distribuição geográfica

No início do século XX, desde os tempos de Vital Brazil, eram comuns viagens para outros estados e até para o exterior em busca de espécimes ou permuta de répteis (serpentes e lagartos) de interesse em saúde, além de inspeções sanitárias com programas de divulgação ao público, organização de cursos de higiene e de ofidismo com incentivo da Direção do Serviço Sanitário de Estado de São Paulo.

Emilia Snethlage⁹, já em 1914, enviava uma coleção de serpentes de várias regiões do Estado do Pará, dos quais muitos exemplares da região leste foram identificados por João Florêncio Gomes (Gomes, 1918).

Afrânio do Amaral, em 1921, recebeu coleções provindas de Cametá no Pará, colecionadas por Francisco Lopes Martins, colecionador amador. O pesquisador relata a distribuição de várias espécies de ofídios brasileiros, incluindo a bacia Amazônica, com os estados do Pará, Amazonas e Maranhão e a região leste do Mato Grosso na lista remissiva dos ofídios do Brasil (Amaral, 1929; 1935/36).

Em fins de 1924, Vital Brazil quando reassumiu a diretoria do Instituto Butantan, convidou o professor Jean Vellard¹⁰ para auxiliá-lo na identificação de aracnídeos peçonhentos. Vellard trouxe do Instituto Vital Brazil, Niterói, diversas aranhas para enriquecer a coleção do instituto, obteve espécies de escorpiões do Museu de História Natural de Paris e realizou inúmeras excursões para Amazônia para coleta de exemplares. Publicou com Vital Brazil os primeiros estudos sobre o soro contra o veneno de *Lycosa raptoria* (tarântula), estudou a toxicidade do veneno de diversas outras espécies de aranhas, preparou o soro anti ctenus¹¹ e descreveu também inúmeras espécies novas (Lucas, 2003).

Em 1928 Alcides Prado¹² coordenou inspeções maláricas e projeto de saneamento na região amazônica de Japurá. No mesmo ano, José Lemos

⁹ Diretora do Museu Paraense Emilio Goeldi - MPEG, Pará (fundado em 1866 e instalado oficialmente em 1871, para dar suporte às grandes expedições de naturalistas, principalmente europeus, que viajavam pela Amazônia).

¹⁰ Médico Francês especialista em identificação de aranhas trabalhou no Instituto Vital Brazil em Niterói – RJ.

¹¹ *Ctenus* é um gênero de aranhas abundantes em florestas tropicais.

¹² Médico parasitologista, pesquisador do IBu de 1927 a 1949 e Chefe da Seção de Ofiologia nas décadas de 30 e 40 (Prontuário Alcides Prado).

Monteiro¹³ viajava em comissão com cientistas do Instituto Oswaldo Cruz para estudos sobre malária e febre amarela, entre outras doenças tropicais que assolavam o país (RA, 1928).

Alcides Prado recebeu ainda serpentes coletadas por Cesar Worontzow¹⁴, viajou nos anos de 1936 e 1937 ao longo do Rio Parauarí, na confluência deste com o Rio Amaná e nas proximidades do Rio Maués, onde coletou exemplares de diversas espécies de serpentes que estão tombadas na Coleção Herpetológica do Instituto Butantan (Prado, 1939).

Em fevereiro de 1939, Wolfgang Bücherl¹⁵ foi contratado como assistente de Alcides Prado. Trabalhou com sistemática, biologia e veneno de lacraias. Somente após 1950, como chefe do Laboratório de Zoologia Médica, Bücherl começou a se interessar por escorpiões e aranhas. Reorganizou e ampliou a coleção de aranhas, sobretudo organizando a recepção dos animais enviados ao instituto por fornecedores de várias regiões, que utilizavam o transporte gratuito por via férrea. Bücherl observou que, da grande maioria das aranhas enviadas, somente eram aproveitadas as de interesse médico, para fins de obtenção de veneno e produção de soros antipeçonhentos. Por meio de correspondência ativa com os fornecedores de várias regiões, incentivou-os a enviar novos animais e por meio de intercâmbio internacional, enriqueceu as coleções com aracnídeos ampliando o acervo científico (Lucas, 2003).

No ano de 1948 foi organizada uma expedição chefiada pelo Instituto Butantan em parceria com o Museu Paulista e um médico anônimo do Instituto Oswaldo Cruz à Ilha do Bananal – Serra do Roncador, divisa do Estado de Goiás com Mato Grosso¹⁶. Alphonse Richard Hoge¹⁷ ficou a frente da expedição que percorreu uma região de difícil acesso e que nunca havia sido estudada sob o ponto de vista herpetológico. Quanto ao material ofídico, foram registradas 27 espécies de serpentes, ampliando assim a distribuição geográfica. Além disso, foi corrigida a identifi-

¹³ Parasitólogo, ingressou no IBu em 1919, morreu em 1935 ao investigar a febre maculosa.

¹⁴ Técnico do Professor Samuel Pessoa, eminente parasitologista brasileiro (1898-1976 em Paiva, 2006) do Laboratório de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

¹⁵ Biólogo formado na Alemanha, contratado no IBu em 1939 e aposentado em 1967.

¹⁶ Dados obtidos em documentos catalogados no Laboratório de Herpetologia - IBu.

¹⁷ Atuou na Seção de Ofiologia, atual Laboratório de Herpetologia e no Serviço de Biologia, de 1946 até sua morte em 1982.

cação de uma serpente da família Boidae e descritas duas novas espécies da família Colubridae. Também foram feitas algumas observações sobre alimentação e atividades dos ofídios. Também foram coletados quelônios, jacarés, lacertílios e anfíbios na região do Araguaia, listados nas Notas Herpetológicas (Hoge, 1952a,b). Nas publicações constam fotografias dos espécimes e da região (Hoge, 1952a,b). A maioria do material coletado na expedição foi utilizada em uma exposição pública realizada no Instituto Butantan em 1950 com a presença de autoridades governamentais do Estado de São Paulo (figura 1) (RA, 1948; 1949). Depois do evento, Hoge enviou fotos da expedição relacionada aos índios Chavantes ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, no Estado do Rio de Janeiro, Dr. Modesto Donatini Dias da Cruz.

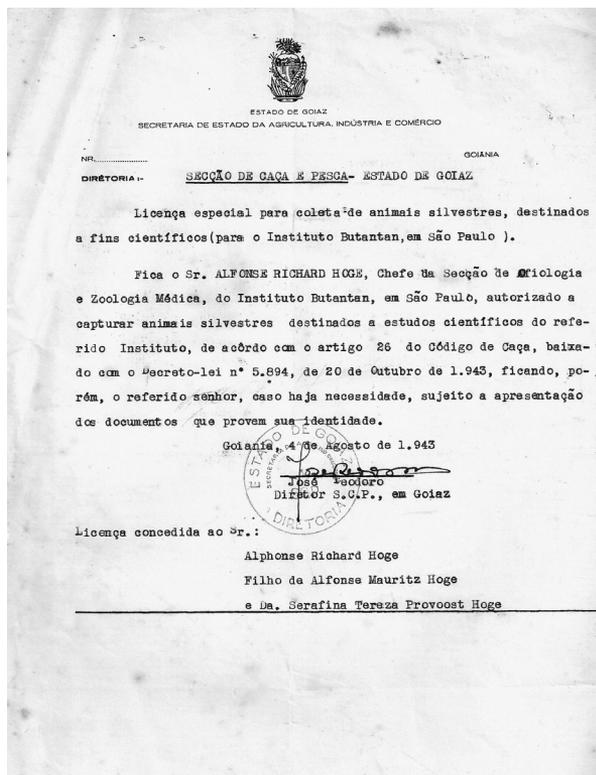
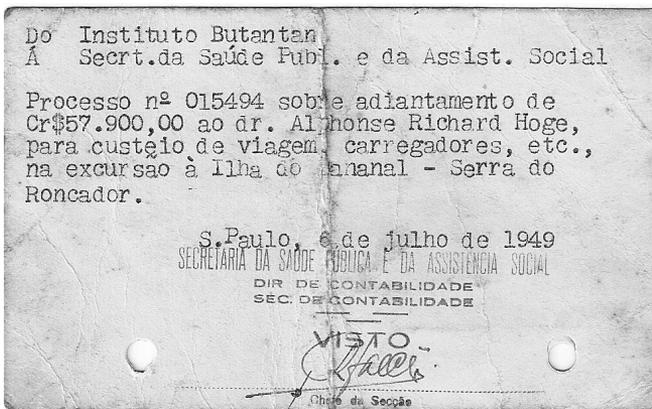


Figura 1. Exposição pública realizada em 1950 no Instituto Butantan - animais e materiais coletados na expedição à Serra do Roncador, chefiada por Hoge, em 1948. (Foto: arquivos IBU)

Alguns documentos evidenciam a expedição científica a Serra do Roncador: licença especial para coleta de animais silvestres e adiantamento da viagem (figuras 2 e 3), ambas emitidas pela Secretaria do Estado da Agricultura, Indústria e Comércio; licença do Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha do Estado de São Paulo para portar transmissor portátil e fotografias da exposição pública realizada no Instituto Butantan.



Figuras 2 e 3. Licença especial para coleta de animais silvestres (esquerda) e adiantamento para custeio de viagem à expedição científica na Ilha do Bananal (direita), concedida ao pesquisador A. R. Hoge.



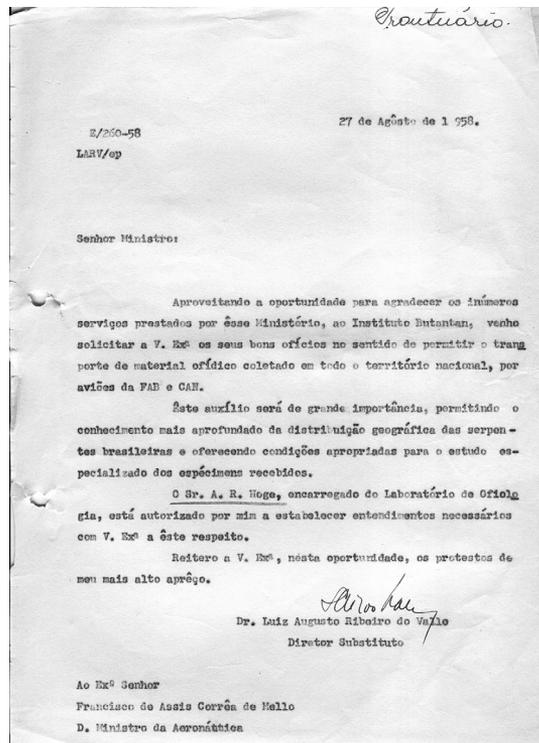


Figura 4. Termos de cooperação entre a Força Aérea Brasileira (FAB) e o Correio Aéreo Nacional (CAN), do Ministério da Aeronáutica, para transporte de material ofídico coletado em território nacional para o Instituto Butantan, no ano de 1958.

Um convênio com a Força Aérea Brasileira (FAB) e o Correio Aéreo Nacional (CAN) foi estabelecido na década de 1950 para que seus aviões transportassem, sem ônus, material ofídico coletado em todo território nacional, proporcionando um maior estudo sobre distribuição geográfica das serpentes brasileiras (figura 4). Também havia transporte gratuito pelas linhas férreas.

Nessa década, Hoge e seus auxiliares Francisco Cavalheiro e Pedro Villela, do Laboratório de Herpetologia, efetuaram excursões científicas às regiões não servidas pelo transporte ferroviário, como parte do Centro-Oeste e do Norte do país, coletando os primeiros aracnídeos destas regiões para coleção de artrópodes (Lucas, 2003).

No período de agosto a outubro de 1952, Hoge e João Domingos Cavalheiro¹⁸ viajaram pelo Estado do Amazonas, coletando serpentes para conhecimento da fauna regional. Nesse mesmo ano, Hoge descreveu os ofídios colecionados pelo Dr. Helmuth Sick¹⁹ da Fundação Brasil Central, na região do Rio das Mortes, Estado de Mato Grosso, o que ampliou a zona de distribuição conhecida para as espécies já registradas. Publicou ainda uma nota sobre as serpentes da região do Rio Uaupés, Amazonas (Hoge, 1952 c), coletadas por Dr. Ettore Biocca²⁰ (Coluzzi, 2002).

Por seu interesse por serpentes e seus venenos, Hoge participou de várias expedições científicas, realizou permutas e coletas que expandiram o acervo da coleção herpetológica. Publicou diversos artigos em ofiologia, com ênfase em sistemática e também alcançou renome internacional em herpetologia (Calleffo e Barbarini, 2007). Na Seção de Ofiologia, trabalhou desde o final da década de 40 até sua morte na década de 1980. Contava com auxílio de técnicos capacitados e arrojados, tanto nas coletas em campo, para desenhos e descrições sistemáticas, destacando-se Pedro Villela e os irmãos Joaquim, Francisco e João Domingos, da numerosa família Cavalheiro, imigrantes espanhóis que chegaram ao Instituto na década de 1920 (Fonseca, 1954).

A Seção de Ofiologia²¹ recebeu em diferentes épocas exemplares de *Micrurus* (corais verdadeiras) de coloração e desenho diferentes, culminando na descrição de uma nova espécie, cuja localidade tipo é Taunay no Estado do Mato Grosso (Hoge, 1955/56). Em 1955 Hoge e Robert Mertens²² descrevem o gênero *Pseudoboa*, baseados em espécimes do Mato Grosso (Hoge e Mertens, 1955).

Em dezembro de 1957 Hoge, Helio Emerson Belluomini²³, e Gastão Rosenfeld²⁴ viajaram para Jacareacanga no Alto Tapajós, Estado do Pará, com o objetivo de coletar exemplares de animais venenosos – ser-

¹⁸ Técnico da Seção de Ofiologia (a família Cavalheiro, destacando-se os técnicos e auxiliares de apoio, Francisco, Joaquim e João morava e trabalhava em seções distintas do IBU)

¹⁹ Ornitólogo e naturalista alemão, naturalizado brasileiro, 1910-1991.

²⁰ Eminent parasitologista italiano, que viajou pelo Brasil no final da década de 40 (Coluzzi, 2002).

²¹ Atualmente Laboratório de Herpetologia – Instituto Butantan – IBU.

²² Herpetólogo alemão (1894-1975).

²³ Veterinário, pesquisador do Laboratório de Herpetologia de 1951 a 1982 (Prontuário H.E. Belluomini).

²⁴ Médico hematologista, Chefe do Hospital Vital Brazil e do Laboratório de Fisiopatologia – IBU na década de 50 (1912-1990).

pentas e aranhas – necessários ao complemento de estudos zoogeográficos de interesse da Instituição (RA, 1958). Em 1958, a expedição retornou para a região de Jacareacanga, no Pará com o apoio da Força Aérea Brasileira. Várias serpentes foram coletadas, identificadas e tombadas na Coleção (Hoge e Belluomini, 1959). Hoge relatou a posição genérica de um gênero da família Colubridae, sendo a localidade tipo do Rio Japurá, Amazonas (Hoge, 1958).

Hoge e Afonso Celso Maranhão Nina²⁵ publicaram uma relação de várias serpentes coletadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia de 1956 a 1958, procedentes das proximidades de Manaus, margens dos rios Negro e Solimões, inclusive com descrição e revalidação de espécies novas e tipos. Provavelmente uma das primeiras expedições do Instituto Butantan com estudo metódico de fauna ofídica considerando material com procedência exata na região amazônica (Hoge e Nina, 1969-2). Essa expedição rendeu várias publicações, inclusive com pesquisadores de outras instituições como o estudo de exemplares de *Micrurus* (coral) procedentes do Alto Rio Negro, na fronteira de Cucuy, Amazonas, por Hoge e Abdém Ramón Lancini²⁶. *Micrurus surinamensis nattereri* é conhecido das terras baixas do Alto Rio Negro (território Amazonas, Brasil) e do Alto Orenoco (território Amazonas, Venezuela) (Hoge e Lancini, 1959). A discussão da posição sistemática da serpente *Natrix sexcarinatus* (atual *Pseustes*) cuja descrição feita por Wagler em 1834²⁷ foi baseada num único exemplar procedente dos arredores pantanosos das florestas do Rio Amazonas (Hoge, 1960).

Em maio de 1962, Hoge juntamente com os técnicos Pedro Villella e Joaquim Cavalheiro viajaram para a região meio-norte do estado do Amazonas para coleta de material científico. Em 1964, percorreu o território de Rio Branco com a finalidade de coletar serpentes do gênero *Crotalus* (cascavéis) e em 1965 comparou espécime obtido em expedição com espécime da região do Rio Negro, próximo a Manaus - AM, cedido por

²⁵ Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, Manaus – AM.

²⁶ Herpetólogo venezuelano, diretor do Museu de Ciências de Caracas de 1962 a 1991.

²⁷ *Natrix sexcarinatus* Wagler in Spix, Serp. Bras. Sp. Nov.:35 Pr. 12 Terra typica: ad Flumen Amazonum”(Tipo perdido, originalmente depositado na “Zoologischer Sammlung des Bayerischen States, München) (Hoge, 1960).

fornecedor de serpentes do Instituto, estendendo o registro de distribuição geográfica da espécie *Liophis miliaris* (cobra d'água).

Várias expedições coordenadas por Hoge com funcionários do Instituto Butantan ao Amapá durante o início da década de 60, com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) e colaboração do Museu Paraense Emílio Goeldi, resultaram na descrição da área geográfica, vegetação e relação das serpentes que ocorrem na região, com suas respectivas localidades tipo e distribuição (Hoge, 1967).

Uma nova espécie de *Leptomicrurus* foi redescrita do Brasil, *Leptomicrurus schmidtii*, a partir de exemplar coletado e enviado ao IBU por fornecedor, procedente de Tapurucuara, Uaupés, Rio Negro – AM (Hoge e Romano, 1965), sendo o nome dado à espécie uma homenagem ao herpetólogo K.P. Schmidt²⁸, que viajou pela Américas Central e Sul, coletando animais e passou pelo Brasil em 1926. A ocorrência de outra espécie do mesmo gênero, *Leptomicrurus narduccii* foi registrada para o estado do Acre (Hoge e Romano, 1965).

Em meados de 1965, Hoge viajou a convite do General Mendes da Silva²⁹ para Macapá e coletou 11 espécimes de serpentes no Paredão – Cantieiro de Obras da Usina Hidroelétrica de Macapá – Amapá (Hoge, 1967). Redundou na descrição de uma nova espécie de *Chironius*, com holótipo procedente de Água Preta Utinga, próxima a Belém do Pará e nota sobre *Pseustes* coletada no Rio Japurá, Amazonas (Hoge e Romano, 1969 a e b).

Hoge e Joaquim Cavalheiro em viagem a Tefé – AM, anterior ao ano de 1971, coletaram espécimes de coral verdadeira - *Micrurus hemprichii* (Hoge e Romano, 1971).

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1971, uma equipe do Projeto Rondon VII (projeto de integração social criado em 1967, pelo Ministério da Defesa em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, coletou várias espécies de serpentes, destacando-se três delas que foram descritas como novas para o território brasileiro. O material foi proveniente de Iauareté, município de Uaupés, localizado na Amazônia Ocidental, região do Alto Rio Negro (Hoge *et al.*, 1972).

²⁸ Eminentemente cientista do American Museum of Natural History - USA

²⁹ Primeiro governador do Amapá, designado pelo governo militar após 1964.

As expedições após a década de 1970: prestação de serviços, ações de divulgação e educação

Após a década de 1970 as expedições para a região Amazônica começaram a ter características diferentes das anteriores, nas quais o intuito era somente a coleta de animais para observação de dados biológicos e descrição de espécies. As equipes tornam-se multidisciplinares e viajaram não somente para coletas, mas destinavam-se paralelamente à prestação de serviços para as comunidades, ministrando palestras sobre saúde, animais peçonhentos e prevenção de acidentes.

Em junho de 1971, Hélio E. Belluomini e Giuseppe Puerto³⁰ viajaram para a Base Naval de Ladário em Corumbá e Campo Grande, Mato Grosso, atendendo a solicitação do Comando do 6º Distrito Naval e da Secretaria da Saúde deste estado, para ministrar palestras e incentivar a campanha em andamento para captura de animais peçonhentos (Prontuário Belluomini).

Hoge coletou serpentes e faz observações ecológicas na região de Marabá - PA, em dezembro de 1971, viajando posteriormente em julho de 1972 para as regiões de Humaitá, Manicoré e Manaus - AM, para coleta e observações sobre a fauna ofídica da área.

Em fevereiro de 1975 foi realizado curso de treinamento para a Guarnição e Destacamento do 1º Comando Aéreo Regional sediado em Belém do Pará. Em julho do mesmo ano, Belluomini realizou viagem a Macapá – AP, para organização do serviço de prevenção de ofidismo no estado. E em setembro, Belluomini e o técnico Pedro do Nascimento Martins Cerveira deslocaram-se a Belém - PA para ministrar aulas teóricas sobre reconhecimento e identificação de serpentes e aulas práticas com manuseio de serpentes vivas para militares da Força Aérea Brasileira. Entre meados de setembro de 1976, Belluomini esteve em Belém para coordenar e prestar serviços junto a Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte, com a finalidade de estudar e planejar os cuidados a serem adotados na preservação da fauna nativa, na área destinada à Usina Hidrelétrica de Tucuruí - PA, assim como a orientação necessária para os problemas relativos ao ofidismo e a instalação de postos antiofídicos naquela região (Prontuário Belluomini).

³⁰ Giuseppe Puerto, então, pesquisador do Laboratório de Herpetologia - IBu.

Em julho de 1979 era formada uma comitiva do Ministério da Saúde para representar o Brasil no Acordo Sanitário Brasil - Colômbia em Tabatinga - AM e Letícia - Colômbia.

No mês de julho de 1982, Guisepe Puerto³¹ e Irene Knysak³² ministraram aulas de treinamento, orientação e prevenção contra acidentes provocados por animais peçonhentos aos servidores do Governo e Polícia Militar do Estado de Rondônia, do Ministério do Exército, e para a Associação Médica e Hospital São José, em Porto Velho - RO (Puerto, Comum. Pessoal).

Puerto em agosto de 1984 participou do Encontro sobre Prevenção e Atendimento das Emergências em Acidentes Humanos por Animais Peçonhentos organizado pela Eletrobrás / Eletronorte/GRIDIS em Tucuruí - PA (Puerto, Comum. Pessoal).

Em julho de 1987, Wilson Fernandes³³ participou do Curso de Treinamento e Identificação de Animais Peçonhentos organizado pelo Instituto de Medicina Tropical para funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus - AM (Suframa), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Fernandes, Comum. Pessoal).

Em maio de 1988, Belluomini viajava a Porto Velho - RO, para participar do curso de Atualização em Ofidismo pela Fundacentro (Prontuário Belluomini).

Por solicitação da Secretaria de Saúde do Estado do Acre, João Luiz Costa Cardoso³⁴ e Puerto ministraram curso de atualização em ofidismo para médicos e enfermeiros, em Rio Branco - AC, em agosto de 1988. No ano seguinte, Puerto participava de curso de capacitação sobre acidentes por animais peçonhentos, em Porto Velho - RO, organizado pela Secretaria de Saúde de Rondônia.

A partir da década de 1990 pesquisadores viajam com verbas de projetos para finalidades específicas e coletas para obtenção de veneno, não somente dos espécimes.

Miguel Tanus Jorge³⁵ e Puerto viajam para Porto Velho - RO, em outubro de 1991, ministrando palestras para funcionários da Secretaria

³¹ Pesquisador, atual Diretor do Museu Biológico - IBu.

³² Pesquisadora do Laboratório de Artrópodes - IBu.

³³ Pesquisador e Diretor do Laboratório de Herpetologia - IBu.

³⁴ Médico do Hospital Vital Brazil - IBu.

³⁵ Também médico do Hospital Vital Brazil - IBu.

da Saúde / Ministério da Saúde/ Centro de Medicina Tropical de Rondônia e do Instituto de Previdência de Rondônia em Ji-Paraná/RO. Ambos retornaram em julho de 1994 para ministrar aulas de capacitação sobre acidentes por animais peçonhentos, organizado pelo Departamento de Epidemiologia, Secretaria da Saúde de Rondônia.

Francisco Luis Franco e Marcelo Ribeiro Duarte³⁶ viajaram para coleta de animais na região de Sandolândia - TO, em excursão organizada em parceria com o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP), em novembro de 1996 (Duarte, Comum. Pessoal).

Em projeto coordenado por Richard D. G. Theakston³⁷ e financiado pela Science and Technology for Development Program of the European Community, Puerto e Wolfgang Wüster³⁸ realizaram viagens para coleta de serpentes, em especial atenção à espécie *Bothrops atrox*, em novembro de 1995, para Tocantins e, em abril de 1996 para Belém - PA. Em novembro de 1996, Puerto e Alexandre Zanotti³⁹ viajam para Porto Velho - RO, Manaus - AM, Porto Trombetas e Santarém - PA e em maio de 1997, Puerto e Sávio Sant'Anna⁴⁰ foram para Boa Vista, Cantá e Bonfim - RR, Guiana e Venezuela (Puerto, Comum. Pessoal).

Myriam E. V. Calleffo⁴¹ participou do inventário faunístico do Estado de Mato Grosso, em levantamento herpetológico, coleta, pesquisa de campo e execução de relatório com fotos. Contratada pelo CNEC, prestando serviço para Seplan/Prodeagro, em várias localidades do Estado do Mato Grosso (Apiacás, Alta Floresta, Claudia, Sinop, São José do Rio Claro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Cocalinho, Cáceres, Pindaíba), no período de 1997 e 1998, com coletas de espécimes depositadas nas coleções do IBu e Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (Calleffo, 1999; 2000) e ministrando palestra sobre animais peçonhentos em duas dessas localidades. Ainda em 1998, Calleffo, participou do levantamento de fauna na área de influencia da UHE Lajeado, Palmas

³⁶ Pesquisadores do Laboratório de Herpetologia - IBu.

³⁷ Pesquisador inglês do Instituto de Medicina Tropical de Liverpool.

³⁸ Pesquisador da Universidade de Wales - Reino Unido.

³⁹ Biólogo do Laboratório de Herpetologia - IBu.

⁴⁰ Pesquisador do Laboratório de Herpetologia - IBu.

⁴¹ Bióloga, Laboratório de Herpetologia e na época estagiária do MZUSP - Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo.

- TO (Calleffo, 2000-2001) e em 2002 do EIA-RIMA em Ipueiras e Peixe, ambos no Estado do Tocantins, para o levantamento de fauna e impactos na construção de barragem e usina hidroelétrica. Esses projetos foram desenvolvidos sob a orientação de Paulo Emílio Vanzolini⁴² e coordenado pela MVA Planejamento e Consultoria Ambiental S/C Ltda.

Em Palmas-TO, Puerto e Ceila Málaque⁴³ ministraram, em agosto de 2001, curso de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos, organizado pela Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins. Em julho de 2002, a Fundação Hospital Estadual do Acre juntamente com o Curso de Pós-Graduação em Medicina e Saúde da Universidade Federal da Bahia promoveram curso de treinamento em acidentes por animais peçonhentos, reconhecimento, clínica e tratamento, em Rio Branco-AC, sendo os palestrantes Puerto e João Luiz Costa Cardoso (Puerto, Comum. Pessoal).

Maria de Fátima D. Furtado, Tetsuo Yamane⁴⁴ e Celso Morato⁴⁵ viajaram para Boa Vista, Pacaraima, Normandia e Bonfim em Roraima, para coleta de veneno e de espécime de *Crotalus durissus ruruima*, em junho de 2002, com apoio do projeto Fapesp sobre a crotamina, um componente do veneno da cascavel da região amazônica.

Duarte acompanha equipe de televisão VOX-TV da Alemanha, para filmagem de documentário sobre escorpiões, na região de Santarém e Alter do Chão - PA, em março de 2005 (Duarte, Comum. Pessoal).

Puerto e Cibele Cintia Barbarini⁴⁶ viajaram para São Gabriel da Cachoeira e Taracá -AM, para coleta de serpentes peçonhentas para obtenção de veneno em projeto coordenado por Osvaldo A. B. E. Sant' Anna⁴⁷ em novembro de 2006 (Barbarini, Comum. Pessoal).

O projeto Butantan na Amazônia idealizado pelo então Diretor Otávio Azevedo Mercadante⁴⁸, envolvendo diversos pesquisadores do Insti-

⁴² Zoólogo e ex-diretor aposentado do MZUSP – Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, redigiu a lei que criou a FAPESP.

⁴³ Médica do Hospital Vital Brazil - IBU.

⁴⁴ Bioquímico, pesquisador do Centro de Biotecnologia do IBU, um dos organizadores do CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia em Manaus – AM.

⁴⁵ Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) Manaus – AM.

⁴⁶ Bióloga – Fundação Butantan, Museu Biológico - IBU.

⁴⁷ Pesquisador do Laboratório de Imunoquímica - IBU

⁴⁸ Médico, Mestre em Saúde Pública, ex-secretário executivo do Ministério da Saúde e Diretor do IBU desde 2003.

tuto Butantan, iniciou-se em 2005 e, desde então, encontros anuais vêm sendo realizados em Santarém-PA, além de oficinas com lideranças comunitárias da região de Santarém e Belterra.

Fornecedores de Serpentes do Instituto Butantan

Foi por meio de permuta com fornecedores de animais e troca de correspondência com a população que as medidas de prevenção de acidentes peçonhentos começaram a ser divulgadas, ainda nos tempos de Vital Brazil, no início do século XX.

Adolpho Lutz⁴⁹ havia instituído um sistema de compra de cobras venenosas que foi substituído por Vital Brazil pela permuta de ofídios com ampolas de soro (Silva Jr, 1956). Para isso, V. Brazil articulou pessoalmente esse sistema, mantendo correspondência com agricultores, fazendeiros e colonos, professores e autoridades no interior do estado de São Paulo e em várias regiões do país. As correspondências que enviava e recebia lhe deram a oportunidade de ensinar os métodos de tratamento para envenenamentos ofídicos pelo uso do soro, incrementando uma forte campanha educativa no tratamento de acidentes ocasionados por animais peçonhentos. Vinham cobras e artrópodes peçonhentos ou não de todas as regiões do Brasil o que proporcionou muitos estudos de taxonomia, distribuição geográfica, biologia e ofidismo, dentre outros (Calleffo e Barbarini, 2008).

Nos anos seguintes, o Butantan passou a ampliar as suas pesquisas sobre os aspectos ligados à higiene e preparo de produtos para a defesa da saúde da população paulista e brasileira, inclusive dos imigrantes que chegavam e se instalavam nas áreas rurais. Assim, se estenderam as correspondências com agricultores e fazendeiros possibilitando um intercâmbio com fornecedores de serpentes de várias localidades em troca de soros específicos (Vaz, 1949; Silva Jr, 1956).

Com o programa de incentivo à imigração na Amazônia entre os governos do Brasil e Japão, Tome-Açú, localizado no Rio Acará Mirim, Pará, recebeu em 1929 um contingente significativo de imigrantes. Foi fundada a Cooperativa Agrícola Tomé-Açu para administrar a produção de hortaliças, quando em 1933 foram trazidas da Ásia as primeiras mudas de pi-

⁴⁹ Médico Cientista brasileiro, pioneiro na área de epidemiologia, Diretor do Instituto Bacteriológico na década de 20.

menta do reino, tornando-se esta região a maior produtora desta especiaria no Brasil. Ainda hoje é atuante, com o predomínio da produção de polpas de frutas que são exportadas para outros países. Funcionários da Cooperativa enviaram exemplares de serpentes ao Instituto, que recebeu no ano de 1952, 69 espécimes do qual *Bothrops brazili*, foi descrito como espécie nova por Hoge e, em 1962, quatro espécimes⁵⁰ (Hoge, 1953).

O Sr. Hermógenes dos Santos Pimentel, proprietário da Fazenda Bom Jesus, situada à margem esquerda do Rio Amazonas, oposta à cidade de Santarém - PA, em 1975 enviava correspondência solicitando a atenção da instituição para o elevado número de serpentes “surucucus” existente na área de residência e criação de bovinos. O Instituto Butantan enviou equipes de funcionários para treinamento de pessoal auxiliar da fazenda na coleta das serpentes, tendo capturado no período de setembro de 1975 a fevereiro de 1979 um total de 294 exemplares de *Bothrops atrox*. Vários exemplares foram tombados na Coleção, sendo publicado um artigo onde se descreve a área geográfica, dados ecológicos dos animais com referência aos itens alimentares e quantidades de veneno obtidos (Belluomini *et al.*, 1991).

Quadro 1. Quantidade (n) de espécimes tombados na Coleção que compreendem geopoliticamente os estados da Amazônia Legal, pelo total de localidades representadas nos estados.

Estado	Total de localidades	N
Amazonas	21	527
Pará	55	2441
Tocantins	15	1844
Mato Grosso	62	1209
Amapá	20	309
Acre	7	94
Roraima	15	54
Rondônia	18	147
Maranhão	*	-

*Não foi possível delimitar as localidades do Estado do Maranhão e, portanto não contabilizamos os espécimes.

⁵⁰ Segundo livro tomo da Coleção - IBu, os espécimes da localidade Thomé-Açu (PA) são oriundos de uma expedição científica promovida pelo Instituto Butantan ao Amazonas em 1952, embora haja outro dado no caderno de campo, no qual não está identificado o fornecedor nem o coletor.

A participação do Instituto Butantan nos resgates de fauna das Usinas Hidroelétricas

Nas décadas de 1960 e 1970 o Brasil definiu seu modelo para geração de energia e a priorização das hidroelétricas como principal fonte geradora, desencadeando a construção de várias barragens. Para a Amazônia, devido ao grande potencial representado pela maior rede hidrográfica do planeta, foram projetados inúmeros reservatórios. Destes, cinco estão em operação, sendo Tucuruí um reservatório de grande porte e Curuá-Una, Coaracy Nunes, Samuel e Balbina, de média e pequena capacidade geradora (Fonseca, 2000). Com as inundações para formação das grandes barragens na Amazônia há a desestruturação da vida comunitária, das relações sociais e da organização territorial o que implica no combate da pobreza através do uso de recursos naturais na região amazônica com a participação das comunidades rurais e ribeirinhas (Rocha, 2007).

O principal impacto das hidrelétricas sobre a fauna terrestre é decorrente da formação do reservatório, que se dá ao término da construção, e antes do início da operação da usina. A dimensão do impacto depende das características do empreendimento, tais como o tamanho do reservatório, tipo de ambiente, composição vegetal, e biodiversidade faunística na área. Quando da implantação do empreendimento é regra a realização de ações de recuperação de áreas degradadas, reposição florestal, educação ambiental e de monitoramento e controle de processos erosivos. Na medida em que o Brasil é um dos líderes mundiais em biodiversidade, o impacto tem também grande variação espacial e ocorre diretamente sobre os indivíduos que são afogados ou fogem e indiretamente na medida em que seus ambientes de moradia e alimentação são inundados ou eliminados.

A conseqüência mais preocupante é a perda de biodiversidade, ambientes e recursos genéticos. Os resgates de fauna visam assim a retirada total dos animais da área do reservatório e sua transferência para áreas não atingidas, de forma a não acarretar desequilíbrios drásticos nas populações das áreas receptoras. Dessa forma, entende-se que o resgate deva ser direcionado para populações de animais com *status* de conservação mais preocupantes, ou que sejam objeto de estudos para o aproveitamento científico (Eletrobrás, 1999).

A parceria entre as companhias construtoras de usinas hidrelétricas e o Instituto Butantan data da década de 1960, constituindo fornecedores importantes de serpentes. A participação do Instituto ocorreu desde o pe-

ríodo de construção do empreendimento com o pico de coleta de serpentes na época do enchimento dos reservatórios, com o envio de pesquisadores e técnicos especializados na captura e identificação de serpentes e artrópodes, compondo as equipes de resgate da fauna local. As colaborações envolveram ainda o treinamento dos funcionários do setor elétrico com instruções sobre primeiros socorros em acidentes por animais peçonhentos de interesse médico e a utilização da soroterapia específica, e informações sobre os procedimentos de identificação das serpentes e artrópodes, captura, manuseio e acondicionamento para manutenção em campo e envio. Desta forma, foi possível coletar e receber grande número de serpentes peçonhentas e não peçonhentas. A maioria dos espécimes encontra-se tombados na Coleção, permanecendo como testemunhos da fauna ofídica das regiões e auxiliando nas investigações científicas de distribuição geográfica, biologia, taxonomia e sistemática deste grupo zoológico, além do fornecimento de venenos para pesquisa e produção de antivenenos (Belluomini *et al.*, 1976/77; 1982).

No quadro 2 podemos observar a participação do Instituto Butantan nas hidroelétricas da Região Amazônica, com as quantidades relevantes de espécimes oriundos dos resgates de fauna nos trabalhos desenvolvidos pelas equipes do Instituto Butantan.

Quadro 2. Participação do Instituto Butantan nos resgates de fauna das hidroelétricas da Região Amazônica, com as respectivas informações: nome da usina, estado de origem, rio afetado, período de atuação no resgate⁵¹, quantidade (n) de serpentes recebidas pelo Instituto e a quantidade (n) de espécimes tombados na Coleção do Instituto Butantan.

USINA HIDRELÉTRICA	ESTADO	RIO	PERÍODO	SERPENTES recebidas	SERPENTES tombadas
COARACY NUNES	Amapá	Araguari	1965	13	13
TUCURUÍ	Pará	Tocantins	1984/85	1498	1399
BALBINA	Amazonas	Uatumã	1987/88	279	166
SAMUEL	Rondônia	Jamari	1989	104	66
LUIS EDUARDO MAGALHÃES	Tocantins	Tocantins	2001/02	3318	1799
PEIXE ANGICAL	Tocantins	Tocantins	2006	1316 *	247

*A maioria, serpentes peçonhentas foram encaminhadas para a produção de venenos.

⁵¹ Este período pode incluir o monitoramento antes do resgate propriamente dito e o rescaldo após o resgate.

Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes

Localizada no Amapá, a cerca de 15 km da cidade de Ferreira Gomes e 150 km de Macapá, a hidrelétrica do Paredão (batizada com o nome de Hidroelétrica Coaracy Nunes) foi construída com 15 anos de atraso em relação à previsão inicial, projeto do então governador Janary Gentil Nunes⁵² e seu irmão Coaracy, quando o grande projeto do manganês ainda estava em implantação (Pinto, 2007). O potencial hídrico é proveniente do Rio Araguari, na região da Cachoeira do Paredão, e vem gerando energia para o estado desde 1975. A Eletronorte S/A assumiu oficialmente as responsabilidades da usina desde a fase inicial de construção no início da década de 1970, concluindo as obras em 1975 que abrangeram os sistemas de geração e transmissão (UHE Coaracy Nunes, Enerconsult, 2009). Em 1965 funcionários do Laboratório de Herpetologia do Instituto Butantan coletaram serpentes na área da Usina, as quais estão tombadas na Coleção - IBu (quadro 2).

Usina Hidrelétrica de Tucuruí

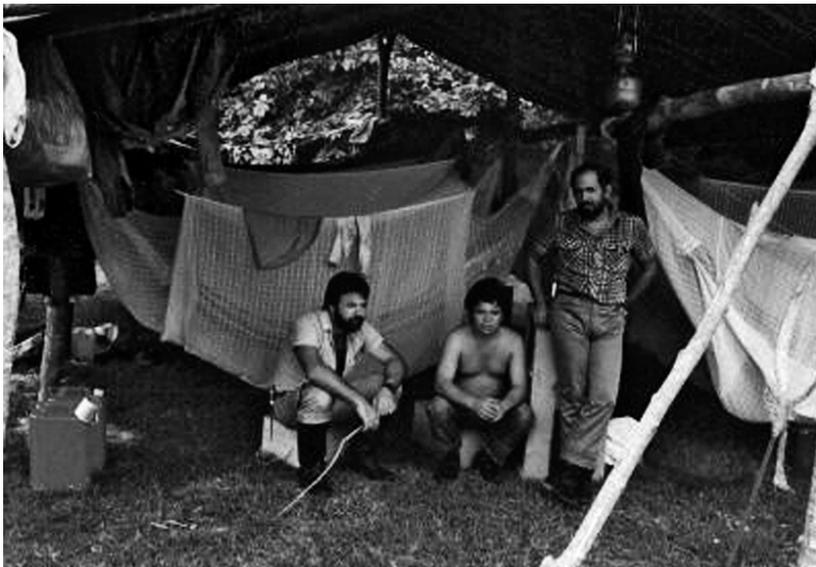


Figura 5. Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Funcionários do IBu no alojamento durante a operação de resgate de fauna, 1984. (Foto: Wilson Fernandes)

⁵² Conhecido como o “fundador” do Amapá.

É a maior usina hidrelétrica 100% brasileira localizada a 400 km de Belém do Pará, município de Tucuruí, no Rio Tocantins. Os primeiros estudos para a construção de uma hidrelétrica para aproveitar o potencial do rio Tocantins começaram em meados da década de 1950, mas os trabalhos para a construção da hidrelétrica só foram intensificados na década de 70 com a construção da Vila Permanente para abrigar os operários da obra. Finalizada a etapa de construção da hidrelétrica, na segunda metade da década de 80, com a inundação de vários povoados pelo lago da hidrelétrica a Eletronorte construiu dois povoados e se fez a reforma agrária às margens do lago, onde foram construídas estradas vicinais e assentados milhares de pequenos agricultores. Sua construção foi iniciada em 1976, sendo inaugurada em 1984 (Tucuruí, 2009).

O resgate de fauna do Projeto Tucuruí elaborado pela Eletronorte teve a participação do Butantan (figura 5), desenvolvido entre janeiro e setembro de 1984 e coordenado pela Divisão de Biologia. Os animais eram enviados por via aérea⁵³, sendo coletadas mais de 1600 serpentes (Ribeiro do Valle et al., 1984), e tombadas na Coleção diferentes espécies.

Usina Hidrelétrica de Balbina

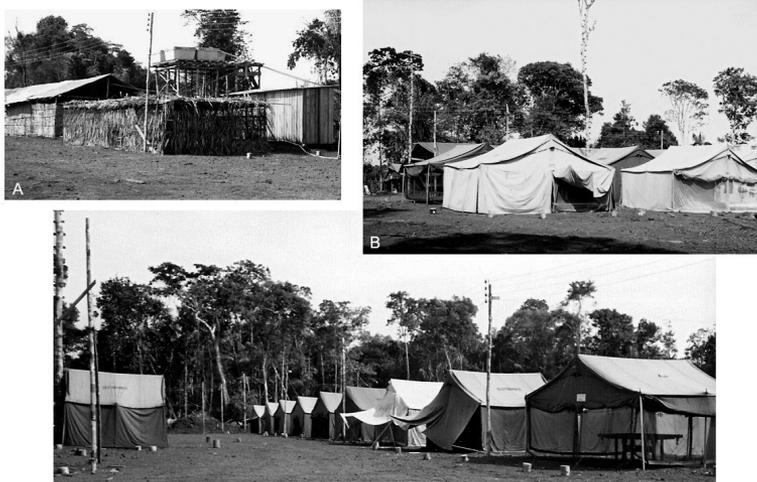


Figura 6. Usina Hidrelétrica de Balbina. A – Local de abrigo das serpentes coletadas na operação de resgate de fauna. B – Vista parcial do alojamento dos participantes da operação. C – Vista geral do alojamento, 1988/89. (Fotos: Wilson Fernandes)

⁵³ Os animais eram enviados pela Viação Aérea de São Paulo – VASP, uma empresa de aviação comercial brasileira, criada na década de 30, com sede na cidade de São Paulo.

Está localizada no Rio Uatumã, município de Presidente Figueiredo-AM, a 146 km ao norte de Manaus (figura 6). Foi projetada para abastecer a cidade de Manaus que na época recebia energia somente de usinas termoeletricas. Construída no período de 1973 a 1989, a usina foi criticada por ter um alto custo e ter causado o maior desastre ambiental da história do Brasil, tanto pela extensão da área alagada como pela mortalidade dos animais decorrentes do alagamento. A Eletronorte, em nome do Dr. Francisco Nelson Q. da Nóbrega, enviou várias remessas de cobras peçonhentas e não peçonhentas no ano de 1988 (quadro 2).

Usina Hidroelétrica de Samuel

Localiza-se no Rio Jamari (tributário do Rio Madeira) na região da Cachoeira de Samuel, no Estado de Rondônia, a 52 km a leste de Porto Velho. Sua construção iniciou-se em 1982 e, entre 1988 e 1989, ocorreu a Operação Jamari, para resgate da fauna, coordenada por equipe do Centro de Estudos e Pesquisas Biológicas da Universidade Católica de Goiás, com participação do Instituto Butantan (Jorge da Silva, 1993). O Instituto Butantan recebeu por intermédio da Eletronorte remessas de cobras peçonhentas e não peçonhentas no ano de 1989 (quadro 2).



Figura 7. UHE Luis Eduardo Magalhães (Lajeado), base de apoio ao resgate e coleta de vertebrados, 2002. (Foto: Myriam E. V. Calleffo)

Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (Lajeado)

No Rio Tocantins, abrange os municípios de Porto Nacional, Palmas, Lajeado e Miracema do Tocantins. Foram implantados 34 projetos ambientais, sendo um deles o resgate de herpetofauna, coordenado e com participação de diversas áreas do Instituto Butantan, em convênio e cooperação técnica entre a CEULP/ULBRA, INVESTCO S.A. e a Fundação Butantan. O período de resgate e de alocação da fauna silvestre ocorreu de outubro de 2001 a março de 2002, cujas bases de apoio ao resgate e coletas de vertebrados situavam-se nas margens do rio Tocantins nos municípios de Porto Nacional (figura 7) e Palmas. Os espécimes coletados na região foram provenientes dos municípios abrangentes.

Usina Hidrelétrica Peixe Angical

O Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Peixe Angical, situado no rio Tocantins próximo à cidade de Peixe, no sul do estado do Tocantins, abrange os municípios de Peixe, Paranã, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade e Vila do Retiro. O empreendimento foi licenciado em 2002 pelo Instituto Natureza do Tocantins e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, sendo concluído o desvio do rio em abril de 2005 e em janeiro de 2006 o enchimento do reservatório (Fonseca e Jaggi, 2006). Foram implantados 30 programas ambientais⁵⁴ com o objetivo de minimizar e ou compensar os impactos na área de influência do empreendimento durante a execução e funcionamento da usina. O Instituto Butantan, por meio de um convênio e cooperação técnica da Enerpeixe, participou com os laboratórios de Herpetologia, Artrópodes, Biologia Celular e Museu Biológico. O resgate da fauna herpetológica e de artrópodes foi realizado de janeiro a abril de 2006, no lago da hidrelétrica (Calleffo et al., 2006) (figura 8). Foram confeccionados folhetos, folders e cartazes a respeito de acidentes com animais peçonhentos para ampla distribuição nos municípios de abrangência da hidroelétrica.

⁵⁴ São chamados PA(s). Estes Programas Ambientais foram agrupados de acordo com as suas naturezas. Geração de empregos, atuação no meio físico, biótico e socioeconômico, reassentamentos populacionais, recomposição de serviços sociais e readequação da infra-estrutura nos municípios atingidos pelo empreendimento.



Figura 8. AHE Peixe-Angical, equipe do Instituto Butantan em momentos de coleta de fauna herpetológica e de artrópodes, 2006. (Foto: Myriam E. V. Calleffo)

Segundo dados do Registro de Entrada do Cadastro de Fornecedores da Recepção de Serpentes e do Livro Tombo da Coleção, Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH), Usinas de pequeno porte e canteiros de obras no qual não houve a participação efetiva do Instituto Butantan nas atividades, remetem materiais de interesse científico ao Instituto mediante solicitação. Muitas vezes por próprio interesse dos empreendimentos, o Butantan presta assessoria na parte ambiental, ministrando cursos e palestras sobre animais peçonhentos e prevenção de acidentes ocasionados por esses animais.

Outras hidrelétricas

O Instituto Butantan recebeu serpentes procedentes da Termoelétrica Madeira Mamoré, localizada em Porto-Velho, Rondônia, em dezembro de 1982, dois quais segundo registros, dois espécimes se encontram tombados na Coleção. Em 2001, foram fornecidos ainda do Aproveitamento Múltiplo de Manso (APM Manso) materiais científicos provindos de resgates de fauna

quando da construção da usina e da barragem no rio Manso, em Mato Grosso, sob a responsabilidade de Furnas Centrais Elétricas. Localizado no município da Chapada dos Guimarães a 85 km de Cuiabá – MT, o reservatório se situa à jusante da bacia do rio Manso, afluente da margem esquerda do rio Cuiabá e abrange vários municípios e localidades (APM Manso, 2009). Os exemplares foram aproveitados na Coleção e no biotério de venenos.

Outras participações junto aos órgãos diversos

Enquanto os animais peçonhentos coletados pela população das regiões sul e sudeste eram enviados ao Instituto Butantan pelas linhas

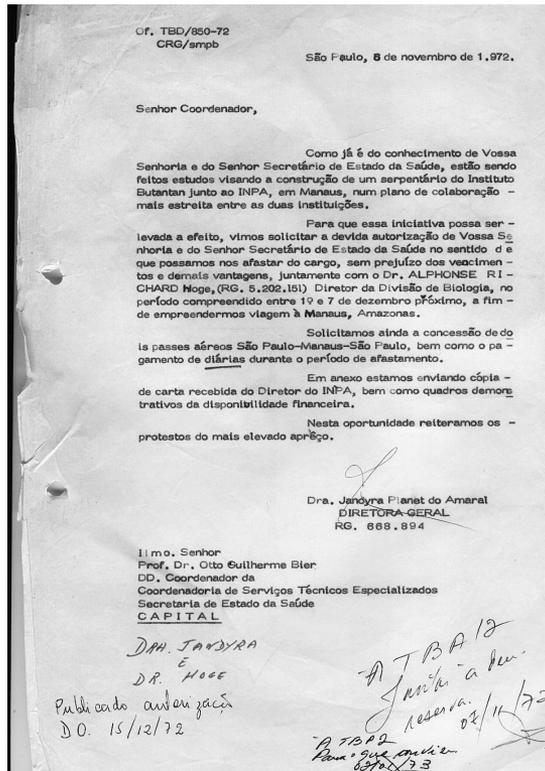


Figura 9. Termo de cooperação na construção de um serpentiário do Instituto Butantan no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Manaus - AM, com a participação da Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados e do Secretário da Saúde de São Paulo, no ano de 1972.

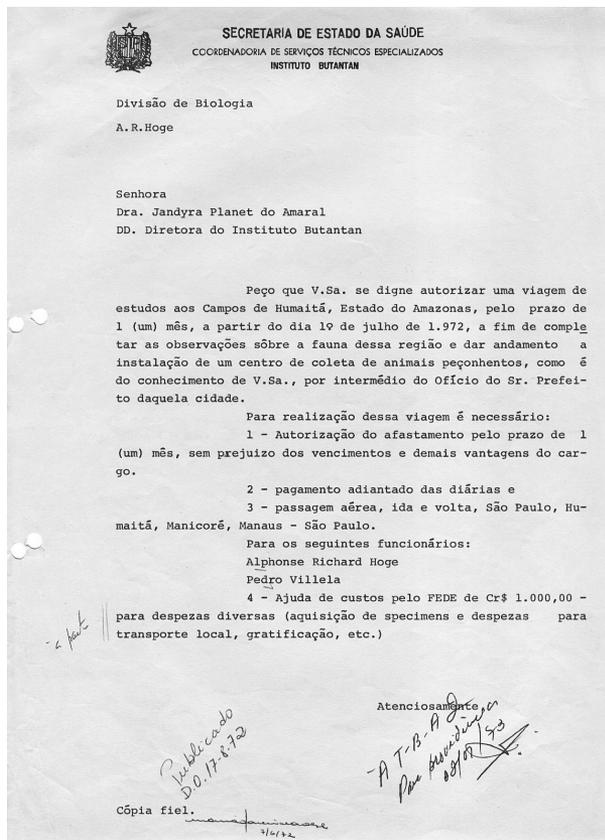


Figura 10. Documento sobre a instalação de um centro de coleta de animais peçonhentos para o Instituto Butantan, junto a Prefeitura da cidade de Humaitá - AM.

férreas, por meio de convênios com as Companhias Ferroviárias (Silva Jr., 1956), as regiões mais distantes, devido às dificuldades de transporte, eram atendidas por meio de cooperações entre a Força Aérea Brasileira (FAB) e o Correio Aéreo Nacional (CAN), do Ministério da Aeronáutica, para transporte e remessa de serpentes de todo o território nacional para o IBu, principalmente nas décadas de 1950 e 1960.

Hoge, em janeiro de 1973, viajou para Manaus – AM, representando o Instituto Butantan a fim de executar estudos relativos à construção de um serpentário no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, num plano de colaboração entre as duas instituições (figura 9). A

prefeitura municipal de Humaitá - AM juntamente com as orientações técnicas do Butantan, propôs a instalação de um centro de coleta de animais peçonhentos, sediado na Amazônia para posterior envio ao Instituto (figura 10).

Considerações finais

O interesse do Instituto Butantan pela Amazônia pode ser evidenciado em vários aspectos e se fez presente através das viagens e coletas de campo na área da herpetologia, nos projetos das hidrelétricas e capacitação de pessoal, notadamente durante o período desenvolvimentista, no qual havia a preocupação em relação ao desenvolvimento e incorporação da Amazônia legal ao restante do território nacional.

A exploração da borracha no início do século conduziu a Amazônia ao seu primeiro ciclo de desenvolvimento econômico que ocasionou a migração de grande contingente da população das mais diversas áreas do país, principalmente da região nordeste. O aumento da densidade demográfica acarretou o surgimento e/ou o recrudescimento de várias doenças infecciosas e parasitológicas. Neste período ocorreram viagens de reconhecimento e de identificação destas doenças por médicos sanitaristas das regiões sul e sudeste. Os pesquisadores do Butantan participaram desse momento com estudos de identificação e descrição de serpentes previamente coletadas por instituições locais. A partir da década de 1940 as viagens tornaram-se freqüentes objetivando a coleta, descrição e conhecimento das áreas geográficas de ocorrência da fauna ofídica, o que rendeu muitas publicações científicas e notificações de cunho educacional, além da incorporação dos espécimes nas coleções de herpetofauna e artrópodes.

A partir da década de 1970, com a política nacional voltada para a integração do território amazônico, o governo brasileiro promoveu a abertura de estradas e a construção de usinas hidrelétricas. O Butantan dispôs de seus funcionários para a organização de operações em resgates de fauna, cursos de reconhecimento e identificação de animais peçonhentos, treinamentos em campo para os funcionários das construtoras, orientações médicas nos acidentes humanos e disponibilização dos antivenenos a serem administrados em caso de acidentes. Neste período

chegou-se a propor um termo de cooperação técnica para a instalação de um centro de coleta de animais peçonhentos e a construção de um serpentário junto ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, em Manaus, com a participação da Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados e do Secretário da Saúde de São Paulo, no ano de 1972. Também surgiu a possibilidade de produção de antivenenos específicos para a região amazônica com instituições locais. Já na década de 1980 o Butantan passa a atuar em cursos e treinamentos de recursos humanos na Amazônia, com ênfase em animais peçonhentos, seu maior diferencial como instituição científica nacional.

A biodiversidade Amazônica ainda apresenta-se conservada embora sofra pressões antrópicas. Expedições de pesquisa, ainda hoje, continuam a revelar espécies novas para a ciência com uma frequência surpreendente. Partindo dessa premissa, no século XXI o Instituto Butantan retoma a idéia de instalar uma base avançada na Amazônia e escolhe a cidade de Belterra, localizada no oeste paraense, próxima a cidade de Santarém para sediar esta base. Esta base será implantada com finalidade de pesquisa científica em biodiversidade, bioprospecção, apoio a ações na área da saúde e difusão cultural na região Amazônia (Butantan em notícias, 2005). Neste ínterim, vários pesquisadores do Instituto, vêm desenvolvendo ações diversas em Santarém, Belterra e comunidades ribeirinhas do Tapajós.

Agradecimentos

Agradecemos Dra. Fan Wui Wen, por nos proporcionar esta oportunidade de discorrer um assunto tão farto; Dr. Nelson Ibañez, pelo apoio e incentivo; Suzana Cesar Gouveia Fernandes, pelas críticas e sugestões; Cibele Cintia Barbarini, pelas colaborações; Wilson Fernandes, pelas fotografias; Amauri Ferraz, Carlos Paz e Marlene Penha, pela contribuição. Aos trabalhadores que participaram dos trabalhos de campo.

Referências Bibliográficas

Amaral A. Lista remissiva dos ophidios do Brasil. Contribuição ao conhecimento dos ophidios do Brasil. *Mem Inst Butantan*. TOMO IV, pp.69-125, 1929.

- Amaral A. Campanhas antiofídicas. *Mem Inst Butantan*. TOMO V, pp.193-231, 1930.
- Amaral A. Contribuição ao conhecimento dos ophidios do Brasil. VIII. Lista remissiva dos ophidios do Brasil. 2º Edição. *Mem Inst Butantan*. TOMO X, pp.87-162, 1935/1936.
- Belluomini HE, Cembranelli EL, Autuori MP. Wildlife rescue, capture of snakes and establishment of anti-ophidic stations in flooded areas destined for Brazilian hydroelectric power plants. *Mem Inst Butantan* 40/41:129-154, 1976/77.
- Belluomini HE, Autuori MP. Methodology applied in the elaboration of faunal salvage in the region of “Água Vermelha” hydroelectric power plant. Centrais Energéticas de São Paulo – CESP. *Mem Inst Butantan* 46:119-138, 1982.
- Belluomini H, De Biasi P, Puerto G, Fernandes W, Domingues AL. Amostras de população de *Bothrops atrox* (Linnaeus 1758) apreciadas nas quantidades de veneno obtidas e dados ecológicos (Serpentes: Viperidae: Crotalinae). *Bol Mus Par Emílio Goeldi*, série Zoologia, 7(1):53-69, 1991.
- Calleffo MEV. Inventário da Herpetofauna do Estado do Mato Grosso. *Reunião Científica Anual do Instituto Butantan*, Instituto Butantan, SP, Resumos, dezembro, 1999.
- Calleffo MEV. Inventário da Herpetofauna do Estado do Mato Grosso. *XXIII Congresso Brasileiro de Zoologia*, UFMT/IB - Cuiabá, Mato Grosso, Resumos: p.498. fevereiro, 2000.
- Calleffo MEV. Herpetofaunal survey in the area of influence of the Lajeado Hydroelectric plant, Palmas - TO. *Mem Inst Butantan, Relatório Bienal* 59:150, 2000-2001.
- Calleffo MEV, Barbarini CC, Puerto G. Rescue and Exploitation of Fauna: Hydroelectric Peixe Angical - Tocantins/Resgate e Aproveitamento de Fauna: A.H.E. Peixe Angical – Tocantins. VIII Reunião Científica Anual do Instituto Butantan, São Paulo. *Mem Inst Butantan* 63:87, 2006.
- Calleffo MEV, Barbarini CC. A origem e a constituição dos acervos ofiológicos do Instituto Butantan. *Cad Hist Ciência* 3(2):73-100, 2007.
- Coluzzi M. Ettore Biocca: an unattainable example of life. *Parassitologia* 44(1-2):1-2, 2002.
- Fonseca F. Instituto Butantan. Sua origem, desenvolvimento e contribuição ao progresso de São Paulo. In: “São Paulo em quatro séculos”, volume 2, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, editado pela Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, São Paulo, 269-319. 1954.

- Fonseca O. Reportagens: Amazônia. Interesses e Conflitos. Energia e Desenvolvimento da Amazônia. SBPC. 2000. (<http://www.comciencia.br>).
- Fonseca F, Jaggi M. EDP Energias do Brasil – Notícias. Peixe Angical segue em ritmo acelerado. 13 de fevereiro de 2006. (<http://www.energiasdobrasil.com.Br/energia/noticias>).
- Gomes JF. Contribuição para o conhecimento dos ophidios do Brasil. III. 1. Ophidios do Museu Paraense. *Mem Inst Butantan* 1(1):57-77, 1918.
- Hoge AR. Notas Herpetológicas. 1º Contribuição ao conhecimento dos ofídios do Brasil Central. *Mem Inst Butantan* 24(2):179-214, 1952 a.
- Hoge AR. Notas Herpetológicas. 2º Contribuição ao conhecimento dos ofídios do Brasil Central. *Mem Inst Butantan*. São Paulo, Brasil. Vol. 24(2), pp.214-224, 1952 b.
- Hoge AR. Snakes from the Uaupés Region. *Mem Inst Butantan* 24(2):225-230, 1952 c.
- Hoge AR. 1953. A new *Bothrops* from Brazil. *Bothrops brazili* sp. *Mem Inst Butantan* 25(1):15-21, 1953.
- Hoge AR. A First Record for an Amazonian Snake Similar to the Eastern Brazilian *Liophis miliaris* (LINNÉ). *Copeia* 4:511-512, 1955.
- Hoge AR. Uma nova espécie de *Micrurus* (Serp. Elap.) do Brasil. *Mem Inst Butantan* 27:67-72, 1955/56.
- Hoge AR. Três notas sobre Serpentes Brasileiras. *Papéis Avulsos do Departamento de Zoologia. Secretaria da Agricultura – São Paulo – Brasil*. Vol. 13 art. 17 pp.221-225, 1958.
- Hoge AR. Posição Sistemática de *Natrix sexcarinatus* Wagler 1824. *Mem Inst Butantan* 30:27-30, 1960.
- Hoge AR. Serpentes do Território Federal do Amapá. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*. Vol. 5 (Zoologia):217-223, 1967.
- Hoge AR, Belluomini HE. Serpentes coletadas em Jacareacanga, estado do Pará, Brasil. *Mem Inst Butantan* 29:15-16, 1959.
- Hoge AR, Gans C. A first record for an Amazonian snake similar to the eastern brazilian *Liophis miliaris* (Linné). *Copeia* 1965 (4):511-512, 1965.
- Hoge AR, Lancini AR. Nota sobre *Micrurus surinamensis nattereri* Schmidt e *Micrurus pyrrhocryptus* Cope. *Mem Inst Butantan* 29:9-13, 1959.
- Hoge AR, Mertens R. Eine neue Schlange der Gattung *Pseudoboa* aus dem State Mato Grosso, Brasilien. *Senck. Biol.* 36(6/6):305-308, 1955.

- Hoge AR, Nina ACM. Serpentes coletadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. *Mem Inst Butantan* 30:71-96, 1969.
- Hoge AR, Romano SARWDL. *Leptomicrurus* in Brasil (Serpentes – Elapidae). *Mem Instituto Butantan* 32:1-8, 1965.
- Hoge AR, Romano SARWDL. A new species of *Chironius* (Serpentes – Colubridae). *Mem Inst Butantan* 34:93-96, 1969a.
- Hoge AR, Romano SARWDL. Notes on *Pseustes dieperinckii* (Schlegel), Serpentes. *Mem Inst Butantan* 34:89-92, 1969b.
- Hoge AR, Romano SARWDL. *Micrurus hemprichii hemprichii* recorded from Brazil (Serpentes Elapidae). *Mem Inst Butantan* 35:107-109, 1971.
- Hoge AR, Santos NP, Heitor C, Lopes LA, Souza IM. Serpentes coletadas pelo Projeto Rondon VII em Iauareté, Brasil. *Mem Inst Butantan* 36:221-232, 1972.
- Jorge da Silva N. The snakes from Samuel Hydroelectric power plant and vicinity, Rondônia, Brazil. *Herpetol Natural History* 1(1): 37-86, 1993.
- Lucas SM. O Laboratório de Artrópodes do Instituto Butantan e os aracnídeos peçonhentos. *História, Ciência, Saúde* 10(3):1025-1035, 2003.
- Oliveira JL. Cronologia do Instituto Butantan (1888-1981) – 1ª. Parte: 1888 – 1945. *Mem Inst Butantan* 44/ 45, 1980/81.
- Paiva CHA. Samuel Pessoa: uma trajetória científica no contexto do sanitário-campanhista e desenvolvimentista no Brasil. *História, Ciência, Saúde* 13(4):794-831, 2006.
- Pinto LF. Na Amazônia, o desenvolvimento deixa um buraco. Política. *Cadernos de Gramsci*. 2p. Abril, 2007.
- Prado A. Notas ofiológicas. 2. Observações sobre os ofídios da fauna amazônica, com a descrição de um novo gênero e espécie. *Mem Inst Butantan* 13:1-7, 1939.
- Rocha GM. Novas barragens na Amazônia: apropriação dos recursos hídricos e o desenvolvimento regional. O risco ambiental do complexo hidroelétrico de Belo Monte e alternativas de desenvolvimento sustentável. FGC/NUMA/UFPA. Mestrado Profissional - Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia. Junho, 2007.
- Ribeiro MAR. Saúde pública e as empresas químico-farmacêuticas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* 7(3):607-626, 2001.
- Ribeiro do Valle ZP, Biasi P, Cunha LF. Concluído Projeto Tucuruí. *Informativo Inst Butantan*, Divisão de Extensão Cultural. Ano 1 n° 7. 1984.

Silva Jr. M. *O Ofidismo no Brasil*. Serviço Nacional de Educação Sanitária. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro. 346p. 1956.

Silva MC. Reportagens: Amazônia. Interesses e Conflitos. Interesse Internacional. SBPC. 2000. (<http://www.comciencia.br>).

Vaz E. *Fundamentos da História do Instituto Butantan e seu desenvolvimento*. São Paulo. 123p. 1949.

Fontes Primárias

Butantan em Notícias. Edição Especial Butantan na Amazônia. Maio/2005, nº 06. Assessoria de Comunicação Social do Instituto Butantan.

Cadernos de Campo de Viagens e Expedições de Pesquisadores do Instituto Butantan.

Livros – Tombo da Coleção de Serpentes “Alphonse Richard Hoge”.

Prontuários do Arquivo de Recursos Humanos do Instituto Butantan.

Registros de Entrada do Cadastro de Fornecedores de Animais do Instituto Butantan.

Relatórios Anuais da Diretoria do Instituto Butantan (1915, 1921, 1948, 1949).

Fontes Secundárias

Amazônia – www.amazonia.org.br

ANEEL www.aneel.gov.br/aplicacoes/boletim_energia/documentos/boletim_energia_020.htm

APM Manso - Aproveitamento Múltiplo de Manso reintegra atingidos por barragem | Expo Brasil <http://www.rededlis.org.br/?q=pt-br/node/63>

Balbina - www.estadao.com.br/amazonia/destruicao_balbina_a_hidreletrica_do_caos.htm

Eletrobrás – [www.eletrobras.com.br/ downloads/IN_Noticias_Assuntos/usina_hidro01](http://www.eletrobras.com.br/downloads/IN_Noticias_Assuntos/usina_hidro01)

Eletronorte Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A <http://www.eln.gov.br>

Enerconsult - <http://www.enerconsult.com.br/pt/servicos/ProjectPage.asp?s>

Furnas Centrais Elétricas - http://www.furnas.com.br/inovacao_ped_0001_02.asp 2000/2001

Governo do Amapá http://www.amapa.net/index.php?option=com_content&view=article&id=72:governo-republicano.no.amapa&catid=27:historia&Itemid=2

Helmut Sick – http://pt.wikipedia.org/wiki/Hemut_Sick

Hidroelétricas na Amazônia - Copem Engenharia Ltda <http://www.copem.com.br/projetos>.

IBGE - www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/sistematizacao/jamari

Inpa - www.philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/tuc_soc_por_inpa

Museu Paraense Emílio Goeldi – <http://www.museu-goeldi.br/institucional/index.htm>

Portal da Amazônia - www.portalamazonia.globo.com/artigo_amazonia_az.php?idAz=248

Projeto Rondon – http://www.defesa.gov.br/projeto_rondon/index.php?page=projeto_rondon

Sudam - <http://www.sudam.gov.br/2009>

Rondônia - www.eln.gov.br/opencms/pilares/geracao/estados/rondonia

Tucuruí - www.mconline.com.br/tucuruui/home/internas.php?page=cidade/hidreletrica

UHE Coaracy Nunes - <http://www.energiahoje.com/index.php?ver=mat&mid=12065>

Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia

Fordlandia: a brief report of the American presence in Amazon.

Cristovam Sena¹

Resumo: O crescente interesse pela borracha na Amazônia, despertado pela exploração na Colômbia, em 1896, levou à vinda de estrangeiros à América do Sul, dentre eles Henry A. Wickham que retirou sementes de *Hevea brasiliensis* da região de Santarém/PA que foram cultivadas com sucesso na Malásia, promovendo um verdadeiro cartel da borracha no Sudeste Asiático. O americano Henry Ford, pensando em produzir sua própria matéria-prima para os pneus dos seus automóveis, adquiriu, em julho de 1927, terras no vale do Rio Tapajós, onde se iniciou a construção da cidade que recebeu o nome de Fordlândia. Destinada a ser a primeira “cidade empresa” edificada na Amazônia, oferecia a seus habitantes: hospital, escola, água encanada, luz elétrica, moradia, lazer e emprego. No entanto, o investimento de 125 mil dólares com a aquisição da terra não trouxe correspondente rendimento na exploração dos seringais cultivados; além da topografia montanhosa e solo arenoso que dificultavam o cultivo mecanizado, o ataque das seringueiras pelo fundo *Microcyclus ulei* praticamente dizimou os seringais implantados nos primeiros anos, obrigando a Companhia Ford Industrial do Brasil a transferir-se, em 1934, para Belterra, município de Santarém. A baixa produtividade, o fim da Segunda Guerra Mundial com conseqüente queda na demanda mundial por borracha, e a produção de borracha sintética levaram à retirada dos americanos da região do Tapajós em 1945. O governo federal adquiriu as benfeitorias e as plantações de seringueiras, porém não impediu a degradação de Fordlândia que viu seu patrimônio material ser dilapidado, ficando prédios em ruínas e lembranças de moradores remanescentes do tempo do fastígio da borracha.

Palavras-chave: Fordlândia, Amazônia, borracha, história

¹ Engenheiro florestal da Emater/PA, diretor do Instituto Cultural Boanerges Sena, Santarém/PA. End.: Travessa Quinze de Agosto, 1248 CEP: 68.005-300 Santarém/PA cristovamsena@bol.com.br

Abstract: *The increasing interest for the rubber in Amazon, initiated by the exploitation in Colombia, 1896, led to the influx of foreign explorers to South America. One of them was Henry A. Wickham who removed Hevea brasiliensis seeds from Santarém region, Pará. Those were cultivated in Malasia, promoting a veracious trust in the Southeastern Asia. Henry Ford, planning to manufacture his own raw material for the car wheels produced by his Company, bought in July 1927, lands in the Tapajós River valley. A city named Fordlandia was built to be the first “business city” constructed in Amazon, offering to the inmates: hospital, school, piped water, electric power, dwelling, leisure and employment. Nevertheless, the investment of 125 thousand dollars to acquire lands did not brought correspondent profit in the exploitation of cultivated rubber trees; apart from the mountainous topography and sandy soil, which turned more difficult the mechanized culture, the attack of the fungus Microcyclus ulei practically lessen the rubber trees cultivated in the first years. Then the Ford Industrial Company of Brazil was transferred to Belterra, Santarém in 1934. The low productivity, the end of II World War and consequent decrease in rubber demand, and the production of synthetic rubber led to the American withdrawn from the Tapajós region in 1945. The Brazilian federal government acquired all benefits and rubber plantations but did not avoid Fordlandia’s degradation that had its material inheritance deteriorated, leaving buildings in ruins and reminds of the prominent rubber period in few reminiscent inhabitants.*

Keywords: *Fordlandia, Amazon, rubber, history*

O ciclo do ouro negro

Em toda a Amazônia, nenhum outro ciclo econômico foi mais estudado e pesquisado do que o da borracha. Até hoje ainda existem estudiosos interessados em conhecer os períodos de apogeu e decadência do “ouro negro”, que fizeram Manaus e Belém se transformar rapidamente em grandes centros comerciais, metrópoles da Amazônia. Ciclo que deu origem aos afortunados barões da borracha, homens que estabeleciam seu poder na base da tirania, como Julio Cesar Arana, que mantinha escravos em suas terras. Em 1896 o comerciante peruano começou a explorar seringais nativos no vale do rio Putumayo na Colômbia. Já em 1905 havia adquirido mais de três milhões de hectares dentro do território colombiano, utilizando mão-de-obra indígena na extração da borracha. Devido à brutalidade do regime de trabalho, em doze anos de exploração dos seringais nativos de Putumayo a população indígena passou de 30 mil para menos de oito mil índios, gerando um faturamento de US\$ 75 milhões com a exportação

de aproximadamente quatro mil toneladas de borracha. Para Arana, cada índio morto representou 180 quilos de borracha, nessa troca direta de vida humana por produto, que muitas vezes o capital impõe e que ainda hoje prevalece, não de forma tão explícita como naquele tempo.

Vivia-se a era do automóvel e da borracha, e o mundo precisava da matéria prima a qualquer preço. Durante o século XIX, praticamente toda borracha natural consumida no mundo era originária da Amazônia brasileira, levando o produto a competir com o café na formação do PIB brasileiro.

Heróis e vilão

Dentre os vários personagens que inscreveram seus nomes nessa história tão importante para a economia da Amazônia, denominada de “ciclo do ouro negro”, três merecem destaque especial: Charles Marie de La Condamine, Charles Goodyear e Henry Alexander Wickham. Um francês, um americano e um inglês. Os dois Charles, eméritos cientistas, em épocas diferentes tiveram influência no apogeu do ciclo, enquanto que Wickham foi o responsável direto pela sua decadência.

La Condamine, pioneiro nos estudos científicos sobre a borracha, em 1744 apresentou a *Hevea brasiliensis* à Academia de Ciências, em Paris, levando a boa nova ao “mundo civilizado”. Goodyear, em 1836, conseguiu através da vulcanização da borracha, transformá-la em produto estratégico para o mundo. E Wickham, em 1876, após passar três anos morando em Santarém, amparado pelo beneplácito do Kew Garden, conseguiu transferir 70 mil sementes de seringueiras do Vale do Tapajós para Londres, ato que se transformou no início do fim do monopólio que o Brasil mantinha na produção de borracha natural.

Por seus atos, para a história econômica da Amazônia o francês e o americano são considerados heróis, enquanto o inglês ficou estigmatizado como o grande vilão e único responsável pela débâcle da borracha. Mas será que foi o único mesmo?

Em 1876, o inglês Henry Alexander Wickham, a serviço do Royal Botanical Garden em Londres, coletou e enviou para a Inglaterra 70 mil sementes de seringueira (*Hevea brasiliensis*), originárias de uma região denominada Boim, no Vale do Tapajós. As sementes produziram 2.700 mudas (3,8%), posteriormente plantadas em colônias britânicas na Malásia, que originaram extensos seringais de cultivo com alta produtividade de

borracha seca por hectare. Em pouco mais de cinquenta anos os ingleses desbancaram a Amazônia e transformaram-se nos maiores produtores de borracha do mundo, com efeitos desastrosos para a economia da região que continuava assentada no extrativismo predatório dos seringais nativos, e assim continuou por mais meio século.

Quando os danados dos ingleses roubaram a nossa borracha e fizeram plantações no Oriente e nos expulsaram do mercado, foi terrível. Muita gente faliu. Não havia mais dinheiro, não havia mais navios nos rios, nem mercado, nem exportação, nem borracha. A borracha valia menos do que o suor que custava. Os seringueiros morriam de fome, o capim crescia nas ruas de Manaus. Foi uma catástrofe de grandes proporções. Lamentos de Tyler, personagem do livro “A árvore que chora – o romance da borracha”, da escritora americana Vicki Baum.

Ford e a idéia de produzir borracha na Amazônia

Esse fato teve reflexos também em Dearborn, pois os ingleses a fim de manterem o preço da borracha em alta, criaram o cartel da borracha no Sudeste Asiático, obrigando Henry Ford (1863-1947) a pensar em produzir sua própria matéria- prima se quisesse ter garantia no abastecimento de látex para a fabricação dos pneus dos seus automóveis, a preços competitivos. Em Dearborn, distrito de Detroit, Ford produzia 1.200 automóveis por dia, empregando mais de cem mil operários em suas fábricas.

Assim surgiu a idéia de Ford produzir borracha na Amazônia. A escolha do Vale do Tapajós para sede do seringal racional deveu-se ao fato de lá terem saído as 70 mil sementes que Henry A Wickham levou para Londres. Mas a história da aquisição dessa área em julho de 1927, um milhão de hectares, é meio intrincada, onde aparecem as figuras de Jorge Dumont Villares, herdeiro de uma afortunada família cafeeira de São Paulo, e W.L. Reves Blakeley. Segundo Warren Dean, no seu livro “A Luta Pela Borracha no Brasil”, Henry Ford pagou 125 mil dólares a Villares para ficar com a terra que o Estado poderia ter-lhe cedido gratuitamente se tivesse tratado diretamente com ele.

Fordlândia

Adquirida a terra, o passo seguinte foi construir a cidade que iria dar suporte à *plantation* e que recebeu o nome de Fordlândia, localizada à

margem direita do Rio Tapajós, na bacia do Rio Cupari, dentro dos municípios de Aveiro e Itaituba, numa comunidade denominada Boa Vista.

Em dezembro de 1928 dois navios, Lake Ormoc (figura 1) e Lake Farge, depositaram em Fordlândia os componentes que estruturariam a nova cidade. Sob a direção do americano Einar Oxholm, operários brasileiros puseram-se imediatamente a trabalhar na construção daquela que iria se transformar em pouco tempo na terceira mais importante cidade da Amazônia, oferecendo aos seus habitantes hospital, escolas, água encanada, moradia, cinema, luz elétrica, porto, oficinas mecânicas, depósitos, restaurante, campo de futebol, igreja, hidrantes nas ruas, emprego.

Num ritmo acelerado a cidade foi brotando no meio da selva. A caixa d'água, símbolo da presença do Ford na Amazônia, trazida encaixotada dos Estados Unidos, foi montada e colocada em ponto estratégico para ser vista por todos que ali aportassem (figura 2). Vilas de casas dos funcionários, administradores e visitantes iam sendo construídas (figura 3 e 4). Fordlândia seria a primeira “cidade empresa” edificada na Amazônia, criada para garantir a lógica produtiva dos grandes projetos, provocando verdadeira revolução na realidade local e regional, transformando as relações de trabalho e a vida social dos seus habitantes.

Jacob Cohen, no seu livro “Fordlândia, a grande interrogação do futuro” escrito em 1929, assim descreve a construção da cidade: “O primeiro cuidado dos engenheiros encarregados foi lançar as primeiras fundações, tendo-se agasalhados parte deles na antiga casa de Boa Vista, que foi remodelada. Depois mandaram construir o Barracão Central que serve de escritório, consultório médico e dentário, farmácia, armazém de mercadorias (figura 5), refeitório, etc., iluminado a luz elétrica, com telefone e ventiladores elétricos”. Em seguida construíram o porto (figura 6) e o hospital (figura 7), que Cohen classifica “como modelar no gênero, obedecendo a mais rigorosa higiene, com serviço de ambulância equiparado ao de Belém. O almoxarifado, um edifício em forma de chalé, onde funciona também a seção de eletricidade (figura 8). A serraria, montada provisoriamente perto do almoxarifado e do porto, contém uma bancada de serra para toras e uma aplainadeira mecânica, recebe sua força motriz de uma usina central por meio de acumuladores elétricos.”

Paralelamente à construção da cidade, tiveram início os trabalhos de derrubada da mata para o plantio do seringal. No final de 1929, tinham completado a limpeza e o plantio de 400 hectares, bem aquém do que tinha

sido planejado pelos administradores da Companhia Ford Industrial do Brasil – CFIB (figura 9), sociedade anônima criada em 1927 com objetivo de, entre outras coisas, “*proceder à plantação de seringueiras e exercer a indústria extrativa relativa a esse produto*”, como consta em seus estatutos. Nos dois anos seguintes, mais novecentos hectares foram desmatados.

Foi o primeiro grande desmatamento contínuo nas terras firmes da Amazônia. Nesse tempo a insipiente pecuária ainda restringia-se às terras de várzea com seus campos naturais e marombas, prática que foi alterada a partir da grande cheia de 1953 que obrigou os criadores a formarem pasto em terra firme.

O fracasso

A partir do desmatamento para o plantio do seringal os problemas começaram a surgir em Fordlândia. A idéia de retirar antes da queimada a madeira comercializável reduziu o ritmo da operação de desmatamento. A madeira retirada deveria ser exportada para a Europa e Estados Unidos, mas o plano de compensar o investimento inicial com a venda da madeira fracassou, sendo abandonado ainda em 1929. Para essa atividade a Companhia tinha instalado aquela que foi considerada à época a maior serraria da América Latina, e que depois ficou somente desdobrando madeira para a construção dos galpões e casas dos operários, e produzindo lenha para as caldeiras.

Contudo, o fator determinante para o fracasso da Companhia na produção de borracha em Fordlândia foi a falta de critério técnico na escolha da área, induzida pela dupla Vilares/Blakeley, que meses antes tinha obtido gratuitamente do governo paraense a concessão dessa área de um milhão de hectares, e comercializado em seguida com Ford por 125 mil dólares. A topografia montanhosa (figura 10) e solo predominantemente arenoso de Fordlândia dificultavam o cultivo mecanizado, elevando o custo de implantação do seringal. Além do clima com umidade relativa do ar elevada, que favorecia o ataque do inimigo número um da seringueira na Amazônia, o “Mal das Folhas”, doença causada pelo fungo *Microcyclus ulei*, até então desconhecido dos americanos de Fordlândia que por isso não estavam preparados para combatê-lo.

A impressão que temos hoje é que Blakeley, a fim de consumir o projeto arquitetado com Vilares para a venda das terras, convenceu Henry

Ford de que devido as sementes de seringueiras que originaram as extensas plantações do Oriente terem saído do vale do Tapajós, produzir borracha nessa região seria fácil, pois iriam estabelecer sua *plantation* no berço natural das seringueiras. No jargão do futebol seria cruzar e correr para o abraço. Tanto é verdade, que na relação dos técnicos que vieram em 1927 para a implantação da cidade e do seringal, estavam engenheiros, médicos, contabilistas, eletricitas, desenhistas, mas nenhum agrônomo, botânico ou fitotecnista fazia parte da equipe inicial. Ninguém ligado ao setor agrícola.

Para comandar as plantações, contrataram o amazonense Monteiro da Costa, definido por Jacob Cohen como um “poliglota que serviu por muitos anos como Diretor do Campo Experimental da Seringueira em Manaus, verdadeiro especialista em *Hevea brasiliensis*”, mas Cohen não especifica sua formação acadêmica.

Fato é que o *Microcyclus* praticamente dizimou o seringal implantado nos primeiros anos, obrigando que em 1934 a Companhia formalizasse com o Estado a permuta de uma área de 281 mil hectares, localizada nos fundos da gleba anteriormente adquirida, por outra de igual tamanho, no município de Santarém, margem direita do Rio Tapajós, onde edificaram outra cidade, Belterra (figura 11), e começaram novo plantio racional de seringueiras. Seis anos depois de ter chegado a Fordlândia, a Companhia reiniciava do zero seu projeto de produzir borracha na Amazônia.

Além da topografia e do clima, Fordlândia estava a quatro dias de barco de Belém, e no período da estação seca o Rio Tapajós baixa o nível de suas águas, não permitindo a entrada ou saída de grandes navios até o porto da Companhia.

A busca de uma solução

O fracasso de Fordlândia obrigou a Companhia a trazer um especialista para diagnosticar a improdutividade do seringal. Ford contratou James R. Weir que “em seu relatório inicial assinalou omissões em aspectos elementares de gestão agrícola, e sugeriu como medida de urgência a importação do Sudeste Asiático, de clones de alta produtividade garantida”.

Segundo Dean, isso aconteceu em 1934 quando chegaram 53 clones selecionados pelo próprio Weir, que orientou que fossem plantados em Belterra, um platô de 150 metros de altitude, na mesma margem do Tapa-

jós, cinquenta quilômetros ao Sul de Santarém, com navegação regular de navios de grande calado durante os doze meses do ano. Em Belterra, mesmo apresentando condições de solo, clima e topografia mais favoráveis ao cultivo da hévea, o seringal também foi atacado pelo “Mal das Folhas”. Mas a utilização de práticas de manejo como seleção de sementes, utilização de clones resistentes, enxertia de copa e controle com fungicidas, fizeram com que o seringal passasse a conviver com o *Microcyclus*.

Em 1941 as primeiras seringueiras plantadas em Belterra começaram a ser exploradas, mas a produtividade extremamente baixa associada ao alto custo de produção da borracha jogou um balde de água fria no entusiasmo dos administradores da Companhia.

A retirada

A presença da Ford Motor Company na Amazônia durou 18 anos (1927-1945). Em 1945, o neto de Henry Ford que estava à frente do projeto resolveu desistir do empreendimento, imputando ao fungo e a problemas com trabalhadores a responsabilidade pela retirada. A justificativa apresentada por Henry Ford II poderia ser mais completa, pois não interessava mais ao avô magnata produzir borracha tão longe de Dearborn, a um preço elevado. A Segunda Guerra Mundial tinha chegado ao fim, a demanda por borracha tinha diminuído além de que a borracha sintética substituía em parte a borracha natural. Os Estados Unidos e Inglaterra agora eram parceiros, o que fez com que os ingleses derrubassem o cartel da borracha no Sudeste Asiático.

Foram dezoito anos em que a Companhia exerceu os direitos de concessão de uso de um milhão de hectares na Amazônia, quando resolveu se retirar “entregando” terras e benfeitorias ao Governo Brasileiro. Pelo Decreto Lei 8.440 de 24 de dezembro de 1945, o Governo Federal estabeleceu normas para a aquisição do acervo da Companhia Ford Industrial do Brasil, operação que se efetivou através do Banco de Crédito da Borracha S.A, atual Banco da Amazônia, pagando por ele o preço simbólico de cinco milhões de cruzeiros (250 mil dólares). Segundo Warren Dean, valor que a empresa devia a seus trabalhadores de acordo com as leis brasileiras relativas ao aviso prévio. Segundo estimativas, as duas plantações custaram à Companhia Ford um investimento de mais de vinte milhões de dólares.

Por esse valor simbólico, o Governo Federal recebeu seis escolas (quatro em Belterra e duas em Fordlândia), dois hospitais, patrulhas sani-

tárias, captação, tratamento e distribuição de água nas duas cidades, usinas de força, mais de 70 quilômetros de estradas bem conservadas; dois portos; estação de rádio e telefonia; duas mil casas para trabalhadores; trinta galpões; centros de análise de doenças e autópsias; duas unidades de beneficiamento de látex; vilas de casas para a administração; departamento de pesquisa e análise de solo. Além de mais de cinco milhões de seringueiras plantadas: 1.900.000 em Fordlândia e 3.200.000 em Belterra.

O agrônomo Eymar Franco, no seu livro de memórias “O Tapajós que eu vi”, relembra a chegada dos americanos em 1928, na época, ele um garoto de sete anos de idade, morando na comunidade de Urucutituba, numa fazenda localizada em frente de onde foi se estabelecer a Companhia Ford:

A chegada dos americanos ao Tapajós causou uma verdadeira revolução em todo o rio. Aqueles homens muito brancos, louros, de olhos azuis, falando uma língua diferente era a mesma coisa que a Terra fosse invadida por seres de outro planeta (...)

(...) Em 1928 chegou a Companhia Ford Industrial do Brasil e trouxe uma era de prosperidade que prometia ser duradoura. Em fins de 1945, princípios de 1946, a Ford retirou-se do Tapajós e ele mergulhou novamente no silêncio e no esquecimento, ficando ainda mais pobre do que antes.

Fordlândia hoje se encontra abandonada, quem a visita vislumbra somente vestígios da “era de prosperidade” a que se refere Eymar Franco. Após a saída dos americanos, o patrimônio material de Fordlândia foi sendo dilapidado pouco a pouco, através de sucessivos leilões públicos e outros tantos não oficiais, que mais poderiam ser chamados de saques contra o patrimônio construído pela Companhia e adquirido pelo governo brasileiro.

Ficaram alguns prédios em ruínas (figuras 12 a 16) que ainda servem de atrativo aos poucos turistas e pesquisadores que procuram constatar e compreender a presença americana na Amazônia. Chegam atraídos pelo que representou a borracha na economia mundial do século XIX e metade do século XX, e a importância da região nesse contexto. Vêm em busca de conhecer uma História que nesse período influenciou diretamente a economia brasileira e mundial, mas que nós brasileiros ainda não conseguimos entendê-la suficientemente para evitar que se reproduza.

Em Fordlândia ainda encontram-se presentes alguns poucos moradores remanescentes do tempo do fastígio da borracha, que vivem a

lembrar como era bom trabalhar e conviver com os americanos, com assistência médica e hospitalar garantidas para toda a família (figuras 17 e 18), escola com professoras trazidas de Belém para educarem seus filhos, nutricionistas para controlar a alimentação dos gringos e dos caboclos, água tratada e abundante nas torneiras, luz elétrica nas casas.

Fordlândia, que em 1930 chegou a ter uma população de 2.500 habitantes, a metade da população de Santarém na época, definhou. Hoje, 1.700 habitantes sobrevivem sem esperança de dias melhores, abandonados à própria sorte, sem condições de estabelecer uma agricultura competitiva por causa da desestruturação da base produtiva: insuficiência de assistência técnica, crédito, pesquisa, insumos, estradas, comercialização, armazéns, etc.. Estão isolados.

O turismo, que poderia ser outra alternativa viável, precisa de investimentos que viabilizem a estruturação do turismo receptivo que potencialmente Fordlândia representa, ela que hoje é um Distrito do município de Aveiro. Enquanto Belterra, com uma população de 16.275 habitantes, após uma luta de décadas, conseguiu em 1997 emancipar-se politicamente de Santarém, sendo elevada à categoria de município (figuras 19 e 20).

Referências bibliográficas

- Baum V. *A árvore que chora*. Rio de Janeiro: Edição da Livraria do Globo, 1946.
- Benchimol S. *Romanceiro da batalha da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 1992.
- Cohen J. *Fordlândia: a grande interrogação do futuro*. Belém, 1929.
- Costa FA. *Grande Capital e Agricultura na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1993.
- Dean W. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Ed. Nobel, 1989.
- Franco E. *O Tapajós que eu vi*. Santarém: Ed. ICBS, 1998.
- Rocha GM. *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- Santos PR. *Tupaiulândia*. Santarém: ICBS, 1999.
- Weinstein B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

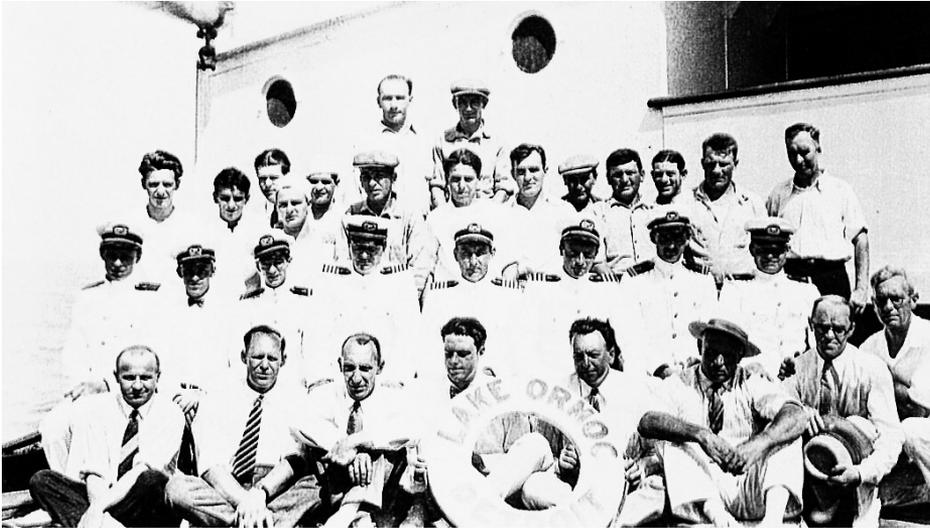


Figura 1 – Tripulantes do navio Lake Ormoc, primeiro a aportar na comunidade de Boa Vista, em 1928, trazendo equipamentos e operários para construção de Fordlândia (data: 1928).



Figura 2 – Aqueduto para captação de água e caixa d'água de Fordlândia, instalada em local de fácil visualização aos que navegavam pelo Rio Tapajós (data: década de 1930).



Figuras 3 e 4 – Vila operária para moradia de trabalhadores brasileiros e estrangeiros empregados pela Companhia Ford Industrial do Brasil (data: década de 1930).



FORDLÂNDIA: BREVE RELATO DA PRESENÇA AMERICANA NA AMAZÔNIA



Figura 5 – Armazém da Cia. Ford Industrial do Brasil (data: década de 1980).

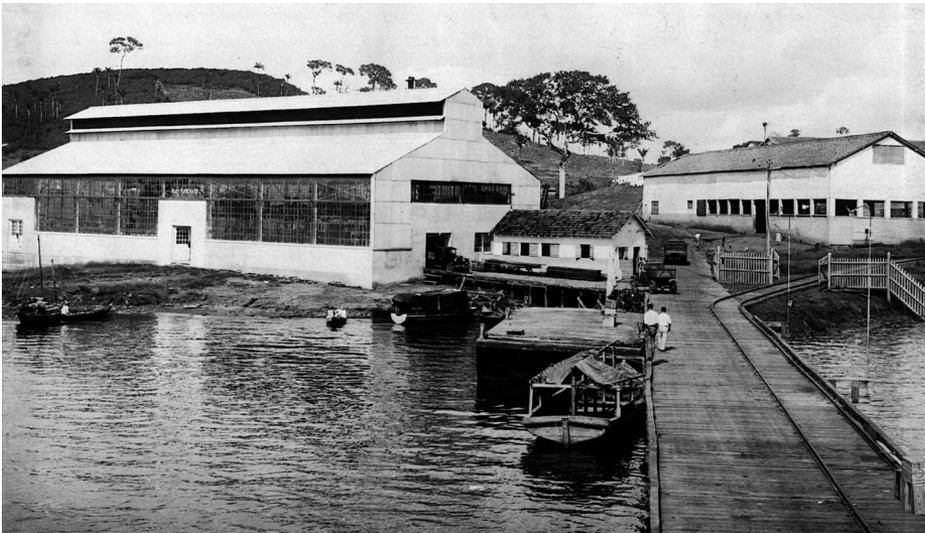


Figura 6 – Porto de Fordlândia com galpão próximo para geração de energia elétrica (data: década de 1930).



Figura 7 – Hospital de Fordlândia, um dos mais modernos e bem equipados da região Norte na década de 1930, com dois amplos pavilhões de enfermarias, centro cirúrgico, sala de parto, consultório dentário e sala de RX (data: década de 1980).



Figura 8 – Parte de equipamento utilizado para geração de energia elétrica, trazido pelos americanos para ser utilizado em Fordlândia (data: década de 1980).



Figura 9 – Crachá de identificação dos seringueiros, com a inscrição da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB) (data: década de 1980).

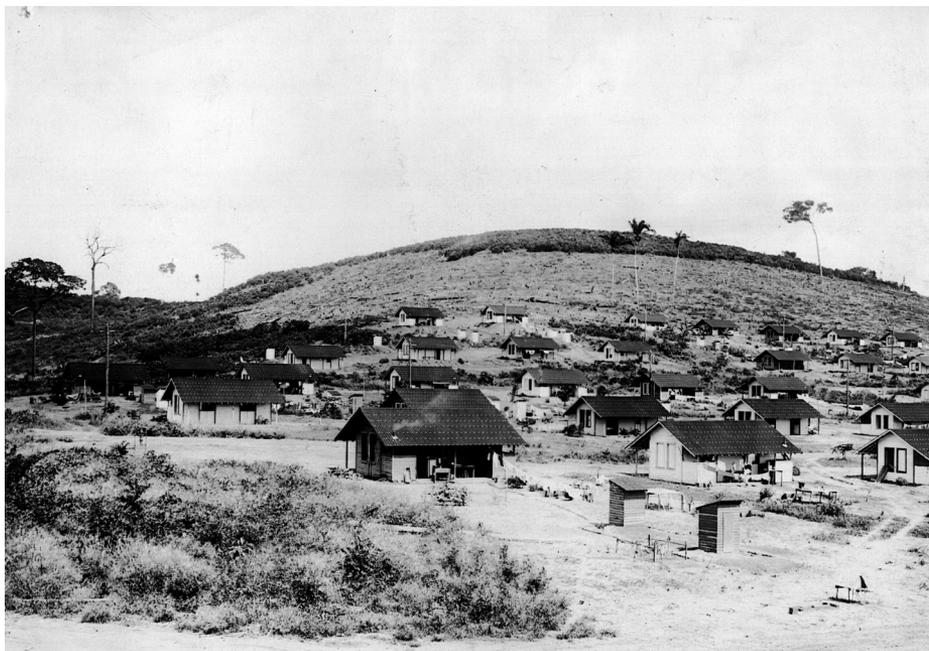


Figura 10 - Vila operária de Fordlândia com relevo montanhoso ao fundo (data: década de 1930).



Figura 11 – Construção típica seguindo padrão americano, com caixa d'água, em Belterra (data: década de 1970).



Figura 12 – Vista externa do barracão central que abrigava escritório, almoxarifado e seção de eletricidade (data: década de 1980).



Figura 13 – Vista interna do barracão central de Fordlândia (data: década de 1980).



Figura 14 – Interior do galpão onde funcionou oficina de tornos em Fordlândia (data: década de 1980).



Figura 15 – Casa construída para abrigar engenheiros e profissionais especializados na chamada Vila Americana, Fordlândia (data: década de 1980).



Figura 16 – Casa construída para abrigar trabalhadores diferenciados no processamento do látex e na administração da cidade de Fordlândia (data: década de 1980).



Figura 17 – Equipamento médico do Hospital Henry Ford em Fordlândia, desativado entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980 (data: década de 1980).



Figura 18 – Mobiliário hospitalar abandonado no galpão central de Fordlândia (data: década de 1980).



Figura 19 – Casa em Vila Americana, hoje ocupada por ex-trabalhadores da Cia. Ford em Belterra (data: década de 1990).



Figura 20 – Hevea brasiliensis com cortes característicos da extração de látex; hidrante ao fundo (data: década de 1990).

Sobre a geopolítica e a ciência na Amazônia

Entrevista com Bertha Koiffmann Becker¹

A importância dos estudos de Bertha Koiffmann Becker para o entendimento da geopolítica brasileira e, em particular, da Amazônia pode ser expressa por sua extensa obra científica, em que discute desenvolvimento regional sustentável, fronteiras, biodiversidade e geografia política. Neste volume dos CHC, dedicado à Ama-



zônia, seu nome como depoente da história de transformações ocorridas na Amazônia brasileira nos fornece uma compreensão da dinâmica regional, pontuada pelo conceito de fronteira enquanto espaço não plenamente estruturado e, por isto mesmo, potencialmente gerador de realidades novas.

A profa. Bertha Becker graduou-se em Geografia e História pela Universidade do Brasil (UFRJ) em 1952; fez doutorado e livre docência em Geografia (UFRJ) em 1970 sobre desenvolvimento rural no norte do Espírito Santo e pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology sobre estudos urbanos e planejamento. Aposentou-se em 2000 e atualmente é professora emérita da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Gestão do Território – LAGET/UFRJ.

Desde 1970 desenvolve projetos sobre a geopolítica da Amazônia, com objetivo de identificar estratégias governamentais, processos e atores responsáveis pela ocupação e povoamento da Amazônia. Ao mesmo tempo em que identifica conflitos e mudanças estruturais ocorridas na

¹ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Laboratório de Gestão do Território - LAGET/UFRJ

região, sugere formas de uso do patrimônio natural capazes de favorecer a inclusão social e a soberania brasileira na Amazônia.

Esta entrevista foi concedida em outubro de 2008, em sua residência no Rio de Janeiro, aos pesquisadores Nelson Ibañez (Laboratório de História da Ciência do Instituto Butantan) e Pablo Ibañez (Departamento de Geografia Política da USP).

Fale-nos um pouco de sua família e das influências nos seus primeiros momentos da vida.

Sou carioca da gema, nascida na Tijuca. Mas meus pais eram europeus, minha mãe da Ucrânia e o meu pai da Romênia. Casaram-se no Brasil. Eu acho que herdei deles a idéia da fronteira, porque eles vieram da Europa Oriental para a América. Fazer a América era a grande meta dos imigrantes, não é? Era realmente uma fronteira, uma fronteira no sentido de oportunidades, coisas novas. Meu pai veio em 1914, antes da Primeira Guerra Mundial. Ele pressentiu que vinha guerra e escapuliu. Combinou com uns amigos, pegaram um navio e vieram embora. E a minha mãe veio em 1918, depois da Primeira Guerra, época em que a Rússia e Ucrânia estavam totalmente conturbadas. Meu avô já tinha saído de lá e ela trouxe o resto da família para encontrá-lo.

Essa coisa da busca pela coisa nova, pelo desconhecido, pelas oportunidades me marcou muito porque eu sempre quis estudar a fronteira no Brasil: a fronteira em movimento, a expansão da fronteira demográfica e agropecuária. Eu não comecei só estudando Amazônia, comecei estudando o Sudeste brasileiro e descobri a expansão da pecuária sobre áreas de mata.

E por que a Geografia? Quando a senhora se formou em 1952, já existia clima no Brasil para se discutir a Geografia?

Por que a Geografia? Pela fronteira. Para conhecer o mundo, viajar e ver as coisas novas. Conhecer o planeta...

Quando eu me formei, existia Delgado de Carvalho na geopolítica, embora todo mundo discriminasse a geopolítica por causa do nazismo que, no Brasil, tinha alguns adeptos. Delgado de Carvalho havia feito um estudo sobre geografia política. Era uma época também de implantação

nas universidades dos cursos de Geografia e História, inclusive com professores franceses que vieram e deram um impulso muito grande. O Pierre Monbeig em São Paulo foi fundamental. No Rio foi o Francis Ruellan, que nos levava para o campo, e o Pierre Deffountaines, que ficou um pouco aqui e um pouco lá. Havia, portanto, um clima. Ademais, e fundamental, processava-se a afirmação do Estado brasileiro.

Ah, mas eu já ia esquecendo o mais importante, que é a criação do Instituto Brasileiro de Geografia em 1938. A idéia de criar um Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] estava ligada justamente ao fortalecimento do Estado. Temos que situar isso assim: o Estado brasileiro tinha sido Império até não muito tempo atrás. Formaram a República. E o fortalecimento do Estado brasileiro implicava necessariamente no conhecimento do território. Como é que se vai fortalecer um Estado se há controle sobre a base territorial? Então, na minha cabeça, a criação do IBGE está ligada indiscutivelmente ao fortalecimento do Estado brasileiro, não é verdade? Falava-se em mudar a capital federal do Rio para Brasília, expedições ao Planalto Central, o controle da Amazônia – primeiro, aliás, o projeto Rondon, a Fundação Brasil Central, depois a SPVEA – Superintendência de Valorização da Amazônia.

A idéia de controle do território começa a se consolidar relacionada ao fortalecimento do Estado. A preocupação territorial foi constante, mas antes foi necessário definir suas fronteiras, com Barão do Rio Branco. Agora não, agora existe um Estado que quer consolidar o controle sobre o seu território. Então o conhecimento do território é importante e eu acho que a criação do IBGE é crucial, assim como a criação dos cursos de Geografia e História nas universidades. Isso também pesou na minha trajetória. E eu tinha essa coisa da fronteira – essa foi uma herança dos meus pais, de buscar a América. E eu busquei a Amazônia.

Mas antes de estudar a Amazônia eu já havia estudado a fronteira no Sudeste. E é muito interessante porque o Brasil sempre foi um país em que a pecuária sempre foi importante, mas a pecuária se fazia em área de campo – na caatinga, no cerrado e na campanha gaúcha. Quando eu comecei a estudar a pecuária no Sudeste brasileiro, havia problemas com a alimentação no estado do Rio de Janeiro, o abastecimento. Eu cheguei até a pecuária e comecei a ver que estava havendo uma inversão total, que era a valorização das terras de mata para fazer pastagem, exatamente o oposto do que tinha acontecido historicamente até então – pecuária no

campo e agricultura na mata. Naquele momento não, tirava-se a mata para colocar pastagem. Isso em São Paulo, Minas Gerais.

Eu sempre fiz pesquisa de campo, é uma coisa que tem que ficar clara e registrada. Teoria é fundamental, mas a pesquisa de campo tem que testar a teoria, tem que modificá-la – porque eu tenho que dizer se ela é válida. Inclusive na Amazônia, o campo é crucial, porque a dinâmica é muito forte, muito acelerada. É a fronteira em movimento – você chega dois anos depois não é mais fronteira, é uma cidade que se estabeleceu. Então tem que ir para o campo. Se você ficar aqui só especulando não vai acompanhar os processos que estão ocorrendo lá.

Há uma discussão nas Ciências Humanas de que nós estamos sempre a reboque da cultura européia e que não existe um movimento nacional. Do ponto de vista da Geografia brasileira, da História e das Ciências Humanas, que figuras nesse momento vão influenciar esse tipo de pensamento no Brasil?

Bom, eu era aluna de Josué de Castro. Era uma grande figura, assim como Arthur Ramos. E tive também alguns professores de história interessantes, embora a maioria fosse horrorosa, como Eremildo Viana. Ele era um dedo duro terrível! Então esses professores marcaram. Fui aluna também do Hilgard Sternberg, que depois foi para Berkeley e está lá até hoje. Esses eram professores.

Em termos de formar cabeça, mais do que o Celso Furtado, o que mais me influenciou foi Caio Prado Junior. *A Formação do Brasil Contemporâneo* foi um livro que mexeu com as minhas entranhas, porque ele tem uma visão extremamente abrangente, histórica. Ele começa dizendo: “O sentido da colonização...” Isso é básico, não é não? Ele tinha uma sensibilidade! O sentido da colonização é o que marcou esse país todo, diga-se de passagem. Então para mim foi a obra que marcou o embasamento do meu conhecimento sobre o Brasil.

Quando eu estudei, o curso de Geografia e História na época era um só e, na verdade, aprendi muito pouco, sabe? A universidade era toda complicada. Aí o Hilgard me convidou para ser auxiliar de ensino, instrutora – qualquer coisa desse tipo. Ele me atribuía curso para dar e eu tive que me virar! Eu estudei muito! Por um lado era uma coisa de doido,

colocar uma recém-saída da universidade para dar cursos, mas por outro lado, foi muito bom pra mim. Mandava dar cursos de tudo: litoral do Brasil, relevo do Brasil, vegetação do Brasil, população no Brasil. Tive inclusive que estudar geologia, relevo. Eu ficava arrancando os cabelos, mas foi muito importante ter essa visão, porque andei por todas as disciplinas para preparar as aulas. Dava aula no curso de História, Jornalismo, etc.

Ele mandava a gente fazer tudo, sabe? Como tive que estudar muito, fui recorrer às bases efetivamente: Caio Prado, Celso Furtado. Aí é que eu fui ensinar mesmo. Depois fui ensinar no Instituto Rio Branco, então li o Golbery. Foi aí que descobri a geopolítica.

Um belo dia me telefonam do Rio Branco – porque o meu catedrático, o Hilgard, tinha sido professor lá – dizendo que o Arthur Wiss havia falecido. Lembra daqueles irmãos? Eram dois crânios, e um deles teve um aneurisma cerebral e foi-se assim: pof! Ligaram para a Universidade para saber se alguém estava disposto a assumir aquela disciplina, Geografia. E eu resolvi assumir em 1966. Fiquei 10 anos, até 1976, em pleno período de ditadura militar.

Aceitei porque estava precisando de dinheiro – vou dizer a verdade – para ter uma “grana” extra. Quando cheguei, o diretor era o embaixador Camilo de Oliveira que ficou muito pouco tempo, já estava se aposentando. Depois dele veio o embaixador Antonio Correia do Lago, uma grande figura! Quis colocar ordem e inovar no Instituto.

Bom, cheguei e vi o programa de Geografia que o Arthur dava, e não tinha o menor cabimento! Era dava um programa de Geografia assim: *plantation*, sistemas asiáticos – sistemas agrícolas que os meninos estudavam no ginásio. Para quem ia ser diplomata isso devia enjoar. Pensei: “*Tenho que descobrir alguma coisa especial para quem vai ser diplomata.*” Procurei e achei a Geopolítica, as teorias do Mackinder. Ninguém falava nisso aqui no Brasil, depois da II Guerra Mundial. Aí fui estudar, fui ler...

Então a recuperação da geopolítica foi objetivada pela entrada no Itamaraty?

Ah, foi. Porque achei que tinha que descobrir um rumo, uma linha de ensino que fosse útil para quem ia ser diplomata. Eu não podia ficar repetindo os programas da universidade sobre a agricultura. Os alunos adoravam! Resgatei as teorias geopolíticas, utilizei John Friedman, um grande

nome, que inclusive fez um livro sobre a Venezuela, Guiana, a fronteira de recursos. Eu dava curso de Geopolítica e América Latina, que eram coisas úteis para eles. Eles gostaram muito. Tanto que, quando o Itamaraty mudou para Brasília, eles fizeram uma enquete entre os alunos para saber que disciplinas, deveriam constar do curso e Geografia ganhou em primeiro lugar. Eu fiquei feliz porque eu suei para montar esse programa. E no começo eles tinham dificuldade, não conseguiam achar professor lá em Brasília para dar aquela disciplina, mas depois, evidentemente, devem ter encontrado.

Então a senhora é acadêmica pura, voltada unicamente para a Universidade?

Isso. Dava aula e realizava pesquisa. Durante a maior parte, quase que a totalidade da minha vida eu apenas ensinei e fiz pesquisa. Tinha montes de bolsistas de Iniciação Científica do CNPq. O CNPq foi vital para mim – dava-me bolsa, dinheiro para viajar com os meninos. Eu levava todo mundo para a Amazônia. Levava professores. Isso foi muito importante. Eu consegui, digamos, fazer uma escola. Tem gente que segue hoje e que já é professor, doutor, já é altamente independente, mas que, na verdade, foi treinado por mim. Quase que a metade do Departamento de Geografia Humana passou por mim.

Nessa década de 1950 e 60, o CNPq estava preocupado com o desenvolvimento nacional e estimulou muito determinadas pesquisas, mas as Ciências Sociais ficaram para trás. Como a senhora angariou apoio para a Geografia?

O Almirante Álvaro Alberto quis criar o CNPq como coisa muito maior – ligada à pesquisa atômica. A idéia era essa. Mas foi o meu catedrático, o Hilgard Sternberg, que tinha me convidado para ser auxiliar de ensino, que conseguiu um espaço no CNPq para fazer Geografia e bolsas. Ele tinha muitos relacionamentos. Depois eu organizei projetos sobre abastecimento, pecuária, e fui pedindo ao CNPq até que angariei o meu próprio espaço inclusive na FINEP.

O Hilgard Sternberg criou um Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil, na universidade, na década de 1950. Consegui uma caminhonete com a Fundação Ford, bolsas com o CNPq, e dinheiro para montar o Centro. Tinha um espaço no terraço da Casa de Itália: um espaço enorme,

coberto, que era o nosso Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil. E eu trabalhava no Centro. Ele nos mandava fazer resumos, fichas de livros – livro tal, tantas páginas. Eu não faço isso com os meus alunos não! Só às vezes eu mando fazerem uns trabalhos enjoados que eu preciso.

Mas então era assim: ele tinha conseguido um grande território geográfico, quase que uma instituição. Eu segui o mestre e me ‘independizei’. Depois nós chegamos até a brigar, porque ele queria continuar mandando em mim e não dava! Mas depois ficamos de bem.

Então houve abertura para criação de uma linha [de pesquisa] no CNPq para a área de Geografia?

Eu acho que ele merece essa honra de ter conseguido o Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil, que perdurou durante muito tempo. Ele foi embora para os Estados Unidos e o Centro continuou; acabou e se transformou no Programa de Pós-Graduação em Geografia que nós montamos na UFRJ. Depois criei um Laboratório de Gestão do Território – uma coisa muito menor, sem aparatos institucionais, mas que tem suas linhas, que agrega professores e colegas do IBGE. Não é um instituto, um centro de pesquisa – é um laboratório mais moderno de gestão do território.

Como era a relação Rio - São Paulo? Havia relação entre os cientistas? Como eram os encontros, os congressos dessa época?

A Geografia era o IBGE e as universidades – São Paulo e Rio de Janeiro. Houve um acontecimento muito importante em 1956: o Hilgard organizou no Rio de Janeiro o Congresso Internacional de Geografia. A União Geográfica Internacional já existia desde o final do século XIX. Mas ele organizou uma reunião internacional no Brasil. Foi uma coisa de uma importância que eu não posso explicar! Os geógrafos foram mobilizados, todo mundo se deu bem – formaram comitês especializados nisso e naquilo – com gente da USP, do Rio de Janeiro, do IBGE. Houve uma grande solidariedade e foram elaborados seis livros de excursões geográficas pelo Brasil que eram objeto de pesquisa; até hoje são obras primas que deveriam ser reproduzidas.

O professor Ari França, da USP, escreveu sobre a expansão do café no Vale do Paraíba; o Aziz Ab’Sáber sobre não sei o quê, Lísia Bernardes, Nilo Bernardes... Eram grandes geógrafos na época. Eu era fichinha ainda. Fui presidente da Comissão de Recepção, mas eu participei, ajudei – lembro disso muito bem. Foi uma confraternização fantástica. Imagina, vieram russos para cá! Gente do mundo inteiro. Depois das reuniões no Rio, os geógrafos se dividiram e cada um fez uma excursão pelo país de acordo com os seus interesses. Os livros de excursão para essas regiões são maravilhas. Há, inclusive, um sobre a Amazônia. Deveriam ser desenterrados e reeditados como história da Geografia no Brasil. É uma beleza. Então isso também foi importante para mim, eu tinha acabado de me formar... Inclusive eu me liguei à Geografia internacional para o resto da minha vida. Recentemente é que eu saí. Eu fui vice-presidente da União Geográfica Internacional (UGI).

Fui a muitos congressos. Fui para a Índia com a maior cara-de-pau! Peguei um avião aqui e fui – mas o embaixador do Itamaraty me ajudou, me deu a passagem. Fui para uma Comissão sobre Regional Development and Policy. Depois eu fiz parte dessa comissão que então foi organizada por Brian Berry. Depois cheguei a vice-presidente da UGI, mas fiquei só um mandato de 4 anos, embora tivesse direito à reeleição, mas achei horrível a ‘politicália’! Não é a política, é a politicagem. Fiquei com pena, porque viajava a beça! Estive na Coreia, na Rússia... Mas caí fora! Inclusive porque sempre fui muito preocupada com a Amazônia.

Voltando à geopolítica...

Então, naquela época ninguém estava querendo falar muito em geopolítica não, porque com a II Guerra, com o negócio do nazismo, a geopolítica ficou feia! Ficou suja. Mas eu, como tinha que encontrar alguma coisa que servisse para diplomata, disse: “*Paciência!*” Entrei nessa e amei! Amei porque eu acho que a geografia é uma ciência política. A geografia é uma ciência política! Não se pode lidar com o território, com o espaço geográfico, só do ponto de vista social; o espaço é político, por excelência, assim como e o território, não é?

Adorei o que eu mesma descobri, fui estudando e nunca mais deixei nem a geopolítica, nem a Amazônia. Bom, eu fui juntando. Eu fiz a

geopolítica e tinha muito pouco material para a gente estudar – pouco material não só no Brasil, como no mundo. Ninguém queria falar muito sobre geopolítica.

Seu texto clássico - O Resgate - o mais lido e recorrente, é de 1988, não?

É, talvez seja esse sim. Mas tenho outro texto grande que eu fiz para um livro. Eu fui muito boba, nunca redigi os cursos que dei durante anos, e aí muita gente vinha e passava a mão. Foi um grande erro. Mas não dá para fazer tudo, não é? Há coisas que eu tenho que juntar para fazer um livro mais conceitual sobre a geopolítica. Mas é que não dá para deixar de pensar e pesquisar a Amazônia. A Amazônia é a própria geopolítica. É a própria questão.

Como foi seu encontro com o Golbery, que era tido como um papa da geopolítica, e com os militares de maneira geral?

A geopolítica deles estava muito ultrapassada, pra lhe dizer a verdade. E eu não tinha muito material. Tinha que inventar, estudar e montar tudo. Há um outro artigo mais pesado sobre a geopolítica num livro e outro sobre gestão de território, que já é uma geopolítica mais moderna. E muita coisa que eu trago da geopolítica da Amazônia. Existe um artigo interessante, intitulado *Brasil – Tordesilhas, ano 2000*, que é pura geopolítica.

A senhora viajou pelo país na década de 1970?

Em 1970 eu estava na Universidade e no Itamaraty. Eu vivia dizendo para o Embaixador, qualquer que fosse ele, que tinha que levar os meninos para conhecer o Brasil, antes que eles representassem o Brasil no exterior. O embaixador então resolveu fazer um grande projeto de visita às fronteiras da Amazônia, por insistência minha. Foi uma loucura! Eram 70 alunos. Foi chamado Projeto Cisne. Era um projeto que contou com avião da FAB, uma representante do Itamaraty, o piloto do FAB evidentemente, o projeto Rondon que estava “enfado” também, e a professora de Geografia aqui.

Eu tinha preparado os meninos com um questionário baseado na teoria centro-periferia, com visão geopolítica. Quando eu vi aquele projeto

Rondon do lado, fiquei danada da vida! Mas o que eu podia fazer? Eu não mandava, quem mandava eram eles. O projeto Rondon tinha aquele tom um pouco faccioso, sabe? Não era muito livre não – vamos dizer aqui a verdade. Mas, de qualquer maneira tivemos que ir, e lá fomos nós! Os alunos me chamavam da “Tigresa de Haifa”, porque judia e muito brava nos exames vestibulares que eles faziam para entrar no Itamaraty, e lá dentro também. Quando chegamos nas fronteiras do Mato Grosso, onde éramos recebidos pelo Exército, pela Marinha – ficávamos alojados nas sedes deles –, os alunos brincaram comigo e disseram que eu virei a jaguatirica de Ponta Porã. De Tigresa de Haifa para jaguatirica...

Então essa ida para a Amazônia com os alunos foi muito importante. Foi importantíssima... Primeiro para os alunos, porque eram realmente todos de elite, das capitais – ninguém conhecia mesmo muita coisa do Brasil. E a mudança do país, de 1970 para cá, foi uma coisa brutal.

E para mim foi importante porque eu entrei e nunca mais saí da pesquisa na Amazônia. Foi a gota d’água porque eu já estava estudando a expansão da pecuária no Sudeste derrubando mata, plantando pasto. Encontrei os mineiros e paulistas que derrubavam mata no Crixás, em Goiás. Eles me convidando para ir de aviãozinho particular lá para ver... Eu quase fui. Ia para o Triângulo Mineiro, para o oeste de São Paulo; eu ia entrevistar todo mundo. Encontrei com essa turma toda e eles estavam derrubando mata em Goiás justamente para plantar capim e criar gado. Era a fronteira em movimento, a própria. Quando eu cheguei em Cáceres com os alunos do Rio Branco em 1972, tive grande surpresa. Cáceres já estava inchada, o impacto do povoamento, da migração já estava ali.

De Cáceres fomos para Guajará-Mirim, brasileira e boliviana. Fomos a Rio Branco, Cruzeiro do Sul que, na época, era cheia de leprosos. Todo mundo ficou com medo de ir. Tinha um campus do Projeto Rondon lá. Depois passamos no Forte Príncipe da Beira – uma coisa belíssima, uma coisa espetacular, no Vale do Guaporé. Corumbá, Cáceres, Guajará-Mirim - nacional e boliviana, depois Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Manaus e acabamos em Brasília. Eu dizia que devia levar os meninos para conhecer o país, mas a professora é que virou a Jaguatirica de Ponta Porã.

Ficaram embaixados com a Amazônia. Os habitantes não ouviam a Rádio Nacional, sabia disso? Eles ouviam a voz da América e a Voz da

Rússia ou de Cuba. Não se ouvia emissoras de rádio brasileira nessas fronteiras do Brasil. Isso em 1970, você acredita nisso? É incrível, não é? Realmente era muito afastado do centro de comando nacional.

Que impacto a Amazônia sofria com as ações da Sudam?

Foi o Programa de Integração Nacional, pelo regime militar, e foi horrível no sentido do autoritarismo, da perseguição. Eu conheço bem, mas houve desenvolvimento também, como nas telecomunicações que mudou completamente a Amazônia. E eu nunca mais deixei a região. Um ou dois anos depois, o pessoal da Engenharia da UFRJ daquele grande professor Coimbra que depois foi perseguido, resolveu percorrer a Belém-Brasília e me convidaram para participar. Percorremos toda a Belém-Brasília. Fantástico!

E então eu comecei a fazer projetos de pesquisa no CNPq e na FINEP sobre a Amazônia, e formar os meninos: os de iniciação científica, os professores que eu carregava... Eu pedia apoio ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, tanto no Rio como lá de Belém, e eles me davam caminhonete, motorista, gasolina – olha só – e as casas dos engenheiros para dormir, no meio das estradas, porque eu andava no meio da estrada mesmo. Foi uma metodologia própria. Era o que a gente fazia. Como é que eu ia fazer? Ia dormir no meio do mato, na estrada? Não dava. Naquela época ainda se podia viajar de noite pelas estradas, não havia o perigo que tem hoje.

De início pesquisamos muito o norte de Goiás, que depois virou o estado de Tocantins. Araguaína, Imperatriz – ali foi o “quente” da Belém-Brasília, não é? Depois eu fui ao Mato Grosso ver a colonização privada. Depois ao Acre, Amazonas... Dessa forma conheci muita coisa da Amazônia. Claro que eu não conheço tudo, porque ninguém conhece tudo, mas eu conheço muita coisa. Às vezes os regionalistas amazônidas ficam danados; muitos não gostam do pessoal do Sul, os sulistas. “*Nós é que conhecemos a Amazônia*”, dizem, mas na verdade conhecem seus respectivos estados, enquanto nós pesquisamos vários deles.

Essa foi a primeira expedição para a Amazônia. Fiz muitas expedições quando era aluna mas não à Amazônia. O Ruellan me levava para lá e para cá, mas não assim. Nessa eu fui coordenando a minha parte – e

era grande, visitamos a fronteira. Foi uma coisa de muito maior peso, e que veio a calhar com o curso que eu tinha inventado para os diplomatas. Então foi o maior barato! Foi o máximo.

Depois, em 1990, a senhora também começou a fazer mais consultorias para o governo?

Até essa época era só pesquisa e ensino. Quando é que eu comecei? Fui convidada ou indicada para fazer parte do Grupo de Aconselhamento do PPG7: Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, e isso foi justamente na virada da década de 1990. O Programa foi implantado em 1993, mas efetivamente só começou a funcionar em 1995. Mas, desde 1993 eu entrei no grupo onde permaneci por 10 anos.

Isso me levou a Brasília, a ter contato com o Banco Mundial, e com as guerrinhas entre o Ministério do Meio Ambiente e o Banco. Eram violentas. A gente guerreava mesmo, o tempo todo. Lá na Amazônia todo mundo já me conhecia, porque eu fazia pesquisa, e aí começaram a me conhecer em Brasília, por causa do PPG7, que era um programa extremamente importante na ocasião. Era muito importante porque trazia dinheiro. Mas não só dinheiro... Trazia toda a ideologia da mudança para o ambientalismo. Não foi brincadeira essa mudança.

Muitos criticam o papel dessas agências pela interferência nas políticas públicas nacionais, através do financiamento. Nesses conflitos como é que a senhora viu o papel das agências internacionais?

Io no creo en bruxas, pero que las ai, las ai.

Primeiro a gente não deve colocar todo mundo no mesmo saco, mas eu vejo que as agências têm um papel geopolítico importante, elas são um braço geopolítico de algumas potências. Não adianta dizer que é todo mundo bonzinho porque não é. Fazem o jogo das potências. A quantidade de agências da Alemanha... Foi imensa a ajuda que a Alemanha deu ao Brasil com KFW e a GTZ.

Porque eu digo que elas têm um papel geopolítico? Porque essas agências sempre têm subjacentes uma postura anti-Estado brasileiro. Vamos botar o dedo na ferida. Não é essa a questão? Sempre o Estado não

presta, o Estado é um fracasso. Essa é a mensagem, esse é o discurso – então precisa das agências, precisa do estrangeiro porque o Estado é incapaz. Para mim, isso é geopolítica. Então eu acho que elas têm um papel geopolítico; umas têm mais, outras têm menos, assim como as ONGs – algumas têm uma preocupação social maior, enquanto outras são francamente preocupadas com a geopolítica, inclusive com a coisa do Brasil não se desenvolver, o Amazonas se transformar em museu, imobilizar os recursos... Foi uma pressão muito violenta durante uns 10 anos até hoje ainda é, mas na década de 90 foi muito maior.

E a senhora trabalhou com projetos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente?

Inicialmente sim, porque o Ministério do Meio Ambiente era o lado brasileiro da questão. Por isso que eu disse que havia guerras incríveis. Naquela época não era a Ministra Marina Silva; o Secretário de Coordenação da Amazônia era o Dr. Seixas Lorenzo. Ele não era tão ambientalista feito a Marina. Porque eu também não sou. Tenho muito respeito por ela, não quero que se destrua a Amazônia, mas também não quero que ela seja imobilizada, que vire museu. Eu sempre escrevi contra isso, confesso a vocês que tinha medo de falar a esse respeito no início. Naquela época o fervor ambientalista era tão grande que eu tinha medo que jogassem pedras em mim.

Mas estava claro que se propunha um padrão de não uso da natureza, que muitos queriam que permanecesse imobilizada porque estavam desenvolvendo tecnologias lá, para utilizar os recursos daqui num novo patamar. Ora, que graça! E eu estava certa porque agora está todo mundo querendo utilizar os recursos. Foram reservas de valor. O que eu dizia naquela época: reserva de valor para uso futuro. O que está acontecendo hoje? Água, biodiversidade, carbono, as funções do ecossistema... Muito mais até do que eu pensei, porque eu falei na água e na biodiversidade. Secularmente, o homem explora a estrutura dos ecossistemas, estrutura que é resultado da interação de elementos bióticos e abióticos – bichos, vegetais, pedras; essa interação é a estrutura. Há séculos, desde a Antiguidade, a gente explora isso: o ouro, a água, o solo, a floresta, a madeira. Hoje, nós estamos explorando as funções dos ecossistemas.

Há um avanço na mercantilização da natureza. Os serviços ambientais vêm das funções dos ecossistemas, não mais da estrutura. Por isso é que a economia tem dificuldade de atribuir valor e preço a essas funções, que nunca pertenceram à esfera econômica. Mas de qualquer maneira o mercado está de vento em popa em Chicago, União Européia e Ásia. Eu estou propondo que a gente crie uma Bolsa de Valores em Manaus, uma Bolsa de Valores em serviços ambientais. O Brasil deve tratar de estudar esse negócio, aproveitar os serviços ambientais múltiplos que a natureza nos deu, e criar uma Bolsa aqui, não deixar essa evasão toda para lá.

A senhora começou no Meio Ambiente porém hoje não está mais. Por que?

Eu comecei no Meio Ambiente porque naquele momento a guerra era para tentar moderar o ambientalismo dentro do Ministério. O Brasil criou o Ministério do Meio Ambiente em resposta à pressão internacional, porque havia forte ingerência acompanhando esse Programa Piloto. Esse processo coincidiu com a crise do Estado brasileiro – crise econômica, política, financeira – cujo projeto militar de integração nacional se esgotou com os choques do petróleo. Em resposta à enorme pressão internacional, o Brasil criou o Ministério do Meio Ambiente. Para ter interlocução, senão teria que se submeter a tudo o que se queria impor. Eu trabalhei nessa época com o Ministério do Meio Ambiente, no PP-G7, justamente tentando dosar a ideologia ambientalista. A pressão externa por vezes era pouco ética, por exemplo, usando dois pesos e duas medidas para fazer estudos. Para os americanos deixavam tudo, para nós os temas tinham que ser submetidos a análise, seleção e orçamento. Eles tinham um monte de dinheiro, destinado à ciência e tecnologia, mas depois não queriam dar mais. O nome parece demais, mas não é, eram guerras, guerras diárias.

Houve uma coisa maravilhosa esse período: uma vez por ano íamos visitar os projetos. Para mim foi maravilhoso porque eu não deixei de ir para campo, ia menos com professores e alunos, mas ia com meu grupo do PPG7. Mas à medida que a pressão ambientalista foi se tornando mais forte, possessiva e dura, eu saí, porque não sou ambientalista. Não tinha cabimento. Eu acho que não se pode destruir a natureza, mas não é fazendo ela ficar imobilizada que você vai resolver o problema.

Até porque ela não fica imobilizada e quanto mais se enrijece, mais caminhos alternativos vão sendo construídos.

Exatamente! É o que está acontecendo agora. Dizem que se vão proteger a natureza, mas a estão destruindo. É necessário produzir para conservar, é a minha posição agora, através de uma ciência e tecnologia adequada, capaz de utilizar os recursos sem destruí-los.

A senhora está agora na Secretaria de Assuntos Estratégicos?

Pois é... Fiquei ajudando o Ministério da Integração. Trabalhei com o Antonio Carlos Galvão, participei do plano da Rodovia Cuiabá-Santarém, do Plano Amazônia Sustentável. Isso foi uma experiência incrível! Participei pelo Ministério da Integração, mas foi a primeira vez que vi um trabalho conjunto. O Lula colocou a Mary Allegretti, que era Secretária de Coordenação da Amazônia substituindo o Seixas Lorenço, do lado do Ministério do Meio Ambiente; e do lado da integração a Tânia Bacelar, que era diretora de Desenvolvimento Regional. Depois ela saiu e ficou o Galvão. E eu era consultora do Ministério da Integração. Participei da confecção do PAS – Plano Amazônia Sustentável - foi um plano maravilhoso que ficou pronto no final de 2004. Até hoje ele é válido, mas ele foi todo metamorfosiado, esvaziado, e ficou cinco anos engavetado. Em abril 2008 foi tirado da gaveta e sua coordenação transferida para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, sinalizando para o fato de que a questão da Amazônia não se resume ao meio-ambiente.

Tenho uma proposta desenvolvimentista, mas sem destruir o meio ambiente. Ao contrário, o meio ambiente é um trunfo, uma riqueza que a gente tem: o capital natural.

A senhora se vinculou a algum movimento político?

Nunca fiz parte de partido nenhum. Eu acho que foi muito melhor assim, porque me deu liberdade de pensar. Fui para o Itamaraty, depois me envolvi com o Ministério do Meio Ambiente, da Integração e depois de Ciência e Tecnologia. Circulei em vários ministérios. Tenho um pensamento autônomo e independente; que é uma coisa que eu acho que

falta no Brasil, reflexão para ter pensamento autônomo. Falta reflexão na universidade. Essa coisa de dar valor só a quantos artigos publicou por ano, a preocupação com o quantitativo induz ao abandono da reflexão. Acho isso seríssimo no Brasil. Eu sou sempre da reflexão. Gosto mais da reflexão do que dos números; se tiver que largar um, eu largo os números.

E conhecer o Brasil é igualmente crucial. O fato de ir à Amazônia e ver o que acontece lá é fundamental. E também o fato de estar sempre em Brasília, conversando com fulano daqui e de lá, inclusive a ministra Marina Silva que sempre me tratou com maior respeito. Não houve uma reunião pública em que eu estivesse presente, que ela não dissesse: “Contamos com a professora Bertha”, apesar de eu não ser ambientalista. Isso eu prezo.

Eu ajudei muito no plano da Cuiabá-Santarém. Depois trabalhei na concepção da Política Nacional de Ordenamento do Território (PNOT) e, a seguir, na dimensão territorial do Plano Pluri Anual (PPA), numa consultoria ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), para o Antonio Carlos Galvão que é o diretor desse projeto, um projeto muito grande. Uma mobilização imensa de cientistas brasileiros porque a idéia era justamente acoplar ao PPA à dimensão territorial.

E a passagem para com o Ministro Mangabeira, da Secretaria Especial de Ações de Longo Prazo?

Um belo dia eu recebi um telefonema do assessor do Ministro Mangabeira dizendo que ele queria conversar comigo. Convidou-me para ir a Brasília e me disse que tinha lido as minhas coisas, queria saber se eu poderia e gostaria de colaborar com ele, coordenando um grupo de consultores.

Como ele gostou, leu e incorporou algumas idéias minhas e queria avançar nisso, eu fiquei muito feliz! Ora, o que um professor, um pesquisador quer na vida? Que as suas idéias sejam aceitas, não é? Aí eu aceitei. Tem muita gente que diz assim: “*Você vai ficar ajudando o Mangabeira? Ele fica usando todas as coisas que você faz. O que ele está te dando?*” Olha, é uma mentalidade tão boba, não acha? Eu estou muito feliz que ele use as idéias. Não é isso o que você quer? Você pensa, estuda, pesquisa a vida inteira para ser útil. Fizemos um trabalho grande, éramos cinco consultores. A Marilene Corrêa, que é reitora da Universidade Estadual

do Amazonas, aceitou inicialmente mas depois saiu. E o Batista Vidal, que tinha uma posição muito extremada em relação à bioenergia, também saiu. Aí ficamos em três gatos pingados. Eu, coordenadora, o Francisco Assis Costa, da Universidade Federal do Pará, e o Wanderley Messias da Costa, da Geografia da USP. Pedimos uma série de notas técnicas, para suprir um pouco o nosso trabalho. Fizemos um seminário em Brasília para apresentar os resultados da pesquisa, muitos deles bastante interessantes. Tanto que a Marilene comentou: “*Esse estudo deixou o PAS no chinelo. Está muito à frente.*”

Além do estudo em si, fizemos muitos relatórios e viajamos várias vezes com o Ministro para a Amazônia. Agora acabamos, vamos ver. O ministro mandou me convidar para um seminário em Belém para discutir o extrativismo e propor à SUDAM a implantação de pólos industriais articulados aos recursos naturais na região.

A senhora poderia voltar um pouco e falar sobre o seu pós-doutoramento?

Ah sim, foi na década de 1980. Eu trabalhei durante um tempo, não era propriamente como consultora, porque era um grupo de pesquisadores nas Nações Unidas, UNCREG – United Nations Centre For Regional Development – em Nagoia, no Japão. Eles juntaram um grupo de pesquisadores – um africano, uma sul-americana, uns periféricos, para fazer estudos sobre agricultura, sobre a dinâmica agrícola. E eu fiz sobre o Brasil, evidentemente – saiu publicado, aquele foi um bom estudo.

E nisso, acabei conhecendo gente do MIT, dentre as quais uma professora chamada Karen Polansky, importante lá. Ela gostou muito de mim e resolveu me convidar como *visiting scholar*. Eu não dava aula, não era *visiting professor*. Era um pós-doc em que eu assistia cursos, participava dos debates, expunha temas também. Era mais um intercâmbio. Fui com a cara e a coragem, e fiquei lá três a quatro meses, no Department of Urban Studies and Planning. Para falar a verdade, eu não gostei. Porque a visão deles é colonialista. A grande preocupação era habitação para os pobres, mas eles tinham um discurso que não tocava no âmago da questão.

Na época, o que eu gostei foi de ter assistido a uns cursos em Harvard e fiquei, ao mesmo tempo, chocadíssima. Havia uns professores “cobras”,

e só tinha aluno da China, do Paquistão. Era o momento em que estava começando o desmonte do Estado. Em meados de 1980. Os professores mostravam como as empresas estatais não vendiam nada, como eram mal administradas, e que haviam entrado pelo cano. Estavam fazendo a cabeça da turma... Aquilo me chocou tanto! Eu percebi na hora, porque burra também eu não sou. Era um trabalho de solapa. Ia a periferia para lá e eles então faziam a cabeça de todo mundo com o discurso do *shelter for the poor* (“abrigo para os pobres”), que não é o meu. Ninguém me contou, eu vi como é que se fazem as cabeças para destruir o Estado, como se faz geopolítica através da ciência e tecnologia.

Foi o desmonte do Estado e eu a única que ficava defendendo a Vale do Rio Doce, que na época ainda não era privada, e a Petrobrás. Mostrava que elas eram empresas estratégicas. Isso é geopolítica também. Não interessa até se não derem tanto lucro, mas elas têm que existir porque elas são patrimônio da nação. E dão lucro pra caramba!

Como é que a senhora definiria o conceito de desenvolvimento nacional nos dias de hoje? Houve mudanças?

Pois é... Primeiro promoveu-se o desmanche: o Estado mínimo. A retomada não foi tão forte. Quer dizer, em alguns lugares sim: Venezuela, Equador e Bolívia... Mas foi muito discreto em vários outros. A questão de retomar o Estado, não foi dizendo: “*Agora o Estado vai de novo...*”. Acho também que no Brasil houve uma significativa retomada do Estado. Li uma coisa muito interessante na Folha de São Paulo na semana passada, com a qual concordo: o Estado nunca saiu da cena, ele tem a dobradinha com a economia, menos ou mais visível, mas está sempre junto. Há momentos em que o Estado dá outro tipo de apoio e em outros, quando se necessita, ele entra totalmente, como agora nos Estados Unidos. O articulista até dizia: – *Na verdade, nós vivemos um capitalismo de Estado ainda, só que com camuflagens.* – Você vai e volta. Não sei se eu diria que ainda é um capitalismo de Estado, embora nos Estados Unidos todo mundo esteja falando isso. Estão todos correndo para o Tesouro Americano e comprar dólar para garantir seus recursos. Quer dizer, o Estado, por vezes meio encoberto, está ainda atuando na verdade.

Estamos um pouco mais pró-ativos mas estamos falando, claro, num mundo que está globalizado. Então quais seriam as alternativas? O desenvolvimento da ciência e tecnologia, da especificidade desse movimento?

Já escrevi sobre isso também, embora não nesse momento de crise. Na verdade não se pode mudar a globalização, mas pode-se mudar a relação com ela. As decisões não são comandadas pelo mercado, não. Decisões políticas são decisões políticas; no fundo elas comandam o mundo e a própria globalização, que é muito poderosa. Tudo bem, você não pode fugir dela, sair do planeta porque ela está aí, mas pode ter com ela diferentes relações: de submissão ou de mais autonomia. É aquilo o que eu estava falando. Eu sou pela relação de mais autonomia.

Vai ser difícil não se inserir no processo de globalização. Passou o tempo em que era possível se fechar no mundo e partir para uma coisa autônoma, sozinho. O Brasil teve um período assim, meio fechado no processo de industrialização, mas nunca foi totalmente fechado porque dependia de empréstimos que vinham de fora. Mas hoje é mais difícil. Mas é possível ter formas diferenciadas de relação com esse processo. E aí eu sou pela autonomia. E como é essa autonomia? Nós temos recursos pra valer, mas nós temos também uma *path dependency*, isto é, uma trajetória histórica institucional autoritária e que beneficia os grandes interesses, resultando em intensa desigualdade social.

Nesse nosso trabalho da Amazônia, o Prof. Francisco Assis Costa mostrou quais são as trajetórias agrárias que estão ganhando na Amazônia: é a pecuária de corte. Ele teve a ousadia de medir, fazer as correlações de tendências das atividades agrícolas com a densidade institucional, sobretudo o crédito e mostrou que a força da pecuária de corte está associada à da densidade institucional. Essa atividade tem todos os apoios do mundo: do crédito e político.

Creio que, com esses exemplos, estou dando uma visão muito clara do que penso. Você teria alternativa no Brasil? Mas é claro que teria! Muitas alternativas. O Brasil tem recursos, tem uma população criativa. Mas falta educação, treinamento, capacitação. Não há habilidades porque a educação é uma educação generalista, européia. Isso tem que mudar! O ministro Mangabeira insiste muito nessa tecla junto com o ministro Haddad da Educação. O Brasil teria muitas alternativas. Agora, o problema

é como romper o autoritarismo. O quadro institucional trabalha em favor dos grandes. É horrível o que eu estou falando, mas acho que é verdade. Enquanto não se mudar essa situação vai ser difícil. Os movimentos sociais são muito importantes, mas só eles não resolvem.

Eles não têm capacidade institucional?

Não têm. Por isso eu tenho falado tanto em revolução científica, desde 2004, e agora muitos colegas incorporaram... Primeiro porque sou contra a idéia polarizada entre desenvolvimento ou preservação. Isso não existe! É preciso desenvolver com conservação, acabar com essa falsa dicotomia, porque é totalmente ideológica. Para utilizar os recursos sem destruir, há que se ter conhecimento e tecnologia. Segundo, a ciência e a tecnologia devem ajudar a fazer reflexão sobre a nossa situação e gerar um pensamento autônomo. Isso é fundamental para nós.

E hoje em dia acrescentei um terceiro argumento. Gosto muito do Karl Polanyi, autor do livro *A Grande Transformação*. Polanyi demonstrou que a passagem do processo de mercantilização para o industrialismo se deu através da criação de mercadorias fictícias, mas que geraram mercados reais; mercado de mão-de-obra, que nunca foi feita para ser mercadoria; mercado de terras, terra que nunca foi feita para ser vendida como mercadoria. E quem eram os sujeitos capazes de influir no mercado, para dosar o mercado? Ele aponta o Estado, as políticas públicas, movimentos sociais e sindicatos. Hoje parece que os sindicatos não têm força.

O ponto em que eu quero chegar é o seguinte: hoje a comunidade científica é um ator crucial com o mesmo papel que tinham os sindicatos na época da passagem para o industrialismo. Nós temos que esclarecer a população e a sociedade e dar subsídios ao Estado, para fortalecê-lo na negociação com o mercado, para impedi-lo de dominar tudo. Faz sentido o que eu estou falando? É isso. A densidade institucional é toda em favor do capital, e do mais selvagem, digamos assim. Quem vai hoje lutar contra? Não são apenas os sindicatos. Nós temos que assumir esse papel! Vocês estão de acordo comigo? Nós temos que assumir esse papel crucial.

Por essa razão estou andando muito na mídia agora. Fiz dois artigos esse ano para o jornal, faço 500 entrevistas, vou para mesa redonda, vem o Globo Repórter. Não é o que eu queria não, mas acho que temos obriga-

ção. Estou convencida. Por isso eu fiquei muito feliz quando a Academia de Ciências lançou o documento sobre a Amazônia, foi importante. Se não formos nós a fazer este papel, quem vai ser? Não será a mídia, porque ela é bastante cerceada pelos grandes interesses. Não é uma coisa fácil porque a comunidade é muito fechada na sua torre de marfim mas temos que insistir em sua mobilização.

Dentro da própria comunidade científica, quem se expõe acaba sendo alvo de críticas...

Mas não tem problema. Eu enfrento as críticas. Eu consegui fazer uma carta e tive 20 assinaturas de apoio ao Geoma². A Folha de São Paulo não coloca os nomes, mas estavam lá os Drs. Gilberto Câmara, Luiz Bevilacqua entre outros. Assinaturas de primeira linha para a minha cartinha. Há que continuar insistindo. Fiz para o Ministro Mangabeira Unger dois estudos, um sobre os serviços ambientais e o outro sobre articulação da cidade com a floresta, tema que ele queria abordar e é também o meu projeto do CNPq. Então, pergunto: o que é a floresta hoje? Eu a considero a fronteira do capital natural. Eu sempre estudei a fronteira em movimento, mas a revolução científica e tecnológica valorizou a natureza como capital natural, não se pode esquecer isso. Então é preciso olhar a natureza agora, o valor que ela tem como capital natural. O Mangabeira fala: “A Amazônia com mata e a Amazônia sem mata.” E eu queria falar da minha floresta, a fronteira do capital natural, a Amazônia com mata.

O IBGE ofertou-me uns mapas novos que fizeram sobre a vegetação original da Amazônia (acho que em 1500), e a vegetação em 2006. Qual a reação de todo mundo? “Ai, que destruição! Aquele vermelho...” O meu *insight* foi outro. É impressionante como o núcleo central da floresta ainda é bastante íntegro. Isso pra mim foi novo, abriu novas possibilidades.

² A Rede Geoma é a primeira Rede de Pesquisas do Ministério de Ciência e Tecnologia que integra 6 unidades de pesquisa deste Ministério, sendo três sediadas na região Norte: Instituto Nacional de pesquisa da Amazônia- INPA/AM, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG/PA e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM/AM e três no Sudeste: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA e Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC.

Ao invés de ficar chocada com o avanço do desmatamento pensei: “Olha como o núcleo...” Ainda está inteiro. Estou chamando-o de coração florestal. A natureza, a floresta, tem um zoneamento próprio, dela mesma, vocês sabiam disso? Tem o que se chama de mata ombrófila densa, que é esse coração florestal; segue-se a mata ombrófila aberta, ainda tropical, mas, não é densa; e depois matas de transição para o cerrado. O povoamento e a fronteira agropecuária em movimento se deram e estão se dando na mata de transição e na aberta. E parece que o coração florestal quase impediu o avanço da fronteira. Os grandes eixos viários foram abertos no cerrado e na mata aberta, aproveitando as áreas de menor resistência; mesmo a Transamazônica está no contato de mata aberta com mata densa. É impressionante, eu não tinha me dado conta.

Existe ali uma barreira da natureza?

Sim, é uma muralha. E há uma dimensão ideológica muito importante, sabe por quê? Porque não se pode mais falar de uma mata amazônica, uma floresta amazônica vaga. Onde está essa floresta? Onde está a mata? Isto vai discernir a ideologia da ciência. A ideologia que fica dizendo: “Vamos preservar a Amazônia.” Onde está o que deve ser preservado? Parece uma coisa à toa, mas é um *insight* básico para informar ações necessárias. Por exemplo, preservar, conservar. Hoje, o que tem a ser conservado é o território da mata densa, porque a mata aberta foi bastante destruída, dela permanecendo resquícios.

Isso não significa abandonar o resto ao seu bel prazer. Não, é para conceber estratégias diferenciadas para as diferentes áreas. O coração está aí pedindo urgentemente uma estratégia de defesa que não vai ser, na minha opinião, por áreas protegidas e intocadas, porque isso não vai proteger nada. A defesa deve ser através da produção de produtos não-madeireiros e de serviços ambientais, utilizando-os sem destruir a natureza. Esse coração florestal corresponde ao médio e baixo curso dos afluentes onde domina a circulação fluvial. Os altos cursos estão na mata aberta.

Eu estou fazendo uma consultoria para a Agência Nacional de Águas, que está estudando os afluentes da margem direita do Amazonas e eles estão incorporando essa idéia no projeto.

Mas a Amazônia é sempre tratada como um bloco indiferenciado...

Isso está muito errado, ela sempre foi heterogênea. Os ecossistemas são extremamente heterogêneos. E as sociedades, as tribos são diferentes. Mesmo a formação histórica dos diferentes estados. Enquanto no coração florestal deveriam ser implementados os produtos não madeireiros e os serviços ambientais, a mata aberta é o lugar da pecuária e da madeira. Creio que se devia fortalecer a indústria madeireira porque a pecuária já vai bem, obrigada, cheia de frigoríficos, não precisa de ajudinha não. Mas a madeira é totalmente desperdiçada, e elas andam juntas. A pecuária entra, a exploração da madeira também. Então deve se dar atenção à madeira, à indústria florestal.

Agora, o mais importante nesse coração florestal é a borda oriental do bioma Amazônico sul-americano; o pedaço do bioma localizado no Brasil. Olha a importância! Se houver uma estratégia adequada para tratar essa área, ela pode transmitir para a Amazônia sul-americana.

Que avaliação a senhora faria hoje sobre o ensino de ciências humanas e da Geografia em si? É possível fazer alguma projeção?

Nem sei se houve uma desvalorização, elas nunca foram valorizadas devidamente, vamos dizer a verdade, não é? Eu acho que é um erro enorme porque muita coisa que se comprova na Física, na Matemática. Nas Ciências Humanas há muito tempo, por exemplo, já se falava no livre-arbítrio e no determinismo. Essa é uma questão antiga, e muito depois vieram a leis da probabilidade mostrando a diferença do determinismo e daí enormes avanços. Mas quando começou? Quando é que veio a Física e colocou essa lei da probabilidade? Foi final do século XIX, passagem para o século XX, quando há séculos se discutia a questão do livre-arbítrio e determinismo. Estou dando este exemplo porque é uma questão crucial humana, discutida historicamente, que passa a ter uma expressão física quantitativa, mas estava aí na cabeça de todo mundo há muito tempo.

Talvez hoje em dia tenhamos que fazer muito mais pesquisa integrada porque os avanços estão vindo muito da convergência tecnológica, da fusão de disciplinas. Por exemplo, na Amazônia há uma falta enorme de Ciências Humanas. Não falta só Arqueologia e Antropologia; faltam Ciências Sociais, Humanas e Políticas para as cidades, para o consumo, a produção, a indústria, a navegação, o desenvolvimento da região. Não se

pode pensar só nos índios e na biologia. Eu defendo a floresta, mas nem por isso vou deixar de ver que tem gente lá.

Fiz um estudo para o Dr. Cylon Gonçalves que era diretor da Secretaria de Programas Especiais do MCT em 2004, afirmando “As Ciências Humanas fazem falta” ele achou que eu tinha toda a razão. Porque se não pode pensar o desenvolvimento de uma região só em termos físicos, matemáticos ou biológicos.

E quanto às agências de fomento, há possibilidade de se interferir na política de financiamento? Hoje são lançados editais procurando formar redes, mas saem fechados por áreas.

É, eu sei. Vi, por exemplo, que o pessoal da Amazônia teve uma reação enorme quando começaram a sair esses editais em rede. Acharam que era uma coisa que lhes prejudicava porque eles não têm esse traquejo. Não esqueçam que a pesquisa na Amazônia é uma pesquisa de inventário, taxonômica. De repente, tem que ter rede...

Li uma porção de textos deles quando fiz o trabalho para o Dr. Cylon. E fiquei boba de ver a reação! Eles se acharam muito prejudicados e acharam difícil organizar uma rede de uma hora para outra. Mas é necessário integrar mais. E vou lhes dizer algo importante: perguntei à FINEP se seria possível fazer um pedido de projeto pensando numa cadeia produtiva. Fulano entra para fazer pesquisa básica, outros para analisar a produção, o mercado, a circulação, etc. E eles disseram que pode. Acho que seria genial, porque daria uma lógica para a interdisciplinaridade.

Eu, por exemplo, estou lutando e quero estimular a formação de cadeias bioprodutivas. Então vamos arrumar quem pode investigar a produção, o transporte, o processamento. Não posso fazer isso sozinha mas teríamos que conceber algo nesse sentido. E com empresários, sabe? Há que inserir os empresários porque senão a dimensão econômica não se torna viável. Sei que o Laboratório Aché, por exemplo, está tentando desenvolver remédios brasileiros. E a Fiocruz já se instalou em Manaus e o Butantan em Santarém, favorecendo as pesquisas.

Bem, eu já falei o que queria. Obrigada.

Resenha comentada

Mobilização do trabalho na Amazônia: o Oeste do Pará entre grilos, latifúndios, cobiças e tensões (2008), de Maria da Conceição Araújo Castro.

Labor mobilization in Amazon: the West of Para, among squatters, latifundia, greeds and tensions (2008), from Maria da Conceição Araújo Castro.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor, São Paulo, junho de 2008.

PhD thesis presented to the Post-Graduate Program in Human Geography, Department of Geography, School of Philosophy, Literature and Human Sciences, University of São Paulo. São Paulo, June 2008.

Samuel Frederico¹ & Pablo Ibañez²

A tese analisa a mobilização dos trabalhadores rurais no município de Santarém (PA), decorrente do processo de desenvolvimento de atividades produtivas modernas, caracterizada pelo trinômio: extração madeireira, pecuária e produção de grãos. A região de estudo se configura como uma área marcada historicamente pela grilagem e por conflitos no campo. Nas palavras da autora, esta tese “buscou mostrar que o processo de mobilização do trabalho se realiza no contexto de uma realidade, onde estão sendo criadas novas formas de produzir e de relações sociais, que rompem com antigos costumes, formas de fazer e de organizar o espaço, que foram moldados pela atividade extrativa no decorrer de vários séculos” (Castro, p.06)

¹ Doutor em Geografia pela USP e professor adjunto da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL);

² Mestre em Geografia pela USP e pesquisador convidado da Faculdade de Medicina da USP ibanez.pablo@gmail.com

A tese defende que a mobilização dos trabalhadores é determinada “pela força mobilizante da forma mercadoria” (Castro, p.02), que se realiza por meio do conflito e da violência. Como estudo de caso, foram escolhidos a Gleba Pacoval, onde existem diversos projetos de assentamentos do governo federal, como o “PA Corta Corda”, e, também, o bairro periférico da Alvorada, onde se fixam as populações expulsas do meio rural. Ambos são localizados no município de Santarém.

Um minucioso trabalho de campo foi realizado, extraindo grande quantidade de informações sobre o cotidiano das comunidades analisadas, como o modo de produzir, o deslocamento, as casas, as reuniões das associações, os anseios e histórias pessoais, relatando a vida dos moradores, com a transcrição em diversas passagens, de suas falas e ações, no dia-a-dia.

Para tentar se aproximar da realidade analisada foram elencados alguns conceitos que compõem a teoria maior da pesquisa. O conceito mais trabalhado, e que inclusive dá o nome à tese, é de “mobilização do trabalho”. Esta idéia é tratada segundo a definição oferecida por Gaudemar (1977) e por Toledo (2006, p.04) como o resultado “do debate sobre a questão migratória e coloca em foco a mercadoria como forma de mediação da reprodução das relações de produção da sociedade”.

A idéia de fronteira agrícola parte da definição oferecida por José de Souza Martins, como o lugar da alteridade, do encontro de forças e tempos antagônicos, onde se multiplicam os conflitos, as tensões e as violências. No caso, é o encontro entre o tempo dos trabalhadores rurais locais que vivem, sobretudo, da subsistência e da venda de um pequeno excedente, com a temporalidade dos grandes capitalistas, tanto os madeireiros quanto os agropecuários. O estudo também se baseia na concepção de “não-simultaneidade” de R. Kurz (1992), para explicar os descompassos entre os diferentes movimentos provenientes da consolidação do modo de produção capitalista, em regiões onde a reprodução social ainda não é fortemente transpassada pelas relações capitalistas.

Apesar de enfatizar as distintas temporalidades presentes na região santarena, a autora não operacionalizou de forma enfática a categoria tempo como é proposto na introdução, explicando as diversas temporalidades existentes na fronteira. A lógica implantada em Santarém, a partir do final da década de 1990, é a mesma presente nos cerrados brasileiros. Um novo tempo surge, com a chegada de grandes produtores agrícolas, verdadeiros capitalistas do campo, das grandes empresas exportadoras de grãos, chamadas de *tradings*, e de uma série de técnicos vinculados à agricultura moderna. As cidades tornam-se o centro da produção, ao reunir

uma série de fatores produtivos funcionais ao campo moderno. No caso de Santarém, o que ocorre é um embate entre o novo tempo, representado pela chegada dos capitalistas modernos, os quais exigem uma nova organização do espaço urbano e regional, com a inércia espacial, representada pela configuração espacial e pela organização social pretérita³.

Outras categorias indicadas para se analisar a realidade estudada, mas que também não foram operacionalizadas ao longo da tese, são os conceitos de território e região. No caso do conceito de território, a referência utilizada é a definição oferecida por Andrade (1995), que, para ela, se aproxima da concepção de Raffestin (1993). Neste sentido, a noção de território se diferencia da definição de espaço, constituindo-se uma relação de poder, ou seja, a forma como o poder se materializa no território. Para Raffestin (1993), a abordagem econômica do território envolve um jogo de forças nos quais diversos agentes (Estado e empresas) usam a natureza enquanto recurso. Dessa maneira, a definição de território vai muito além de uma simples variável político-militar, como é tratada muitas vezes, para se configurar como uma perspectiva materialista. A autora poderia ter demonstrado como trabalhadores rurais, madeireiros, pecuaristas, sojicultores e o Estado, ou seja, diferentes agentes usam o território de forma diferenciada, pautados em lógicas distintas. Aqui, a definição oferecida por Milton Santos de “território usado” – entendido como o “território de todos”, mas também como a ação de cada agente se materializa em territorialidades distintas – oferece uma perspectiva interessante para debater a questão.

Com relação ao conceito de região, caracterizado por uma grande polissemia, a autora apóia-se na idéia de “região do capital”. Neste sentido, a região expressa um “modo particular de realização da riqueza, como parte da totalidade da dinâmica capitalista” (Castro, p.14). Esta compreensão é pertinente, mas não consegue abarcar as inter-relações estabelecidas, no atual período da globalização, entre o lugar e o mundo. A região, tanto hoje quanto no passado, constitui um “lugar funcional do todo” (Santos, 1985), devido ao estabelecimento de vínculos cada vez mais intensos com áreas distantes, tornando-se funcionais às ordens e demandas externas. Este novo tratamento dado à noção de região pode ser verificado, entre outros fatores, na produção de soja no entorno de Santa-

³ Um estudo mais detalhado sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas e da maneira como o território vem sendo usado corporativamente pode ser encontrado na tese de Frederico (2009), intitulada “O Novo Tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos”.

rém (PA), onde se reúnem fatores produtivos especializados e funcionais a agricultura moderna da soja – é, por exemplo, o caso do porto da Cargill.

Para retratar com mais acuidade o fenômeno da constituição, no território brasileiro, de regiões funcionais ao “mercado mundial”, Castillo (2008, p.58) propõe adjetivá-las de competitivas. A região competitiva, segundo o autor, constitui “um compartimento geográfico caracterizado pela especialização produtiva obediente a parâmetros externos (em geral internacionais) de qualidade e custos”. A competitividade, além de ser um atributo das empresas e dos governos, é também um atributo dos lugares, devido às diferentes densidades técnicas (disponibilidade de infra-estruturas de comunicação, transporte, energia, pesquisa, desenvolvimento de cultivares adaptados à região) e normativas (incentivos fiscais, denominações de origem, acordos entre o poder público e empresas) existentes entre as regiões, e que permitem maior ou menor fluidez territorial (Arroyo, 2001) para os diferentes agentes. Dessa forma, uma das “virtudes” que a região precisa ter para se tornar competitiva é possuir uma eficiente logística de produção, daí a construção do porto graneleiro da Cargill, na cidade de Santarém (PA). Com relação à Amazônia Legal, Viana *et al.* (2007) propõe que a região possui diferentes situações geográficas⁴, sendo, as áreas especializadas no agronegócio, intituladas de situações de uso corporativo do território. Esta denominação se aproxima das regiões competitivas e busca evidenciar as exacerbadas desigualdades de oportunidades e os conflitos daí resultantes.

Apesar de não operacionalizar os conceitos supracitados ao longo do trabalho, exceto a noção de “mobilização do trabalho”, a tese é bem formulada e mostra o grande comprometimento e envolvimento da autora com as questões analisadas. O estudo caracteriza-se como uma tese de denúncia das atrocidades que vem sendo cometidas no município de Santarém (PA), decorrentes, sobretudo, da luta pela terra.

Além da questão fundiária e da discussão sobre a convivência e cooperação histórica do Estado com os grandes projetos capitalistas materializa-

⁴ Ao analisar a Amazônia Legal, Viana *et al.* (2008) propõem uma regionalização baseada na identificação de diferentes situações geográficas como: uso corporativo, caracterizada pela presença de atividades modernas de produção; uso conservacionista, devido à presença de grandes unidades de conservação; fronteira, por possuir normas e dinâmicas específicas devido à localização fronteira; metropolização (Belém e Manaus); e espaços opacos, regiões caracterizadas pelo baixo dinamismo econômico.

dos na Amazônia, as seguintes questões são também discutidas com ênfase: 1) a oposição entre as imposições do capital externo, nos momentos de maior pujança econômica da Amazônia, às formas locais de subsistência, nos momentos de menor dinamismo econômico; 2) a mobilização da força de trabalho, exemplificada pela migração intra e inter-regional; 3) a presença de um campesinato tipicamente amazônico, de certa maneira autônomo, principalmente quando os pequenos posseiros ou proprietários produzem para a sua própria subsistência; 4) a mobilização dos trabalhadores rurais devido à rápida reprodução dos capitais agrícolas e pecuários, contexto em que a terra, meio fundamental de produção para as atividades agrárias, encontra-se no epicentro de um grave problema fundiário.

A tese está organizada em quatro capítulos, tendo os três primeiros uma forte carga histórico-descritiva. No capítulo de abertura há uma retrospectiva histórica da Amazônia, com a análise de como a região oscila entre duas lógicas: a de produzir/extrair para o mercado e a de extrair para a subsistência. No atual momento, com a difusão da fronteira agrícola moderna, a lógica do mercado é predominante, devido à inserção do território brasileiro como um *player* importante nas exportações de *commodities* agrícolas, o que requer a modernização e expansão das terras agricultáveis. Também são feitas referências aos fluxos migratórios e aos conflitos recentes resultantes da chegada, principalmente, de sulistas visando o agronegócio. O segundo capítulo trata da ocupação da terra na Amazônia, especialmente no Pará; faz-se uma retrospectiva histórica da formação do latifúndio no Brasil, com origem nas sesmarias e nos decretos que transferiram 70% das terras paraenses para o domínio federal, em favor de grandes projetos públicos e privados, a partir da década de 1970. O terceiro capítulo baseia-se nas pesquisas feitas pela autora, configurando-se quase que como um diário de campo, e analisa mais particularmente as dinâmicas da Gleba Pacoval, onde se localiza o Projeto de Assentamento Corta-Corda (justamente o lugar da pesquisa de campo). Por fim, no quarto capítulo, que apresenta o núcleo da tese, a autora analisa a mobilização do trabalho na região de Santarém, que tem como força motriz a chegada da atividade agrícola moderna e a conseqüente luta pela terra.

Alguns apontamentos históricos

A grande marca do processo de colonização e ocupação da região amazônica é sua dinâmica muito particular, pautada na demanda do mer-

cado externo e “formação de uma força de trabalho de origem indistinta (índio, negro ou outra), móvel e submissa o bastante para seguir as trilhas que conduziam às riquezas (...)” (pag. 21). A fartura de recursos naturais e o grande vazio demográfico fizeram da região um lócus privilegiado da exploração da terra e, como consequência desse processo, os conflitos de variadas ordens foram se intensificando.

É interessante notar que não apenas as produções voltadas para exportação contribuíram para o acirramento da exploração dos trabalhadores e dos conflitos pela terra. Os produtos chamados de ‘segunda linha’, ou seja, aqueles relacionados com o cotidiano da região e que eram a base produtiva de diversos lugares, tinham uma função social e econômica de grande importância, sobretudo, porque permitiam autonomia a uma série de lugares, além da garantia, em momentos de crise nas exportações, de sobrevivência das instituições políticas, civis e religiosas. Esse grau de importância aliado à modalidade de troca desses produtos, majoritariamente feita por escambo, evidenciava também uma forma de violência, através da coerção e da intimidação, bastante evidente naquela área, como denuncia a autora. Do ponto de vista histórico, porém, a tese privilegiou a análise do extrativismo e a passagem para outras atividades econômicas, como o agronegócio.

Segundo autores como Prado Jr. (2004) e Weinstein (1993), o extrativismo na região está associado ao fato da área ser de difícil acesso, em função de sua densa floresta, e de difícil instalação das *plantations*, por uma série de fatores, como a falta de mão-de-obra e infra-estrutura, a terra inadequada, e o rendimento duvidoso. O início do extrativismo remonta ao século XVI, com a exploração das drogas do sertão. Produtos como plantas medicinais, guaraná e ervas aromáticas, como canela, baunilha e cravo são os exemplos mais utilizados, além, é claro, da exploração da madeira, com o conseqüente desmatamento.

Os períodos extrativistas posteriores estão relacionados com a exploração da borracha e podem ser divididos em dois ciclos: de 1879 a 1912; e de 1942 a 1945. O uso do conceito de ciclos é justificado com base na observação de que a borracha, assim como outros produtos, a exemplo do cacau, atravessou momentos de ascensão e queda de importância, ao longo da história. A dependência externa é um dos eixos fundamentais para o entendimento desse processo. Com base no estudo de Mamed (2007), é relatado o processo de endividamento externo para a construção da infra-

estrutura necessária à produção e ao escoamento da borracha, tendo em vista que os interesses do governo brasileiro estavam mais concentrados nos negócios relacionados ao café. “Assim, a política imperialista do grande capital monopolista encontrou plena corporificação no financiamento da economia gomífera na Amazônia. Logo, o controle do processo de produção esteve essencialmente nas mãos dos centros industriais situados na Inglaterra e Estados Unidos (...)” (Castro *apud* Mamed, 2005).

Manaus e Belém, que ostentavam riqueza e contavam com substanciais aparatos de lazer, tornaram-se importantes centros decisórios e de distribuição de alimentos, pela existência de entrepostos de produtos, e de mão-de-obra. As migrações em busca de trabalho provinham, majoritariamente, do nordeste brasileiro e eram fortemente incentivadas pelo governo. Apesar de essas duas cidades terem despontado em importância, diversas outras, de menor porte, foram surgindo, enquanto outras já existentes se fortaleciam como centros de apoio e bases de exportação. Foi assim que Santarém ganhou notoriedade, ainda no período colonial, principalmente por estar situada às margens do Rio Tapajós.

As concessões de terra no município revelam diversas complicações. Apesar de parte estarem amparadas por estatutos jurídicos, ainda existem muitos conflitos decorrentes da ocupação irregular de áreas de domínio público, e que dividem a cidade em duas, havendo uma Santarém ‘formal’ e uma outra, ‘informal’. A dinâmica acelerada do processo de uso e ocupação do solo torna ainda mais complicada a situação. O mecanismo de ‘posse’ é o instrumento utilizado tanto na área rural quanto urbana, de maneira que os indivíduos com grandes posses são detentores de uma afirmação de poder e contam com ampla possibilidade de negócios. A pressão popular, por sua vez, é realizada através de associações de bairros, federações e demais entidades, que buscam reivindicar concessões e outorgas dos títulos registrados. É preciso levar em conta, ainda, os deslocamentos populacionais que vêm se intensificando em virtude da expansão da fronteira agrícola, contribuindo para o crescimento da população urbana e da ocupação de áreas próximas às estradas.

Em relação às atividades econômicas de Santarém, em 1661, quando seu nome ainda era Aldeia dos Tapajós, a extração de cacau se resumia à colheita na mata nativa. No século seguinte, quando já era produzido em lavouras, a partir de 1734 o cacau passou a ser a principal fonte exportadora, mas já estavam sendo desenvolvidas, também, as culturas de arroz,

café, milho, feijão, mandioca, algodão e tabaco. A atividade extrativista, que teve grande vigor nos períodos áureos da borracha, período não tratado na tese em relação à Santarém, vai perdendo a força, no início do século XX, dando lugar à diversificação, com a oferta de outros produtos que atendiam tanto ao mercado interno regional, quanto ao externo. Nas décadas de 1930 e 1940, cresceu a produção de juta. Em 1950 e 1960, foi a vez da exploração do pau-rosa. Na década de 1980, houve uma intensificação da atividade aurífera. Mas é a partir das décadas de 1970 e 1980 que ocorreu a mudança da base tecnológica, acelerada pela chegada do agronegócio, sendo emblemáticas as parcerias celebradas com grandes empresas do setor, a exemplo da Cargill, que hoje possui um terminal portuário no Rio Tapajós, com capacidade para exportar 800 mil toneladas de soja por ano. Ganharam relevância, também, as atividades pecuárias e de extração de madeira, com a construção das estradas Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163).

Os fluxos migratórios são elementos importantes de análise e demonstram uma clara diferença de padrão entre os nordestinos que se dirigiram àquela região e os sulistas. Obviamente esses não foram os únicos grupos a migrar, porque houve afluxo, também, de açorianos, japoneses, norte-americanos e judeus⁵. Na maior parte dos casos, as migrações estão associadas às crises vividas pelos migrantes nos seus locais de origem ou ao potencial das atividades econômicas desenvolvidas na região, com ou sem políticas explícitas do Estado brasileiro. A autora também chama atenção para um momento, por volta de 1877, em que houve migração de nordestinos, turcos, sírio-libaneses e judeus. Mas, os grandes fluxos, que configuram elementos significativos das dinâmicas atuais, se expandem na década de 1970.

Em um primeiro momento, já na década de 1970, os sulistas, oriundos de todos os estados da região Sul, dirigiram-se para a Amazônia motivados pelas campanhas governamentais e se instalaram próximos às rodovias. Realizavam trabalhos de infra-estrutura, extrativismos, serviços, ou seja, garantiam seu sustento com as oportunidades que apareciam. Eles, porém, acabaram voltando para suas cidades de origem. Já os que se dirigiram no final do século XX, ao longo da década de 1990, tinham

⁵ Castro (2008:64) realiza um quadro síntese desses fluxos específicos.

outro perfil. Em sua maioria, eram gaúchos e vinham do Mato Grosso como empreendedores, empresários do agronegócio. Houve, então, a introdução de novas formas de exploração da terra e do trabalho e, por conseguinte, de conflitos.

Já os nordestinos se dirigiram para a região em três períodos diferentes. O primeiro quando das grandes secas de 1877 e 1883. O segundo, em 1943, tendo como atrativo o reaquecimento da economia da borracha, em função da demanda gerada pela II Guerra Mundial. Por fim, nos anos 1970, com as políticas de ocupação realizadas pelo governo federal, a exemplo da expansão da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da construção da Transamazônica. Suas principais atividades agrícolas, com participação também na atividade extrativista, sempre foram ligadas à subsistência ou ao abastecimento das cidades próximas. O que deve ficar claro é o fato de que, até hoje, grande parte dessa população vive em condições de trabalho precárias, sem remuneração garantida e extremamente dependentes de programas de transferência de recursos federais.

A grande questão refere-se aos embates gerados pelas novas identidades baseadas no empreendedorismo, e que opõem cultura local e fatores externos. Aparecem as idéias de ‘vencedores’ e ‘fracassados’, ‘os que podem’ e ‘os que não podem’ materializadas nos carros de alto padrão e no jargão ‘gaúcho’ utilizado para designar as pessoas ‘brancas’ de posse e com visão de futuro. A própria educação é um símbolo dessa dicotomia, explicitada pelo Instituto Luterano de Ensino Superior, com forte aceção empreendedora e um slogan particular: “a universidade preferida dos gaúchos”. Os novos serviços como de *lan house* ou fotorrevelação também podem servir de exemplos desse empreendedorismo voltado apenas para uma parcela da população.

Do ponto de vista econômico, alguns dados confirmam uma mudança radical em Santarém. O PIB da cidade saltou de R\$ 327 milhões, em 1994, para R\$ 1.235 milhões, em 2003, o que significa um crescimento bem acima da média nacional. Suas principais atividades, hoje, estão ligadas ao setor madeireiro, agropecuário, de transformação e de serviços (sendo este fortemente atrelado ao setor público). Houve um aumento significativo na participação das atividades agropecuárias no PIB, indicador que passou de 28,5%, em 2002, para 33%, em 2003. A explicação estaria nos investimentos na agricultura mecanizada (arroz, milho e feijão) e, principalmente, nos produtos voltados para o mercado externo (soja, sorgo e milheto). O cres-

cimento do setor agropecuário é apontado como alavanca para os serviços e o comércio, com a expansão de empreendimentos como casas comerciais, agências bancárias, escolas, universidades, lojas de maquinários agrícolas e de sementes, além de instâncias madeireiras.

Outra ênfase à questão econômica diz respeito ao que a autora chama de economia de provisão. Com base em uma pesquisa realizada por José Lima Pereira, intitulada “Mercado de Xaropes, Poupas de Frutas e Outros Produtos Regionais” (1999), Castro (2008) ressalta a importância da produção de frutas tropicais, farinha de mandioca, grãos variados, pecuária e pescado, realizada por “trabalhadores rurais com poucas posses de terra, baseada na pequena agricultura, na coleta de determinados bens e no artesanato” (p. 54). A renda desses trabalhadores é composta majoritariamente por esses produtos e por aposentadorias. O curioso é que um olhar mais descuidado poderia relacionar essas produções com um consumo exclusivamente local, fato não consumado, uma vez que 14% da produção é destinada à exportação.

Em suma, a autora explicita nesta parte do trabalho, a presença de ciclos transitórios ‘mágicos’ e imediatistas de crescimento, aliados às gritantes diferenças nas migrações de sulistas e nordestinos, que acabaram transformando a região em uma verdadeira ‘bomba-relógio’ da disputa de terra, tema que será melhor analisado posteriormente.

A questão fundiária

O problema central da mobilização do trabalho e do surgimento dos conflitos é a forma como a terra vem sendo apropriada no estado do Pará, em especial, na região de Santarém. Segundo Castro (2008) existem hoje no Pará 20 milhões de hectares de terras a ser regularizados. Do total de terras do estado, 55,6% são Unidades Territoriais de Gestão Especial (unidades de conservação, terras indígenas, etc.), enquanto 24% são administradas diretamente pelo Incra e apenas 20,4% estão sob responsabilidade do governo estadual.

A tese desenvolve uma longa análise do processo de apropriação da terra na Amazônia, destacando que desde o período colonial a atividade extrativa se espalhou por grandes extensões de terras, para a exploração de mercadorias exportáveis. O controle da terra já se concentrava em grandes áreas, baseando-se na produção extrativa de castanha, piaçava,

madeira, batata, sorva e borracha. A partir daquele período, a terra se converteu em mercadoria de grande valor, funcionando como instrumento de dominação e poder. Mesmo nos momentos em que a terra foi doada aos migrantes despossuídos, como nos projetos de colonização, o objetivo central, por trás da distribuição de terras, era de “desbravar a fronteira”, para depois entregar essas áreas aos grandes empreendedores.

Assim, ao longo da história de ocupação da Amazônia, observa-se uma cooperação estreita entre o Estado e o Capital. O Estado foi o responsável por conter as tensões sociais e estimular, por meio de diversos projetos, a ocupação da Amazônia, fornecendo a mão-de-obra necessária para os grandes empreendimentos estatais e privados. A ocupação da fronteira amazônica também tinha como objetivos amenizar as prementes reivindicações por reforma agrária em outras regiões do país, particularmente no Nordeste. Para Oliveira (2005), a imposição da lógica dos monopólios privados e da ocupação privada da terra é a raiz histórica da “Marcha para o Oeste”, da implantação dos projetos de mineração e da expansão da fronteira agrícola e contribui para o acirramento das tensões sociais e não necessariamente para amenizar problemas de distribuição de terras no país.

Ao analisar a região santarena, Castro (2008) destaca quatro pontos que caracterizam o processo de apropriação capitalista da região: 1) o desenvolvimento das forças produtivas na região vem se pautando pela contradição; 2) os empreendimentos capitalistas se sucederam continuamente na história, intercalando períodos de “euforia” e de “arrefecimento”, de maior exploração e/ou produção de bens exportáveis com a exploração e/ou produção para a subsistência; 3) as dinâmicas que tentam implantar as atividades produtivas atuais, como a apropriação privada das terras, são caracterizadas pela “pressa” e pela “agressividade”; 4) durante séculos, a apropriação e o uso da terra para a moradia e para a pequena produção se baseou na “palavra” e não no “papel”.

As formas modernas de apropriação e uso da terra – via atividade madeireira, pecuária e agricultura moderna – promovem uma quebra das antigas relações sociais, dos costumes e da organização espacial, que estava assentada na atividade extrativa. Para os moradores “tradicionais” nunca houve a preocupação de elaborar documentos formais de posse das terras, porque estas sempre pertenceram ao Estado e os moradores de certa maneira se acostumaram a essa situação. Com a chegada das atividades capitalistas mais modernas, as terras passaram a ter donos e aqueles “que estavam presos nos “compromissos da palavra, viram-se colocados na po-

sição de invasores de terras alheias, onde supostos donos mostravam os documentos de posse da terra” (Castro, 2008, p.181).

Os novos capitalistas recém chegados à região encontraram uma situação em que a maioria das terras não era registrada, embora houvesse moradores radicados. A tentativa de apropriação privada das terras desencadeou uma série de conflitos, bem como uma corrida de agentes interessados em legalizá-las e formalizar os títulos de posse. Um dos principais problemas, e que abriu espaço para a tomada de uma série de medidas ilegais e para a geração de conflitos, é a falta de informações sobre as terras tituladas, tanto as do Pará quanto as da União. Os dados são precários e não permitem saber com exatidão o total de terras tituladas, sua localização, extensão e quais são os titulares que foram aos cartórios efetivar seus registros de posse. No caso da região de Santarém “a tomada de terras pelos latifundiários para especular ou garantir a realização de empreendimentos madeireiros e agropecuários, é muito mais veloz do que as estruturas administrativas e operacionais disponibilizadas para organizar e fiscalizar todo o processo” (Castro, 2008, p.142).

Os grandes capitalistas da região, como madeireiros, pecuaristas e sojicultores, dispõem de mais recursos para a delimitação das terras, quando comparados aos pequenos trabalhadores rurais. A identificação das terras começa pelo levantamento cartoral, ou seja, a formalização da posse com um documento formal, lavrado em cartório. Após a primeira etapa, os títulos expedidos precisam ter localização definida e identificável, o que só é possível por meio do georreferenciamento da área. O problema é que a realização deste procedimento é extremamente cara para os pequenos agricultores e proprietários, fazendo com que os grandes capitalistas levem vantagem nos processos necessários para a apropriação.

A falta de informações sobre as terras é tão alarmante que nem a União e nem o estado do Pará possuem dados corretos sobre a extensão das terras devolutas existentes, o que abre espaço para todo tipo de falsificação de documentos. À carência de estrutura jurídica, administrativa e operacional, somam-se a ineficiência e a conivência de diversos setores da administração pública diante da pressão de grileiros e madeireiros para realizar negócios e lucros; da pressão do governo federal para a realização das metas da reforma agrária; e da ausência de um acompanhamento eficiente e contínuo dos processos de regularização fundiária. A reunião de todos esses fatores resulta no “assalto” às terras públicas, realizado pelos latifundiários, enquanto a reforma agrária continua estancada.

Para tornar ainda mais complexa a situação, as Superintendências Regionais do Incra de Belém e Santarém estão frequentemente sob monitoramento de órgãos da justiça, devido às constantes denúncias de corrupção de certos servidores que cuidam dos processos de regularização fundiária e de gestão dos assentamentos. Como exemplo, Castro (2008) cita a “Operação Faroeste”, realizada pela Polícia Federal, em 2004, que teve como objetivo principal desarticular um grupo especializado na grilagem de terras na região de Santarém e que levou à prisão dezoito pessoas, oito das quais funcionários do próprio Incra. Os casos de grilagem são constantes, como a mídia eletrônica noticiou em 2007, e também consta relatório do Greenpeace “Assentamentos de Papel, Madeira de Lei”, que aponta erros de procedimento e ilegalidades nos trâmites de criação de assentamentos, envolvendo diversos projetos de desenvolvimento sustentável (Serra Azul, Renascer II e Santa Clara) e projetos de assentamento (PA Moju), na região.

No caso da Gleba Pacoval, escolhida para a realização da pesquisa de campo e localizada entre os municípios paraenses de Santarém, Praia, Uruará e Medicilândia, existem diversos tipos de projetos de desenvolvimento sustentável, assentamento e agroextrativista. A Gleba está sob coordenação do Incra e já foram registrados 117 projetos, com pouco mais de 77 mil famílias envolvidas e cerca de 45 mil famílias assentadas. A demora na regularização das terras dentro da Gleba além de ser motivo de angústia para as famílias dos trabalhadores rurais que vivem ali, também abre oportunidades para as ações dos grileiros. Castro (2008) elenca algumas lacunas na fiscalização e nas ações do Incra em comunidades que vivem na Gleba, como: assentamentos improdutivos; assentados que possuem mais de um lote; posseiros que desconhecem a situação da terra que estão ocupando e, por isso, não conseguem pleitear os recursos necessários para moradia e trabalho; e a existência de informações desconstruídas sobre a quantidade de assentados, fazendo com que o número aumente ou diminua conforme os diversos interesses.

Atualmente, as populações do município de Santarém (PA), tanto as radicadas no planalto como as ribeirinhas, possuem uma preocupação comum e cotidiana que é a demarcação de suas terras. Esta preocupação é premente tanto para as terras coletivas, dos quilombolas, por exemplo, como para de famílias que vivem na área há várias gerações. Para se proteger do assalto às suas terras, as famílias dos trabalhadores rurais têm se filiado às associações e sindicatos, articulando-se, também, com a

Pastoral da Terra. O estabelecimento dessas relações é fundamental para que possam enfrentar as forças latifundiárias, “que atuam com agilidade e competência em um contexto, onde a dominação territorial e as formas específicas de valorização do capital estão em curso. (...) Entende-se que o quadro social conflitivo na região estudada é a manifestação de um embate entre desiguais: as forças dominantes e os possíveis candidatos e deserdados da terra. Essa condição última é almejada e estimulada tanto pelo capitalista quanto pelo próprio Estado” (p.174). Os diversos mecanismos de luta encontrados pelos trabalhadores rurais da região para proteger suas terras têm se tornado um entrave para a fácil expansão da fronteira agrícola moderna, naquela região.

A mobilização do trabalho

A noção de mobilidade do trabalho utilizada pela autora é baseada na definição oferecida por Gaudemar, que expressa as diversas ações a que o trabalhador é forçado para conseguir uma ocupação que lhe garanta a sobrevivência, incluindo, além do processo migratório, uma série de outras alternativas.

Na região de Santarém (PA), as expropriações dos pequenos trabalhadores ocorrem para que suas terras sejam utilizadas como meio de produção para a realização de negócios (madeireiro, pecuário, agrícola), mas, diferentemente, dos tempos iniciais do capitalismo e da acumulação primitiva, esse fenômeno não ocorre para que os trabalhadores do campo sejam liberados para a atividade assalariada no meio urbano, engrossando o êxito rural. A maioria desses expropriados vira desempregado, na cidade, vivendo de pequenos “bicos” e negócios esporádicos.

Parte dos trabalhadores expropriados tem recorrido às alternativas oficiais para resolver seus problemas de sobrevivência, procurando se manter na terra por meio dos programas de reforma agrária. A outros resta apenas a opção de migrar para Santarém ou para outras frentes de expansão. Em Santarém, as opções não são muitas. Para os mais idosos, por exemplo, resumem-se à realização de pequenos serviços, ao trabalho ambulante ou, na melhor das hipóteses, à conquista da aposentadoria rural. Os mais jovens ainda conseguem emprego no comércio local ou no serviço público, quando possuem o mínimo de estudo necessário. Para as mulheres, as possibilidades de inserção são maiores, variando do emprego como doméstica à prostituição, quando são jovens.

Entre os bairros de Santarém que mais recebem migrantes do meio rural estão o Alvorada, o Novo Horizonte e o Nova Jerusalém, todos localizados em áreas periféricas da cidade. Recebem migrantes do planalto e também das regiões ribeirinhas. A população ribeirinha é composta, em sua maioria, por habitantes mais antigos, que vivem na região há várias gerações, enquanto a do planalto reúne moradores mais recentes, que chegaram há pouco tempo à região, vindos, sobretudo, do Nordeste. Conversas mantidas com integrantes da população migrante desses bairros, por ocasião do desenvolvimento da tese, revelam que a maioria mudou-se para a cidade em busca de mais oportunidade de trabalho e de educação para os filhos, por motivos de saúde e também devido à pressão pela posse da terra.

Uma novidade, na região, é o que a autora chama de “êxodo rural às avessas”, com o retorno de parte da população ao campo. Neste contexto, dois fatos tem sido decisivos para que muitos trabalhadores façam o caminho de volta: a possibilidade de se aposentar por idade e a chance de conseguir um lote de terra. Aliás, as duas situações estão relacionadas, pois sem a terra não há chance de aposentadoria. A previdência rural tem como principal mérito a universalização do direito da população rural brasileira ao benefício, sem que seja preciso comprovar a contribuição, mas, desde que o pleiteante tenha exercido atividade agrícola. Para isso é necessário apresentar algum documento que comprove vinculação à atividade rural durante pelo menos 13 anos, como declarações de filiação a qualquer sindicato rural, certidões de casamentos, boletins escolares, e/ou a confirmação por testemunhas. O trabalhador rural também precisa ter mais de 60 anos, no caso dos homens, ou 55 anos, no caso das mulheres, além de não ter tido empregados, de recorrer apenas à mão-de-obra familiar e de vender, no máximo, o excedente produzido. Segundo a análise da autora, as políticas de assentamento e, principalmente, a aposentadoria rural são dois mecanismos que tem surtido um grande efeito para a fixação dos trabalhadores no campo.

Para finalizar

A lógica de organização do território de Santarém é semelhante à lógica de expansão das fronteiras agrícolas modernas, nas áreas de cerrado. O que se observa, é a reunião de uma série de fatores produtivos

com o intuito de viabilizar a produção moderna destinada, sobretudo, ao mercado externo, em detrimento da lógica de organização espacial anterior, dos trabalhadores rurais. O objetivo de tornar o Oeste do Pará numa região competitiva e funcional (Castillo, 2008), do ponto de vista do agronegócio, ao mercado mundial, levou a uma série de problemas, como: a utilização de meios ilícitos para apropriação privada de terras públicas, o desapossamento de famílias rurais que utilizam a terra como meio de produção, a expansão migratória dos despossuídos do campo, e a migração descendente (Santos, 1993), dos produtores e técnicos ligados ao campo moderno, em direção à cidade de Santarém.

Os novos eventos, relacionados à difusão capitalista moderna, fazem com que os trabalhadores rurais adotem atitudes diferenciadas para a resolução dos seus problemas, como: a tentativa de se inserir nos programas de reforma agrária do governo federal, seja migrando para Santarém ou outra área de expansão ou partindo para o confronto, “negando a condição de expropriado” (Castro, 2008, p.199). As áreas de fronteira são lugares do enfrentamento de temporalidades distintas, e neste caso, pode-se afirmar que o “velho”, relacionado às antigas relações sociais, pautadas nas atividades extrativistas e na produção de subsistência, está sendo rapidamente aniquilado pelo “novo”, ou seja, pela difusão das atividades modernas de produção. Mas, essa relação não ocorre sem resistências, como foi analisado pela autora com os trabalhadores rurais da região santarena que se organizam em torno de associações e sindicatos de produtores, e buscam se aposentar como trabalhadores rurais ou se inserir nos programas estatais de reforma agrária. Estes trabalhadores vivem o tempo lento de sua região e conseguem perceber, no cotidiano, as fábulas e perversidades impostas pelos grandes capitalistas, estabelecendo, como forma de defesa, relações pautadas na solidariedade orgânica, reinventando, a cada dia, suas formas de luta.

Referências bibliográficas

- Andrade MC. A Questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.
- Arroyo M. Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX. São Paulo: Tese Doutorado, DG/FFLCH/USP, 2005.
- Castillo RA. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul RS: Unisc, v. 1. 2008.

- Castro MC. Mobilização do trabalho na Amazônia: o Oeste do Pará entre Grilos, Latifúndios, Cobiças e Tensões. São Paulo: Tese Doutorado, DG/FFLCH/USP, 2008.
- Frederico S. O Novo Tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Tese Doutorado, DG/FFLCH/USP, 2009.
- Gaudemar JP. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- Kurz R. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Mamed LH. “Amazônia Ocidental (1870-1970): O Processo de Incorporação do Artesanato pela Grande Indústria na Formação Social do Acre”. In: I Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina “Uma outra América é Possível? O Significado das Lutas Populares Hoje”. Anais do I Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina - “Uma outra América é Possível? O Significado das Lutas Populares Hoje”. Londrina, PR : GEPAL - UEL, v. 1CD, 2005.
- Oliveira AU. BR 163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: Torres M. (Org.) Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR 163. Brasília: CNPq, 2005.
- Prado JR. C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Raffestin C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- Santos M. Espaço e método. São Paulo: Ed. Hucitec, 1985.
- Santos M. A urbanização brasileira. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.
- Toledo CA. “O estudo da área no sentido da formação: uma geografia de um processo de modernização regional e de caráter contraditório”. Texto produzido a partir do grupo de estudo no Labur. 2006.
- Viana ALA et al. Sistema de saúde universal e território: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. Cad. Saúde Pública 2007; 23 (supl. 2): S117- S131.
- Weinstein B. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920). São Paulo: HUCITEC. 1993.

A Saúde na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1932-1947) - 3ª parte

The health on law sanitary collection in São Paulo State

Ana Maria da Cunha¹

A relação abaixo dá continuidade nas listagens apresentadas nos números anteriores dos Cadernos de História da Ciência referentes à Legislação em Saúde (Leis, Decretos, Decretos-Leis, Circulares e Resoluções), do período compreendido desde a Proclamação da República até os dias atuais, nos volumes da Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

Esse levantamento iniciado há oito anos e em fase de conclusão privilegiou a pesquisa sistemática, volume por volume, ano a ano, da legislação estadual relacionada à saúde, entendendo a Saúde no seu sentido amplo, ou seja, inclui os principais subsistemas que fazem interface com o Sistema de Saúde. Com esse entendimento, abrange vários temas, como Saúde Pública, orçamentos e medidas de caráter financeiro, prevenção e controle das doenças, saneamento, recursos humanos, dotações para entidades privadas, higiene escolar, saúde nos asilos e presídios, meio ambiente, entre outros.

Com o objetivo de organizar, para consulta pública, um banco de dados com o foco nas questões da saúde, fonte fundamental para subsidiar estudos e ações de gestores e pesquisadores, esta listagem contempla também alguns outros dispositivos legais, como as peças orçamentárias, que merecem destaque pela sua importância para o entendimento da condução e evolução da organização do Sistema de Saúde no Estado de São Paulo.

A relação apresentada nesta seqüência compreende o período entre janeiro de 1932, que corresponde ao início da Secretaria de Educação e Saúde Pública, até 9 de julho de 1947 com a promulgação da Constituição do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Legislação Sanitária, Saúde Pública, Documentação e Arquivos.

Keywords: Sanitary Legislation, Public Health, Documentation and Archives.

¹ Socióloga, exercendo suas funções no Centro de Memória da Saúde Pública, Museu da Saúde Pública Emílio Ribas da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 5331 de 02/01/1932	Abre à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial no valor de 280:000\$000 para aquisição de ingredientes destinados à venda entre os lavradores do Estado, para combater as pragas dos algodoeiros – a cargo do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal da mesma Secretaria.
Decreto 5333 de 04/01/1932	Modifica o Regulamento da Escola de Medicina Veterinária e dá outras providências.
Decreto 5350 de 16/01/1932	Isenta do imposto de transmissão causa <i>mortis</i> o legado de ações das companhias paulistas e do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo deixado à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro deixado pela Baronesa de Itajubá.
Decreto 5351 de 16/01/1932	Reorganiza o ensino da Faculdade de Medicina de São Paulo.
Decreto 5352 de 16/01/1932	Estabelece medidas sobre a Profilaxia da Lepra.
Decreto 5365 de 30/01/1932	Fixa despesa do Estado de São Paulo para o exercício de 1932.
Decreto 5377 de 01/02/1932	Transfere para o corrente exercício o saldo de RS 268.564\$184, do crédito de 1.000:000\$000 aberto pelo decreto 4979, de 18 de Abril de 1931, destinado à profilaxia da tuberculose.
Decreto 5381 de 12/02/1932	Cria no Serviço Sanitário a Seção de e Profilaxia do Impaludismo
Decreto 5384 de 17/02/1932	Declara reverter para os serviços da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio uma gleba de terras dissolutas, denominada “Boracéa”, situada no município e comarca de São Sebastião, reserva para o Serviço Florestal do Estado.
Decreto 5387 de 17/02/1932	Transfere para o corrente exercício os saldos de diversos créditos para a Secretaria de Viação e Obras Públicas entre os quais para “Obras Novas do Saneamento da Capital”.
Decreto 5392 de 20/02/1932	Restringe o crédito para dispensa de cauções relativas ao consumo de água na Capital e dá outras providências atinentes a esse serviço.
Decreto 5394 de 25/02/1932	Cria, sem aumento de despesa para o Estado, a Inspeção de Higiene e Assistência Dentária.
Decreto 5422 de 04/03/1932	Cria, em anexo ao Hospital do Juqueri, o Serviço de Assistência a menores anormais.
Decreto 5423 de 05/03/1932	Altera disposições dos Decretos 5032 de 20 de maio e 5251 de 31 de outubro de 1931, relativos aos Serviços de Fiscalização de Leite e Laticínios.
Decreto 5441 de 23/03/1932	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriada pelo Estado, uma faixa de Terra Tirada no distrito de paz de Vila Mariana, município e comarca da Capital, necessária ao serviço de desenvolvimento da rede de esgotos.
Decreto 5462 de 07/04/1932	Altera diversas disposições ao Decreto 5351 de 16 de janeiro de 1932, que reorganiza o ensino na Faculdade de Medicina de São Paulo
Decreto 5470 de 13/04/1932	Abre, à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de R\$8.389:706\$210, para ocorrer às despesas com obras novas do saneamento na Capital.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 5493 de 29/04/1932	Institui obrigatoriedade da Carteira de Saúde para admissão de operários, auxiliares e empregados de qualquer categoria nos diversos estabelecimentos ou locais de trabalho.
Decreto 5496 de 02/05/1932	Reorganiza a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e Segurança Pública da qual faz parte o Manicômio Judiciário.
Decreto 5532 de 27/05/1932	Altera disposições dos Decretos 5032 de 20/05/1931 e 5251 de 31/10/1931 e 5423 de 05/03/1932, que dispõe sobre fiscalização da produção de consumo de leite e produtos derivados no Estado.
Decreto 5537 de 10/06/1932	Subordina a Inspetoria de Profilaxia da Lepra ao Inspetor da Inspetoria de Profilaxia a Moléstias Infeciosas e dá outras providências.
Decreto 5540 de 14/06/1932	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito especial aberto pelo decreto 4713, de 2 de abril destinado ao pagamento de despesas com obras complementares do Serviço de Água e Esgotos da Capital.
Decreto 5557 de 30/06/1932	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriado pelo Estado, um faixa de terreno situada no bairro da Graça, município de Cotia e comarca da Capital necessária a serviços da linha adutora de água de Cotia.
Decreto 5572 de 07/07/1932	Restabelece o cargo de médico da Inspetoria de Higiene e Assistência à Infância, extinto pelo Decreto 4997, de 27/04/1931.
Decreto 5608 de 27/07/1932	Proíbe a venda de Cloreto de Potássio e de Nitrato de Potássio sem autorização oficial.
Decreto 5743 de 25/1/1932	Abre um crédito suplementar de 200:000\$000, para auxílio à Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina e Cirurgia da Capital.
Decreto 5787 de 31/12/1932	Orça a Receita do Estado de São Paulo para o exercício financeiro de 1933.
Decreto 5808 de 20/01/1933	Modifica a organização da Seção de Estudos e Profilaxia do Impaludismo, que passa a denominar-se Inspetoria do Impaludismo e dá outras providências.
Decreto 5823 de 30/01/1933	Fixa a despesa do Estado de São Paulo para o exercício de 1933.
Decreto 5826 de 04/02/1933	Organiza e regulamenta a Comissão de Assistência Social, criada pelo decreto 5797 de 11 de janeiro do corrente, que dispõe sobre a criação de impostos sobre determinados jogos em cassinos de praias de banhos e estações de águas e regula a sua cobrança e fiscalização.
Decreto 5886 de 20/04/1933	Modifica a legislação relativa aos jogos permitidos em cassinos de praias de balneários e de estações de águas a aos jogos esportivos, cuja parte dos impostos recolhidos destina-se à Comissão de Assistência Social.
Decreto 5892 de 25/04/1933	Dispõe sobre os serviços do Posto Médico da Assistência Policial.
Decreto 5899 de 28/04/1933	Dispõe sobre a incidência, arrecadação e fiscalização do imposto criado pelo artigo 7º do decreto 5786 de 30 de dezembro de 1932.
Decreto 5903 de 06/05/1933	Aprova os termos do contrato para arrendamento do prédio 51, altos, da Praça da Concórdia, nesta Capital, destinado ao funcionamento de dependência do Serviço Sanitário.
Decreto 5922 de 26/05/1933	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito suplementar de 200:000\$000, para atender à insuficiência da verba consignada às obras do Manicômio Judiciário de Juqueri.

Decreto 5927 de 29/05/1933	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de 350:000\$000, para ocorrer às despesas com o prosseguimento das obras de construção do Instituto de Higiene.
Decreto 5934 de 02/06/1933	Aprova os termos do contrato para o arrendamento do prédio nº 8 na Rua Augusta, nesta Capital, destinado ao funcionamento de uma dependência do Serviço Sanitário.
Decreto 5943 de 13/06/1933	Aprova os termos do contrato para arrendamento do prédio nº 26, da Rua Ipiranga, nesta Capital destinado à continuação do funcionamento de uma dependência do Serviço Sanitário.
Decreto 5944 de 13/06/1933	Reorganiza e regulamenta a Prefeitura na Secretaria de Campos do Jordão.
Decreto 5945 de 14/06/1933	Aprova o regimento interno da Comissão de Assistência Social, criada pelo decreto 5797, de 11/01/1932, e reorganizada pelo decreto 5826 de 04/02/1933.
Decreto 5965 de 30/06/1933	Anexa à Inspetoria de Profilaxia da Lepra o Sanatório “Padre Bento”, o Asilo Colônia “Santo Ângelo”, o Asilo Colônia Piratinigui”, o Asilo Colônia “Cocais” e o Asilo-Colônia “Aimorés” e dá outras providências.
Decreto 5975 de 04/07/1933	Autoriza a criação de colônias agrícolas de assistência a psicopatas no Interior do Estado, e dá outras providências.
Decreto 5988 de 22/07/1933	Aprova os termos do contrato para o arrendamento dos prédios nºs24-A, 24-B e 24-C, da Rua Ipiranga, nesta Capital, destinados ao funcionamento de dependências do Serviço Sanitário.
Decreto 5985, de 22/07/1933	Aprovam os termos do contrato para arrendamento dos prédios nº 24 da Rua Ipiranga e nº 33-A, alto da Rua Santa Efigênia, nesta Capital, destinados ao funcionamento de dependências do Serviço Sanitário.
Decreto 6015 de 10/08/1933	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriadas pelo Estado várias faixas de terra, situadas no município de São Paulo e São Bernardo, comarcas desta Capital, necessárias ao serviço de reforço ao abastecimento de água da Capital.
Decreto 6022 de 11/08/1933	Revoga o Decreto 5886 de 20 de abril de 1933.
Decreto 6090	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de 4.500:000\$000, para ocorrer às despesas com obras novas do saneamento da Capital.
Decreto 6099 de 27/09/1933	Aprova os termos do contrato para o arrendamento do prédio nº 51 baixos, da Praça da Concórdia, nesta Capital, destinado ao funcionamento de dependência do Serviço Sanitário.
Decreto 6118 de 17/10/1933	Reorganiza o Serviço Médico-Legal do Estado, cria o Conselho Médico Legal, e dá outras providências.
Decreto 6129 de 26/10/1933	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriada pelo Estado, uma faixa de terra situada na Vila Ema, distrito do Belenzinho, comarca desta Capital necessária à passagem da canalização adutora do Rio Claro.
Decreto 6143 de 08/11/1933	Suprime o cargo de engenheiro - auxiliar da Seção de Engenharia Sanitária e cria o de anátomo –patologista, no Instituto Bacteriológico.
Decreto 6149 de 13/11/1933	Mantém, organiza e regulamenta a Comissão de Assistência Social do Estado de São Paulo, criada pelo Decreto 5797, de 11 de janeiro de 1933.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 6196 de 09/12/1933	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriada pelo Estado, uma faixa de terra situada à Rua Marcial, nº 51, nesta Capital, necessária à passagem de uma canalização para atender ao reforço de abastecimento de água.
Decreto 6213 de 13/12/1933	Aprova os termos do contrato para o arrendamento do prédio nº 101 da Rua Heleutéria, nesta Capital, destinado ao funcionamento de uma dependência da Diretoria Geral do Serviço Sanitário.
Decreto 6214 de 13/12/1933	Aprova os termos do contrato para arrendamento do prédio nº 187, da Avenida Conselheiro Nébias, em Santos, destinado ao funcionamento de uma dependência da Diretoria Geral do Serviço Sanitário.
Decreto 6216 de 15/12/1933	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriada pelo Estado, uma área de terra, situado em Mogi das Cruzes, à margem da linha da E.F. Central do Brasil e com frente para a Rua Ricardo Vilela, necessárias aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 6217 de 15/12/1933	Altera o parágrafo único do artigo 41, do Decreto 5769, de 23/12/1932, que dispõe sobre a aprovação do novo regulamento para execução dos serviços de água e esgotos na Cidade de São Paulo.
Decreto 6224 de 18/12/1933	Dá novo regulamento ao Curso de Educadores Sanitários, criado pela Lei 2121, de 30/12/1925 a cargo do Instituto de Higiene de São Paulo.
Decreto 6231 de 19/12/1933	Dispõe sobre a administração da Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo e dá outras providências.
Decreto 6241 de 28/12/1933	Aprova o Convênio celebrado a 16 do corrente, entre o Governo Federal e o deste Estado, para aplicação neste último, das leis de proteção ao trabalho e assistência social.
Decreto 6244 de 28/12/1933	Aprova e manda observar regulamentos para o Serviço Médico-Legal do Estado, reorganizado em virtude ao Decreto 6118 de 18 de Outubro de 1933.
Decreto 6258 de 30/12/1933	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Decreto 6259 de 30/12/1933	Orça a Receita do Estado para o exercício de 1934.
Decreto 6261 de 30/12/1933	Fixa a despesa do Estado para o exercício de 1934.
Decreto 6276 de 19/01/1934	Cria a Inspetoria de Fiscalização de Leite e Laticínios e dá outras providências.
Decreto 6297 de 07/02/1934	Estabelece uma contribuição especial a ser exigida nos portões de jogo da pela, em benefício da Comissão de Assistência Social.
Decreto 6300 de 10/02/1934	Dispõe sobre os serviços de saúde pública e profilaxia rural.
Decreto 6302 de 22/02/1934	Dispõe sobre o comércio de adubos e de produtos destinados à alimentação de animais domésticos.
Decreto 6303 de 22/02/1934	Dispõe sobre o comércio de inseticidas, fungicidas, parasiticidas com aplicação na agricultura, veterinária ou pecuária, muricida soros e vacinas, bem como produtos terapêuticos de uso veterinário.
Decreto 6321 de 28/02/1934	Dá novo regulamento ao Curso de Educadores Sanitários.

Decreto 6325 de 28/02/1934	Revalida o artigo 3º, parágrafo 4º do Decreto 5975, de 14/07/1933 sobre Assistência a Psicopatas.
Decreto 6351 de 21/03/1934	Aprova o contrato entre a Secretaria da Educação e da Saúde Pública, para locação do prédio nº 72, da Rua Aurora, destinado ao funcionamento da Inspeção de Fiscalização de Leite e Laticínios.
Decreto 6361 de 22/03/1934	Regula o pagamento de prêmio instituído em favor dos proprietários de estufas para preparado de fumo em folhas.
Decreto 6414 de 25/04/1934	Organiza a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo criada pelo Decreto 6283, de 25 de Janeiro de 1934.
Decreto 6415 de 25/04/1934	Declara de utilidade Pública a fim de ser desapropriada, o prédio da Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, à Rua Três Rios, nº 71, nesta Capital.
Decreto 6441 de 17/05/1934	Aprova o acordo celebrado a 16 de Fevereiro deste ano, entre o Governo Federal e o deste Estado para o Serviço de Vigilância Vegetal, o porto de Santos.
Decreto 6452 de 21/05/1934	Abre à Secretaria de Viação e Obras Públicas, um crédito especial de 2.000000\$000, para ocorrer às despesas com as obras novas a cargo da Repartição de Água e Esgotos da Capital.
Decreto 6456 de 22/05/1934	Aumenta o Quadro de pessoal da Inspeção de Higiene e Trabalho e aproveita funcionários do extinto Serviço Médico do Departamento Estadual de Trabalho cujas funções foram transferidas para o Serviço Sanitário.
Decreto 6486 de 06/06/1934	Aprova os Termos do contrato para arrendamento do prédio nº 167, da Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, nesta Capital, destinado ao funcionamento de dependência.
Decreto 6488 de 06/06/1934	Transfere para o corrente exercício o saldo de 1.78956\$300 do crédito aberto pelo Decreto 5965, de 30/06/1933, para profilaxia da Lepra.
Decreto 6498 de 12/06/1934	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriadas pelo Estado várias faixas de terra situadas nos municípios de São Paulo e São Bernardo, comarcas desta Capital, necessárias ao serviço de reforço do abastecimento de água da Capital.
Decreto 6513 de 27/06/1934	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e da Saúde Pública, um crédito especial de 62.000\$000, para a construção de um prédio destinado a estudos sobre tifo exantemático e outras moléstias igualmente perigosas, bem como para preparo dos respectivos meios de defesa biológica.
Decreto 6539 de 05/07/1934	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito de RS 1.127.000\$000, por conta do produto de importação de selo sobre bilhetes de ingressos em casa de diversas e destinado ao auxílio a hospitais de caridade.
Decreto 6553 de 13/07/1934	Transfere para o Serviço Sanitário, com as respectivas verbas, o Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar.
Decreto 6582 de 1º /08/1934	Aprova os termos do contrato para arrendamento do prédio nº 74, da Rua Aurora, nesta Capital, destinado ao funcionamento de uma dependência do Serviço Sanitário.
Decreto 6593 de 10/08/1934	Torna obrigatório o suprimento de água e esgotos em todas as casas de habitações e edifícios de qualquer natureza existentes.
Decreto 6603 de 11/08/1934	Aprova o regulamento da Fiscalização Sanitária do Leite e seus Derivados.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 6605 de 13/08/1934	Limita o número de médicos estagiários da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e dá outras providências.
Decreto 6606 de 16/08/1934	Subordina à Secretaria da Educação e da Saúde Pública as Escolas de Medicina Veterinária e Superior de Agricultura de Piracicaba.
Decreto 6611 de 17/08/1934	Declara de utilidade Pública a União Farmacêutica de São Paulo fundada em Agosto de 1913, com sede nesta Capital
Decreto 6621 de 24/08/1934	Reorganiza o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal.
Decreto 6641 de 05/09/1934	Declara de utilidade pública para serem desapropriadas pela Fazenda do estado, terrenos necessários às instalações de tratamento de esgotos no distrito de Bom Retiro, no município e comarca da Capital.
Decreto 6642 de 06/09/1934	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de 3.000.000\$000, para ocorrer às despesas com obras a cargo da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 6674 de 19/09/1934	Dá novo regulamento ao Curso de Especialização de Higiene e Saúde Pública para médicos da Escola de Higiene e Saúde Pública.
Decreto 6699 de 25/09/1934	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Estado um imóvel na Penha, nesta Capital, destinado ao funcionamento do Hospital Psíquico Feminino.
Decreto 6715 de 29/09/1934	Autoriza o Governo do Estado a aceitar a doação do Dispensário “Clemente Ferreira”, feita pela Liga Paulista contra a Tuberculose.
Decreto 6728 de 04/10/1934	Aprova os termos do contrato para locação dos pavilhões onde está instalada a Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina de São Paulo.
Decreto 6729 de 04/10/1934	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados, os terrenos com área total de 293.825 metros quadrados, situados no município e comarca de Itu, indispensáveis à proteção de manancial de abastecimento de água do Asilo-colônia “Pirapitingui”.
Decreto 6797 de 24/10/1934	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública um crédito de 850.000\$000, para manutenção, construções de Leprosários e outras despesas a cargo da Inspetoria de Profilaxia da Lepra.
Decreto 6800 de 24/10/1934	Autoriza a aquisição de uma represa existente na subestação Experimental de Tupi, situada no município de Piracicaba, para o Serviço de Saneamento da malária.
Decreto 6805 de 27/10/1934	Abre à Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado um crédito especial de RS.20.000.000.000\$000, para fazer face ao que dispõe o artigo 1º do Decreto 6377, de abril, necessário às obras de instalação ou reforma de serviços de água e esgotos dos municípios paulistas.
Decreto 6809 de 05/11/1934	Desincorpora da Universidade de São Paulo e transfere para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, a Escola de Medicina Veterinária.
Decreto 6815 de 23/11/1934	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriadas pelo estado, faixas de terrenos necessárias à passagem da linha adutora do Rio Claro, no Distrito do Belenzinho, município e comarca da Capital.
Decreto 6818 de 26/11/1934	Declara de utilidade pública a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, com sede na Capital.
Decreto 6833 de 30/11/1934	Autorizam o abono de juros sobre depósitos superiores a vinte contos de reis feitos pelas Instituições de Caridade.

Decreto 6850 de 06/12/1934	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e da Saúde Pública, um crédito de 30.000\$000 para instalação da Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina, nos pavilhões da Maternidade de São Paulo, arrendados ao Governo do Estado.
Decreto 6874 de 19/12/1934	Cria, na Universidade de São Paulo, a Faculdade de Medicina Veterinária.
Decreto 6887 de 29/12/1934	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Decreto 6888 de 29/12/1934	Orça a Receita do Estado para o exercício financeiro de 1935.
Decreto 6893, de 31/12/1934	Fixa Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1935.
Decreto 6899 de 04/01/1935	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriadas pelo Estado, faixas de terrenos necessárias à passagem da linha adutora do Rio Claro, no Distrito de Biritiba-Assu, no município
Decreto 7013 de 15/03/1935	Autoriza o funcionamento das dependências de Antropologia Criminal e Odontologia Legal.
Decreto 7020 de 21/03/1935	Modifica as disposições do artigo 96 e seus parágrafos do Decreto 5333, de 4 de Janeiro de 1932 que modifica o Regulamento da Escola de Medicina Veterinária .
Decreto 7022 de 22/03/1935	Institui a assistência judiciária aos hansenianos, fixa as atribuições do Procurador da Inspetoria de Profilaxia da Lepra, e dá outras providencias.
Decreto 7048 de 1º/04/1935	Altera a redação de disposições do Regulamento do Curso de Especialização de Higiene e Saúde Pública, através do decreto 6674, de 19 de Setembro de 1934.
Decreto 7065 de 06/04/1935	Aprova o Regulamento da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo, criada pela Lei 19 1357 de 19/12/1912, reconhecida oficialmente pela Federal 4615 de 7/12/1922, equiparada pelo decreto federal 20955, de 18/01/1932 e integrada a Universidade de São Paulo pelo Decreto 6283 de 25/01/1934.
Decreto 7070 de 06/04/1935	Desliga do Serviço Sanitário do Estado a Inspetoria de Profilaxia da Lepra que passa a constituir o Departamento de Profilaxia da Lepra diretamente subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública e dá outras providencias.
Decreto 7077 de 06/04/1935	Cria a Comissão de Assistência Hospitalar.
Decreto 7097 de 10/04/1935	Autoriza a criação e instalação de um Porto de Inspeção Sanitária de Vinhos, com Sede em Jundiaí, subordinado à Inspetoria do Policiamento da Alimentação Pública, do Serviço Sanitário do Estado.
Decreto 7102 de 10/04/1935	Cria, na Inspetoria de Fiscalização de Medicina e Farmácia do Serviço Sanitário, o serviço de Fiscalização de Casas de Ótica, e mais um lugar de inspetor de farmácia.
Decreto 7123 de 08/05/1935	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do estado de um imóvel nesta Capital, destinado ao funcionamento da Faculdade de Medicina Veterinária.
Decreto 7178 de 1º/06/1935	Transfere para o corrente exercício o saldo de RS 370.225\$200 do crédito aberto pelo Decreto 6488, de 01 de Junho de 1934, destinado a ocorrer às despesas da Inspetoria de Profilaxia da Lepra.
Decreto 7180 de 05/06/1935	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e da Saúde Pública, o crédito especial de RS 950.000\$000 para desapropriação da chácara da jabuticabeira, no município de Guarulhos, necessárias às instalações do Sanatório Padre Bento, do Departamento de Profilaxia da Lepra.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 7196 de 07/06/1935	Cancela dívida da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para com a Fazenda do Estado, proveniente de empréstimo que lhe foi feito, conforme escritura pública lavrada em 15 de Marco de 1911, no valor de Mil Contos de Reis (1.000.000\$000).
Decreto 7204 de 11/06/1935	Aprova o Regulamento da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo.
Decreto 7210 de 11/06/1935	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, créditos especiais na importância total de RS 1.540.000\$000, destinados à profilaxia de moléstias infecto-contagiosas.
Decreto 7215 de 18/06/1935	Cria o cargo de engenheiro-chefe, no Departamento de profilaxia da Lepra.
Decreto 7247 de 27/06/1935	Instala a título precário, o Serviço Especial de Defesa Contra a Febre Amarela, e dá outras providências.
Lei 2459 de 25/11/1935	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar uma faixa de terreno, à Rua Voluntários da Pátria, para construção de um reservatório destinado ao abastecimento de água no Alto de Santana.
Lei 2463 de 29/11/1935	Cria, na Penitenciária do Estado, o cargo de Auxiliar de Farmácia.
Lei 2480 de 13/12/1935	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Lei 2486 de 16/12/1935	Fixa despesa e orça a receita do Estado de São Paulo para o exercício de 1936.
Lei 2498 de 26/12/1935	Autoriza o Poder Executivo a adquirir terreno em Tietê, para nele ser instalado campo de demonstração de cultura de fumo.
Decreto 7266 de 02/07/1935	Abre um crédito de 20.000 contos de reis à Secretaria da Fazenda, para fazer face ao que dispõe o artigo 1º do decreto 6377, para fazer face ao financiamento das obras de instalação ou reforma de serviços de águas e esgotos dos municípios paulistas.
Decreto 7271 de 03/07/1935	Aprova os termos do contrato para arrendamento, ao Governo do Estado de um dos andares de um prédio nesta Capital, para instalação de dependências do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto 7278 de 04/07/1935	Abre à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de 1.500.000\$000 destinados à aquisição de inseticidas para o combate às pragas do algodão.
Decreto 7290 de 05/07/1935	Transfere para a Inspetoria de Higiene e Assistência à Infância do Serviço Sanitário, a importância de 60.000\$000, destinada à manutenção de lactários, a cargo daquela Inspetoria.
Decreto 7321 de 05/07/1935	Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública.
Decreto 7326 de 05/07/1935	Converte cargos e cria mais um lugar de médico interno, na Assistência Geral a Psicopatas.
Decreto 7337 de 05/07/1935	Autoriza a Comissão de Assistência Hospitalar a proceder ao levantamento do Censo Hospitalar em todo o território do Estado.
Decreto 7360 de 26/07/1935	Abre, no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de ES 2.722.400\$000, para ocorrer à manutenção dos leprosários e a novas construções nos leprosários regionais, durante o corrente ano.

Decreto 7385 de 27/08/1935	Aprova o Regulamento da Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública, de acordo com o decreto 7321 de 5 de Junho de 1935.
Decreto 7392 de 25/09/1935	Aprova o Regulamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo.
Decreto 7410 de 03/10/1935	Estende à Escola de Medicina Veterinária as disposições dos artigos 5º e 11º da Lei Federal nº 11, de 12/12/1934.
Decreto 7440 de 30/10/1935	Aprova o termo de contrato de locação das salas nºs 905 e 906 do prédio situado à rua 15 de Novembro, canto da rua Anchieta, que entre si fazem o Governo do Estado de São Paulo e a Sul América Capitalização S/A para nela instalar-se o Conselho Florestal do Estado.
Decreto 7489 de 30/12/1935	Fica aberto no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de 10.700\$000 a ocorrer ao pagamento de parte do preço de 20.700\$000 de um terreno em Tiete, para instalação de um campo experimental de cultura de fumo.
Decreto 7496 de 31/12/1935	Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1936, a discriminação da despesa constante das tabelas explicativas.
Decreto 7497 de 31/12/1935	Transfere para o corrente exercício o saldo de crédito aberto pelo Decreto 5975, de 14 de Julho de 1933, na importância de 400.000\$000, destinado a atender despesas resultantes dos serviços com a criação de colônias agrícolas de assistência a psicopatas no interior do Estado, subordinadas à Diretoria Geral de Assistência a Psicopatas.
Decreto 7499 de 31/12/1935	Regulamento da taxa de Fiscalização Sanitária Animal.
Lei 2544 de 10/01/1936	Autoriza o Poder Executivo a despendar a importância de até 2.000.000\$000, na defesa preventiva da saúde pública, contra a febre amarela.
Lei 2547 de 10/01/1936	Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de 457.000\$000, à Secretaria da Agricultura, destinada à defesa da lavoura algodoeira.
Lei 2550 de 11/01/1936	Aprova o acordo entre o Governo Federal e do Estado quanto ao Código de Águas e dá outras providencias.
Decreto 7649 de 24/04/1936	Autoriza a aplicação de verbas consignadas à Inspeção de Profilaxia do Impaludismo.
Decreto 7673 de 13/05/1936	Aprova os termos do contrato para arrendamento de um prédio à Rua da Consolação nº 455, nesta Capital, destinado à instalação de uma das dependências do Serviço Sanitário.
Lei 2657 de 29/08/1936	Autoriza o Poder Executivo a entrar em acordo com os proprietários, a fim de que o Estado consolide o domínio da área de terreno necessária no Horto Florestal.
Lei 2664 de 24/09/1936	Autoriza o Poder Executivo a abrir no Tesouro do Estado, em favor da Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de 10.000.000\$000, determinado à aquisição de tubos para construção de subadutoras Moóca-Penha, Moóca-Vila Diodo e Moóca-Santana
Lei 2682 de 06/10/1936	Declara de utilidade pública, uma faixa de terreno necessária às obras de construção da adutora do Rio Claro, situada em Vila Ema, distrito da Móoca, nesta Capital.
Lei 2691 de 26/10/1936	Autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria da Viação créditos suplementares ao atual orçamento e entre eles para obras novas e melhoramentos da rede de água da Capital e serviços anexos.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Lei 2737 de 09/12/1936	Autoriza o Poder Executivo a adquirir, por doação do município de Catanduva, um terreno destinado à construção de um Centro de Saúde.
Lei 2743 de 09/12/1936	Autoriza o Poder Executivo a abrir, no Tesouro do Estado, um crédito especial de 50.000\$000, destinado a socorrer os flagelados pelas enchentes de Porto Alegre.
Lei 2762 de 17/12/1936	Fixa a despesa e orça à receita do Estado de São Paulo para o exercício de 1937.
Lei 2775 de 23/12/1936	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados pelo Poder Executivo, terrenos situados em Mogi das Cruzes, necessárias aos serviços da adutora.
Lei 2790 de 24/12/1936	Declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado pelo Poder Executivo, o terreno situado no bairro de Biritiba-Assú, distrito de paz de Tayssupeba-Assú, município e Comarca de Mogi das Cruzes, ao desenvolvimento dos serviços de construção da Adutora do Rio Claro.
Lei 2811 de 28/12/1936	Declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado pelo Poder Executivo, uma faixa de terreno situada no bairro de Biritiba-Assú, distrito de paz de Tayssupeba-Assú, município e comarca de Mogi das Cruzes, necessária ao desenvolvimento dos serviços na construção da adutora do Rio Claro.
Decreto 7751 de 10/07/1936	Transfere dotações, dentro da verba nº 163, dos orçamentos vigentes, consignados à Assistência Geral a Psicopatas.
Decreto 7773 de 04/08/1936	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito aberto pelo decreto 7497, 31/12/1935, na importância de RS 883.300 destinado às despesas da Assistência Geral a Psicopatas.
Decreto 7800 de 19/08/1936	Transfere dotações dentro da verba nº 148, dos orçamentos urgentes, consignados à Inspeção de Moléstias Infecciosas.
Decreto 7827 de 02/09/1936	Transfere dotações dentro da verba nº 165, dos orçamentos vigentes, consignados ao Instituto de Higiene.
Decreto 7848 de 17/09/1936	Abre Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de mil contos de reis (1.000.000\$000) para ocorrer às despesas com profilaxia da febre amarela.
Decreto 7885 de 1º/10/1936	Abre à Secretaria da Viação Obras Públicas o crédito especial a 10.000.000\$000, para aquisição de tubos destinados à Repartição de Águas e Esgotos da Capital destinados à construção das subadutoras Moóca-Penha, Mooca, Mooca Vila Deodora e Mooca-Santana.
Decreto 7886 de 1º/10/1936	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito 1.110.895\$400 para pagamento do saldo da dívida contraída pelo extinto município de Santo Amaro com a firma Bárbara e Cia Ltda. relativo ao fornecimento de tubos de ferro fundido ao abastecimento de água.
Decreto 7916 de 04/10/1936	Transfere dentro da verba nº 148, do orçamento vigente consignada à Inspeção de Moléstias Infecciosas.
Decreto 7944 de 30/10/1936	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas o crédito de 6.271.143\$100 suplementar a diversas verbas consignadas à Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 7945 de 30/10/1936	Transfere diversas importâncias das dotações consignadas no orçamento urgente à Repartição de Saneamento de Santos.
Decreto 8008 de 25/11/1936	Transfere dotações da verba nº 146, consignada no orçamento vigente ao Hospital de Isolamento Emílio Ribas.

Decreto 8045 de 18/12/1936	Transfere a importância de 190.000\$000 dentro da verba 334 do orçamento vigente para as obras de construção da rede, aumento do emissário e elevação a cargo da Repartição do Saneamento Básico de Santos.
Decreto 8058 de 28/12/1936	Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1937 à discriminação da despesa constante das tabelas explicativas.
Decreto 8064 de 29/12/1936	Transfere importância dentro da verba nº 122 ao parágrafo 24º dos orçamentos vigentes, consignados à Seção de Estatística Demógrafo-Sanitária e Epidemiológica.
Decreto 8071 de 31/12/1936	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de 600.000\$000, destinado às despesas de combate à broca do café.
Decreto 8072 de 07/01/1937	Regulamento das taxas dos serviços de águas e esgotos.
Decreto 8077 de 11/01/1937	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio crédito especial de 90.000\$000, destinado à compra de uma área de terras de trinta e um alqueires, adjacente ao Horto Florestal de Bebedouro.
Decreto 8081 de 14/01/1937	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, crédito especial de RS 187.002\$400, para ocorrer o pagamento de despesas da Assistência Geral de Psicopatas, de 1935.
Decreto 8084 de 14/01/1937	Abre no Tesouro do Estado do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, crédito especial de RS 220.000\$000, para atender às despesas das Clínicas Urológica e Otorrinolaringológica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sendo 150.000\$000 para primeira e 70.000\$000 para a segunda.
Decreto 8124 de 28/01/1937	Dá o nome de Ricardo Ache ao Campo de Demonstração de Cultura de Fumo em Tiete.
Decreto 8146 de 12/02/1937	Dispõe sobre as cauções para garantia de taxa de excesso de consumo de água.
Decreto 8201 de 29/03/1937	Aprova os termos de aditamento ao contrato de locação de salas do prédio situado à Rua 15 de Novembro, canto da rua Anchieta nº , nesta Capital que entre si fazem o Governo do Estado de São Paulo e a Sul América Capitalização S/A, para nela instalar-se o Conselho Florestal do Estado.
Lei 2844 de 07/01/1937	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Lei 2939 de 05/04/1937	Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de 3.500.000\$000 para o serviço de águas da Capital.
Lei 2940 de 06/04/1937	Regula a situação dos oficiais inscritos da Força Pública por motivo de moléstia continuada por mais de um ano, invalidez para o Serviço Militar entre outros.
Lei 2942 de 06/04/1937	Autoriza o Poder Executivo a abrir precisa para desapropriação de um terreno em Mogi das Cruzes necessário aos serviços de regularização na linha adutora do Rio Claro.
Lei 2946 de 15/04/1937	Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos precisar, a fim de receber o legado feito por Dona Paulina de Souza Queiroz para nele ser instalada uma Escola Materna para Débeis.
Lei 2954 de 26/04/1937	Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito necessário, a fim de desapropriar terreno no distrito da Penha, necessário aos serviços de construção da subadutora Móoca-Penha.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Lei 2892 de 05/06/1937	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriadas duas faixas de terreno situados em Butantan nesta Capital, necessárias e destinadas às obras de esgotos do emissário na vertente do Rio Pinheiros.
Lei 2984 de 08/06/1937	Autoriza o Poder Executivo a convencionar com S/A Fábrica de Tecidos e Bordados Lapa, a servidão perpétua de passagem sobre uma área de terras pertencente a essa Companhia, necessário ao desenvolvimento dos serviços do emissário à margem esquerda do Rio Tiete.
Lei 2985 de 09/06/1937	Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de réis 20.000\$000, destinado ao pagamento com a impressão do trabalho “Cirurgia do Megaesôfago”, de autoria do professor Edmundo de Vasconcelos e Gabriel Botelho, premiado pela Congregação da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo.
Lei 2987 de 09/06/1937	Declara de utilidade pública duas faixas de terrenos, situadas no Belenzinho, comarca da Capital, necessárias aos serviços de construção da subadutora Móoca-Penha.
Lei 2988 de 10/06/1937	Autoriza o Poder Executivo, a adquirir, por doação da municipalidade de Ribeirão Preto, um terreno para construir o edifício da Delegacia de Saúde.
Lei 3000 de 24/06/1937	Abre crédito especial de 300.000\$000, para despesas com estudo da moléstia “Fogo Selvagem”.
Lei 3011 de 30/06/1937	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriado, um terreno no distrito de Vila Mariana, necessário à passagem do coletor da rede de esgotos, no bairro da Vila Clementino.
Lei 3011-A de 30/06/1937	Institui o Conselho Florestal do Estado de São Paulo, que funcionará junto à Secretaria da Agricultura.
Decreto 8210 de 05/04/1937	Transfere a importância de RS 9.750\$000 da alínea e, da consignação nº 2, da verba 265 para alínea a, da consignação nº 1, da mesma verba, do parágrafo 34, do orçamento vigente consignada ao Serviço de Medicina Legal.
Decreto 8211 de 05/04/1937	Abre à Secretaria da Segurança Pública, um crédito especial de RS 5.760\$000, para ocorrer à despesa com a pensão concedida a um civil mutilado durante o movimento constitucionalista.
Decreto 8212 de 05/04/1937	Abre à Secretaria da Segurança Pública um crédito especial de RS 2.880\$000, para ocorrer à despesa, com pensão concedida a um civil mutilado durante o movimento constitucionalista.
Decreto 8213 de 05/04/1937	Transfere a importância de RS 3.200\$000, da alínea “b”, para a alínea “a” da consignação nº 1 da verba 265, do parágrafo 34 do orçamento vigente para o Serviço Médico Legal.
Decreto 8214 de 05/04/1937	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, um crédito especial de 1.600.000\$000, destinado ao pagamento de despesas com as obras do saneamento no município de São José dos Campos.
Decreto 8215 de 07/04/1937	Transfere a importância de RS 15.000\$000 da verba 85, parágrafo 21, consignação nº 1, letra “R” para a sub-consignação nº 2, letra “A” da mesma verba, consignada à Faculdade de Medicina.
Decreto 8235 de 14/04/1937	Transfere a importância de 7.500\$000, da alínea “L” para a alínea “D”, ambas da verba 274 – consignação nº 1, sub-consignação nº 2, do orçamento vigente, das tabelas explicativas que baixaram com o Decreto 8058, de 28/12/1936, para instalação e despesas de um posto de tuberculização.

Decreto 8252 de 20/04/1937	Aprova os termos do contrato para arrendamento do prédio 424 da Rua Aurora, nesta Capital, destinado ao funcionamento da Inspetoria de Fiscalização de Leite e Laticínios.
Decreto 8314 de 25/05/1937	Transfere a importância de RS 40.000\$000, da verba nº 86, do parágrafo 21, consignação nº 1, letra “B” para sub-consignação nº 3 letra “B” da mesma verba e consignação do orçamento vigente, atribuída à Faculdade de Medicina.
Decreto 8316 de 28/05/1937	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de 20.000\$000, para adquirir por compra, uma área de terreno que mede 106.700 metros quadrados, situado em Nova Odessa, município de Vila Americana, imóvel destinado a proteger o manancial que abastece de água a Fazenda de Seleção do gado nacional.
Decreto 8358 de 16/06/1937	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de RS 20.000\$000, destinado ao pagamento das despesas com a impressão do trabalho “Cirurgia do Megaesôfago”, de autoria dos professores Edmundo de Vasconcelos e Gabriel Botelho, premiado pela Congregação da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo.
Decreto 8380 de 26/06/1937	Transfere a importância de 8.750\$000 da verba nº 85, consignação nº 2, letra “D” para a subconsignação nº 1, da mesma verba e consignação do parágrafo 21, do orçamento vigente, e atribuído à Faculdade de Medicina.
Decreto 8385 de 25/06/1937	Declara de utilidade pública os terrenos situados nesta Capital, entre as Ruas Teodoro Sampaio, Oscar Freire e Avenida Rebouças, necessários à ampliação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Lei 3017 de 07/07/1937	Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de 176.885\$000, destinado à instalação de um porto de vinho em Santos, subordinado à Inspetoria de Alimentação Pública.
Lei 3025 de 05/08/1937	Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de 358.227\$300, destinado ao pagamento de despesas efetuadas com a manutenção de alienados, durante o exercício de 1936.
Lei 3073 de 23/09/1937	Declara de utilidade pública, a fim de ser adquirido até o preço de 30.000\$000, um terreno situado à Rua Oliveira Alves, nesta Capital, destinado à estação experimental de tratamento de esgotos.
Decreto 8399 de 10/07/1937	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de 120.000\$000, destinado a ocorrer às despesas do corrente exercício de 1937, do Conselho Florestal do Estado de São Paulo.
Decreto 8399 de 10/07/1937	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de 120.000\$000, destinado a ocorrer às despesas do corrente exercício de 1937, do Conselho Florestal do Estado de São Paulo.
Decreto 8409 de 13/07/1937	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de 300.000\$000, destinado à despesa com o estudo sobre a moléstia “Pemphigus foliáceo”, freqüente em algumas regiões do Estado, vulgarmente conhecida por “fogo selvagem”, e a sua profilaxia.
Decreto 8445 de 31/07/1937	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, crédito destinado a satisfazer as despesas com a instalação de um porto de vinho em Santos, subordinado, ao Serviço Sanitário, à Inspetoria de Policiamento da Alimentação Pública.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 8456 de 04/09/1937	Aprova os termos do contrato assinado para execução de várias construções no Asilo-Colônia “Cocaes” no município de Casa Branca.
Decreto 8469 de 11/09/1937	Transfere a importância de RS 30.000\$000, da verba nº 86 consignação nº 1, sub-consignação nº 1, letra “C” para a sub-consignação nº 3 letra “B”, da mesma verba e consignação do parágrafo 21º dos orçamentos vigentes, atribuídos à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto 8470 de 11/08/1937	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de 358.227.300 destinado ao pagamento de despesas efetuadas durante o exercício de 1936, com a manutenção dos hospitais alienados.
Decreto 8475 de 13/08/1937	Regulamenta a taxa de fiscalização de vinhos.
8502 de 25/08/1937	Transfere a importância de 42.000\$000 da verba 168, do parágrafo 25º consignação nº 1, sub-consignação nº 1 para a sub-consignação nº 2 da mesma disposição orçamentária, atribuída à Inspeção de Profilaxia do Impaludismo.
Decreto 8509 de 26/08/1937	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial da importância de 2.675\$000 pela desapropriação de duas faixas de terreno do sítio Iracema, distrito de paz da Cantareira, necessárias à construção da adutora das águas vindas dos mananciais de Barrocada.
Decreto 8524 de 02/09/1937	Transfere a importância da verba nº 173, do parágrafo 25º, consignação nº 1, sub-consignação nº 2, para a sub-consignação nº 3, letra “B”, da mesma disposição orçamentária atribuída à Assistência Geral a Psicopatas.
Decreto 8525 de 02/09/1937	Transfere dotações dentro da verba nº 177, do parágrafo 25º dos orçamentos vigentes, consignados ao Instituto Butantan.
Decreto 8564 de 17/09/1937	Abre um crédito especial de 20.000.000\$000, para empréstimo a municípios, para fazer face ao financiamento das obras de instalação ou reforma de serviços de água e esgotos dos municípios paulistas.
Decreto 8586 de 22/09/1937	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de 150.000\$000, destinado a compra de uma área de terreno, situada nas proximidades do Horto Florestal, em Tremembé, nesta Capital.
Decreto 8591 de 23/09/1937	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas em crédito especial da importância de 1.500\$000 para pagamento pelos terrenos desapropriado necessários ao desenvolvimento dos serviços da adutora do rio Claro.
Decreto 8613 de 30/09/1937	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial da importância de 2.279\$200, pela desapropriação de terrenos necessários aos serviços da Repartição de Água e Esgotos da Capital.
Lei 3092 de 06/10/1937	Transfere com o respectivo pessoal e material, para a Secretaria da Educação com a denominação de “Serviço de Socorros de Urgência”, o Posto Médico de Assistência Pública, ora subordinada
Lei 3113 de 26/10/1937	Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito de 200.000\$000, destinado ao auxílio de Instituições Hospitalares.
Lei 3116 de 30/10/1937	Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito de 800.000\$000, suplementar à verba 173, destinada à Assistência a Psicopatas.
Decreto 8643 de 11/11/1937	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, um crédito especial de 100.000\$000, nos termos da Lei 3085 de 1º de outubro de 1937, destinado a auxiliar o Instituto Santa Terezinha de Assistência e Educação de Sábios.

Decreto 8681 de 20/10/1937	Transfere as importâncias de 15.000\$000 e 10.000\$000 da verba 158, do parágrafo 250, consignação nº 1, sub-consignação nº 1 letra “A” e sub-consignação nº 2 letra “B”, respectivamente, para a sub-consignação nº 1, letra “B”, da mesma disposição orçamentária, atribuída à Profilaxia de Moléstias Infeciosas no orçamento vigente.
Decreto 8704 de 03/11/1937	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito de 200.000\$000, suplementar a verba nº 184, do parágrafo 250, consignação nº 1, sub-consignação nº 4, dos orçamentos vigentes, atribuídos à Comissão de Assistência Hospitalar.
Decreto 8705 de 03/11/1937	Ficam transferidas as importâncias de 4.500\$000 e 5.500\$000, da verba nº 175, do parágrafo 250, consignação nº 1, sub-consignação nº 1 letra “C” e sub-consignação nº 2 letra “B”, respectivamente, para a subconsignação nº 2 letra “D” e subconsignação nº 1 letra “A” da mesma disposição orçamentária, atribuída ao Instituto de Higiene ao orçamento vigente.
Decreto 8721 de 10/11/1937	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito de oitocentos contos de reis (800.000\$000), suplementar à verba nº 173, consignação nº 1, sub-consignação nº1 letra “A”, do parágrafo 250 do orçamento vigente atribuída à Assistência Geral a Psicopatas, que se destina a despesas de alimentação a doentes.
Decreto 8750 de 23/11/1937	Transfere a importância de 3.400\$000 nº 1, subconsignação nº 1, letra “B” do parágrafo 250, do orçamento nº 2 da mesma disposição orçamentária, atribuída do Instituto Bacteriológico.
Decreto 8816 de 14/12/1937	Aprova os termos do contrato para arrendamento do prédio nº 142, da Rua Marina Crespi, nesta Capital, para nele funcionar o dispensário da Inspetoria de Higiene e Assistência à Infância.
Decreto 8819 de 14/12/1937	Transfere a importância de 2.100\$000 da verba nº 181, consignação nº sub-consignação nº, do parágrafo 25º, para a sub-consignação nº 2, da mesma disposição orçamentária, atribuída à Delegacia de Saúde de Santos, no orçamento vigente.
Decreto 8828 de 16/12/1937	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial da importância de 10.000.000\$000 para as despesas com a construção da adutora ao Rio Claro e obras anexas.
Decreto 8846 de 17/12/1937	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados pelo Estado terrenos necessários às instalações dos serviços de tratamento de esgotos, situados na Vila Anastácio, distrito de paz da Lapa município e comarca da capital.
Decreto 8847 de 17/12/1937	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados pelo Estado, imóveis situados em Mogi das Cruzes, necessários aos serviços da linha adutora de Rio Claro.
Decreto 8854 de 20/12/1937	Resolve conceder uma pensão vitalícia ao Senhor Domingos Dias de Azevedo Maia, por invalidez por um acidente quando ao exercício de suas funções.
Decreto 8859 de 20/12/1937	Transfere a importância de 1.000\$000 da verba nº 158 do parágrafo 250, consignação nº 1, sub-consignação nº 2 letra “D”, para a letra “C” da mesma disposição orçamentária, atribuída à Inspetoria de Moléstias Infeciosas, no orçamento vigente.
Decreto 8860 de 20/12/1937	Transfere as importâncias de 5.000\$000 e 10.000\$000 e 2.000\$000, no total de 17.000\$000, da verba 158, do parágrafo 250, consignação nº 1, sub-consignação nº letra B da mesma disposição orçamentária atribuída à Inspetoria de Moléstias Infeciosas, no orçamento vigente.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 8863 de 23/12/1937	Autoriza a aquisição, mediante doação, da Prefeitura Municipal de Botucatu, do prédio e respectivo terreno, onde está instalado o atual Hospital de Tratamento, daquela localidade.
Decreto 8891 de 31/12/1937	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providencias.
Decreto 8892 de 31/12/1937	Orça e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1938.
Decreto 8893 de 31/12/1937	Transfere as importâncias de 9.000\$000 e 15.000\$000, no total de 24.000\$000 da verba 132, no parágrafo 250, consignação n°, sub-consignação n° e sub-consignação n° 3 letra C respectivamente, para a sub-consignação n° 3, letra B, da mesma verba e consignação atribuída à Diretoria Geral do Serviço Sanitário do orçamento vigente.
Decreto 8894 de 31/12/1937	Transfere a importância de 2.990\$000 da verba 177, do parágrafo 250, consignação n° 1, da sub-consignação n° 1 letra "E", para a sub-consignação n° 2 letra "B", da mesma disposição orçamentária atribuída ao Instituto Butantan.
Decreto 8906 de 11/01/1938	Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado para 1938, a discriminação da receita e despesa constante das tabelas explicativas.
Decreto 8936 de 24/01/1938	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior um crédito especial na importância de 70.773\$000, destinado a atender ao pagamento das despesas com socorros prestados às vítimas das inundações nas zonas de Xiririca e Apiáí.
Decreto 8955 de 04/02/1938	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de 33.601\$200, para pagamento de desapropriação de um terreno necessário aos serviços da Repartição de Saneamento de Santos.
Decreto 8999 de 16/02/1938	Regula a Concessão de licença especial a funcionária gestante.
Decreto 9000 de 16/02/1938	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados terrenos destinados à ampliação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto 9001 de 17/02/1938	Declara de utilidade pública para fins de desapropriação judicial, um terreno no Distrito de Paz do Ipiranga, município e comarca, para os serviços da linha subadutora Moóca-Vila Deodoro.
Decreto 9028 de 11/03/1938	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de 28.286\$400, para pagamento pela desapropriação de um terreno situado à Rua Oliveira Alves, distrito de Paz do Ipiranga, município e comarca da Capital, necessário à estação experimental de tratamento de esgotos, a cargo da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 9040 de 16/03/1938	Transfere para o corrente exercício o saldo de 172.258\$000, verificado no crédito especial aberto pelo decreto 8409, de 13/07/1937 à Secretaria da Educação e Saúde Pública, para ocorrer às despesas com estudos sobre a moléstia "Pemphigus foliáceo", vulgarmente conhecida como "Fogo Selvagem" e a sua profilaxia de acordo com a lei 3.000 de 24 de junho de 1937.
Decreto 9044 de 17/03/1938	Declara de utilidade pública um terreno situado no distrito de Tayassupeba, município e Comarca de Mogi das Cruzes, necessário aos serviços de construção da adutora de Rio Claro.
Decreto 9059 de 24/03/1938	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial na importância de 100.000\$000 para ocorrer às despesas de viagem de três engenheiros da Repartição de Águas e Esgotos da Capital designados a estudar a organização de serviços análogos nos Estados Unidos da América do Norte.

Decreto 9081 de 02/04/1938	Autoriza a aquisição da biblioteca científica que pertenceu ao Professor Alfonso Bovero para ser incorporada ao Acervo da Faculdade de Medicina de São Paulo.
Decreto 9104 de 03/04/1938	Cria o Departamento de Psicopatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto 9115 de 20/04/1938	Autoriza a aquisição do prédio que nasceu Oswaldo Cruz, em São Luiz do Paraitinga, que se destina à instalação do Porto de Higiene local.
Decreto 9119 de 20/04/1938	Modifica disposições da Lei 3014, de 05 de Julho de 1937, que organizou o Serviço Especial de Defesa Contra a Febre Amarela.
Decreto 9145 de 05/05/1938	Declara de utilidade pública um terreno no bairro de Biritiba, distrito do mesmo nome e comarca de Mogi das Cruzes, necessário aos serviços de construção da adutora do Rio Claro.
Decreto 9147 de 06/05/1938	Subordina o Instituto Butantan diretamente à Diretoria Geral do Serviço Sanitário, reorganizado pelo decreto 4941, de 21 de Marco de 1931.
Decreto 9166 de 16/05/1938	Determina seja aplicada ao serviço a cargo do Departamento de Assistência aos Psicopatas à importância de 104.000\$000, da verba nº 260, consignada nº 1 letra “a”, da lei orçamentária para o exercício financeiro de 1937.
Decreto 9175 de 20/05/1938	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial da importância de 19.523\$100 pela desapropriação de um terreno situado à Rua Áustria, distrito da paz do Jardim América, município e comarca da Capital, necessário aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 9190 de 25/05/1938	Transfere para o Serviço Federal da Febre Amarela, o atual Serviço Especial de Defesa contra a Febre Amarela, a cargo do Estado, e dá outras providencias.
Decreto 9193 de 27/05/1938	Transfere os saldos dos créditos especiais abertos pelos Decretos nº 8511 e 8829, respectivamente de 27 de Agosto e 16 de Dezembro de 1937, destinados à construção de edifícios públicos e da adutora do Rio Claro e obras anexas a cargo da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 9216 de 10/06/1938	Autoriza a aquisição de terrenos necessários à construção da linha subadutora Moóca-Penha.
Decreto 9247 de 17/06/1938	Cria o Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 9250 de 20/06/1938	Extingue a Inspetoria de Fiscalização do Leite e Laticínios e transfere os seus encargos ao Serviço de Policiamento da Alimentação Pública.
Decreto 9254 de 22/06/1938	Cria no Departamento de Anatomia Patologia Experimental.
Decreto 9264 de 23/06/1938	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir por doação do município de Itapira, um terreno destinado à instalação de um serviço de classificação, esterilização, prensagem, embalagem e embarque de folhas de fumo.
Decreto 9267 de 24/06/1938	Extingue a Comissão de Assistência Hospitalar e transfere os seus encargos ao Serviço de Assistência Hospitalar.
Decreto 9271 de 28/06/1938	Autoriza a funcionar junto ao Serviço de Assistência a Psicopatas a “Instituição de Assistência Social a Psicopatas”.
Decreto 9273 de 28/06/1938	Organiza o Serviço de Centros de Saúde da Capital, do Departamento de Saúde da Capital, do Departamento de Saúde, e dá outras providencias.
Decreto 9275 de 28/06/1938	Organiza o Serviço de Assistência Hospitalar e dá outras providencias.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 9276 de 28/06/1938	Organiza o Serviço de Policiamento da Alimentação Pública e dá outras providencias.
Decreto 9277 de 28/06/1938	Organiza a Diretoria Geral do Departamento de Saúde e dá outras providências.
Decreto 9278 de 28/06/1938	Organiza o Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, do Departamento de Saúde do Estado e da outras providencias.
Decreto 9279 de 30/06/1938	Reorganiza o Instituto de Higiene de São Paulo.
Decreto 9284 de 1º/07/1938	Dispõe sobre a expedição de diploma aos possuidores de certificados de conclusão de cursos de farmácia e odontologia, das extintas escolas reconhecidas pelo Estado.
Decreto 9293 de 05/07/1938	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de 40.000\$000, destinado ao pagamento das despesas com impressão da obra científica “Micologia Médica” de autoria do Dr. Floriano Paulo de Almeida, de acordo com o artigo 292, do Regulamento da Faculdade de Medicina, aprovado pelo Decreto 765, de 06 de Abril de 1935
Decreto 9306 de 06/07/1938	Aprova os termos do contrato para arrendamento, ao Governo do Estado, de um imóvel nesta Capital, destinado às dependências do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 9312 de 08/07/1938	Dispõe sobre a concessão de favores tarifários a casas de caridade, asilos, sociedades beneficentes e instituições Congêneres.
Decreto 9322 de 14/07/1938	Organiza a Diretoria da Seção Técnica de Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo e dá outras providencias.
Decreto 9331 de 15/07/1938	Organiza a Divisão Administrativa do Departamento de Saúde e dá outras providências.
Decreto 9332 de 15/07/1938	Organiza a Seção de Tracoma do Departamento de Saúde, e dá outras providências.
Decreto 9339 de 18/07/1938	Abre no Tesouro do Estado, um crédito especial de 300.000\$000, para ocorrer às despesas necessárias a instalação de onze Centros de Saúde na Capital.
Decreto 9340 de 18/07/1938	Organiza o quadro de pessoal dos Centros de Saúde da Capital e dá outras providências.
Decreto 9341 de 20/07/1938	Organiza o Serviço do Interior do Estado, do Departamento de Saúde e dá providencias.
Decreto 9357 de 30/07/1938	Organiza a Seção de Epidemiologia e Profilaxia Geral e dá outras providências.
Decreto 9358 de 30/07/1938	Organiza o Serviço de Assistência a Psicopatas, do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 9375 de 03/08/1938	Declara de utilidade pública terreno situado no distrito da Paz de Tayassupeba, município e comarca de Mogi das Cruzes, necessário aos serviços da adutora de Rio Claro.
Decreto 9379 de 03/08/1938	Autoriza a aquisição, mediante doação de duas áreas de terrenos no Distrito da Paz do Ipiranga, município e comarca da Capital, para serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 9393 de 05/08/1938	Organiza o Serviço de Laboratório de Saúde Pública do Departamento de Saúde do Estado e dá outras providências.

Decreto 9394 de 05/08/1938	Organiza a Seção de Higiene do Trabalho e dá outras providências.
Decreto 9400 de 09/08/1938	Declara de nenhum efeito o decreto nº 9393 de 05/08/1938, que organiza o Serviço de Laboratórios de Saúde Pública e dá outras providências.
Decreto 9402 de 10/08/1938	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de 41.000\$000 para completar o aparelhamento da Clínica Urológica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto 9404 de 10/08/1938	Modifica e regulamenta o Decreto 9279, de 30/06/1938, que reorganizou o Instituto de Higiene de São Paulo.
Decreto 9405 de 10/08/1938	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito de 8.000.000\$000 suplementar a diversas verbas consignadas no orçamento vigente à Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 9430 de 19/08/1938	Transfere saldos de verbas consignadas ao extinto Serviço Sanitário de Saúde do Estado o crédito suplementar de rs 2.695.828\$400 e dá outras providências.
Decreto 9437 de 22/08/1938	Organiza o Serviço de Laboratório de Saúde Pública, o Departamento de Saúde do Estado através do Decreto 9247 de 17 de Junho de 1938 e dá outras providências.
Decreto 9445 de 02/09/1938	Organiza o Serviço de Profilaxia da Leprea do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 9446 de 02/09/1938	Organiza a Seção de Higiene da Criança e dá outras providências.
Decreto 9466 de 09/09/1938	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado no bairro de Vila Ema, distrito da Paz do Ipiranga, município e Comarca da Capital, necessário aos serviços de construção da linha adutora do Rio Claro.
Decreto 9483 de 13/09/1938	Abre crédito especial para o início das obras do Hospital das Clínicas.
Decreto 9485 de 13/09/1938	Aprova o projeto e respectivo orçamento na importância de 17.966.575\$000, para construção do edifício do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo.
Decreto 9487 de 14/09/1938	Aprova os termos do contrato de arrendamento do prédio 640, da Rua da Penha, em Sorocaba destinado à instalação de dependências da Delegacia de Saúde de Sorocaba.
Decreto 9488 de 14/09/1938	Organiza a Seção Técnica de Estatística Sanitária e dá outras providências.
Decreto 9498 de 14/09/1938	Organiza o Serviço de Puericultura do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 9499 de 14/09/1938	Reduz verbas consignadas no orçamento vigente à extinta Inspetoria de Higiene e Assistência à Infância e cria dotações orçamentárias para o Serviço de Puericultura do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 9504 de 15/09/1938	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública o crédito especial 48.890\$000, para atender ao pagamento de despesa dos exercícios de 1936 a 1937, realizadas a serviço público, e que deixaram de ser pagas por deficiência das verbas orçamentárias respectivas.
Decreto 9523 de 17/09/1938	Cria o Serviço de Profilaxia do Pênfigo foliáceo no Estado de São Paulo (Fogo Selvagem).

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 9535 de 21/09/1938	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública o crédito especial de 15.500\$000,
Decreto 9537 de 21/09/1938	Transfere para o Serviço de Assistência Hospitalar, o Departamento de Saúde do Estado, o Hospital de Isolamento “Emílio Ribas”, e dá outras providências.
Decreto 9562 de 26/09/1938	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de 460.000\$000 destinado a atender ao pagamento do pessoal contratado e mensalista dos extintos Serviço Sanitário e Serviço Especial de Defesa contra a Febre Amarela e dos atuais Centros de Saúde da Capital, ficando reduzida de igual importância à verba 204-I, criada pelo decreto 9430 de 19/08/1938.
Decreto 9566 de 27/09/1938	Cria o Hospital Sanatório do Mandaqui, nesta Capital, dependência imediata do Serviço de Assistência Hospitalar, e dá outras providências.
Decreto 9567 de 27/09/1938	Transfere para o Serviço de Assistência Hospitalar a importância de RS 500.000\$000, depositada no Banco do Estado, proveniente das contribuições das municipalidades, podendo parte dessa verba, ser destinada para o Serviço de Hospitalização de indigentes do Interior do Estado.
Decreto 9568 de 27/09/1938	Organiza a Seção de Tuberculose, da Divisão Técnica, do Departamento de Saúde do Estado, e dá outras providências.
Decreto 9577 de 30/09/1938	Autoriza a aquisição de direitos de servidão de passagem no Distrito de Paz, município e comarca da Capital, necessários aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 9592 de 05/10/1938	Aprova o contrato para a construção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo e dá outras providências.
Decreto 9593 de 05/10/1938	Declara de utilidade pública, a fim de ser adquirido amigavelmente ou por via de desapropriação judicial, imóvel situado no Bairro de Beritiba-Assú, distrito de paz de Biritiba-Mirim, município e comarca de Mogi das Cruzes, necessários aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 9602 de 12/12/1938	Aprova os termos do contrato, para arrendamento do prédio nº 82, na Rua General Rondon, nesta Capital, destinado à instalação do Instituto de Tracoma da Seção do Tracoma.
Decreto 9603 de 12/10/1938	Prorroga o prazo estabelecido no artigo 27, do Decreto 9358, de 30 de Julho de 1938, que organizou o Serviço de Assistência a Psicopatas, do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 9606 de 13/10/1938	Autoriza a aquisição por doação da Prefeitura Municipal de Bauru, terreno situado à Rua Bandeirantes esquina da Rua Agenor Vieira, a fim de ser ali construído um prédio destinado ao Centro de Saúde Local e outras seções do Departamento de Saúde.
Decreto 9441 de 18/10/1938	Abre, no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de 152.180\$000, destinado à instalação e custeio de dois pavilhões novos do Serviço de Assistência a Psicopatas no corrente exercício.
Decreto 9643 de 18/10/1938	Restabelece no Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, o Departamento de Saúde, com denominação de Médico Oftalmologista o cargo de Inspetor de Casa de Ótica.
Decreto 9645 de 18/10/1938	Aprova os termos do contrato de arrendamento do prédio nº 48, da Rua Coronel Rodovalho, nesta Capital, destinado ao Centro de Saúde da Penha.
Decreto 9646 de 18/10/1938	Prorroga por tempo indeterminado o prazo para expedição do Código Sanitário do Estado

Decreto 9647 de 18/10/1938	Approva os termos do contrato para arrendamento do prédio nº 479, da Avenida Celso Garcia, nesta Capital, onde se instalará o Centro de Saúde do Belenzinho.
Decreto 9648 de 18/10/1938	Approva os termos do contrato para arrendamento dos prédios nºs35-A, 37 e 39 da Rua Anastácio, nesta Capital onde se instalará o Centro de Saúde da Lapa.
Decreto 9649 de 18/10/1938	Approva os termos do contrato para arrendamento do prédio nº 30, da Rua da Figueira, nesta Capital, destinado à instalação do Centro de Saúde do Brás.
Decreto 9666 de 22/10/1938	Reduz de 170.000\$000, o saldo disponível do atual orçamento e relativo à Assistência Social, destinado à instalação e manutenção de um hospital.
Decreto-Lei 9669 de 24/10/1938	Revoga a Lei 2541, de 10/01/1936 que instituiu pensão em favor das vítimas do movimento de 1932, subordina a assistência que lhes é devida, e dá outras providências.
Decreto 9676 de 26/10/1938	Autoriza a permuta de terrenos no distrito de paz do Ipiranga, município e comarca da Capital, para os serviços da sub-adutora de água “Moóca-Vila Deodora”.
Decreto 9683 de 26/10/1938	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de 30.392\$500, para atender o pagamento de despesas dos exercícios de 1937 e do corrente, realizadas a serviço público e que deixaram de ser pagas por deficiência das verbas orçamentárias.
Decreto 9686 de 26/10/1938	Approva os termos do contrato para arrendamento do prédio nº 178, da Rua Oliveira Alves, nesta Capital, destinado à instalação do Centro de Saúde do Ipiranga.
Decreto 9691-A de 29/10/1938	Cria, anexo ao Almoxarifado da Divisão Administrativa do Departamento de Saúde do Estado, uma Seção de Farmácia e outra de Hipodermia, e dá outras providências.
Decreto 9692 de 29/10/1938	O oficial ou praça atacado de hemiplegia, paralisia, etc ou de moléstias contagiosas ou repugnantes à agregação poderá prolongar-se por dois anos, findo os quais será reformado, se persistir o impedimento.
Decreto 9693 de 31/10/1938	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de 52.847\$300, destinado ao pagamento de despesas de instalação e pessoal da Seção de Higiene da Criança do Departamento de Saúde.
Decreto 9705 de 07/11/1938	Abre no Tesouro do Estado um crédito de RS 50.000\$000, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, destinado à instalação do Hospital para Tuberculosos “São Luiz Gonzaga”, da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.
Decreto 9707 de 08/11/1938	Organiza o Serviço de Enfermagem do Departamento de Saúde do Estado e dá outras providências.
Decreto 9711 de 09/11/1938	Reduz verbas consignadas no orçamento vigente aos Institutos Pasteur, Bacteriológico e Butantan e cria dotações orçamentárias para o Laboratório de Saúde Pública.
Decreto 9808 de 10/12/1938	Modifica a legislação sobre o serviço de águas da Capital.
Decreto 9812 de 13/12/1938	Cria, no Instituto Butantan, a Seção de Medicina Experimental.
Decreto 9816 de 13/12/1938	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de 826\$000, para desapropriação de um terreno necessário aos serviços da adutora do Rio Claro, a cargo da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 9705 de 07/11/1938	Abre no Tesouro do Estado um crédito de RS 50.000\$000, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, destinado à instalação de Hospital para Tuberculosos “São Luiz Gonzaga” da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.
Decreto 9707 de 08/11/1938	Organiza o Serviço de Enfermagem do Departamento de Saúde do Estado e dá outras providências.
Decreto 9711 de 09/11/1938	Reduz verbas consignadas no orçamento vigente ao Instituto Pasteur, Bacteriológico e Butantan e cria dotações orçamentárias para o Serviço de Laboratório de Saúde Pública.
Decreto 9808 de 10/12/1938	Modifica a legislação sobre o serviço de águas da Capital.
Decreto 9812 de 13/12/1938	Cria, no Instituto Butantan, a Seção de Medicina Experimental.
Decreto 9816 de 13/12/1938	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de 826\$000, para desapropriação de um terreno necessário aos serviços da adutora do Rio Claro, a cargo da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 9821 de 14/12/1938	Suprime e cria cargos no Instituto Butantan, do Serviço de Laboratórios de Saúde Pública do Departamento de Saúde.
Decreto 9848 de 23/12/1938	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de um prédio destinado ao funcionamento do Posto Bromatológico de Bauru da Subseção Bromatológica do Interior, do Serviço de Policiamento da Alimentação Pública.
Decreto 9685 de 27/12/1938	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Decreto 9868 de 27/12/1938	Modifica disposições do decreto 9278, de 28/06/1938, que organiza o Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, do Departamento de Saúde e institui taxas de registro profissional e da fiscalização de drogas e medicamentos e dá outras providências.
Decreto 9869 de 28/12/1938	Modifica o artigo 5º do Decreto 7065 de 06 de Abril de 1935, que dispõe sobre o Regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto 9870 de 27/12/1938	Orça a Receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1939.
Decreto 9873 de 28/12/1938	Cria o Departamento de Educação a Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar e dá outras providências.
Decreto 9875 de 29/12/1938	Prevê a situação dos funcionários dos atuais Centros de saúde do Interior, do Departamento de Saúde.
Decreto 9894 de 31/12/1938	Cria, nesta Capital, um Hospital-Sanatório para crianças tuberculosas pobres, a ser construído no Mandaqui, Santana.
Decreto 9898 de 03/01/1939	Aprova os termos do contrato para arrendamento do prédio nº 91 da Rua Marina Crespi, nesta Capital, destinado à instalação do Centro de Saúde da Mooca
Decreto 9905 de 06/01/1939	Dispõe que se observe na execução do orçamento do Estado para 1939, a discriminação da Receita e da Despesa, constante das tabelas explicativas.
Decreto 9906 de 06/01/1939	Cria no Instituto de Higiene de São Paulo, o Centro de Estudos sobre a alimentação.

Decreto 9915 de 10/01/1939	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de um prédio, situado nesta Capital à Rua São Vicente de Paulo, 625, destinado à instalação do Serviço de Enfermagem, do Departamento de Saúde.
Decreto 9916 de 10/01/1939	Aprova os termos do contrato de arrendamento do prédio 35, da Rua Tibiriçá em Ribeirão Preto destinado ao funcionamento do Posto Bromatológico do Interior, do Serviço de Policiamento da Alimentação Pública.
Decreto 9952 de 30/01/1939	Autoriza a aquisição de imóveis no Distrito de Paz de Santana, município da Capital, necessário aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 9966 de 31/01/1939	Cria, com a denominação de “Escola D. Paulina de Souza Queiroz”, uma escola para crianças débeis.
Decreto 9974 de 06/02/1939	Institui taxas para licenciamento de instituições hospitalares e dá outras providências.
Decreto 10005 de 24/02/1939	Dispõe sobre a celebração de um acordo com a fundação “Escola Maternal para Débeis”
Decreto 10028 de 28/02/1939	Assegura aos funcionários que forem aposentados de acordo com o decreto 9690, os benefícios do presente decreto.
Decreto 10029 de 1º/03/1939	Aprova o consórcio dos municípios das zonas Sorocabano, Altas Paulistas e Noroestes, que acordaram a construção de um Sanatório para Tuberculosos em Ribeirão Junior.
Decreto 10031 de 03/03/1939	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Vitorino Camilo, 599, nesta Capital, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Santa Cecília.
Decreto 10033 de 03/03/1939	Modifica a organização dos cursos de educação doméstica das escolas profissionais femininas e cria um curso de dietética para donas de casa e auxiliares de alimentação.
Decreto 10068 de 23/03/1939	Regula a forma de habilitação dos enfermeiros, em geral, e dá outras providências.
Decreto 10080 de 29/03/1939	Permite a matrícula no Curso de Aperfeiçoamento do Instituto Profissional Feminino da Capital, para a formação de mestres de educação doméstica e auxiliar de alimentação e candidatas diplomadas por curso secundário.
Decreto 10082 de 29/03/1939	Prorroga o prazo para pagamento das taxas de Fiscalização “Bromatológica” e de “Drogas e Medicamentos”, e de revalidação de Registros a que se refere aos decretos 9866 e 9895 respectivamente de 27/12/1938 e 14/02/1939.
Decreto 10083 de 29/03/1939	Prorroga o prazo para registro, revalidação de registro e licenciamento das instituições hospitalares, a que se refere o decreto 9974, de 6 de fevereiro de 1939.
Decreto 10090 de 04/04/1939	Exige o curso de especialização para o provimento dos cargos iniciais de médico sanitaria e de educador sanitário.
Decreto 10094 de 04/04/1939	Aprova o regulamento de funcionamento de piscinas no Estado de São Paulo
Decreto 10121 de 14/04/1939	Modifica a redação do parágrafo 1º do artigo 240, do Decreto 7065 de 06/04/1935, que aprova o Regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 10126 de 17/04/1939	Modifica as disposições dos decretos 7313 de 05 de julho de 1935 e 9276 de 28 de julho de 1938, que organizaram respectivamente o Departamento de Indústria Animal, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e o Serviço de Policiamento da Administração Pública, do Departamento de Saúde e dá outras providências.
Decreto 10128 de 18/04/1939	Baixas instruções para habilitações e registro de Oficiais de Farmácia, nos termos do parágrafo único do artigo 40, do Decreto Federal 20377 de 08 de setembro de 1938
Decreto 10139 de 18/04/1939	Regulamenta o Serviço de Verificação de Óbitos.
Decreto 10161 de 04/05/1939	Aprova os termos do contrato de arrendamento do 1º andar e do restante do prédio do IPSA à rua Xavier de Toledo nº 88-89, nesta capital, destinado à instalação do Serviço de Policiamento da Alimentação Pública, no Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 10176 de 10/05/1939	Aprova os termos do contrato para o arrendamento do prédio nº 438, da Rua Voluntários da Pátria, nesta Capital, onde se instalará o Centro de Saúde de Santana.
Decreto 10177 de 10/05/1939	Modifica a redação dos artigos 4º e 8º do decreto 10068, de 23 de Março de 1939, que dispõe sobre a forma de habilitação dos enfermeiros em geral.
Decreto 10193 de 16/05/1939	Modifica as disposições dos decretos 9868 e 9995, respectivamente de 27/12/1938 e 14/02/1939, referente às taxas de fiscalização “Bromatológica” de Drogas e Medicamentos e ao registro de estabelecimentos locais de vendas, de produção ou de depósito, e dá outras providências.
Decreto 10214 de 23/05/1939	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado, do prédio 694, da Alameda Barão de Limeira, nesta Capital, para funcionamento da Seção de Propaganda de Educação Sanitária.
Decreto 10225 de 26/05/1939	Abre, no Tesouro do Estado, um crédito especial de 300:000\$000, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, destinada a atender ao pagamento de despesas decorrentes das obras no Hospital Juqueri.
Decreto 10244 de 30/05/1939	Anexa à Cadeira de Clínica Obstétrica, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com a denominação de “Curso de Enfermagem Obstétrica”, a Escola de Obstetrícia e Enfermagem Obstétrica de São Paulo.
Decreto 10267 de 05/06/1939	Autoriza a Fazenda do Estado a receber em doação na área de terreno em Sapacado, município de São José do Rio Pardo, destinado à construção de sanatório para tuberculosos.
Decreto 10278 de 07/06/1939	Aprova os termos do contrato que assina com o Governo do Estado, a firma Empresa Constrat Limitada, para varias construções no Asilo Colônia Santo Ângelo e Preventário de Jacaréi.
Decreto 10279 de 07/06/1939	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de 4 andares do prédio “ITA” à Rua Barão de Itapetininga, nesta Capital, destinado ao funcionamento do Departamento Sanitário.
Decreto 10286 de 07/06/1939	Estabelece medidas para o ingresso a qualquer cargo científico ou técnico inicial da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
Decreto 10311 de 16/06/1939	Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública.

Decreto 10318 de 16/06/1939	Transfere os Serviços Médicos da Imigração e Colonização para o Departamento de Saúde.
Decreto 10319 de 16/06/1939	Altera disposições do Decreto 6377 de 4 de Abril de 1934.
Decreto 10353 de 21/06/1939	Autoriza a doação à Associação Paulista de Combate ao Câncer, de terreno anexo à Faculdade de Medicina.
Decreto 10387 de 19/07/1939	Dá novo regulamento ao Curso de Educadores Sanitários, criado pela Lei 2121, de 30 de Dezembro de 1935.
Decreto 10395 de 26/07/1939	Aprova o regulamento do Policiamento Sanitário da Alimentação Pública.
Decreto 10398 de 02/09/1939	Suspende pelo prazo de 60 dias a execução do Regulamento do Policiamento Sanitário da Alimentação Pública.
Decreto 10399 de 03/08/1939	Autoriza a abertura de crédito suplementar, na importância de 5.000:000\$000, para prosseguimento das obras de construção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto 10410 de 14/08/1939	Institui obrigatoriedade de autorização para angariamento de donativos públicos para fins assistenciais, instituições que forem diretamente autorizadas pelo Departamento de Serviço Social e pelo Serviço de Assistência Hospitalar.
Decreto 10425 de 11/08/1939	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas crédito especial de 324:400\$000, para pagamento da desapropriação de terrenos no distrito de paz de Santana, município e comarca da Capital, necessárias aos serviços de abastecimento de água a cargo da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 10429 de 11/08/1939	Declara de utilidade pública, a fim de ser adquirido pela Fazenda do Estado, um imóvel no distrito de paz de Vila Mariana, Município e Comarca desta Capital, necessário ao Serviço da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 10447 de 26/08/1939	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado dos prédios 235 e 24 situados à Alameda Adolfo Pinheiro em Santo Amaro, e que se destinam ao funcionamento do Centro de Saúde Local.
Decreto 10461 de 01/09/1939	Autoriza a aquisição de uma área de 10 (dez) alqueires de terras, envolvendo 3(três) casas para operários, situada em Bauru, junto ao Horto Florestal do Serviço Florestal da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
Decreto 10536 de 03/10/1939	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito especial de RS 500:000\$000, para atender ao pagamento de despesas realizadas no exercício de 1938 e que deixaram de ser pagas por deficiência das verbas orçamentárias respectivas.
Decreto 10538 de 03/10/1939	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública um crédito suplementar de RS 360:000\$000, para atender despesas do Instituto Butantan.
Decreto 10564 de 10/10/1939	Autoriza a compra de um terreno no Mandaqui, distrito de Santana nesta Capital para o Sanatório Mandaqui.
Decreto 10569 de 10/10/1939	Aprova os termos do contrato de locação que fazem ao Estado do prédio situado nesta Capital, à rua Visconde do Rio Branco nº 104, destinado à instalação de dependências do Departamento de Saúde.
Decreto 10570 de 10/10/1939	Regulamenta o artigo 14, do Decreto 5352, de 16/01/1932 sobre visitas aos leprosários.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 10581 de 12/10/1939	Declara de utilidade pública um terreno situado no Distrito de Paz de Beritiba-Mirim, do município e Comarca de Mogi das cruces, necessário aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 10583 de 12/10/1939	Abre no Tesouro do Estado, ao Departamento das Municipalidades, um crédito especial de 1.6000:000\$000, destinado a ocorrer às despesas com a continuação do plano de melhoramentos referentes à Prefeitura do Guarujá.
Decreto 10585 de 16/10/1939	Torna obrigatória a autorização para coletas de donativos públicos.
Decreto 10617 de 24/10/1939	Cria, no Instituto de Higiene de São Paulo, curso destinado à formação de nutricionistas.
Decreto 10625 de 24/10/1939	Reorganiza o quadro de pessoal do Serviço de Profilaxia da Malária.
Decreto 10657 de 31/10/1939	Aprova modificações do Regulamento de Policiamento Sanitário da Alimentação Pública.
Decreto 10658 de 31/10/1939	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir pela quantia de 450:000\$000, o serviço de águas e esgotos da cidade de Mogi-Mirim, explorando em virtude de contrato de concessão, pela Empresa de Água e Luz e Esgotos de Mogi-Mirim.
Decreto 10659 de 31/10/1939	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas crédito especial de 200:000\$000, para os serviços de melhoramentos urbanos, tais como abastecimento de água entre outros da cidade de Aparecida do Norte.
Decreto 10678 de 08/11/1939	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito de 4.000:000\$000 suplementar a verba 358, parágrafo 79 do orçamento vigente, destinado a ocorrer às despesas com as obras da adutora do Rio Claro e serviços anexos a cargo da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 10710 de 21/11/1939	Aprova os termos do contrato para execução das obras do pavilhão “Dr. Antonio Rodrigues Guião”, no Mandaqui, nesta Capital.
Decreto 10732 de 29/11/1939	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir por doação, da Empresa “Cidade Mãe do Céu”, uma faixa de terreno situada no Distrito de Paz de Belenzinho, desta Capital, para passagem de sub-adutora de águas do Rio Claro, denominada “Mooca-Penha”.
Decreto 10753 de 05/12/1939	Transfere a importância de 112:000\$000 do saldo existente na verba 164, parágrafo 29, consignação nº 1, sub-consignação nº 1 e consignação nº , do orçamento vigente, atribuída ao Serviço de Assistência à Psicopata.
Decreto 10764 de 06/12/1939	Consolida disposições legais existentes relativas à profilaxia da malária.
Decreto 10772 de 08/12/1939	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito de 500:000\$000, suplementar a verba 357 do orçamento vigente destinado à construção da rede de esgotos de Vila Clementino, nesta Capital.
Decreto 10773 de 11/12/1939	Cria na Penitenciária o Serviço de Biotipologia Criminal e regulamenta esse Serviço.
Decreto 10786 de 12/12/1939	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o crédito de 100:000\$000, destinado a atender a despesa com o combate à leishmaniose mo interior do estado.
Decreto 10800 de 18/12/1939	Orça a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o Exercício de 1940.

Decreto 10840 de 22/12/1939	Introduz modificações no Regulamento que baixou com o Decreto 10094 de 04/04/1939, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento a Funcionamento das Piscinas no Estado de São Paulo.
Decreto 10844 de 22/12/1939	Abre no Tesouro do Estado, ao Departamento das municipalidades um crédito especial de 1.750:000\$000 por conta da importância autorizada pelo artigo 2º da Lei 2798, para ser aplicado na execução de melhoramentos públicos entre os quais, para conclusão do serviço de água, para reforma e ampliação da rede de esgotos, para instalação da idade sanatorial e para ampliação do Pavilhão de Higiene, na Estância hidromineral e climática de São José dos Campos.
Decreto 10850 de 23/12/1939	Abre, no Tesouro do Estado, à Secretaria do Governo, um crédito especial de 150:000\$000, para pagamento de despesas de remodelação do Hospital Militar da Força Pública do Estado.
Decreto 10852 de 24/12/1939	Abre, no Tesouro do Estado, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de 247:400\$000, para aquisição de diversos materiais para a Seção de Epidemiologia e Profilaxia Geral, do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 10857 de 26/12/1939	Dá providências para a execução do Decreto 10764 de 06 de Dezembro de 1939, relativo à Profilaxia de Malária.
Decreto 10875 de 30/12/1939	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Decreto 10880 de 04/01/1940	Fica o Serviço de Assistência Hospitalar do Departamento de Saúde, transformado em Serviço de Medicina Social, diretamente subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública.
Decreto 10886 de 10/01/1940	Declara de utilidade pública, para a fim de serem adquiridos por via amigável ou judicial, terrenos situados no Distrito de Paz de Biritiba-Mirim, termo da Comarca de Mogi das Cruzes, necessários ao Serviço de Abastecimento de água da Capital.
Decreto 10890 de 10/01/1940	Institui a Comissão de Investigações da Poluição das Águas do Estado.
Decreto 10893 de 10/01/1940	Aprova o Regimento Interno da Seção de Inspeção da Produção e Industrialização do Leite em substituição às disposições contidas no Decreto nº 7466, de 11/12/1935 relativas à competência da Seção e às atribuições dos seus funcionários.
Decreto 10898 de 12/01/1940	Dispõe que se observe na execução do orçamento do Estado para 1940, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas explicativas.
Decreto 10901 de 16/01/1940	Aprova os termos do contrato de empreitada para construção de um edifício para Laboratório de Bacteriologia no Instituto Butantan, de acordo com o Decreto 542 de 05/03/1932.
Decreto 10902 de 16/01/1940	Aprova os termos do contrato entre o Governo do Estado e a Maternidade de São Paulo, (Associação de Proteção e Assistência às Mulheres Pobres).
Decreto 11032 de 16/04/1940	Transforma no Instituto Butantan, a Seção de Fisiopatologia Experimental em Seção de Endocrinologia, extingue a Seção de Medicina Experimental.
Decreto-Lei 11059 de 30/04/1940	Subordina à Diretoria Geral do Departamento de Saúde da Secretaria da Educação e Saúde Pública, o Hospital de Isolamento “Emílio Ribas”.
Decreto 11061 de 30/04/1940	Aprova os termos do contrato para a execução da estrutura, em concreto armado da “Casa Materna e da Infância”, à Avenida Celso Garcia, 674, nesta Capital.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 11086 de 14/05/1940	Transfere a importância de 200:000\$000 da alínea nº 1 da consignação nº1, para a consignação nº 2, sub-consignação nº 1, alínea nº 1 desta verba nº 160 do parágrafo 25 atribuído aos Serviços dos Centros de Saúde do Interior, do Departamento de Saúde do Interior, do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 11098 de 21/05/1940	Transfere a importância de 19:200\$000 da alínea 137, consignação ° 3, sub-consignação nº 1, para a alínea nº 139, consignação nº 4, dentro da verba nº 155, do parágrafo 25, atribuída à Seção de Tracoma, da, da Divisão Técnica, do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 11170 de 21/06/1940	Institui a Comissão Reguladora do Comércio de Leite
Decreto-Lei de 24/06/1940	Dispõe sobre a exigência de exame de Saúde para posse de funcionários estaduais e municipais.
Decreto 11198 de 27/06/1940	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de um prédio situado nesta Capital, no Largo Pe. Péricles, 18, que se destina ao funcionamento do Hospital Psiquiátrico das Perdizes.
Decreto-Lei 11205 de 02/07/1940	Reorganiza o Serviço de Centros de Saúde da Capital, do Departamento de Saúde, e dá outras providências.
Decreto 11208 de 03/07/1940	Declara de utilidade pública, para serem desapropriadas, diversas áreas de terrenos, situados no distrito de Paz de Vila América, nesta Capital, necessário à construção de um reservatório para o abastecimento de água situado no Vale do Rio Pinheiros, a cargo da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 11214 de 04/07/1940	Abre, na Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado, um crédito extraordinário da importância de 50:000\$000, que será entregue, a título de auxílio a Prefeitura Municipal de Fernando Prestes, a fim de atender às despesas decorrentes das inundações que assolaram aquele município.
Decreto 11220 de 09/07/1940	Dá denominação de “Dr. Álvaro Guião” ao Centro de Saúde de Santa Rita.
Decreto 11375 de 04/09/1940	Dispõe sobre aquisição por compra ou por permuta, da Companhia Parque da Móoca, de terrenos necessários aos trabalhos da Repartição de Águas e Esgotos, e dá outras providências.
Decreto-Lei 11412 de 10/09/1940	Abre crédito suplementar a verbas atribuídas no orçamento vigente ao Serviço de Profilaxia da lepra, do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 11442 de 23/09/1940	Cria e suprime cargos no Serviço de Profilaxia da Lepra, do Departamento de Saúde.
Decreto 11454 de 27/09/1940	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado, no prédio nº 91, da Rua Marina Crespi, nesta Capital, onde funciona o Centro de Saúde da Mooca.
Decreto 11455 de 27/09/1940	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado dos prédios nº 139, 145 e 151 antigos nº 35ª, 37 e 39 da rua Anastácio, nesta Capital, afim de os mesmos continuar o funcionamento do Centro de Saúde da Lapa.
Decreto 11459 de 30/09/1940	Classifica os serviços do Posto Médico de Assistência Policial.

Decreto 11468 de 1º/10/1940	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado, do prédio 458, da Alameda Barão de Limeira, nesta Capital, destinado ao funcionamento da Seção de Propaganda e Educação Sanitária.
Decreto 11496 de 15/10/1940	Transfere, dentro da verba nº 173, do parágrafo 25, consignação nº 2 atribuídas no orçamento vigente ao Serviço de Puericultura, do Departamento de Saúde, a importância de R\$ 4.770:000\$000 da alínea nº 18 para a de nº 17.
Decreto 11497 de 15/10/1940	Reduz e cria dotações orçamentárias dentro da verba 141 do parágrafo 24º, consignação nº 2, atribuída no orçamento vigente à Faculdade de Farmácia e Odontologia, da Universidade de São Paulo.
Decreto 11498 de 15/10/1940	Transfere 6:940\$000 da alínea nº 66 para 68, dentro da verba 161, do parágrafo 25º, consignação nº 2, atribuída no orçamento vigente ao Serviço de Sanatório da Saúde Pública, do Departamento de Saúde.
Decreto 11499 de 15/10/1940	Reduz e reforça dotações orçamentárias dentro da mesma verba, atribuída no orçamento vigente à Faculdade de Medicina Veterinária, da Universidade de São Paulo.
Decreto 11501 de 16/10/1940	Dispõe sobre nova organização dos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 11507 de 17/10/1940	Abre, no Tesouro do Estado, um crédito especial de 1.000:000\$000, para atender neste exercício, às despesas de financiamento dos serviços de obras de águas e esgotos do município de Sorocaba.
Decreto 11518 de 25/10/1940	Transfere a importância de R\$ 1:120\$900 da verba 175, consignação nº 1, sub-consignação nº 1, alínea 47 para a verba 175 consignação nº 2, alínea 51, atribuídos no orçamento vigente ao Serviço de Assistência a Psicopatas.
Decreto 11520 de 25/10/1940	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado do prédio nº 30 da Rua Figueira, nesta Capital e que se destina ao funcionamento do Centro de Saúde do Brás.
Decreto 11521 de 25/10/1940	Aprova os termos do contrato de arrendamento ao Governo do Estado, do primeiro andar do prédio situado à Rua Brás Cubas, nº 5, esquina da rua General Câmara, 188 em Santos e que se destina à instalação do Porto Bromatológico e Centro de Saúde locais.
Decreto-Lei 11522 de 26/10/1940	Cria o Instituto Adolfo Lutz (Laboratório Central de Saúde Pública), e dá outras providências.
Decreto 11561 de 05/11/1940	Transfere da alínea nº 22 para a de nº 29, a importância de 28:000\$000, dentro da verba nº 157 atribuída aos Serviços dos Centros de Saúde da Capital, do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 11562 de 05/11/1940	Abre o crédito especial de 1.361:393\$500, destinado ao pagamento da indenização pela desapropriação, ao prédio da Escola de Farmácia e Odontologia, sito à Rua Três Rios , 71 nesta Capital.
Decreto 11586 de 19/11/1940	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de um prédio situado a Av. Celso Garcia, nesta Capital, para no mesmo funcionar o Centro de Saúde do Belenzinho.
Decreto 11587 de 19/11/1940	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de um prédio situado à rua Vitorino Camilo, 599, nesta Capital , destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Santa Cecília.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 11592 de 19/11/1940	Reduz e cria dotações orçamentárias dentro da verba 151, atribuída ao Departamento de Saúde.
Decreto 11615 de 23/11/1940	Transfere 200:000\$000, da verba nº 151 consignação nº 1, sub-consignação nº 3, alínea nº 13, para a verba 154, consignação nº 1 alínea nº 1, ambas subordinadas ao parágrafo 25º do orçamento vigente e atribuídas ao Departamento de Saúde.
Decreto 11626 de 26/11/1940	Transfere a importância de 1:600\$000, da alínea nº 11 para a 51, dentro da verba nº 175, do orçamento vigente, atribuída ao Serviço de Assistência a Psicopatas, do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 11628 de 27/11/1940	Autoriza a Fazenda do Estado a entrar em acordo com Charles Emmett Waddell e sua mulher, para a aquisição de uma servidão não aparente de passagem necessária aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 11629 de 27/11/1940	Dispõe sobre aquisição de imóvel no município de Matão, para os serviços de reflorestamento da Estrada de Ferro Araraquara.
Decreto 11639 de 27/11/1940	Dispõe sobre aquisição de terrenos necessários ao abastecimento de água da Estação de Assis da Estrada de Ferro Sorocabana.
Decreto-Lei 11639 de 27/11/1940	Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1941.
Decreto-Lei 11675 de 10/12/1940	Abre, o crédito especial de 400:000\$000, destinado à aquisição de material necessário à instalação do novo prédio do Instituto Adolfo Lutz do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto 11693 de 12/12/1940	Autoriza o Prefeito Sanitário de Águas da Prata a destinar a importância de 4:140\$000, como contribuição dessa Prefeitura à construção do "Sanatório para tuberculosos de Mococa".
Decreto-Lei 11694 de 12/12/1940	Declara de utilidade Pública a fim de ser desapropriada uma área de terreno necessária à construção de um reservatório de abastecimento de água.
Decreto 11700 de 17/12/1940	Aprova os termos do contrato para arrendamento do Governo do Estado do prédio 432, da rua Voluntário da Pátria, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Santana.
Decreto 11701 de 18/12/1940	Dispõe que se observe na execução do orçamento do Estado para 1941 a discriminação da Receita e da Despesa, constantes das tabelas.
Decreto-Lei 11715 de 21/12/1940	Reduz e suplementa dotações orçamentárias atribuídas à Inspeção Geral do Serviço Dentário Escolar.
Decreto-Lei 11717 de 21/12/1940	Reduz a verba nº 157 e abre crédito suplementar à verba 158 do orçamento vigente, atribuídas ao Serviço de Centros de Saúde da Capital, do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 11726 de 24/12/1940	Regulamenta a Comissão de empréstimos aos municípios para reformar ou instalar serviços de águas e esgotos, ou necessitam de auxílio para saneamento de suas finanças.
Decreto-Lei 11788 de 30/12/1940	Dispõe sobre a extinção dos Hospitais Psicopáticos de Santos, Ribeirão Preto e da Penha, este último da Capital.

Decreto-Lei 11791 de 30/12/1940	Abre, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito suplementar de RS 5:524\$000 destinado a Seção de Propaganda e Educação Sanitária, do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 11797 de 30/12/1940	Reduz e suplementa dotações atribuídas ao Serviço de Assistência a Psicopatas do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 11800 de 31/12/1940	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Decreto 11813 de 15/01/1941	Aprova os termos do contrato de arrendamento ao Governo do Estado de um prédio situado, nesta Capital, à rua São Vicente de Paula n° 625, destinado ao funcionamento da Diretoria do Serviço de Enfermagem.
Decreto-Lei 11816 de 15/01/1941	Autoriza o Instituto “Adolfo Lutz” (Laboratório Central de Saúde Pública) a proceder às análises que lhe forem solicitadas, por particulares e estabelece preços respectivos.
Decreto 11911 de 29/03/1941	Reduz e cria alínea, dentro da verba 228, do parágrafo 24° do orçamento vigente, atribuído ao Serviço de Profilaxia da Malária, do Departamento de Saúde.
Decreto 11914 de 02/04/1941	Dispõe sobre desapropriação de um terreno em Santo André por onde passa a adutora de água de Rio Claro.
Decreto 11916 de 02/04/1941	Dispõe sobre desapropriação de terrenos situados em Guarulhos, necessários ao abastecimento de água do Sanatório “Padre Bento” e da Base Aérea Militar do 2° Regimento da Aviação em Cumbica.
Decreto 11918 de 03/04/1941	Declara de utilidade pública a fim de ser adquirido pelo Governo do Estado, um terreno situado em Vila Capivari, necessário à construção do reservatório de água à construção do reservatório de água para abastecimento da referida Vila.
Decreto 11931 de 17/04/1941	Dispõe sobre o Curso de Higiene e Saúde Pública, do Instituto de Higiene de São Paulo.
Decreto 11978 de 14/05/1941	Declara de utilidade pública uma gleba de terras situada em São Roque, necessária ao Serviço de abastecimento de águas da Capital.
Decreto 11986 de 21/05/1941	Ratifica um termo de modificação de contrato e aprova outras, ambos referentes às obras de construção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto-Lei 12019 de 18/06/1941	Transfere o Serviço Médico de Imigração, do Departamento de Saúde, para o Serviço de Imigração e Colonização e modifica o decreto 10344 de 31 de Junho de 1939.
Decreto 12020 de 18/06/1941	Dispõe sobre desapropriação de uma área de terreno necessária ao abastecimento de água da estação Quatá, Km 674 da Linha da Estrada de Ferro Sorocabana, situadas no distrito, município e comarca de Quatá.
Decreto-Lei 12033 de 25/06/1941	Altera a Constituição da Comissão Reguladora do Comércio de Leite, instituída pelo Decreto 11170 de 21 de Junho de 1940, que institui a Comissão Reguladora do Comércio de leite.
Decreto-Lei 12041 de 02/07/1941	Abre, na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de 2.000:000\$000, destinado a atender ao pagamento de despesas com o combate ao surto de Malária.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto-Lei 12043 de 02/07/1941	Abre, na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, um crédito especial de RS 265:740\$000, destinado ao pagamento de 50% do aparelho Reentgenterápico, para a seção respectiva.
Decreto 12079 de 22/07/1941	Transfere as importâncias de 6:000\$000 da alínea nº 5 e 6:000\$000 da de nº 7 para a alínea 6 dentro da verba 258, dos orçamentos vigentes, atribuídos ao Instituto de Higiene.
Decreto 12080 de 22/07/1941	Transfere a importância de 4:800\$000, da alínea 19, para a de nº 21, dentro da verba, 196 do orçamento vigente atribuída à Faculdade de Farmácia e Odontologia.
Decreto 12129 de 28/08/1941	Cria a alínea 35, na importância de 3:000\$000 na verba nº 227, mediante transferência de igual quantia da alínea 34 da verba do orçamento vigente, atribuída ao Serviço de Profilaxia da Malária.
Decreto-Lei 12150 de 02/09/1941	Subordina os serviços de Profilaxia da Lepra e de Assistência a Psicopatas diretamente à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública.
Decreto 12166 de 11/09/1941	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, um imóvel situado no Distrito de Paz do Ipiranga, Município e Comarca da Capital, necessário aos Serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 12185 de 17/09/1941	Declara de utilidade pública imóvel situado no distrito de Paz e município de Cotia, comarca da Capital, necessário aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 12216 de 07/10/1941	Introduz modificações ao Regulamento do Policiamento Sanitário da Alimentação Pública, aprovada pelo Decreto 10657 de 31 de outubro de 1939.
Decreto 12217 de 07/10/1941	Reorganiza e regulamenta o serviço de exames médicos para concessão da carteira de saúde e admissão ao trabalho, instituída pelo Decreto 5493 de 29 de Abril de 1932.
Decreto-Lei 12218 de 07/10/1941	Reduz de 6:000\$000 a dotação da alínea nº 2 e cria a de nº 4/A na mesma importância, dentro da verba 224, orçamento vigente atribuída ao Serviço de Centros de Saúde do Interior.
Decreto-Lei 12220 de 07/10/1941	Reduz de 6:000\$000 e 15:000\$000 as dotações das alíneas nº 2 e 3 respectivamente da verba nº 207, do orçamento, e reforça a alínea nº da mesma verba com 21:000\$000 para a Secretaria da Educação e Saúde Pública.
Decreto-Lei 12221 de 07/10/1941	Abre, na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de 54:000\$000, para ocorrer ao pagamento de cine-radiográfico
Decreto-Lei 12226 de 08/10/1941	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, um terreno e respectivas benfeitorias, situados no Distrito de Paz do Ipiranga Município e Comarca da Capital, necessária à ampliação das instalações de tratamento de esgotos do bairro do Ipiranga.
Decreto 12227 de 08/10/1941	Declara de utilidade pública, para fim de ser desapropriado, o imóvel denominado "Fazenda do Guarda", localizada na Comarca de São Bento do Sapucaí, município de Campos do Jordão, para fim de constituir uma reserva florestal no Parque Estadual de Campos do Jordão
Decreto-Lei 12273 de 28/10/1941	Dispõe sobre concessão de gratificação a funcionários que tiver exercício permanente em zonas insalubres e com risco de vida e de saúde.

Decreto 12276 de 29/10/1941	Declara reservado o imóvel situado no Distrito de Paz de Sete Barras município e comarca de Xiririca, necessário à conservação da flora e Fauna do Estado.
Decreto 12277 de 29/10/1941	Declara reservado imóvel situado no Distrito de Paz, município e comarca de Capão Bonita, necessária à conservação da Flora e Fauna do Estado.
Decreto 12279 de 29/10/1941	Declara reservado o imóvel situado no Distrito de Paz de Presidente Epitácio, município e comarca de Presidente Venceslau, necessário à conservação da Flora e Fauna do Estado.
Decreto-Lei 12286 de 30/10/1941	Dispõe sobre desapropriação de imóveis necessários aos serviços de abastecimento de água da Estação de Quitrembio da Estrada de Ferro Sorocabana, Km 155 +700 do ramal Jundiá no Distrito de Paz, município e comarca de Jundiá.
Decreto 12294 de 05/11/1941	Transfere a importância de 70:000\$000 da verba nº 5 para a de nº 4 dentro da verba 224, do orçamento atribuída ao Serviço de Centros de Saúde do Interior, do Departamento de Saúde.
Decreto 12325 de 19/11/1941	Transfere para a Capital a Sede da Diretoria do Serviço de Profilaxia da Malária, do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 12327 de 19/11/1941	Transfere para o Hospital Central de Juqueri, o quadro de pessoal do extinto Hospital Psiquiátrico da Penha.
Decreto-Lei 12350 de 29/11/1941	Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1942.
Decreto 12354-A de 29/11/1941	Transfere a importância de 6:400\$000 da alínea nº 38 para a de nº 37 dentro da verba nº 233 do orçamento, atribuída ao Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto-Lei 12360-A de 1º/12/1941	Dá nova organização ao Serviço Florestal da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
Decreto 12372 de 03/12/1941	Transfere a importância de 6:400\$000 da alínea nº 38 para a de nº 37 dentro da verba nº 233 do orçamento, atribuída ao departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto 12374 de 03/12/1941	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado, dos prédios nº 235 e 247, situados à Avenida Adolfo Pinheiro, em Santo Amaro e que se destinam ao funcionamento do Centro de Saúde local.
Decreto-Lei 12439 de 29/12/1941	Reorganiza o Serviço de Biotipologia Criminal.
Decreto-Lei 12490 de 31/12/1941	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Decreto 12414 de 19/12/1941	Dispõe que se observe na execução do orçamento do Estado para 1942 a discriminação da Receita e da Despesa constantes nas tabelas.
Decreto-Lei 12498 de 07/01/1942	Cria o Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura.
Decreto-Lei 12571 de 25/02/1942	Dispõe sobre internação de praças destacadas do interior do Estado quando acidentadas em serviço com doentes

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 12584 de 10/03/1942	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao governo do Estado de um prédio, situado nesta Capital, à rua General Rondon nº 8 onde se acha instalado o instituto de Tracoma da Seção de Tracoma do Departamento de Saúde.
Decreto 12653 de 17/04/1942	Declara reservada uma gleba de terra situada no Distrito de Paz e município de São Vicente, comarca de Santos, necessária à conservação da flora e fauna do Estado.
Decreto-Lei de 18/04/1942	Abre um crédito extraordinário de 100:000\$000, para pagamento de despesas decorrentes do combate de surtos epidêmicos no interior do Estado.
Decreto 12736 de 02/06/1942	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua Augusta, 440 nesta Capital, e que se destina à instalação da Seção do Serviço de Profilaxia da Malaria
Decreto 12774 de 23/06/1942	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao governo do Estado, do pavimento superior do imóvel situado em Ribeirão Preto, destinado ao funcionamento do Posto Bromatológica da Sub-Seção Bromatológica do Interior, do Serviço de Policiamento da Alimentação Pública.
Decreto 12777 de 23/06/1942	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado, dos prédios situados no Largo da Concórdia 50,52 e 74(antigos 6,8 e 10 respectivamente), destinados à instalação do Centro de Saúde do Brás.
Decreto-Lei 12784 de 24/06/1942	Reorganiza o Serviço do Interior, do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 12787 de 30/06/1942	Subordina o Instituto Butantan à Secretaria da Educação e Saúde Pública e dá outras providências.
Decreto-Lei 12822 de 28/07/1942	Cria, na Faculdade de Medicina Veterinária, a Seção de Radiodiagnostico e Fisioterapia, e dá outras providências.
Decreto-Lei 12860 de 11/08/1942	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir, por doação da Prefeitura Municipal de Jundiá, os pavilhões "A" e "B" e respectivos terrenos, situados à Praça dos Andradas, em Jundiá, construídos e destinados à instalação do Centro de Saúde de Jundiá.
Decreto 12888 de 25/08/1942	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado no 6º pavimento do prédio situado à Rua Marconi, 124, nesta Capital, a que se destina ao funcionamento da Diretoria do Serviço de Profilaxia da Malária.
Decreto 12889 de 25/08/1942	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de um prédio destinado ao funcionamento do Posto Bromatológico de Bauru, da subseção Bromatológica do Interior, do Serviço de Policiamento da Alimentação Pública.
Decreto 12897 de 25/08/1942	Dispõe que se observe na execução do Decreto-Lei 12884 de 20 de agosto de 1942, a discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto 12997, de 13/10/1942	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de prédios nº 139, 145 e 151, da Rua Anastácio, nesta Capital, destinados ao Centro de Saúde da Lapa.
Decreto 12999 de 13/10/1942	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de prédio situado a Av. Celso Garcia, 1749, nesta Capital, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde do Belenzinho.

Decreto 13002 de 13/10/1942	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de 11 salas do 8º pavimento do prédio 176, da Rua Senador Feijó “Edifício Santa Lúcia” e que se destinam ao funcionamento de dependências do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto-Lei 13015 de 26/10/1942	Autoriza a concessão de um auxílio de cem contos de réis à instituição de serviço social denominada “Exercito da Salvação” destinado à aquisição do prédio situado à rua Juá nº 2, nesta Capital.
Decreto 13040 de 31/10/1942	Dispõe sobre a criação da Escola de Enfermagem.
Decreto 13053 de 16/11/1942	Dá regulamento ao Serviço de Saúde da Força Policial do Estado.
Decreto-Lei 13063 de 18/11/1942	Abre, na Secretaria da Fazenda à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer ao pagamento das despesas de montagem de parte do Hospital das Clínicas.
Decreto-Lei 13075 de 25/11/1942	Dispõe sobre reserva de uma gleba de terras, necessárias à conservação da flora e fauna do Estado.
Decreto-Lei 13080 de 28/11/1942	Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1943.
Decreto 13104 de 03/12/1942	Dispõe sobre o Serviço de Climatologia e Hidrografia do Instituto Geográfico e Geológico, e dá outras providências.
Decreto-Lei 13129 de 16/12/1942	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00, para as obras de saneamento e abastecimento a cargo da Repartição de Águas e esgotos da Capital.
Decreto 13144 de 23/12/1942	Dispõe que se observe na execução do Decreto-Lei 13135 de 18 de dezembro de 1942, da discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto-Lei 13150 de 29/12/1942	Dispõe sobre a concessão de auxílios e dá outras providências.
Decreto-Lei 13151 de 30/12/1942	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 13163 de 31/12/1942	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Decreto-Lei 13130 de 17/12/1942	Dispõe que se observe na execução do orçamento do Estado para 1943, a discriminação da receita e da despesa constantes das tabelas anexas.
Decreto-Lei 13192 de 19/01/1943	Dispõe sobre organização do Hospital das Clínicas
Decreto-Lei 12213 de 08/02/1943	Distribue as atribuições conferidas ao Estado de São Paulo, para execução do Código Florestal no seu território, cria a Polícia Florestal e dá outras providências.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 13219 de 09/02/1943	Extingue a Estação Experimental do Serviço da Malária, do Departamento de Saúde, na Prefeitura Sanitária de Guarujá.
Decreto 13220 de 09/02/1943	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, do prédio nº 76 da Avenida Presidente Wilson, em Santos e que se destina ao funcionamento da Colônia Marítima Infantil “Dr. Álvaro Guião.
Decreto 13222 de 09/02/1943	Aprova os termos do contrato para locação ao governo do Estado do prédio 2490, da rua Voluntários da Pátria, nesta Capital, destinado ao Centro de Saúde de Santana.
Decreto-Lei 13234 de 12/02/1943	Os serviços de limpeza das vias públicas e remoção do lixo, na Estância Hidromineral de Lindóia, sejam feitas pela Prefeitura ou sob a fiscalização desta por particulares escolhido em concorrência pública.
Decreto 13250 de 26/02/1943	Declara de utilidade pública, a fim de serem adquiridos, mediante desapropriação, terrenos situados no Guarujá, necessários aos Serviços da Repartição de Saneamento de Santos.
Decreto 13251 de 26/02/1943	Converte em reserva florestal o Núcleo Colonial “Caldas Botelho”.
Decreto 13252 de 26/02/1943	Dispõe sobre vantagens a oficiais da Força Pública do Estado, quando licenciados ou hospitalizados.
Decreto 13261 de 03/03/1943	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado nesta Capital, à rua Figueira, 623, destinado ao funcionamento de dependências do Departamento de Saúde.
Decreto 13269 de 12/03/1943	Abre à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito extraordinário de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a atender às necessidades do combate às doenças e pragas de lavouras.
Decreto-Lei 13299 de 07/04/1943	Autoriza a concessão de auxílios a diversas instituições, no presente exercício.
Decreto-Lei 13308 de 09/04/1943	Dispõe sobre a distribuição de água à cidade de Campos do Jordão e Vila Abernécia, Jaguaribe e Capivari.
Decreto-Lei 13366 de 15/05/1943	Abre, na Contadoria da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão, um crédito especial de Cr\$ 8.600,00, destinado a ocorrer às despesas com estudos para instalação da rede de esgotos das Vilas de Capivari, Abernécia e Jaguaribe.
Decreto 13382 de 26/05/1943	Concede o auxílio de Cr\$ 3.379.000, à Empresa Águas Sulphídricas e Termais de São Paulo.
Decreto-Lei 13398 de 02/06/1943	Cria mais três distritos Florestais nos municípios de Avaré, Batatais e Casa Branca no Estado de São Paulo.
Decreto-Lei 13439 de 30/06/1943	Dispõe sobre a reorganização da Divisão do Serviço do Interior, do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 13439 de 30/06/1943	Dispõe sobre a reorganização da Divisão do Serviço do Interior, do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 13473 de 26/07/1943	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir, por doação, da Prefeitura Municipal de Guarulhos a área de terreno situada no bairro de Gopouva destinada à construção do reservatório de águas, para o abastecimento do Sanatório Padre Bento e da cidade de Guarulhos.

Decreto-Lei 13487 de 28/07/1943	Dispõe sobre recursos financeiros para o desenvolvimento dos serviços florestais, organiza o serviço de fiscalização e guarda das florestas e dá outras providências.
Decreto 13495 de 03/08/1943	Aprova os termos do contrato para locação ao governo do Estado, de um prédio situado nesta Capital à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 487 e que se destina ao Serviço de Profilaxia da Malária.
Decreto-Lei 13498 de 04/08/1943	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir terras em Batatais para instalação de um horto florestal.
Decreto-Lei 13514 de 17/08/1943	Dispõe sobre transferência no orçamento de verbas atribuídas no orçamento vigente à Divisão do Serviço do Interior, do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto-Lei 13534 de 31/08/1943	Dispõe sobre vantagens aos oficiais e praças da Força Policial do Estado em Serviço na Ilha Anchieta e no Depósito de Convalescentes e Sanatório de Tremembé.
	Declara de utilidade pública um terreno situado no distrito de Sapecado, município e Comarca de São Jose do Rio Pardo, necessário aos serviços de captação e recalque de água destinado ao abastecimento do Hospital Sanatório de Sapecado.
Decreto-Lei 13595 de 07/10/1943	Abre, na Secretaria da Fazenda e Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de CR\$ 2.000,00 para instalação e manutenção de Escola de Enfermagem de São Paulo.
Decreto 13614 de 15/10/1943	Aprova o regulamento do Serviço de Saúde Escolar do Interior do Estado.
Decreto 13635 de 27/10/1943	Aprova o regulamento do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina.
Decreto 13667 de 16/11/1943	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado em Guarujá, à Avenida Puglisi, 59, onde funciona o Centro de Saúde local.
Decreto-Lei 13677 de 22/11/1943	Abre, na Secretaria da Interventoria Federal, um crédito extraordinário de CR\$ 300.000,00 para socorrer pessoas necessitadas dos municípios deste Estado que sofreram os efeitos do tufão e foram assolados por temporal em 27 de outubro de 1943.
Decreto-Lei 13688 de 29/11/1943	Dispõe sobre abertura de um crédito de CR\$ 500.000,00, para aquisição e reforma de ambulâncias e compra de peças e ferramentas.
Decreto 13728 de 10/12/1943	Dispõe que se observe, na execução do Decreto-Lei 13712, de 09 de Dezembro de 1943, a discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto-Lei 13760 de 30/12/1943	Dispõe sobre a concessão de auxílio.
Decreto-Lei 13762 de 30/12/1943	Dispõe sobre a concessão de auxílio extraordinário de CR\$ 10.000,00 à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos.
Decreto-Lei 13764 de 30/12/1943	Abre na Secretaria da Fazenda, um crédito especial de CR\$ 199.050,00 destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Vera Cruz com indenização pelos danos causados pela tromba d'água que desabou sobre aquele município.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto-Lei 13777 de 30/12/1943	Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Decreto-Lei 13782 de 30/12/1943	Dispõe sobre desapropriação de imóveis, situados no distrito e município de Álvaro Machado, comarca de Presidente Prudente, destinados a serviços de abastecimento de água da Estrada de Ferro Sorocabana na estação de Álvares Machado.
Decreto-Lei 13789 de 31/12/1943	Dispõe sobre transferência da Seção Bromatológica do Serviço de Alimentação Pública do Interior para o Instituto Adolfo Lutz.
Decreto 13735 de 16/12/1943	Dispõe que se observe na execução do orçamento do Estado de 1944 a discriminação da Receita e da Despesa constantes das tabelas anexas.
Decreto-Lei 13/01/1944	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação destinado à instalação de uma estação zootécnica e de um horto florestal, situado na Fazenda Três Barras ou Campo Alegre, hoje Fazenda Barrinha, do município e comarca de Paraguassú, com cerca de 254.100 hectares.
Decreto-Lei 13821 de 19/01/1944	Abre crédito extraordinário para combater eventual surto de gripe.
Decreto-Lei 13849 de 24/02/1944	Dispõe sobre criação de 29 postos de assistência médico-sanitária na Divisão do Serviço do Interior, Departamento de Saúde nas sedes dos municípios de Araras, Atibaia, Caçapava, Capão Bonito, Capivari, Descalvado, , Cravinhos, Itapira, Matão, Mogi-Mirim, Nazaré, Nova Granada, Orlândia, Parnaíba, Paraguassú, Penápolis, Piedade, Piraju, Pompéia, Santa Isabel, Santa Branca, São Bento do Sapucaí, São Simão, Tietê, Tupã, Valparaíso e Vargem Grande.
Decreto-Lei 13889 de 13/03/1944	Regulamento para a formação de sargentos, cabos e soldados, enfermeiros, veterinários e ferradores, da Foca Policial do Estado.
Decreto 13895 de 17/03/1944	Altera o Regulamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, aprovado pelo Decreto 13635 de 27 de Outubro de 1943, e dá outras providências.
Decreto 13922 de 28/03/1944	Aprova os termos do contrato para arrendamento ao Governo do Estado de um prédio situado em Taubaté à Rua Souza Alves, 418 e que se destina à instalação da Delegacia de Saúde.
Decreto 13924 de 28/03/1944	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua Botucatu, à Av. D. Lúcio, 218 e que se destina ao funcionamento da Delegacia de Saúde.
Decreto 13936 de 13/04/1944	Aprova o Regulamento do Departamento da Produção Animal.
Decreto-Lei 13954 de 25/04/1944	Dispõe sobre a concessão de auxílios.
Decreto-Lei 13978 de 12/05/1944	Aprova o Regimento do Serviço Florestal.
Decreto-Lei 13985 de 16/05/1944	Dispõe sobre regulamentação do Serviço de abastecimento de água na Prefeitura Sanitária de São José dos Campos.

Decreto-Lei 14009 de 30/05/1944	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 14027 de 14/06/1944	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Itirapina, comarca de São Carlos, constituindo gleba nº 2 da antiga Fazenda Santa Emilia, destinada a construção de um Hospital-Colônia para Penfigoses.
Decreto-Lei 14039 de 231/06/1944	Dispõe sobre contribuição para reflorestamento.
Decreto-Lei 14042 de 21/06/1944	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 14043 de 21/06/1944	Transfere quota atribuída, pelo artigo 1º do Decreto-Lei 13173, de 4 de Janeiro de 1943 ao município de Novo Horizonte, necessárias ao financiamento dos serviços de água e esgoto da sede do município de Novo Horizonte.
Decreto-Lei 14101 de 27/07/1944	Dispõe sobre um crédito especial de CR\$ 12.000.000,00, à Secretaria da Viação e Obras Públicas destinado à execução das obras de ampliação do emissário geral e desenvolvimento da rede de esgotos da cidade de Santos.
Decreto-Lei 14153 de 29/08/1944	Dispõe sobre aquisição do acervo social do “Sanatório Pinel Ltda” e dá outras providências.
Decreto-Lei 14159 de 29/08/1944	Dispõe sobre a concessão de auxílios na Prefeitura Sanitária de Guarujá.
Decreto-Lei 14164 de 1º/09/1944	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação, destinado à construção das residências do Diretor e Administrador da Caixa Beneficente do Sanatório Padre Bento.
Decreto-Lei 14172 de 06/09/1944	Dispõe sobre abertura de um crédito especial de CR\$ 1.800.000,00, destinado às despesas com a instalação do Hospital Sanatório Ademar de Barros, de Sapecado, em São Jose do Rio Pardo.
Decreto 14178 de 08/09/1944	Dispõe que se observe, na execução do Decreto-Lei 14171 de 4 de Setembro de 1943 dos segmentos constantes das tabelas anexas.
Decreto-Lei 14266 de 07/11/1944	Dispõe sobre financiamento do reflorestamento e de serviços de drenagem, irrigação de terras e dá outras providências.
Decreto-Lei 14269 de 08/11/1944	Dá nova redação ao parágrafo 5º do artigo 15 e a letra “C”, do artigo 16, da Lei 2940 de 06 de Abril de 1937 que regula a situação dos oficiais inativos da Força Pública por motivo de moléstia contaminada por mais de um ano de invalidez para o serviço militar.
Decreto-Lei 14270 de 08/11/1944	Dispõe sobre concessão de auxílio de 2.000.000,00 à Santa Casa de Misericórdia de Santo, destinado a atender às despesas das obras do novo edifício.
Decreto-Lei 14277 de 10/11/1944	Dispõe sobre abertura de crédito especial de CR\$ 332.850,00 destinado a ocorrer às despesas com a aquisição de um terreno para a Assistência Hospitalar.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 14307 de 23/11/1944	Dispõe sobre o financiamento autorizado pelo Decreto-Lei 14266 de 07/11/1944, para irrigação e drenagem e reflorestamento.
Decreto 14316 de 24/11/1944	Declara de utilidade pública, para a fim de serem desapropriados terrenos que especifica necessários ao desenvolvimento das instalações do Serviço do Pênfigo Foliáceo, no bairro e freguesia de Santana, nesta Capital.
Decreto 14325 de 28/11/1944	Declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado pela Fazenda do Estado, um imóvel situado no município e comarca da Capital, cuja área se destina à construção de Dispensário de Tuberculosos.
Decreto 14326 de 28/11/1944	Declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado pela Fazenda do Estado, um imóvel situado no município e comarca da Capital, cuja área se destina à construção de Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 14329 de 29/11/1944	Orça a receita e fixa a despesa do Estado, para o exercício de 1945.
Decreto 14355 de 12/12/1944	Dispõe que se observe, na execução do Decreto-Lei 14352, de 7 de Dezembro de 1944, a discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto-Lei 14360 de 14/12/1944	Dispõe sobre transferência de quotas para serviços de água e esgotos da Capital.
Decreto-Lei 14404 de 27/12/1944	Dispõe sobre desapropriação de imóvel no município e comarca da Capital, necessários aos serviços da aos serviços da repartição de Águas e Esgotos de São Paulo.
Decreto-Lei de 27/12/1944	Dispõe sobre construção do edifício da Maternidade Universitária e dá outras providências.
Decreto-Lei 14431 de 30/12/1944	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Decreto-Lei 14432 de 30/12/1944	Dispõe sobre a concessão de auxílio.
Decreto 14412 de 27/12/1944	Dispõe que se observe na execução do orçamento do Estado para o exercício de 1945, a discriminação da Receita e Despesa constantes das tabelas anexas.
Decreto 14446 de 04/01/1945	Dispõe sobre desapropriação de terras anexas ao Horto Florestal da Capital.
Decreto-Lei 14456 de 11/01/1945	Dispõe sobre instalação da Clínica Psiquiátrica no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo.
Decreto 14557 de 23/02/1945	Declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado pela Fazenda do Estado o imóvel situado no município e comarca da Capital, cuja área s destina à construção do Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14564 de 26/02/1945	Dispõe sobre financiamento autorizado pelo Decreto-Lei 14266, de 07/11/1944, para irrigação e drenagem e reflorestamento.
Decreto 14590 de 08/03/1945	Dá denominação de “Emílio Ribas” ao Centro de Saúde de Pindamonhangaba.

Decreto 14591 de 08/03/1945	Dá denominação de “Oswaldo Cruz” ao Posto de Assistência Médico-Sanitária de São Luiz do Paraitinga.
Decreto-Lei 14601 de 15/03/1945	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto 14613 de 17/03/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de São Paulo, de um prédio situado nesta Capital, à Rua Cardeal Arco Verde, 2878, destinado à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14615 de 19/03/1945	Declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado pela Fazenda do Estado o imóvel denominado “Chácara Boa Vista”, situado em Jacareí, destinado ao aumento do Preventório de Jacareí, do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto 14627 de 28/03/1945	Aprova o contrato de locação de prédio situado à Alameda Eduardo Prado, 885, nesta Capital, destinado ao funcionamento do Serviço de Saúde da Guarda Civil.
Decreto-Lei 14636 de 03/04/1945	Dispõe sobre aquisição de imóvel, por doação, situado à Rua Antonio Afonso, 32, na cidade de Jacareí destinada à instalação do Posto de Assistência Médico-Sanitária e de um serviço de Lactário, com assistência pré-natal e infantil.
Decreto-Lei 14667 de 19/04/1945	Abre crédito extraordinário para combate à malária e execução de serviços anticulicidianos no Estado.
Decreto 14678 de 24/04/1945	Dispõe sobre desapropriação de imóvel destinado à ampliação dos Serviços do Instituto Butantan.
Decreto 14690 de 26/04/1945	Modifica o Decreto 14307 de 23de novembro de 1944, que dispõe sobre o financiamento autorizado pelo Decreto-Lei 14266 de 07/11/1944 para irrigação e drenagem e reflorestamento.
Decreto 14691 de 26/04/1945	Dispõe sobre desapropriação de terras situadas no município de São Simão, destinada à instalação de um Horto Florestal.
Decreto 14692 de 26/04/1945	Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto 14180, 11/09/1944 necessária a instalação de um Horto Florestal e uma Escola Industrial.
Decreto 14/04/1945	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados pela Fazenda do Estado, os imóveis situados no município e comarca de Guaratinguetá, cuja área se destina à construção de Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14699 de 27/04/1945	Dispõe sobre desapropriação de imóvel, situado no município da Capital, Distrito da Mooca, destinado à construção de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14700 de 27/07/1945	Dispõe sobre desapropriação de imóvel, situado no distrito do Ipiranga, município da Capital, destinado à construção de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14701 de 28/04/1945	Dispõe sobre desapropriação de imóvel, situado no município de Casa Branca, necessário aos serviços de Asilo-Colônia “Cocais”.
Decreto 14702 de 28/04/1945	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados pela Fazenda do Estado, os imóveis situados no município e comarca de Santos, cuja área se destina à construção de Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14703 de 28/04/1945	Declara de utilidade pública e a fim de serem adquiridos pela Fazenda do Estado, imóveis situados no município e comarca de Botucatu, destinados à construção de Hospitais de Tuberculosos.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 14704 de 28/04/1945	Altera disposições do Decreto 10617, de 24/10/1939, relativos ao Curso de Nutricionistas, do Centro de Estudos sobre Alimentação, anexo ao Instituto de Higiene.
Decreto 14718 de 11/05/1945	Dispõe sobre inspeções de saúde dos servidores públicos, de conformidade com o Decreto-Lei 12273 de 28/10/1941.
Decreto 14726 de 15/05/1945	Declara de utilidade pública os serviços de água explorados pela S/A proprietária, na Prefeitura Sanitária de Guarujá.
Decreto 14734 de 18/05/1945	Dá execução ao Estado, do artigo 2º do Decreto Federal 12628, de 17/06/1943, que dispõe sobre execução do Serviço de Defesa Civil nos municípios.
Decreto 14752 de 28/05/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um imóvel de propriedade da municipalidade de Pindamonhangaba, onde se encontra instalada a Colônia Infantil “Vale do Paraíba” naquela cidade.
Decreto-Lei 14760 de 04/06/1945	Regulamenta a cooperação financeira do município com entidades assistenciais ou culturais, na Prefeitura Sanitária de São José dos Campos.
Decreto-Lei 14781 de 13/06/1945	Dispõe sobre concessão de auxílios extraordinários.
Decreto 14812 de 28/06/1945	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriado pela Fazenda do Estado, o imóvel situado no distrito da sede do município e comarca de Casa Branca, cuja área se destina à construção de Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14815 de 28/06/1945	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriado pela Fazenda do Estado o imóvel situado no município e comarca da Capital, cuja área se destina à construção de Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14825 de 02/07/1945	Declara de utilidade pública a fim de ser desapropriado pela Fazenda do Estado, o imóvel situado no município e comarca de Sorocaba, cuja área se destina à construção de Sanatório para Tuberculosos.
Decreto 18834 de 04/07/1945	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriado pelo Governo do Estado um terreno, inclusive benfeitoria necessário ao Serviço de abastecimento de água de Guarulhos.
Decreto 14837 de 04/07/1945	Dispõe sobre a disposição de pecúlio especial a servidor vitimado em consequência de moléstia contraída em serviço.
Decreto-Lei 14851 de 09/07/1945	Dispõe sobre concessão de auxílio à Associação Paulista de Medicina, destinado à aquisição de imóvel para instalação da entidade de Classe.
Decreto-Lei 14857 de 10/07/1945	Dispõe sobre a transformação do Instituto de Higiene de São Paulo em Faculdade de Higiene e Saúde Pública.
Decreto-Lei 14865 de 13/07/1945	Dispõe sobre gratificações de que trata o artigo 118, I primeira parte, do Decreto-Lei nº 12273 de 28/10/1941 que poderá ser concedida ao funcionário que tiver exercício permanente em zonas insalubres e com risco de vida ou de saúde.
Decreto-Lei 14893 de 27/07/1945	Dispõe sobre aquisição por doação imóveis da Casa da Criança “Santo Antonio”, em Ribeirão Preto, destinado a um Hospital para crianças anormais e ambulatório de higiene.

Decreto 14917 de 06/08/1945	Aprova os termos do contrato de locação ao Governo do Estado, do prédio situado nesta Capital, à Av. Paulista, 264 destinado à instalação da Diretoria do Serviço de Tuberculose, do Departamento de Saúde.
Decreto 14918 de 06/08/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de prédio situado à Rua da Consolação, 1018, nesta Capital que se destina à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14919 de 07/08/1945	Declara de utilidade pública, a fim de ser desapropriado pelo Governo do Estado um terreno necessário à passagem de um coletor de esgotos, destinado no distrito de Paz de Ipiranga, comarca da Capital.
Decreto-Lei 14943 de 18/08/1945	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto 14967 de 27/08/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, do prédio situado à Rua Conde do Pinhal, em São Carlos e que se destina à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 14987 de 31/08/1945	Modifica o Regulamento da Faculdade e Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto 14999 de 04/09/1945	Aprova as contas tomadas das obras de canalização do Rio Pinheiros e seus afluentes Grande e Guarapiranga.
Decreto 15019 de 06/09/1945	Dispõe sobre a concessão aos funcionários em exercício em leprosários, de gratificação referida no artigo 8º, do Decreto-Lei 14865, de 13 de Janeiro de 1945.
Decreto-Lei 15033 de 18/09/1945	Dispõe sobre doação de imóvel situado nesta Capital, situado à Rua José Getúlio para que nele seja construído o Instituto do Câncer, para diagnóstico, hospitalização e tratamento de cancerosos, visando à investigação científica e a formação de cursos especializados sobre câncer para médicos, estudantes de medicina e auxiliares técnicos.
Decreto-Lei 150634 de 19/09/1945	Dispõe sobre aquisição de imóvel, situado no município e comarca de Ribeirão Preto, destinado à construção de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 15037 de 19/09/1945	Dispõe sobre concessão de auxílios, na Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão.
Decreto-Lei 15039 de 19/09/1945	Dispõe sobre a concessão de auxílios na Prefeitura Sanitária de Socorro.
Decreto-Lei 15060 de 21/09/1945	Dispõe sobre abertura de crédito especial para ocorrer com o pagamento de CR\$ 60.000,00 com a desapropriação de imóvel, necessário à ampliação do Asilo-Colônia Piratingui, do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto-Lei 15061 de 27/09/1945	Regulamenta a cooperação financeira do município com entidades assistenciais, ou culturais, na Prefeitura Sanitária de Lindóia.
Decreto-Lei 15094 de 11/10/1945	Reorganiza o Instituto Butantan.
Decreto-Lei 5100 de 12/10/1945	Dispõe sobre doação de imóvel situado à Rua José Getúlio, subdistrito do município e comarca da Capital, destinado à construção de um Hospital e demais dependências à Associação Paulista de Combate ao câncer.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto-Lei 15104 de 12/10/1945	Dispõe sobre a extinção Serviço de Enfermagem do Departamento de Saúde, criado pelo Decreto 9705 de 08/11/1938 e dá outras providências.
Decreto 15120 de 15/10/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado em Bauru à rua 1º de Agosto, 1-32 e que se destina ao funcionamento da Delegacia de Saúde Local.
Decreto 15123 de 15/10/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, dos prédios 45, 53, 55, e 59 da Rua Firmino Whitaker, nesta Capital, e que se destina à instalação da Divisão do Serviço de Tuberculose.
Decreto 15124 de 15/10/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, do prédio, situado à Praça Afonso Pena, 17-A, São José dos Campos, destinado aos serviços administrativos do Centro de Saúde local
Decreto 15125 de 15/10/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio, situado em Santo André, à Praça do Carmo, 109 e destinado à instalação do Centro de Saúde Local.
Decreto 15126 de 15/10/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio, situado à Rua Sete de Setembro, 117, em São Carlos e destinado ao funcionamento da Delegacia de Saúde local.
Decreto-Lei 15128 de 15/10/1945	Institui o regime do salário família para o filho menor de 21 anos e inválido de qualquer idade, e dá outras providências.
Decreto-Lei 15130 de 16/10/1945	Dispõe sobre a concessão de auxílio.
Decreto-Lei 1141 de 18/10/1945	Dispõe sobre a abertura de um crédito especial de CR\$ 6.693.761,50 à Secretaria da Educação e Saúde Pública, destinado a ocorrer às despesas com obras de caráter urgente no Hospital de Juqueri e no Hospital Psiquiátrico de Ribeirão Preto.
Decreto-Lei 15143 de 19/10/1945	Dá nova organização ao Serviço Florestal, de que trata o Decreto 12360-A de 1º/12/1941, subordinado à Secretaria da Agricultura.
Decreto 15149 de 20/10/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado a situado Rua Rúbia Junior nº 24, em São José dos Campos, destinado à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 15166 de 23/10/1945	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 15231 de 23/11/1945	Dispõe sobre concessão de auxílio de CR\$ 800.000,00, destinado a ocorrer às despesas com a manutenção da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.
Decreto 15272 de 06/12/1945	Dispõe sobre concessão de subvenção e auxílios.
Decreto-Lei 15286 de 11/12/1945	Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1946.

Decreto 15288 de 11/12/1945	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel no 37º subdistrito de Vila Maria, município e comarca da Capital, necessários aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto-Lei 15298 de 12/12/1945	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 15299 de 12/12/1945	Dispõe sobre a concessão de auxílios.
Decreto-Lei 15320 de 19/12/1945	Abre um crédito especial de CR\$ 150.000,00, destinado às despesas com reparações e danos causados à Estrada de Ferro Campos do Jordão, por acidentes climáticos.
Decreto 15337 de 20/12/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, do 8º andar do prédio situado nesta Capital, à Rua Florêncio de Abreu, 157 destinado à instalação do Departamento Estadual da Criança.
Decreto 15338 de 21/12/1945	Aprova termos do contrato para locação de um prédio situado em Bebedouro, à Rua Dr. Tobias de Lima, 1212, e que se destina à instalação de um dispensário de Tuberculose.
Decreto 15339 de 21/12/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, dos prédios 235 da Rua Marechal Deodoro e 1608 da Rua 15 de Novembro, em São José do Rio Preto, e que se destinam à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 15340 de 21/12/1945	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado um Presidente Prudente, à Rua Rui Barbosa, 301 e que se destina ao funcionamento da Delegacia de Saúde local.
Decreto-Lei 15373 de 26/12/1945	Dispõe sobre o Serviço de Verificação de Óbitos.
Decreto-Lei 15379 de 26/12/1945	Dispõe sobre abertura de um crédito especial de CR\$ 340.000,00 para pagamento da despesa para aquisição de imóveis, destinados ao desenvolvimento das instalações do Serviço de Pênfigo Foliáceo, nesta Capital.
Decreto-Lei 15410 de 27/12/1945	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 15482 de 27/12/1945	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 15516 de 31/12/1945	Dispõe sobre a concessão de auxílio no exercício de 1946, na Prefeitura Sanitária de São José dos Campos.
Decreto 15406 de 27/12/1945	Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Estado, para o exercício de 1946, a discriminação da Receita e da Despesa constantes das tabelas anexas.
Decreto 15520 de 07/01/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado nesta Capital à Rua Coriolano, 1010, e que se destina à ampliação do Dispensário de Tuberculose da Lapa.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto-Lei 15549-A de 15/01/1946	Aprova o regulamento da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
Decreto 15552 de 24/01/1946	Aprova o regulamento do Curso de Educadores Sanitários da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
Decreto 15553 de 24/01/1946	Aprova o regulamento do Curso de Nutricionistas da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
Decreto 15587 de 25/01/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Pinto de Almeida, 990 e que se destina à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 15617 de 29/01/1946	Dispõe sobre aquisição de um imóvel por doação situada no município de Casa Branca e destinada à instalação de um Horto Florestal.
Decreto 15632 de 09/02/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado das salas nº 6, 7, 8 e 9 do 12º andar do prédio situado à Rua 15 de Novembro, 200, nesta Capital e que se destina à instalação da Seção de Engenharia do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto 15633 de 09/02/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado em Ribeirão Preto, à Rua Campos Sales, 110, e que se destina à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 16632 de 09/02/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, das salas nº 6, 7, 8, e 9 do 12º andar do prédio situado à Rua 15 de Novembro, 200, nesta Capital e que se destinam à instalação da Seção de Engenharia do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto 15633 de 09/02/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado em Ribeirão Preto, à Rua Campos Sales, 110, que se destina à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 156341 de 09/02/1946	Declara “Floresta Protetora” as matas existentes nos dois perímetros, necessárias à conservação do regime das águas da bacia hidrográfica de Pilões.
Decreto-Lei 15642 de 09/02/1946	Aprova o Regulamento do Policiamento da Alimentação Pública.
Decreto 15643 de 09/02/1946	Dispõe sobre aquisição de imóveis no município da Capital, situados em distrito de Paz da Lapa, destinados à estação de tratamento de esgotos.
Decreto-Lei 15655 de 11/02/1946	Reestrutura a carreira de veterinário e dá outras providências.
Decreto-Lei 15656 de 11/02/1946	Autoriza a avocação dos serviços de águas e esgotos do município de Santo André e dá outras providências.
Decreto-Lei 15657 de 11/02/1946	Dispõe sobre concessão de auxílio à Prefeitura Municipal de Pirajuí, para ocorrer ao pagamento dos serviços de reconstrução dos boliros, pontes e aterros danificados em consequência das fortes chuvas que desabaram na região, no mês de novembro de 1945.

Decreto-Lei 15675 de 11/02/1946	Doa a Liga Paulistana contra a tuberculose, terrenos reservados pela força do Decreto-Lei 15169 de 24/10/1945 destinados às obras de profilaxia e assistência.
Decreto-Lei 15687 de 12/02/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado em Marília, à Rua Paes Leme, 263, e que se destina à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 15694 de 12/02/1946	Dispõe sobre a concessão de auxílio por verba da Secretaria da Educação e Saúde Pública.
Decreto 15701 de 13/02/1946	Dispõe sobre a aquisição de imóvel no município de Botucatu, destinado aos serviços de abastecimento d'água da Estrada de Ferro Sorocabana.
Decreto 15739 de 13/02/1946	Avoca os serviços de água e esgotos dos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, e dá outras providências.
Decreto 15753 de 04/04/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado em Presidente Prudente à Rua Joaquim Nabuco, 624 e que se destina à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 15756 de 08/04/1946	Abre crédito extraordinário para execução de serviços anti-culicidiano no Estado.
Decreto 15760 de 08/04/1946	Declara de utilidade pública terreno situado no município e comarca da Capital e necessário aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo.
Decreto 15795 de 14/05/1946	Dá novo regulamento às visitas a doentes de leprosários.
Decreto 15797 de 16/05/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio, situado à Rua Paraná, em Pompéia que se destina à instalação de um Posto de Assistência Médico-Sanitária.
Decreto 15819 de 23/05/1946	Aprova as contas tomadas das obras de canalização do Rio Pinheiros e seus afluentes, Grande e Guarapiranga.
Decreto 15820 de 23/05/1946	Declara de utilidade Pública terreno situado no município e comarca da Capital e necessários aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo.
Decreto-Lei 15861 de 24/06/1946	Dispõe sobre concessão de auxílio.
Decreto 15879 de 08/07/1946	Dispõe sobre obrigatoriedade de inspeção médica aos alunos, pessoal técnico e administrativo da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Higiene e Saúde Pública.
Decreto-Lei 15883 de 10/08/1946	Aprova os termos do aditamento do contrato para locação ao Governo do Estado, dos prédios n° 47, 49,53 e 55 da Rua Firmino Vilver, nesta Capital, destinados à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 15884 de 10/07/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado do prédio situado à Rua Minas Gerais, em Catanduva, destinado à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 15885 de 10/07/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado do prédio situado à Rua Tibiriçá, 43 em Ribeirão Preto e que se destina à instalação da Delegacia de Saúde local.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto 15886 de 10/07/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado do prédio situado à rua... Do Rio Branco, 201 em Taubaté, e que se destina ao funcionamento da Delegacia de Saúde local.
Decreto 15909 de 20/07/1946	Aprova o Regimento do Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura.
Decreto-Lei 15960 de 14/08/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto 15977 de 19/08/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado dos prédios situados à Rua da Penha, 627 e 629 em Sorocaba, destinados à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 15979 de 20/08/1946	Reestrutura a carreira de médico e dá outras providências.
Decreto-Lei 16036 de 04/09/1946	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no município e comarca da Capital, no 37º subdistrito de Vila Maria, necessário aos serviços da Repartição de Água e Esgotos.
Decreto-Lei 16037 de 04/09/1946	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Caraguatatuba, destinado à conservação da flora e fauna estaduais e formação de parques ou florestas modelos.
Decreto-Lei 16050 de 09/09/1946	Dispõe sobre concessão de auxílio.
Decreto-Lei 16067 de 11/09/1946	Dispõe que se observe, na execução do Decreto-Lei 16021 de 03/09/1946, a discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto 16095 de 14/09/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio a ser construído em Assis, à Rua Floriano Peixoto, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Assis.
Decreto 16096 de 14/09/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Cardoso de Almeida, 233 em Botucatu, destinado à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 16106 de 14/09/1946	Dispõe sobre reestruturação da carreira de Fiscal Sanitário e dá outras providências.
Decreto-Lei 16107 de 14/09/1946	Dispõe sobre a reestruturação da carreira de Enfermeiro e dá outras providências.
Decreto-Lei 16114 de 14/09/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 16135 de 25/09/1946	Dispõe sobre a reestruturação da carreira de Dentista.

Decreto 1643 de 26/09/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um conjunto de 14 salas, terraço de entrada e corredor interno, localizados na ala direita do prédio da Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba, e destinado ao Dispensário de Tuberculose.
Decreto 16144 de 26/09/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado dos prédios situados à Rua Flamíni Lessa, 246 e 250, e que se destinam à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 16162 de 1º/10/1946	Dispõe sobre a abertura de um crédito extraordinário de CR\$ 1.200.000,00 para o combate ao gafanhoto e da peste suína através da aquisição de aparelhos inseticidas material para fabricação de soros e vacinas.
Decreto-Lei 16164 de 03/10/1946	Dispõe sobre aquisição de imóveis situados no município, Termo e Comarca da Capital, no 25º subdistrito de Indianópolis e necessário aos Serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto-Lei 16165 de 03/10/1946	Dispõe sobre a criação da carreira de Meteorologista.
Decreto 16173 de 05/10/1946	Abre a Reitoria à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, um crédito especial de CR\$ 1.737.850,00 destinado ao pagamento de despesas relativas à terminação das obras da Escola de Enfermagem.
Decreto-Lei 16214 de 19/10/1946	Dispõe sobre a reestruturação da carreira de Técnico de Laboratório e dá outras providências.
Decreto-Lei 162919 de 19/10/1946	Dispõe sobre a criação de cargos de Psicologista.
Decreto-Lei 16234 de 28/10/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios na Prefeitura da Estância de Ibirá.
Decreto-Lei 16235 de 28/10/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios na Prefeitura e Estância de Amparo.
Decreto-Lei 16236 de 28/10/1946	Considera de utilidade pública a Sociedade dos Amigos da Flora Brasília, com sede nesta Capital.
Decreto-Lei 16282 de 11/11/1946	Converte em auxílio extraordinário o adiantamento de CR\$ 5.000.000,00 feito à Irmandade Santa Casa de Misericórdia em Santos, título de arrendamento do antigo Hospital pertencente à Irmandade, situado à Rua São Francisco.
Decreto-Lei 16308 de 16/11/1946	Dispõe sobre aprovação do Regulamento da Escola de Enfermagem de São Paulo.
Decreto-Lei 16332 de 20/11/1946	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação condicionada, na Prefeitura de Estância de Serra Negra, necessários ao novo serviço de abastecimento de água.
Decreto 16337 de 21/11/1946	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, do pavimento térreo de um prédio situado em Araguaçu, à Avenida Paraguaçu destinado ao funcionamento do Posto de Assistência Médico-Sanitária.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto-Lei 16493 de 18/12/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 16496 de 18/12/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios, na Prefeitura da Estância de Águas da Prata.
Decreto-Lei 16497 de 18/12/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios, Na Prefeitura da Estância de Serra Negra.
Decreto-Lei 16500 de 18/12/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios na Prefeitura da Estância de Guarujá.
Decreto-Lei 16522 de 23/12/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 16540 de 26/12/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios na Prefeitura da Estância de Socorro.
Decreto-Lei 16549 de 27/12/1946	Dispõe sobre concessão de subvenções de auxílios.
Decreto-Lei 16559 de 27/12/1946	Dispõe sobre a abertura de um crédito de CR\$ 1.000.000,00 para, a continuação do combate ao gafanhoto e da peste suína.
Decreto-Lei 16560 de 27/12/1946	Dispõe sobre abertura de crédito especial de CR\$ 5.000.000,00 destinado a atender às despesas com a conclusão das obras do Asilo para tuberculosos, na Fazenda Cascata, em Santa Rita do Passa Quatro.
Decreto-Lei 16563 de 27/12/1946	Dispõe sobre abertura de crédito CR\$ 1.500.000,00 para ocorrer às despesas com a execução das obras de caráter inadiável, de adução de água do Asilo-Colônia Santo Ângelo, do Departamento de Profilaxia da Leprosia.
Decreto-Lei 16590 de 30/12/1946	Dispõe sobre abertura de crédito especial de CR\$ 195.966,00 na Prefeitura da Estância das Águas da Prata, destinado a ocorrer ao pagamento das despesas com a aquisição de canos de ferro fundido clorador e demais pertences necessários à instalação de uma rede adutora de água.
Decreto-Lei 16598 de 30/12/1946	Dispõe sobre concessão de auxílio à Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí.
Decreto-Lei 166608 de 30/12/1946	Dispõe sobre a criação de um Posto de Assistência Médico-Sanitária do município de Aparecida do Norte, subordinado à Divisão de Serviço do Interior, do Departamento de Saúde.
Decreto-Lei 16612 de 30/12/1946	Dispõe sobre a concessão de vários auxílios na Prefeitura da Estância de Lindóia e entre eles um de CR\$ 1.200,00, do Porto de Assistência Médico Sanitária de Lindóia.
Decreto-Lei 16617 de 30/12/1946	Dispõe sobre concessão de auxílios e dá outras providências.

Decreto-Lei 16626 de 30/12/1946	Dispõe sobre abertura de um crédito especial de CR\$ 970.000,00, determinado a ocorrer despesas provenientes da desapropriação de um terreno situado no distrito da Lapa, nesta Capital.
Decreto-Lei 16641 de 31/12/1946	Dispõe sobre doação de imóvel, situado na Vila Mairinque, distrito do mesmo nome, município e comarca de São Roque, destinado à instalação de um Posto de Puericultura.
Decreto-Lei 16687 de 31/12/1946	Dispõe sobre alienação por doação de próprio do Estado ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em transportes e cargas a fim de que nele possa construir um Hospital destinado aos segurados, situado à Av. Nazaré com a Rua Patriotas, nesta Capital.
Decreto-Lei 16688 de 31/12/1946	Dispõe sobre a criação de 189 Postos de Assistência Médico-Sanitária, subordinadas à Divisão do Serviço do Interior.
Decreto-Lei 16360 de 29/11/1946	Orça a Receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1947.
Decreto 16764 de 22/01/1947	Aprova os termos do contrato por locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Rio Branco, 141-36, em Bauru, destinado à instalação de um Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 16880 de 10/02/1947	Dispõe sobre criação de dois postos médico-legal junto às Delegacias Regionais de Polícia de Assis e Piracicaba.
Decreto-Lei 16902 de 13/02/1947	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto 16937 de 20/02/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de prédio situado à Av. Angélica, 310, nesta Capital, destinado à instalação da Biblioteca do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto-Lei 16951 de 21/02/1947	Aprova o convênio firmado entre o Governo do Estado e a Santa Casa de Misericórdia de Santos.
Decreto-Lei 16982 de 28/02/1947	Dispõe sobre cooperação financeira da Estância de Santa Bárbara do Rio Pardo com entidades assistenciais e culturais.
Decreto-Lei 16989 de 13/03/1947	Transforma o Departamento de Assistência à Psicopatas a atual Diretoria de Assistência a Psicopatas da Secretaria da Educação.
Decreto-Lei 16992 de 03/03/1947	Dispõe sobre instituição de uma passagem necessária aos Serviços da Sub-adutora Móoca-Consolação, da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto-Lei 16993 de 03/03/1947	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito de Paz de Santana, município e Comarca da Capital, necessário aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 16998 de 03/03/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, do prédio situado em Abernêssia à Rua Brigadeiro Jordão, destinado ao funcionamento de Centro de Saúde local.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1932-1947) - 3ª PARTE

Decreto-Lei 17009 de 05/03/1947	Dispõe sobre concessão de auxílios, na Prefeitura da Estância de Águas da Prata.
Decreto-Lei 17011 de 05/03/1947	Dispõe sobre criação de cursos na Faculdade de Higiene e Saúde Pública em colaboração com o Departamento Estadual da Criança e com a Seção do Tracoma e Divisão do Serviço de Tuberculose do Departamento de Saúde do Estado.
Decreto-Lei 17028 de 06/03/1947	Dispõe sobre a transformação da Seção do Tracoma do Departamento de Saúde do Estado em Instituto do Tracoma e Higiene Visual.
Decreto-Lei 17030 de 06/03/1947	Dispõe sobre reestruturação da Divisão do Serviço do Interior, do Departamento de Saúde do Estado da Secretaria da Educação e Saúde Pública e dá outras providências.
Decreto-Lei 17038 de 07/03/1947	Altera a redação do artigo 2º, do Decreto-Lei 16666, de 31 de Dezembro de 1946 que dispõe sobre a carreira de Fiscal Sanitário.
Decreto-Lei 17045 de 07/03/1947	Dispõe sobre desapropriação de imóveis situados no 30º Subdistrito de Alto da Boa Vista, Santo Amaro, no município e comarca da Capital, necessárias aos Serviços da Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo, para construção da nova Estação de tratamento de águas da represa de Guarapiranga.
Decreto 17059 de 07/03/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua José Bonifácio, 16 em Mogi-Mirim, destinado à instalação do Dispensário de Tuberculose.
Decreto-Lei 17065 de 08/03/1947	Dispõe sobre concessão de auxílios na Estância de São José dos Campos.
Decreto-Lei 17067 de 08/03/1947	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 17071 de 08/03/1947	Reestrutura e amplia a carreira de Educador Sanitário e dá outras providências.
Decreto-Lei 17072 de 08/03/1947	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 711, nesta Capital destinado à Cruzada Pró-Infância, a fim de serem ampliadas as referidas repartições.
Decreto-Lei 17081 de 08/03/1947	Dispõe sobre doação em partes iguais à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, e à Santa Casa de Misericórdia de Santos, bem como as demais Santas Casas.
Decreto-Lei 17093 de 08/03/1947	Dispõe sobre desapropriação de imóveis pertencente ao Hospital Oswaldo Cruz, sob fiscalização federal, necessárias à construção de um reservatório de águas, situadas no 2º Subdistrito da Liberdade, desta Capital.
Decreto-Lei 17097 de 08/03/1947	Dispõe sobre estação de cargos da Divisão do Serviço do Interior, do Departamento de Saúde.

Decreto-Lei 17100 de 08/03/1947	Dispõe sobre a abertura de um crédito extraordinário de CR\$ 14.000.000,00 para atender às despesas inadiáveis com o tratamento dos internados nos hospitais colônias do Estado, e a construção de novos leitos e a reforma dos serviços de águas e esgotos dos referidos estabelecimentos.
Decreto-Lei 17215 de 13/05/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua General Telles, 653 em Botucatu, para nele funcionar a Delegacia de Saúde local.
Decreto-Lei 17216 de 13/05/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Avenida Raul Furquim, 80 em Bebedouro, destinado ao funcionamento do Dispensário de Tuberculose local.
Decreto 17251 de 28/05/1947	Concede anistia aos doentes do Mal de Hansen, fichados no Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto-Lei 17251 de 28/05/1947	Dispõe sobre a concessão de auxílios.
Decreto 17290 de 11/06/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Visconde de Parnaíba, em Mogi-Mirim e no qual funciona o Posto de Assistência Médico-Sanitária local.
09 de Julho de 1947	Constituição do Estado de São Paulo.